



Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal.

Rua Quíscalo, 185 - TeleFax: (043) 3252-1374

CEP: 86700-445

Arapongas - Paraná

e-mail: ceem@onda.com.br

site: www.apsemiliomenezes.seed.pr.gov.br



Projeto Político-Pedagógico

Dezembro / 2013

Arapongas - Paraná

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal reestruturado no ano de 2012.

Arapongas
Dezembro / 2013

Sumário

Apresentação	06
1. Identificação	07
2. Histórico da Escola	08
3. Oferta Educacional	12
3.1 - Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	12
3.2 - Ensino Médio	12
3.3 - Educação Profissional	13
3.4 - Centro de Língua Estrangeira Moderna: Língua Espanhola e Francesa	16
4. Situação Administrativa e Geográfica	17
4.1 - Situação Administrativa	17
4.2 --Situação Geográfica	18
5. Condições Físicas, Materiais e de Recursos Humanos	18
5.1 - Organização do Espaço Físico	18
5.2 - Materiais	19
5.3 - Recursos Humanos	20
6. Regime Escolar	27
6.1 - Processo de Classificação	27
6.2 - Processo de Reclassificação	28
6.3 - Processo de Promoção	29
7. Instâncias Colegiadas	30
7.1 - Conselho Escolar	30
7.2 – Associação de Pais, Mestres e Funcionários	33
7.3 - Conselho de Classe	34
7.4 - Grêmio Estudantil	35
8. Marco Situacional	37
8.1 - Diagnóstico	37
8.2 - Identificação dos Problemas e Necessidades	38

9. Análise Crítica das Contradições e/ou Conflitos presentes na realidade	47
10. Marco Conceitual	48
10.1 - Filosofia da escola	48
10.2 - Concepção dos elementos que interferem na Educação	49
10.2.1 - Concepção de mundo e de homem	48
10.2.2 - Concepção de Sociedade e Cultura	50
10.2.3 - Concepção de Adolescência	51
10.2.4 - Concepção de Criança	52
10.2.5 - Concepção de Gestão	52
10.2.6 - Concepção de Conhecimento	53
10.2.7 - Concepção de Tecnologia	54
10.2.8 - Concepção de Letramento	55
10.2.9 - Concepção de Escola	56
10.2.10 - Concepção de Currículo	56
10.2.11 - Concepção de Cidadania	57
10.2.12 - Concepção de Trabalho	58
10.2.13 - Concepção de Ensino e de Aprendizagem	59
10.2.14 - Concepção de Inclusão Educacional	61
10.2.15 - Concepção de Tempo e Espaço	62
10.3 - Avaliação da Aprendizagem	63
10.4 - Formação Continuada dos trabalhadores em Educação	66
11. Marco Operacional: Planejamento das ações da Escola	67
11.1 - Linhas de Ação	67
12. Ações desenvolvidas em parceria	76
13. Avaliação Institucional	77
13.1 - Avaliação Institucional Externa	78
13.2 - Avaliação do Projeto Político Pedagógico	85
14. Projetos em Desenvolvimento	86
15. Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Médio	87
15.1 - Matriz Curricular do Ensino Médio	88
15.2 - Arte	89

15.3 - Biologia	94
15.4 - Educação Física	102
15.5 - Filosofia	108
15.6 - Física	116
15.7 - Geografia	123
15.8 - História	130
15.9 - Língua Portuguesa	141
15.10 - Matemática	153
15.11 - Química	161
15.12 - Sociologia	166
15.13 - Língua Estrangeira Moderna - Inglês	172
16. Proposta Pedagógica Curricular do Ensino Fundamental	185
16.1 - Matriz Curricular do Ensino Fundamental	186
16.2 - Arte	187
16.3 - Ciências	194
16.4 - Educação Física	204
16.5 - Ensino Religioso	209
16.6 - Geografia	215
16.7 - História	222
16.8 - Língua Portuguesa	230
16.9 - Matemática	244
16.10 - Língua Estrangeira Moderna - Inglês	253
17. Proposta Pedagógica Curricular - CELEM	266
17.1 - Língua Estrangeira Moderna - Espanhol	267
17.2 - Língua Estrangeira Moderna - Francês	287
18. Bibliografia Consultada	301

APRESENTAÇÃO

As mudanças sociais, tecnológicas e o avanço dos conhecimentos e das ciências da sociedade moderna e pós-moderna, impõem a atualização da Escola e uma melhor qualidade de ensino.

O papel preponderante da Escola, na sociedade em constante e crescente evolução, onde novas descobertas científicas e conquistas tecnológicas vêm transformando quase que diariamente os diversos setores da sociedade, é ter como meta o desenvolvimento integral do educando, assegurando-lhe a formação básica indispensável para o exercício crítico das diversas funções sociais que ocupa e/ou ocupará, contribuindo, assim, no processo de transformação histórico em direção a uma sociedade mais justa, pela participação consciente dos seus egressos.

A efetiva democratização da escola pública é uma tarefa complexa, dada a necessidade de superar inúmeros fatores que garantiriam a função política autoritária que a escola brasileira adotou tão fortemente no passado recente. A democratização, porém, é possível, desde que haja vontade política para realizá-la.

Sabendo que a formação de um homem consciente, responsável e apto a aprender e que se situe como sujeito da história requer, indispensavelmente, o acesso a uma pedagogia comprometida com o desenvolvimento integral do indivíduo, procuramos organizar as ações de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem de forma a assegurar uma formação comum e indispensável a todos os educandos para o exercício da cidadania e necessários às mutações do mundo do trabalho e para o prosseguimento nos estudos.

O Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, Ensino Fundamental e Médio, não pretende esgotar o tema, mas apresentar uma proposta de trabalho que leve em consideração os avanços, as pesquisas, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as diversas experiências que vêm sendo empreendidas neste Colégio e nas demais escolas públicas do Estado do Paraná, fomentadas pela Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação.

1. IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO



Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal..

Rua Quíscalo n° 185 - Centro

Telefone: (043)(fax) 3252-1374 - 3252-1425 - 3252-0393

CEP 86700-445 Arapongas - Paraná

e-mail: ceem@onda.com.br

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal, está localizado em local privilegiado no município de Arapongas e em seu entorno encontra-se a Biblioteca Municipal “Machado de Assis” e o Anfiteatro “Oduvaldo Vianna Filho” que contribuem na implementação de Projetos Pedagógicos para ampliação cultural e de conhecimentos dos alunos deste Estabelecimento de Ensino.

2. HISTÓRICO DA ESCOLA



Visão do Colégio em 1988.

Ao iniciarmos uma nova etapa na Educação Escolar do País e, conseqüentemente, neste Estabelecimento de Ensino, faz-se necessário retomar etapas anteriores vividas, fatos relevantes e de suma importância para o objetivo de considerar as características locais e de superar falhas anteriores em busca de uma educação de melhor qualidade e, conseqüentemente, melhoria na vida dos cidadãos brasileiros.

Nos idos de 1949, foi dado o primeiro passo para a fundação daquele que viria a ser um marco na educação, em nossa cidade e também dentro da própria educação paranaense, sendo um ponto de referência quando se quer dizer educação em seu mais alto nível. “Nossa Escola”, como todos carinhosamente a tratam. Foi criada mais precisamente no dia 20 de maio de 1949, através da Lei Municipal de número 23, com a denominação de “Ginásio Municipal de Arapongas” e, posteriormente, Ginásio Municipal “Dr. Júlio Junqueira”, e autorizado a funcionar pelo Ministério da Educação e Saúde, através da Portaria de número 94, datada de 22 de maio de 1950, sendo que através do Decreto de número 10.478, datado de 25 de abril de 1950, passou a pertencer ao quadro dos estabelecimentos de ensino público do Estado do Paraná, com a denominação de Ginásio Estadual “Emílio de Menezes”, autorizada pela Portaria de número 610, datada de 21 de agosto de 1955. Aí, propriamente, começou a grande caminhada para o seu engrandecimento, e logo em 1957, através da Autorização de número 204, datada de 21 de março, nossa “Escola” passou a atender o

segundo ciclo, o equivalente hoje ao Ensino Médio, tendo funcionado desde a sua criação até o ano de 1965, no prédio onde hoje está instalado o Colégio Estadual “Marquês de Caravelas”- Ensino Fundamental e Médio, sito na rua Uirapuru, 295.

Tendo ganho casa nova, a única com novo padrão arquitetônico, a partir do dia 24 de março de 1966, passou a atender seu alunado na rua Quíscalo, 185, quadra três, no Jardim Aratimbó, no terreno adquirido do Senhor Amadeu Boggio Melo, onde funcionava uma serraria, e por doação do Governo do Paraná.

Com a efetivação em 26 de novembro de 1963, passou a atender na íntegra o curso de segundo grau, naquela época denominado “Científico”, sendo que, no ano de 1978, passou a abrigar o espólio da extinta Escola Normal “Fernando Amaro”, atendendo também o curso de “Magistério”, para formação de novos professores.

No ano de 1987, foram dados os primeiros passos para a informatização do Colégio, com a instalação do Laboratório de Informática Aplicada à Educação, que posteriormente passou a ser um curso de segundo grau. No ano de 1988, passou a coordenar a documentação escolar informatizada.

Em 1989 passou a abrigar, em virtude das necessidades da absorção da extinta Escola Normal, alunos do curso primário.

Em 1990 passou a ter o Curso Técnico em Processamento de Dados, o qual teve sua última turma no ano de 1998. A partir da extinção dos Cursos Profissionalizantes, foi ampliada a oferta do Ensino Médio, com um bem aquinhado laboratório de informática, tendo funcionado durante esse período com a denominação de Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino de 1º e 2º Graus. Através da Resolução Secretarial de número 3120/98 DOE, datada de 11 de setembro de 1998, mudou a nomenclatura do Estabelecimento para Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental e Médio.



Em 2005, entre outras conquistas, o estabelecimento passou a oferecer novamente o curso de “magistério”, o qual denomina-se Curso Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em julho/2009 passou a ofertar o mesmo Curso mas com Aproveitamento de Estudos com a duração de dois anos e meio no período noturno.

Também formou a tão sonhada fanfarra, graças à parceria com o “Rotary Club Beija-Flor”.



Através da Resolução Secretarial nº 162/06, datada de 30 de janeiro de 2006, muda-se a nomenclatura do Estabelecimento para Colégio Estadual “Emílio de Menezes” – Ensino Fundamental, Médio e Normal e também através da Resolução nº 3189/07 – D.O.E. 16/07/2007 – foi reconhecido o curso de Formação de Docentes.

Entre tantas parcerias que foram formadas com várias entidades do município, a parceria com a UNOPAR trouxe vários projetos que vieram enriquecer ainda mais as atividades escolares. Melhorias na parte física da escola também foram conquistadas. Em 2004 aconteceu a construção do refeitório; em 2005, a construção da cantina escolar e vestiários. Em 2010 aconteceu a adequação da sala dos professores, da biblioteca, da sala de artes, do departamento de educação física e da sala de estágio para o Curso de Formação de Docentes. Neste mesmo ano também houve a construção dos banheiros (feminino e masculino) anexo à sala dos professores e foram colocados alambrados ao redor das quadras esportivas.

Assim, com rápidas pinceladas, vimos o crescimento e o fortalecimento dessa instituição de ensino que, atualmente, no ano de 2011, conta com cerca de 119 (cento e dezenove) profissionais, sendo 90 (noventa) professores, e 08 (oito) pedagogas e 22 (vinte e dois) técnico-administrativos e de apoio para atender um alunado de cerca de 1560 alunos e alunas, provenientes de todos os rincões e de cidades vizinhas, que vêm em busca daquilo que o Colégio melhor sabe oferecer: Educação.



Colégio Estadual Emílio de Menezes - Vista Parcial 2010

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal funciona com turmas organizadas por séries anuais, nos períodos matutino, vespertino e noturno e conta, no ano de 2013, com as seguintes turmas:

- I. Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano/regime de 4 anos de duração;
- II. Ensino Médio;
- III. Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal;
- IV. Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa - TILS;
- V. CELEM: Espanhol e Francês

3. OFERTA EDUCACIONAL

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal instituição de ensino legalmente constituída, comprometida com interesses relevantes para a sociedade, oferta a Educação Básica nas modalidades:

3.1 - Ensino Fundamental (6º ao 9º ano): Está funcionando em consonância com a legislação vigente e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

Período Vespertino: 18 (dezoito) turmas

3.2 - Ensino Médio: O ensino ministrado neste nível de escolaridade tem como base os princípios de igualdade, de liberdade e os ideais de solidariedade. O novo Currículo para o Ensino Médio está embasado no que prevê a Lei e nos valores que norteiam as diretrizes: “Estética da Sensibilidade, Política da Igualdade e Ética da Identidade”, privilegiando a formação para o exercício da cidadania, visando à preparação básica para o trabalho e à fundamentação essencial, necessária ao prosseguimento nos estudos. As Diretrizes Curriculares Nacionais a serem trabalhadas estão em processo de reestruturação em nível federal. A reestruturação desencadeada pelo Ministério da Educação assume, a partir de agora, uma missão claramente definida. Essa modalidade de ensino tem como objetivos o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas, buscar informações, interpretá-las e inseri-las em um contexto.

É objetivo, também, que o aluno que não possa prosseguir os estudos no nível superior tenha conhecimentos que possam contribuir para o seu sucesso no mercado de trabalho.

O Colégio Estadual Emilio de Menezes adota em seus procedimentos metodológicos as Diretrizes Curriculares Estaduais construídas com o envolvimento dos profissionais da Educação do Estado do Paraná. No ano de 2013 há a oferta das seguintes turmas no Ensino Médio.

Período Matutino: 14 (treze) turmas

Período Noturno: 05 (cinco) turmas

3.3 - Educação Profissional

3.3.1 - Ensino Médio Integrado: Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Duração: Quatro anos (04).

Período Matutino: 04 (quatro) turmas

A organização do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Nível Médio, na modalidade Normal, conforme previsto no artigo 62 da Lei 9394/96, aberto aos concluintes do Ensino Fundamental tem como meta a formação de professores para atuar como docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tem como opção a organização curricular numa perspectiva conjugada que objetiva a Rede Estadual de Ensino. O curso tem a duração de 4.800 horas/aulas distribuídas em quatro anos letivos.

A formação básica, geral e comum, direito inalienável e condição necessária ao exercício da cidadania plena, deverá assegurar, no curso Normal, os conhecimentos específicos e os conhecimentos que são previstos para a terceira etapa da educação básica, nos termos do que estabelecem a Lei 9394/96 - LDBEN, nos artigos 35 e 36, e o Parecer CEB/CNE 15/98.

Enquanto dimensão do processo integrado de formação de professores, os conteúdos curriculares dessa área serão remetidos a ambientes de aprendizagem planejados e desenvolvidos na escola campo de estudo. Os conteúdos curriculares destinados à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental serão tratados em níveis de abrangência e complexidade necessários à resignificação de conhecimentos e valores, nas situações em que são desconstruídos por crianças, jovens e adultos.

A área ou o núcleo da gestão pedagógica no âmbito da educação escolar contextualizada, em diálogo com as demais áreas ou núcleos curriculares das propostas pedagógicas das escolas, propiciará o desenvolvimento de práticas educativas que:

- Integram os múltiplos constitutivos da identidade dos alunos, que se deseja sejam afirmativas, responsáveis e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias no universo das suas relações;
- Considerem a realidade cultural, sócio-econômica, de gênero e de etnia, e também a centralidade da educação escolar no conjunto das propriedades sociais a serem consensuadas no país. Nessa abordagem, a problematização das escolhas e dos resultados que demarcam a identidade da proposta pedagógica das escolas campo de estudo toma como objetivo de análise:

- A escola como instituição social, sua dinâmica interna e suas relações com o conjunto da sociedade, a organização educacional, a gestão da escola e os diversos sistemas de ensino, no horizonte dos direitos dos cidadãos e do respeito ao bem comum e à ordem democrática..

- Os alunos nas diferentes fases de seu desenvolvimento e em suas relações com o universo familiar, comunitário e social, bem como o impacto dessas relações sobre as capacidades, habilidades e atitudes dos estudantes em relação a si próprios, aos companheiros e ao conjunto das iniciativas que concretizam as propostas pedagógicas das escolas.

A parte prática de formação, instituída desde o início do curso, com duração mínima de 800 horas/aula, contextualiza e transversaliza as demais áreas curriculares, associando teoria e prática que possibilitam o efetivo exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a busca pela práxis comprometida e fundamentada teoricamente.

A prática, área curricular circunscrita ao processo de investigação, e à participação dos alunos no conjunto de atividades que se desenvolvem na escola campo de estudo, deve cumprir o que determinam especialmente os artigos 1º e 61º da Lei 9394/96, antecipando, em função da sua natureza, situações que são próprias da atividade dos professores no exercício de docência, nos termos do disposto no artigo 13 da citada Lei.

Objetivos da Educação Profissional: Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

I - Formar educandos estagiários competentes, críticos, afetivos, que tenham conhecimento e compreensão do processo de ensino e de aprendizagem, e que sejam comprometidos com a transformação de seus futuros alunos e da sociedade em que estão inseridos através de atuação ética profissional.

II - Formar professores autônomos e solidários, capazes de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar, de utilizar os conhecimentos, recursos e procedimentos necessários às suas soluções, avaliar a adequação das escolhas que forem efetivadas, e ainda, devido às transformações por que passam as sociedades, analisar as consequências dos novos paradigmas do conhecer.

O Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental teve sua primeira turma no ano letivo de 2005.

No ano de 2009, o Colégio Emilio passou a ofertar o Curso Formação de Docentes, em nível médio, na forma de Aproveitamento de Estudos, para egressos do Ensino Médio. O Curso tem a duração de dois anos e seis meses e funcionou em regime semestral para atender a solicitação de uma demanda ainda existente de formação em nível médio. O Curso era presencial, organizado para atender as necessidades da formação de um professor competente da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental previsto na Proposta Pedagógica do Curso. O Curso teve somente 02 turmas e cessou ao final do ano letivo de 2012.

A Proposta Pedagógica elaborada pela SEED e professores do Estado, adotada pelo CEEM apresenta coerência entre objetivos, perfil profissional e organização curricular. Além das aulas previstas para o período noturno estão estabelecidas, pela legislação educacional atual, o mínimo de 800 horas para a prática de formação e estágios supervisionados que visam o domínio da futura profissão, colocando os alunos em contato com o mundo do trabalho e a prática social, através de atividades diversificadas a serem desenvolvidas em contraturno.

Atualmente, ano letivo de 2013, contamos com 4 turmas no período da manhã, sendo: uma de primeira série, uma de segunda série, uma de terceira série e uma de quarta série. O retorno do curso para formação de professores atende às solicitações da comunidade local, pois resgata e amplia o bom nome do CEEM e do antigo curso de Magistério, que funcionou neste estabelecimento

de Ensino no período de 1976 até 1999, quando foi extinto na grande maioria das escolas estaduais do Estado do Paraná.

3.4 - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM

a) Modalidade: Língua Espanhola

Duração: 02 (dois) anos

Período Noturno: - 01 (uma) turma de 1º ano

- 01 (uma) turma de 2º ano

Período Intermediário: - 01 (uma) turma de 1º ano

- 01 (uma) turma de 2º ano

b) Modalidade: Língua Francesa

Duração: 02 (dois) anos

Período Intermediário: - 01 (uma) turma de 2º ano

A aprendizagem de Línguas é importante para o desenvolvimento psicopedagógico do ser humano, bem como para compreensão de valores sociais e aquisição de conhecimentos sobre outras culturas. A partir da aprendizagem de outra língua, o aluno terá condições de interagir com pessoas diferentes, lugares distantes, culturas diferenciadas, tendo assim possibilidades de enriquecer seus conhecimentos e conseguir valorizar outras formas de vida e de cultura.

A partir da aquisição de outra língua o aluno será capaz de analisar e valorizar outros modos de vida e de cultura, criando novos conceitos e novas perspectivas.

Por outro lado, Arapongas é um Polo Moveleiro de grande destaque nacional e de outros tipos de indústrias como alimentos e doces, fazendo desta cidade um campo de trabalho muito amplo para nossos alunos. Devido à integração das nossas indústrias com o MERCOSUL, existe uma grande necessidade de que nossos alunos enriqueçam seus currículos e adquiram condições de conquistarem melhores empregos, e assim obterem melhores condições de vida.

Com a implantação do CELEM – Centro Estrangeiro de Línguas Modernas, poderemos viabilizar aos nossos alunos condições para conquistarem oportunidades de crescimento pessoal e profissional através de um ensino gratuito e de qualidade, e assim se auto-afirmarem como profissionais no mundo globalizado em que estamos inseridos.

O prédio escolar atualmente conta com 18 (dezoito) salas de aula, 01 (uma) secretaria, 02 (duas) salas para equipe pedagógica, 01 (uma) sala para direção, 02 (duas) sala para direção auxiliar, 01 (uma) sala de informática, 01 sala de Coordenação do Curso Formação de Docentes, 01 (uma) sala adaptada de estágio do Curso de Formação de Docentes, 01 (uma) sala de PC, 01 (uma) sala de professores, 02 (dois) banheiros para os professores (um feminino e um masculino), 01 (uma) sala de arquivo morto, 01(uma) sala de mecanografia, 01 (uma) sala de almoxarifado, 01 (uma) sala de fanfarra, 01 (uma) cozinha. Na área externa do prédio principal encontramos: 01 (uma) cantina, 02 (dois) banheiros com chuveiros e vestiários, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 03 (três) salas de depósito, 01 (uma) sala de departamento de educação física, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) laboratório de química, 01(uma) quadra esportiva coberta, 02 (duas) quadras esportivas na parte externa e 01 (uma) casa para caseiro e 01 sala adaptada para o funcionamento da Sala de Apoio à Aprendizagem.

5.2 - Materiais

O Colégio possui 01 aparelho DVD, 01 antena parabólica, 02 retroprojetores, 01 televisor 21" tela plana-PROEM, 02 televisores a cores 20" CINERAL, 18 TV 29 Tela Plana. c/entrada USB, 01 vídeo cassete 5 cabeças-PROEM, 02 vídeos cassetes 4 cabeças CINERAL, 02 suportes para vídeo e TV, 01 torso humano anatômico, 01 batedeira Semi-Ind. 12 lts. FUNDEPAR, 02 fogões S/IND. 6 B. C/forno C.TEC., 01 fogão S/IND. 4 B. C/Forno C.TEC, 01 Freezer horizontal 310 lts. - PROEM, 01 freezer horiz. 152 litros usado, 01 geladeira res. 270 lts. - PROEM, 01 liquidificador ind. Cap. 4 lts, 01 liquidificador ind. 8 lts. FUNDEPAR, 01 manta aquecedora balão 250 ml, 18 racks TV 29", 08 estantes aço c/6 prateleiras, 03 estantes de aço, 01 agitador magnético, 01 microscópio esteroscópico, 01 máquina esc. Eletrônica IBM, 02 microcomputador pentium – t-6, 02 microcomputadores para alunos com necessidades especiais, 01 microcomputador, 01 monitor 14", 01 receptor decod mpeg – 2 dvb, 01 globo terrestre físico, 01 globo terrestre político, 01 leis de hom, 02 arquivos aço 4 gavetas – PROEM, 04 arquivos aço 4 gavetas, 18 cadeiras estofadas fixas c-1, 34 cadeiras estofadas giratórias, 02 carteiras esc. Educ. Especiais, 01 conj. Mov. Cinemática e dinâmica, 01 conjunto de termologia, 01 conjunto de ótica e ondas, 66 conjuntos esc. Fde/4 – PROEM, 02 mesas escrivatinhas c/3 gavetas, 08 mesas de leitura e biblioteca, 01 mesa de reunião mod. Mr-fmi-1, 02 armários aço 2 portas, 02 armários aço 2 portas – SUDE, 06 armários aço 16 portas – PROEM, 10 mesas refeitório 2 bancos – PROEM, 10 mesas refeitório 2 bancos – FUNDEPAR, 01 balança de plataforma digital, 01 estadiômetro portátil, 02 balanças digitais, 01 medidor de ph digital, 4 balões fundo chato 250 ml, 01 liquidificador ind. Cap. 8 lts, 08 copos de vidro 250 ml, 03 conjuntos sólidos geométricos, 01 conjunto barras de medida, 05 pipetas de vidro graduada 10 ml, 20 fantoches família branca, 04 suportes universais, 04 kits pancake – conj. C/5, 40 baquetas madeira – par

32/39cm, 40 flautas doce soprano, 03 torres base c/ 6círculo, 08 jogos alfabetos silábicos 372 peças, 06 jogos dominós assoc. 28 peças, 06 jogos vamos formar palavras 60 peças, 06 jogos de lógica 16 peças, 10 jogos de memória c/ antônimos, 02 conj. Números e sinais 40 peças, 02 conj. Dourados 611 peças mad., 02conj. Régua numérica 61 régua, 05 funis de separação 250 ml, 04 balões volumétricos 250 ml, 05 funis de vidros 150 ml, 02 escalas cuisinare c/294 barras, 06 erlenmeyer de vidro 250 ml, 02 dominós educ. subtração, 02 dominós Mar. Multiplicação, 01 bloco lógico c/48 em madeira, 02 tangram em madeira, 06 bastões de vidro 6 x 300mm, 01brinquedoteca – kit c/50 itens, 01 relógio didático e 30 colchonetes.

5.3 – Recursos Humanos:

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” – Ensino Fundamental, Médio e Normal conta com recursos humanos para os setores: administrativo, pedagógico e funcional, corpos docente e discente, alocados da seguinte forma:

5.3.1 - Administrativo:

A direção escolar é composta pelo diretor(a) e diretor(a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

Direção: Professora Cristiane Cesária Pablos Rossetti

Ato de Designação: Res.6012 / 2012 - D.O.E. 06/01/2012

Direção Auxiliar: Professor Luiz Roberto dos Santos

Ato de Designação: Res.6012 / 2012 - D.O.E. 06/01/2012

Direção Auxiliar: Professor Sergio Wilson dos Santos

Ato de Designação: Res.6012 / 2012 - D.O.E. 06/01/2012

Secretária: Professora Joana Zuliani

Ato de Designação: Port. 677 / 96 de 08/07/1996

5.3.2 - Apoio Técnico-Administrativo (Agentes Educacionais II):

O Colégio Estadual Emílio de Menezes possui em seu quadro, agentes educacionais II formados pelos Cursos Técnicos de Profissionalização dos Funcionários da Educação – Profucionário, nas áreas de Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos.

A instituição conta com um quadro funcional composto de 08 (oito) servidores, abaixo relacionados:

Aliete Cristina Renzeti Jorge

Aline Janaina Quinhone da Silva

Cristina Aparecida Ribeiro e Silva

Eliani Cristina dos Santos

Ivone Rossetti Alves Pereira

Maria Aparecida Garanhani Mantovani

Massako Yokomizo Takata

Renato José Preisner

5.3.3 – *Equipe Pedagógica:*

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” – Ensino Fundamental, Médio e Normal possui uma equipe técnico-pedagógica, composta por pedagogas ou profissionais de ensino com pós-graduação em pedagogia. Relaciona-se abaixo a equipe técnico-pedagógica.

Pedagogas

Ana Cristina Jerônimo Gamero

Cleide Ribeiro Gonçalves

Erotides Gonçalves de Freitas

Lilian Paula Martins Lorençato

Maria Teresinha Golon Marchi

Pâmela de Jesus Ramos Pereira

Patrícia Cristina Veroneze Cardoso

Sueli Nicastro Tannouri

5.3.4 – *Auxiliares de Serviços Gerais (Agentes Educacionais I):*

O Colégio Estadual Emílio de Menezes possui em seu quadro, agentes educacionais I formados pelos Cursos Técnicos de Profissionalização dos Funcionários da Educação – Profucionário, nas áreas de Infraestrutura Escolar e Alimentação Escolar.

A instituição conta com um quadro funcional composto de 14(quatorze) servidores, abaixo relacionados.

Alessandra Lopes Pereira

Benedita dos Reis

Elena Litwinczuk

Ivani Vieira

Leonice Serrano

Luzia de Fátima Costa de Andrade

Maria Aparecida Costa de Oliveira

Maria Aparecida Dias

Marcia Paulucio da Silva

Rosangela de Souza

Tereza Ildefonso de Arruda

Vilma Sebastiana Veloso dos Santos

Yara Borges dos Santos

5.3.5 – *Corpo Docente*

Todo o corpo docente é habilitado para a função que exerce, a maior parte tendo formação em nível de pós-graduação, com vínculo efetivo e trabalhando na instituição há vários anos. Todos participam dos cursos de atualização propostos pela Secretaria Estadual de Educação.

PERIODO MATUTINO

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vínculo Funcional
Adriana Cavazzini dos Passos	Química	PSS
Adriane Berton de Oliveira	Língua Portuguesa	PSS
Amanda Gomes Ferreira	Matemática	PSS
Cibele Caroline R. S. Forcato	Biologia	PSS
Clélia Aparecida Guilhen Mario	Educação Física	QPM
Cristian Rafael Durante	Língua Portuguesa e LEM - Inglês	QPM
Dagoberto Rodolfo Begali	Educação Física	QPM

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vínculo Funcional
Dayenne Christine R. de Miranda	Língua Portuguesa	PSS
Edna Maria Comar Greszczyszyn	Ciências e Matemática (Readaptada)	QPM
Elaine Marta Lopes Medina	L.E.M. – Inglês e Língua Portuguesa	QPM
Elen Cristina S. Foregati Casacchi	Geografia	QPM
Elza Martins	Sociologia / História	QPM
Expedito Vieira de Souza	Física	QPM
Flávia Leonel	Química	QPM
Francielle Vidotto	Biologia	PSS
Gildete Rosa de Oliveira	Geografia	QPM
Herminda Aparecida C. Franzoni	Matemática	QPM
Ilka Silvia de Souza Jorge	Língua Portuguesa/LEM-Inglês	QPM
Isabel Cristina Capelassi Gomes	Matemática e Sala de Apoio	QPM
Jacqueline Silvia M. Cavalcante	Professora Intérprete LIBRAS	QPM
Janie Geraldini da Cruz	Biologia	PSS
José Carlos de Carvalho	Educação Física	QPM
José de Almeida	Física	QPM
Jovelina Ribeiro do Amaral	Educação Física - Hora Treinamento	PSS
Lidia Benvindo dos Santos	Língua Portuguesa	QPM
Leila Carla Juday	FSE, FHPEI, MEC, MEH, Filosofia	QPM
Lélia Giancrístófaró Zanin	Fund. Psicológicos da Educação / Sociologia	QPM
Levi Aparecido Xavier	Segundo Tempo	PSS
Liliane Viana dos Santos	História	PSS
Lina Maria Graça Borges	L.E.M.- Inglês	QPM
Luciana Aparecida Manoel	Biologia	PSS
Luciana Penteado de França	Arte	QPM
Luciano Rompató	Sociologia	PSS
Luzia Barbosa Cardoso	Filosofia	QPM
Manoel Simões Neto	Filosofia	QPM
Melina Aparecida de Paula	Arte	PSS
Michele Cristiane Zidói	Biologia	PSS
Palmira da Silva Pegorer	Língua Portuguesa	QPM
Patrícia Elaine Inácio Estralioto	FHE, TPEI, MEM, MEEF	PSS
Paulo Marczuk	Matemática	QPM

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vínculo Funcional
Raquel Schneider Frade	Arte	QPM
Rosângela Martins	Matemática	QPM
Rosemari de Oliveira Menck	Química	QPM
Rosemary Ataíde Leonel	Química	QPM
Sandra Marcia Ramos Duarte	Língua Portuguesa	QPM
Solange de Fatima Gouveia Pinto	Biologia	QPM
Valéria Aparecida Zanin	Matemática (Readaptada)	QPM
Zilda Aparecida de Oliveira Lima	História	QPM

PERÍODO VESPERTINO

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vínculo Funcional
Alexandra Pingret	Arte	QPM
Andréia de Souza	Arte	PSS
Ângela Aparecida Ortiz Ferreira	História	PSS
Camila Cortez	Ciências	QPM
Carla Fany Matsuo Anção	LEM - Inglês	QPM
Cecília Sanae Higaschi	Prática de Formação	QPM
Claudio de Andrade	Educação Física	PSS
Cleide Maria da Silva	Prática de Formação	PSS
Dagoberto Rodolfo Begali	Educação Física	QPM
Daniele Giancristofaro Cortezi	Ciências	PSS
Demétrio Volpato	Matemática	QPM
Eduardo dos Santos Soares	Língua Portuguesa	PSS
Elaine Marta Lopes Moroz	Língua Portuguesa/LEM-Inglês	QPM
Elen Cristina S. Foregati Casacchi	Geografia	QPM
Elen Michelli Pereira	História	PSS
Elza Martins	História	QPM
Eneida Mazuquin Ferrari	Língua Portuguesa	QPM
Fernanda Castro de Souza	Língua Portuguesa	PSS
Francismeire Vieira	Matemática (afastada PDE)	QPM
Geysa Maira Forcato Buzina	Ciências	QPM
Gildete Rosa de Oliveira	Geografia	QPM

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vínculo Funcional
Gisele Cristina Zanon	Língua Portuguesa	QPM
Helen C. Parazzi de Freitas	Ciências	PSS
Ilka Silvia de Souza Jorge	Língua Portuguesa e LEM-Inglês	QPM
Isabel Cristina Capelassi Gomes	Matemática	QPM
Jacqueline Silvia M. Cavalcante	Intérprete - LIBRAS	QPM
Jorge Luiz Ampessan	Ciências	QPM
Jovelina Ribeiro do Amaral	Educação Física	PSS
Juraci Lima	Matemática	QPM
Lélia Giancristofaro Zanin	Ensino Religioso	QPM
Levi Aparecido Xavier	Projeto Segundo Tempo	PSS
Lídia Benvindo dos Santos	Língua Portuguesa (afastada PDE)	QPM
Liliane Viana dos Santos	História	PSS
Lina Maria Graça Borges	L.E.M.-Inglês	QPM
Marcia Zanon de Oliveira	Educação Física	PSS
Maria Aparecida Bettazza Gomedí	Geografia	QPM
Maria Izabel Lopes dos Santos	Matemática	QPM
Mariele Santos Duarte	Educação Física	PSS
Maria Teresinha Golon Marchi	Prática de Formação	QPM
Marly Gorzoni Guidoni	Matemática	QPM
Oreni Alves de Souza	Educação Física	QPM
Raquel Schneider Frade	Arte	QPM
Roseli Aparecida Vecchia	Língua Portuguesa	PSS
Roseli Cotinho	Ciências	PSS
Rose Marcia C. Antonangelo	Arte	QPM
Sandra Pereira Borges	Língua Portuguesa	QPM
Sebastiana Umbelina da Silva	L.E.M.-Inglês	QPM
Sueli Mara Milanez Talarico Cardoso	História	QPM
Tânia Aparecida Gonçalves	Matemática	QPM
Tereza Aparecida Zuliani	Língua Portuguesa	QPM
Tiago de Souza Cerconvis	História	PSS
Vera Lucia Gouvea da Costa	Matemática	PSS
Zilda Aparecida de Oliveira Lima	História	QPM

PERIODO INTERMEDIÁRIO

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vinculo Funcional
Alberto Lima Alves	CELEM - Francês	PSS
Sebastião de Oliveira Diniz	CELEM - Espanhol	QPM
Tânia Regina Broieiti Mendonça	CELEM - Espanhol	QPM

PERIODO NOTURNO

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA	Vinculo Funcional
Adriana Cavazzini dos Passos	Química	PSS
Adriane Berton de Oliveira	Língua Portuguesa	PSS
Alberto Lima Alves	CELEM - Francês	PSS
Clélia Aparecida Guilhen Mario	Educação Física	QPM
Cristian Rafael Durante	LEM - Inglês	PSS
Elaine Marta Lopes Moroz	LEM - Inglês	QPM
Exedito Vieira de Souza	Física	QPM
Flavia Leonel	Química	QPM
Gildete Rosa de Oliveira	Geografia	QPM
Gisele Cristina Zanon	LEM - Inglês	QPM
Isabel Cristina Capelassi Gomes	Matemática	QPM
Luiz Marcelo Farinha Nunes	Biologia	QPM
Luzia Cardoso Barboza	Filosofia	QPM
Paulo Marczuk	Matemática	QPM
Raquel Schneider Frade	Arte	QPM
Rosemary Ataide Leonel	Química	QPM
Solange de Fátima Gouvea Pinto	Biologia	QPM
Sonia Shirley Santana Hissamura	Sociologia	QPM
Tania Regina Broeitti Mendonça	CELEM - Espanhol	QPM
Tereza Aparecida Zuliani	Língua Portuguesa	QPM
Valéria Aparecida Zanin Rodrigues	Matemática (Readaptada)	QPM
Vilma Conforto de Oliveira	Língua Portuguesa	PSS
Waldete Aparecida Romero	Educação Física	QPM
Zilda Aparecida de Oliveira Lima	História	QPM

5.3.5 - *Corpo Discente:*

O corpo discente deste Estabelecimento de Ensino é constituído de alunos distribuídos em 2 (dois) períodos: diurno (matutino/vespertino) e noturno.

- Os alunos que frequentam o período diurno, na sua maioria, pertencem à classe social média e buscam embasamento teórico para o prosseguimento nos estudos, principalmente para enfrentar os vestibulares. Por terem pais mais preocupados e envolvidos, possuem mais responsabilidade. São mais assíduos e o nível é mais satisfatório que o do noturno. O alunado é mais brando, mais assíduo, mais participante no cotidiano e na coletividade.
- Os alunos do período noturno são trabalhadores e muitos deles faltosos, pertencentes, na sua maioria, à classe média - baixa. Muitos estão matriculados na escola para cumprirem formalidades, manter o emprego, para continuarem na guarda - mirim ou obrigados pelos pais. Apenas parte deles busca, através da escola, um futuro melhor e a ampliação dos conhecimentos que possui. Devido a esses problemas e à problemática da adolescência que enfrentam, trazem problemas à instituição escolar: aulas são evadidas, notas se defasam, aumentando os conflitos e decaindo assim o nível de rendimento escolar.

Diante do quadro descrito, fica como desafio aos educadores do CEEM, o engajamento do alunado no objetivo maior adotado pelo corpo escolar que é a busca da apropriação do conhecimento científico pelo aluno.

6. REGIME ESCOLAR

6.1 - Do Processo de Classificação:

A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

- I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- II. por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;

III. independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

- I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;
- II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;
- III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;
- IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
- V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

É vedada a classificação para ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental.

No Curso de Educação Profissional, Nível Médio, a classificação será efetuada por promoção e por transferência para a mesma habilitação.

É vedada a classificação, independentemente da escolarização anterior, para série, etapas, períodos posteriores, considerando a necessidade do domínio de conteúdos para a formação em Educação Profissional.

6.2 - Do Processo de Reclassificação

A reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Cabe aos professores, ao verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dar conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

Os alunos, quando maiores, ou seus responsáveis, poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-lo ou não.

A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo de reclassificação a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

A equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, assessorada pela equipe do Núcleo Regional de Educação, instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da SEED, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação.

Cabe à Comissão elaborar relatório dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

A reclassificação é vedada aos cursos da Educação Profissional.

6.3 - Do Processo da Promoção:

A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Formação de Docentes, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ B + 2^\circ B + 3^\circ B + 4^\circ B}{4} \geq 6,0$$

4

Será considerado aprovado o aluno do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que além dos requisitos exigidos anteriormente:

- I – cumprir, no mínimo, a carga horária de 200 horas anuais da Prática de Formação;
- II - realizar todas as atividades previstas no Estágio Supervisionado na totalidade.

Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

- I. frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;

II. frequência superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina;

O aluno do Curso Formação de Docentes será considerado reprovado quando apresentarem:

I- frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independente do aproveitamento escolar nas disciplinas da Matriz Curricular do Curso com exceção da Prática de Formação que exige 100 % de frequência e o cumprimento integral das atividades previstas. O mínimo a ser cumprido anualmente é de 200 horas.

Todo aluno que estiver com nota inferior ao mínimo estabelecido terá seu desempenho analisado pelo Conselho de Classe. Os alunos terão seu desempenho e apropriação de conteúdos analisados, tendo em vista os objetivos previstos para a série em questão e para série posterior, para então decidir sobre a promoção ou retenção dos mesmos.

OBS: A partir do ano de 2014, será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

3

7. INSTÂNCIAS COLEGIADAS



7.1 - Conselho Escolar

O Conselho Escolar do Colégio Estadual “Emílio de Menezes” foi aprovado pelo Ato Administrativo nº 023/06 do Núcleo Regional da Educação de Apucarana.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de

natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento deste Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.

A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola e a qualidade da instituição escolar.

A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O Conselho Escolar é concebido enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo da direção do Estabelecimento de Ensino.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto de profissionais da educação atuantes na escola, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos e representantes de segmentos organizados presentes na comunidade, comprometidos com a educação.

O Conselho Escolar, órgão colegiado de direção, deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais o conselho perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar. É o maior órgão da gestão escolar porque tem como funções discutir, aconselhar, deliberar e normatizar as questões mais importantes do cotidiano escolar. No Conselho, os representantes dos diversos segmentos da escola (familiares, professores, funcionários, alunos, direção e equipe pedagógica) e representantes de diferentes segmentos da sociedade se reúnem para decidir as questões pedagógicas, administrativas e financeiras, definindo a política de ação da escola.

Este Conselho é eleito pelo prazo de 02 (dois) anos e nesse período tem a incumbência de analisar, aprovar e acompanhar a efetivação do PPP, Calendário e do Plano Anual da Escola e

recursos financeiros, articulando ações, criando e garantindo mecanismos de participação democrática e efetiva em todas as ações desenvolvidas no âmbito escolar. As reuniões ocorrem mensalmente e / ou sempre que surgir um fato relevante a ser analisado.

O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, onde estão especificadas todas as funções a ele inerentes.

Conselho Escolar - Gestão 2012/2014

Presidente: Cristiane Cesária Pablos

Vice Presidente: Isabel Cristina Capelassi Gomes

Professor Representante da Equipe Pedagógica: Erotides Gonçalves de Freitas (Titular)
Maria Teresinha Golon Marchi (Suplente)

Representante do Corpo Docente: Isabel Cristina Capelassi Gomes (Titular)
Zilda Aparecida de Oliveira Lima (Suplente)

Representante da Equipe Técnico Administrativa e Agentes Educacionais II

Joana Zuliani (Titular)
Cristina Aparecida Ribeiro (Suplente)

Representante dos Agentes Educacionais I

Maria Aparecida Costa de Oliveira (Titular)
Tereza Ildefonso de Arruda (Suplente)

Representante de Pais de Alunos

Quedna Peneroti Cavalcante (Titular)
Cleusa da Silva Alencar (Suplente)

Representante de Alunos do Grêmio Estudantil e/ou Alunos

Isadora Bordinhão Torres Pereira
Fabiola Makiyama (Suplente)

Representante da APMF

Herminda Aparecida Carbo Franzoni (Titular)
Marli de Fátima Pereira de Souza (Suplente)

Representantes da Sociedade Civil

Vladmir Stasiak (Titular)
Salete Rovere Alves (Suplente)



7.2 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, pessoa de direito privado é um órgão de representação, sem caráter político-partidário, religioso e sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão privado, sem caráter político-partidário, religioso ou racial e sem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes ou conselheiros. Tem a função de acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, arrecadar verbas para suprir as necessidades da escola, estimulando a criação e desenvolvimento das atividades que integrem pais, alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, observando as disposições legais e regulamentos vigentes e fazendo prestação de contas através de assembléias e editais.

As assembléias são realizadas com a presença dos pais, equipe pedagógica, corpo docente e direção, semestralmente. A equipe que compõe a diretoria se reúne regularmente para apreciação de assuntos diversos.

APMF - GESTÃO 2012/2014

Presidente: Vilmair Lopes do Couto

Vice – Presidente: Cleide Ribeiro Gonçalves Rocha

1º Tesoureiro: Julio Cesar Lenharo

1º Secretário: Jacqueline Silvia Medeiros Cavalcante

2º Secretário: Deborah Golfieri de Oliveira

Diretora Esportiva: Oreni Alves de Sousa

Diretor Social: Ilka Silvia de Souza Jorge

Conselho Deliberativo

Professores e Funcionários

- Ivone Rossetti Alves Pereira
- Herminda Aparecida Carbo Franzoni
- Rosemari Oliveira Menck

Pais

- Valdeci dos Santos da Costa
- Sandra Della Rovere Joaquim
- Joana Maria Ribeiro de Godoi Pereira

Dados da APMF

CNPJ: 77.675.114/0001-66

Nome: APMF - EMILIO DE MENEZES, COL EST - ENS 1 2 GRS

Dados da Dirigente: Nome: Vilmair Lopes do Couto



7.3 - CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe deste Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso. Haverá tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas deste Estabelecimento de Ensino. É um mecanismo constituído para assegurar que o julgamento do

desempenho do aluno se efetive de forma conjunta e cooperativa entre os profissionais da escola através da busca, pelo consenso, de ações e decisões necessárias à melhoria da educação ofertada no estabelecimento.

O Conselho de Classe é um espaço educativo, para tomada de decisões conjuntas nos planos epistêmico e didático, tendo em vista o desenvolvimento do aluno em relação às estratégias de raciocínio e de aprendizagem. Tem como características básicas a participação direta e integrada dos sujeitos do trabalho pedagógico, a organização interdisciplinar e a atenção na avaliação escolar. É espaço interdisciplinar de reflexão, discussão, estudo e tomada de decisões pedagógicas, além de ajudar o professor a desempenhar melhor o seu trabalho.

Os Conselhos de Classe são realizados por turma bimestralmente para análise, discussão do desempenho dos alunos e para elaboração de propostas de trabalho conjunto a serem implementadas visando a melhoria da aprendizagem do aluno e da atuação dos profissionais da escola tendo em vista as condições de trabalho e a melhoria da educação ofertada. O Conselho de Classe reunirá, ordinariamente em cada bimestre, em datas previstas no Calendário Escolar e, extraordinariamente quando um fato relevante assim o exigir. A convocação para as reuniões é feita através de editais com antecedência de 48 horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados.

OBS: O Conselho de Classe reunirá, a partir do ano de 2014, ordinariamente em cada trimestre, em datas previstas no Calendário Escolar e, extraordinariamente quando um fato relevante assim o exigir.



7.4 - GRÊMIO ESTUDANTIL

Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes dentro da Escola. Defende interesses e direitos de todos os estudantes, incentivando a cultura literária, artística, desportiva de todos os seus membros. Realizar promoções diversas, promovendo a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento.

O Grêmio é uma organização sem fins lucrativos, que representa os interesses dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

É o órgão máximo de representação dos estudantes dentro da escola e deve defender os interesses e direitos de todos os educandos, incentivando a cultura em geral, participando de promoções diversas e promovendo a cooperação entre todos no espaço escolar. Não deve em hipótese alguma defender ou se posicionar quanto a interesses partidários, distinção de cor, raça, credo religioso ou posição social.

Atribuições do Grêmio Estudantil:

- Representar condignamente o corpo discente;
- Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Colégio;
- Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
- Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar buscando seus aprimoramentos;
- Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições;
- Lutar pela democracia permanente na escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação da escola.

O atual grêmio estudantil do Colégio Estadual Emílio de Menezes foi eleito através de eleição em 2012 e tem suas atividades regidas por estatuto aprovado em Assembléia Geral.

GRÊMIO ESTUDANTIL - GESTÃO 2012 / 2014

Presidente: Isadora Bordinhão Torres Pereira

Vice - Presidente: Ademir Aparecido Xavier Junior

Secretária: Emanuela Ferreira dos Santos Bertogna

Tesoureiros: Vitor Viel de Souza e Larissa Crisostomo Garcia

Oradora: Gabriela Leme de Araujo

Secretaria de Cultura: Caroline Raniovsky e Luana Camila da Silva Bandeira

Secretaria de Saúde e Meio Ambiente: Stefany Caroline Okuyama Calizotti e Bruna Evelise Bosso

Secretaria de Esportes: Rodrigo Colanzi da Silva e Douglas Alex Alves da Silva

Secretaria de Imprensa: Jhones Teodoro Jacometto e Thaynara Birche Soares

Alunos Conselheiros: Jenifer Nayara Rebequi, Daniele Bernardi, Luana Caroline Maçuquete, Isabela Caroline Gonçalves, Rafaela Caroline Gonçalves, Tayná Marques Parra, Giovana Thalia Augusto

Professora Conselheira: Edna Maria Comar Greszczyszyn

8. MARCO SITUACIONAL

8.1 - Diagnóstico

Descrição da realidade brasileira do Estado, Município e do Colégio Est. “Emílio de Menezes”.

Atualmente nos deparamos com o complexo fenômeno denominado “globalização” que traz progresso e, ao mesmo tempo, contratempos, pois, através dos seus variados contextos, traz preocupações sob os diferentes pontos de vista: socioeconômico, político, cultural e educacional.

Nosso país se defronta com graves problemas que podem ser oriundos do processo de globalização, ou da deficiência tecnológica da maioria da população, o que gera dificuldades para que o cidadão atue plenamente no contexto social. A violência, outro fator que causa espanto e medo na maioria da população, inclusive nos menos favorecidos, interferindo no modo de vida de todos os brasileiros, tem-se tornado cada vez mais intenso e frequente.

O incentivo à quebra de padrões pela mídia e pela ausência da família contribui para que os valores morais, espirituais e éticos se percam, gerando brasileiros omissos, desonestos e desprovidos de solidariedade. Tudo isso, aliado aos altos índices de desemprego, gera e intensifica a violência e uma busca desleal pela sobrevivência.

A sociedade que almejamos é mais justa, ética, solidária e que integre e respeite os cidadãos e que estabeleça padrões mais dignos, honestos e justos para a sobrevivência do homem brasileiro.

O modelo social interfere na formação da pessoa humana e a Escola só desempenha seu papel de fundamental que é difundir o saber, quando contribui para a aquisição de conhecimentos bem como a melhoria da aprendizagem de cada elemento que a compõe, assim possibilitando a transformação da sociedade. A educação ofertada deve contribuir para a aprendizagem dos alunos e na sua inserção e atuação consciente na sociedade. Para isso é fundamental resgatar o seu verdadeiro papel.

O Estado do Paraná, na atual gestão, busca a melhoria da Educação, o incentivo aos funcionários das Escolas e o aprimoramento do Corpo Docente.

Assim, foi implantado o Programa de Reformulação Curricular, tendo em vista o compromisso com a redução das desigualdades sociais, a articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade, a defesa da Educação Básica e da Escola Pública, gratuita e de qualidade como direito fundamental do cidadão, a articulação de

todos os níveis e modalidades de ensino e a compreensão dos profissionais da educação como sujeitos epistêmicos.

Os dirigentes, dessa forma, estão contribuindo para a melhoria da educação paranaense e para a formação de cidadãos conscientes, compromissados, competentes e atuantes na sociedade, tendo em vista sua efetiva participação e atuação na construção dessa sociedade mais justa e democrática que almejamos para todos.

O Colégio Estadual “Emílio de Menezes” se propõe a ofertar Educação de Qualidade através de uma prática pedagógica que supere o Ensino Tradicional, adotando propostas inovadoras pela maioria de seus docentes que são habilitados e especialistas que primam pela sua formação continuada, pois, na maioria, compreendem que a teoria é fundamento para uma prática transformadora. Mas apesar da busca constante pela melhoria, nos deparamos com situações e dificuldades no dia a dia e através dos encontros, estudos e reuniões, constatou-se que há problemas e necessidades que precisam ser sanadas a curto e médio prazo para melhorar o andamento dos trabalhos neste Estabelecimento de Ensino.

8.2 - Identificação dos Problemas e Necessidades

8.2.1 - Gestão Escolar e/ou Mantenedora

PROBLEMAS	NECESSIDADES
Falta de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Maior recurso do Estado para contratação da PEC e maior número de viaturas. - Maior conscientização dos alunos. - Implementar projeto de segurança na escola com o envolvimento dos diversos setores da comunidade. - Trabalho com as famílias. - Mais segurança para os alunos, professores e funcionários. - Inspetor de alunos, policiamento na entrada e saída das aulas e caseiro que possa se fazer mais presente na Escola.
Evasão e baixo índice de frequência no período noturno	<ul style="list-style-type: none"> - Momentos de conscientização com os alunos. - Aplicação da Ficha FICA.
Evasão escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Leis mais severas para alunos maiores ou pais quanto à evasão escolar.
Indisciplina	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminar o paternalismo, ensino deve ser qualitativo e não quantitativo. - Normas a serem seguidas. - Conscientização da necessidade da participação e aprendizagens.
Tumulto nos intervalos	<ul style="list-style-type: none"> - Inspetor de alunos por turno.
Falta de maior diálogo com a equipe técnico-pedagógica e professores por falta	<ul style="list-style-type: none"> - Maior articulação entre equipe pedagógica e professores visando à melhoria no desempenho dos

de tempo e poucos pedagogos.	alunos. - Abertura de demanda para aumento da carga horária da equipe pedagógica. - Criar momentos de estudo conjunto e espaço para troca de experiências.
Melhorar relacionamentos.	- Mediar dialeticamente os conflitos no interior da Escola, pois são inerentes à condição humana emancipada e resultam da pluralidade dos saberes e de visões de mundo dos diferentes profissionais. - Desenvolver o diálogo, a cooperação, a negociação e o direito das pessoas de intervirem na tomada de decisões que afetam a vida da instituição educativa e o envolvimento com a ação. O princípio de gestão democrática reúne diferentes vozes e diferentes visões de mundo. - Melhorar e compreender as diferentes concepções de criança, adolescente e de homem.
Falta de pedagogos, inspetor e coordenador de área.	- Aumento da carga horária para: pedagogos, inspetor e criação de coordenador de área.
Dificuldades para a total adoção da Proposta Curricular do Estado do Paraná.	- Disponibilizar recursos de ensino atualizados, Internet e biblioteca do professor atualizada, que atenda às propostas das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. - Encontros e Cursos que abordem as temáticas e metodologias propostas.
Falta de verbas suficientes para manutenção geral.	- Compromisso do Estado com as necessidades reais das escolas públicas.
Falta de funcionários.	- Aumento do quadro de serviços gerais, secretaria e biblioteca, mediante a abertura de demanda.
Ausência de Inspectores de Alunos.	- Maior recurso para contratação de profissionais.

8.2.2 - Relativos à Aprendizagem

PROBLEMAS	NECESSIDADES
Defasagem de conteúdos.	- Retomada dos conteúdos e reestruturação do planejamento. Aulas de reforço. - Maior compromisso dos alunos e de seus familiares com a vida escolar e estudos.
Alunos imediatistas	- Desmascarar o sistema capitalista. Despertar os alunos para a necessidade dos estudos e do domínio dos conteúdos para maior e melhor participação na sociedade. - Incentivo à leitura e pesquisa.
Dificuldade em ministrar aulas de leitura	- Sala de leitura. Atualizar e ampliar o acervo

	<p>bibliográfico.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de Bibliotecária para todos os períodos e atualização do acervo. - Aquisição de livros e materiais específicos para as diferentes faixas etárias. - Ampliação do horário de funcionamento da biblioteca.
Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Profissionais habilitados - salas adequadas e recursos de ensino que atendam às necessidades educacionais especiais. - Assessoramento aos docentes pelo NRE. - Cursos para disseminar a concepção que fundamenta a educação inclusiva, as questões organizacionais e pedagógicas para que ocorra a inclusão com qualidade e possibilidade de aprendizagem real para os alunos inclusos.
Avaliação da Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar trabalhos individuais e em grupo, estabelecendo critérios para a correção e realização do solicitado e a retomada dos pontos falhos apresentados pelos alunos. - Respeito às diferenças, com a garantia da qualidade e da aprendizagem. - Aplicar provas elaboradas com atividades diversificadas e que tenham clareza e objetividade. - Retomar questões e trabalhos avaliados, solicitando reestruturação pelo aluno. - Definição de critérios mais justos para o Conselho de Classe Final quanto à aprovação do aluno. - Envolver o aluno no processo avaliativo e incentivar a autoaprendizagem.
Professores desestimulados, cansados e doentes. Deficiência do programa de saúde que dá atendimento aos docentes.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria salarial, melhor atendimento à saúde (SAS), equipe multidisciplinar (assistente social, psicóloga na escola ou no Município). - Maior agilidade na substituição de professores. - Melhoria do atendimento médico do SAS. - Aumento da Hora Atividade.
Realidade do Período Noturno: alunos cansados, desmotivados, sobrecarga de horas extras e/ou mudança de turnos de trabalho. Calendário letivo até dezembro (trabalho no comércio- causa: evasão). Resultados insuficientes nas avaliações.	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar metodologia, recursos de ensino, carga horária para o período noturno. - Usar práticas pedagógicas mais estimulantes. - Alteração do Calendário Escolar. - Conscientização de alunos e familiares sobre a importância da educação formal para a cidadania e para a vida pessoal e profissional.
Desinteresse dos pais e alunos - evasão (noturno)	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades diferenciadas, mais atrativas e dinâmicas. - Menor carga horária para o período noturno. - Buscar a participação dos pais.

Falta de material destinado ao ensino médio para o professor	- Solicitar ao governo e fazer uso de verbas recebidas para aquisição de recursos de ensino.
Falta de apoio dos pais ou responsáveis	- A presença dos pais valorizada, incentivada. Trazê-los para a escola. - Promover atividades para as famílias.
Reprovação 2012: Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Médio Integrado	- Acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos reprovados que permanecem no CEEM. - Reuniões periódicas com docentes e pais. - Implementar projetos de reforço escolar. - Sala de Apoio à Aprendizagem.
Melhor acompanhamento do PPP e detecção dos aspectos a serem melhorados.	- Implementar o processo de avaliação do PPP, o aperfeiçoamento da Avaliação Institucional.
Pouco entrosamento entre as diferentes áreas disciplinares e modalidades escolares.	- Buscar a melhor harmonia e produtividade no interior da escola, ou seja, ações que visem: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Compartilhar conhecimentos e informações. ▪ Combater todas as formas de preconceito, discriminação e favorecimentos, garantindo o exercício dos direitos e deveres da cidadania. ▪ Agir com responsabilidade, respeitando o semelhante e humanizando as relações interpessoais. ▪ Desenvolver espírito humanístico e responsabilidade. ▪ Integrar os alunos do Ensino Médio, principalmente o profissionalizante no mundo do trabalho de forma politizada e consciente e não ingênua e alienante. ▪ Profissionais capazes de pensar sobre a prática, buscando transformá-la e unidos na busca da conscientização da verdadeira função da escola que é trabalhar sistematicamente com os conteúdos de ensino, tendo em vista a apropriação do conhecimento pelo aluno e que o respeito profissional e humano seja cultivado acima das divergências.

8.2.3 - Relativos aos índices de Aproveitamento Escolar

Ano	Curso	Turno	Matrícula Inicial	Aprovado	Reprovado	Abandono	Transf.	% de Aprovação
2005	Ens. Fund.	Diurno	339	569	134	02	34	80,7 %
	Ensino	Diurno	511	407	077	00	27	84,09 %

	Médio	Noturno	238	100	080	44	14	44,64 %
		Total	749	507	157	44	41	71,61 %
	FD	Diurno	32	22	03	02	05	81,48 %
		Noturno	38	18	06	07	07	47,36 %
		Total	70	40	09	09	12	71,61 %
2006	Ens. Fund.	Diurno	746	596	114	09	27	82,89 %
		Total						
	Ens. Médio	Diurno	510	379	089	71	25	78,14 %
		Noturno	232	123	063	34	12	55,90 %
		Total	742	502	152	51	37	72,64 %
	FD	Diurno	055	047	006	01	01	87,03 %
		Noturno	020	017	000	03	00	85,00 %
Total		075	064	006	04	01	86,48 %	
Ano	Curso	Turno	Matrícula Inicial	Aprovado	Reprovado	Abandono	Transf.	% de Aprovação
2007	Ens. Fund.	Diurno	717	580	087	09	41	85,79 %
		Total						
	Ens. Médio	Diurno	474	386	048	16	24	85,77%
		Noturno	243	097	074	48	24	44,29 %
		Total	717	483	122	66	48	72,19 %
	FD	Diurno	081	062	010	06	03	79,48 %
		Noturno	018	016	000	01	01	94,10 %
Total		099	078	010	07	04	82,10 %	
2008	Ens. Fund.	Diurno	691	502	149	11	29	89,32 %
		Total						
	Ens. Médio	Diurno	466	346	085	08	27	78,80 %
		Noturno	262	173	052	22	15	70,40 %
		Total	728	519	137	30	42	75,65 %
	FD	Diurno	104	085	008	04	06	86,73 %
		Noturno	017	015	001	01	00	88,23 %
Total		121	100	009	05	06	84,03	
Ano	Curso	Turno	Matrícula Inicial	Aprovado	Reprovado	Abandono	Transf.	% de Aprovação
2009	Ens. Fund.	Diurno	709	645	037	08	19	93,47 %
	Ensino	Diurno	473	374	061	10	28	84,04 %

	Médio	Noturno	154	073	051	18	12	51,40 %
		Total	627	447	112	28	40	76,14 %
	FD	Diurno	124	100	014	02	08	86,20 %

Ano	Curso	Turno	Matrícula Final	Aprovado	Reprovado	Abandono	% de Aprovação
2010	Ens. Fund.	Diurno	717	562	150	05	78,3 %
		Diurno	414	289	105	10	69,8 %
	Ensino Médio	Noturno	134	46	51	13	34,2 %
		Total	548	335	156	23	61,1 %
	FD	Diurno	116	100	014	02	86,1 %

Ano	Curso	Turno	Matrícula Final	Aprovado	Reprovado	Abandono	% de Aprovação
2011	Ens. Fund.	Diurno	679	558	116	05	82,1 %
		Diurno	417	324	089	04	77,6 %
	Ensino Médio	Noturno	129	065	034	30	50,3 %
		Total	546	389	123	34	71,2 %
	FD	Diurno	116	101	015	00	87,0 %
		Noturno	014	012	001	01	85,7 %

Ano	Curso	Turno	Total de Aprovados	Aprovado por Conselho de Classe	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
2012	Ens. Fund.	Diurno	85,30 %	14,90 %	13,30 %	1,20 %
		Matutino e Noturno	69,00 %	32,30 %	18,20 %	12,60 %
	FD	1ª Série	85,70 %	25,00 %	14,20 %	0,00 %
		2ª Série	96,20 %	7,60 %	0,00 %	0,00 %
		3ª Série	96,40 %	18,50 %	3,50 %	0,00 %
		4ª Série	100,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Total	94,80 %	11,80 %	4,30 %	0,80 %		

Os dados constantes das tabelas acima demonstram que o nível de apropriação de conteúdos, aprovação aumentaram no decorrer dos anos de 2005 a 2011.

Em relação ao Ensino Médio os dados demonstram momentos de preocupação em relação ao Ensino Noturno que permanece com índices em torno de 50 %, sendo necessário empreender esforços e adequações de calendário e no currículo como já apontados anteriormente. No diurno a situação é bem melhor, tendo como percentual de aprovação por volta de 80 %.

Os alunos do Curso Formação de Docentes apresentam o nível de apropriação por volta de 86 % no período diurno, considerado dentro dos limites esperados pelos profissionais do Curso, pois é um ensino que exige maior dedicação, estudo e requer tempo livre para a realização da carga horária do estágio curricular de no mínimo 200 horas anuais.

No período noturno a situação é mais difícil, pois além da carga horária de Prática de Formação ser a mesma, as dificuldades financeiras dos alunos exigem que muitos façam opção pelo trabalho, o que muitas vezes não permite a conciliação com os estágios.

8.2.4 - Relativos à Participação dos Pais

PROBLEMAS	NECESSIDADES
Muitos pais ausentes.	- Criar calendários de reuniões específicas para pais e/ou responsáveis sobre temas relacionados à escola e ao contexto social atual e eventos culturais. - Conscientizar os pais que é importante que sejam ativos no processo educativo e no acompanhamento da vida escolar do filho.
Falta de perspectiva dos alunos	- Melhorar a autoestima e a proposição de objetivos.
- Violência, drogas e sexualidade precoce. - Alunos sem limites familiares, pais omissos. - Instabilidade familiar: influência da mídia - Ausência de princípios religiosos e éticos na sociedade de modo geral.	- Instituir limites e palestras para pais e/ou responsáveis quanto aos limites e responsabilidades que devem exigir de seus filhos. - Escola ter mais autonomia para estabelecer regras e limites. - Maior contratação do efetivo da PEC e mais viaturas. - Palestras e Oficinas para os alunos visando a convivência harmônica.
Alunos mal-educados, sem objetivos, desinteressados.	- Melhoria e compromisso da família (Instituição Família, Assistente Social e Psicóloga). - Maior atuação do Conselho Tutelar. - Palestras de boas maneiras e convivência harmônica.

8.2.5 - Relativos à Formação Inicial e Continuada

PROBLEMAS	NECESSIDADES
- Muitas vezes há deficiência na formação inicial quanto aos conteúdos e/ou metodolo-	- Participação em Projetos de Capacitação de forma mais intensa.

<p>gia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quase ausência de práticas que incorporam tecnologia. - Formação Continuada insuficiente. - Escassez de material para aprofundamento teórico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professor ser mediador do processo de ensino e aprendizagem e formadores de cidadãos críticos, conscientes e éticos. - Oferta de cursos e reflexões sobre Informática na Educação. - Criar espaços para leituras, momentos de reflexão e aplicação de experiências inovadoras. - Ampliação e renovação do acervo bibliográfico. - Cursos específicos para todas as disciplinas. - Estudo das Diretrizes Curriculares Estaduais.
<p>Alunos com necessidades educacionais especiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos para atender às necessidades (físico-humano). - Preparo dos docentes e funcionários. - Disponibilização de verbas para a realização de adaptações necessárias ao prédio e aquisição de materiais didáticos.

8.2.6 - Relativos à organização do tempo e do espaço

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>Inadequação dos conteúdos em relação à carga horária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão de conteúdos, de propostas curriculares e matriz curricular.
<p>Espaço físico inadequado às propostas pedagógicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sala de vídeo, hora-atividade, videoteca, sala de estudos para professores. - Informatização da Biblioteca. - Contratação de laboratoristas de Informática, Ciências, Física e Química. - Anfiteatro com Data-Show. - Sala disponível para reforço escolar e Sala de Apoio à Aprendizagem. - Ampliação da sala de estágio e construção de salas para brinquedoteca e laboratório de matemática.

8.2.7 - Referentes à relação entre os profissionais da escola e discentes

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>Cansaço físico e mental devido à sobrecarga de trabalho.</p> <p>Relação Professor x Aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor atendimento do sistema de saúde SAS. - Firmar convênios com clínicas e profissionais da área da saúde. - Ampliação da carga horária para hora atividade. - Promover palestras de valorização e autoestima dos funcionários de modo geral e promoção de alternativas para a manutenção da saúde. - Envolver os pais e/ou responsáveis no processo de ensino e de aprendizagem. - Cursos visando a melhor compreensão da infância e adolescência.

8.2.8 - Referentes aos equipamentos físicos e pedagógicos

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>Laboratórios com defasagem de equipamentos e materiais.</p> <p>Ausência de sala de vídeo.</p> <p>Deficiência de materiais didáticos.</p> <p>Sala de Informática que não comporta o número de alunos das turmas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Maior recurso do Estado para manutenção e atualização dos materiais. - Reforma ou Construção para ampliação dos espaços. - Aquisição de materiais didáticos para as diversas disciplinas. - Recursos para manutenção dos equipamentos de informática e aquisição de softwares educativos. - Contratação de laboratorista para gerenciar o uso das máquinas e dar suporte técnico aos professores.

8.2.9 - Referentes à relação entre os profissionais da escola e discentes

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>Carga horária insuficiente da equipe pedagógica para condução adequada dos problemas do dia a dia com os professores, pais e alunos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de profissionais nessa área/ maior retorno do Pedagogo responsável pela orientação para os professores com relação aos problemas encaminhados. - Assessorar efetivamente os professores e alunos no processo ensino e aprendizagem, tendo em vista a efetivação do PPP e cumprimento de ementas e programas das diferentes disciplinas.
<p>- Implantação do Ensino Fundamental de nove anos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estratégias e metodologias diversificadas para melhor recepção e adaptação dos alunos. - Promover estudos e leituras para uma concepção mais atualizada dos elementos presentes no dia a dia da escola.

8.2.10 - Relativos aos critérios de organização das turmas

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>Atende a Resolução nº 864/2001 que estabelece número de alunos de acordo com o espaço físico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir o número de alunos por turma para a melhoria do ensino e da aprendizagem, possibilitando um atendimento individualizado quando necessário.

8.2.11 - Ao acompanhamento e realização da Hora-Atividade

PROBLEMAS	NECESSIDADES
<p>A organização da hora-atividade é realizada de acordo com as orientações do NRE, visando a interdisciplinaridade. No entanto, ainda encontramos dificuldades para concentrá-la por áreas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tornar momento de estudo e reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem. - Criar momentos de estudos coletivos. - Aumentar a carga horária para correção de atividades dos alunos.

8.2.12 - Outros

PROBLEMAS	NECESSIDADES
Falta segurança nas proximidades da escola	- Maior desempenho da patrulha escolar e respaldo do Conselho Tutelar nas ações da escola e na resolução de problemas disciplinares.
Deficiência do Plano de Saúde dos profissionais.	- Aperfeiçoar o Plano de Saúde SAS. - Maior agilidade no atendimento. - Permitir a realização de exames no município de domicílio do profissional.

9. ANÁLISE CRÍTICA DAS CONTRADIÇÕES E/OU CONFLITOS PRESENTES NA REALIDADE

Nossa escola enfrenta problemas relativos à violência que às vezes acontece nos arredores do Colégio, mas que estamos tendo apoio da PEC na medida do possível. O apoio da PEC (Patrulha Escolar Comunitária) seria mais eficiente se houvesse contratação de mais efetivo e mais patrulhas para atender as inúmeras escolas e as cidades que a mesma auxilia. Se faz necessário, ainda, a contratação de inspetores de alunos por período.

Em relação ao dia a dia na sala de aula, defrontamo-nos com consideráveis índices de evasão e repetência, principalmente no período noturno, que talvez necessite de ações diferenciadas para que os alunos trabalhadores tenham condições de acompanhar, aprender, desenvolver-se e obter êxito. Ações essas que não dependem apenas da escola, mas do contexto político e social mais amplo. A biblioteca precisa ser atualizada, informatizada, pois a leitura deve ser intensificada pelos docentes e adotada pelos alunos no dia a dia e não apenas para eventuais trabalhos e aquisição de notas. O horário de atendimento da biblioteca precisa favorecer o trabalhador, principalmente para favorecer o aluno trabalhador, atendendo nos horários intermediários e diariamente. Sendo necessário, pessoa habilitada e comprometida que goste de ler e de orientar os alunos em suas pesquisas e escolhas de livros.

Os alunos preferem respostas prontas e fogem das pesquisas, preferem conteúdos repetitivos e que não exijam muito trabalho, pesquisa e reflexão. Principalmente o aluno trabalhador precisa de práticas pedagógicas mais estimulantes que propiciem um ambiente escolar mais motivador. Se faz necessário implementar a Proposta Pedagógica Curricular, como o previsto nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Para isso, são necessários cursos, encontros, para troca de experiências. Os cursos devem abordar os conhecimentos específicos de cada disciplina, a

metodologia e os fundamentos pedagógicos que fundamentam a Proposta do Estado do Paraná a fim de que os professores introduzam metodologias alternativas e diferenciadas.

A questão da avaliação, também é preocupante, embora todos os docentes e pedagogos estejam debatendo o tema com frequência, faz-se necessária a adoção de critérios que contribuam para a melhoria da aprendizagem real dos alunos e não apenas para atribuição de notas. Faz-se necessário, também, o hábito de aprimorar as atividades realizadas, retomando erros e equívocos, propiciando oportunidades ao aluno para superá-los, através da reescrita dos trabalhos inadequados.

Há necessidade da contratação de funcionários e que haja maior agilidade no sistema para a substituição de professores, pois a demora gera prejuízos principalmente aos alunos e ainda um professor substituto disponível no estabelecimento para suprir eventuais faltas de docentes.

A prática pedagógica desenvolvida no Colégio Estadual “Emílio de Menezes” é comprometida com os alunos e prima por seu aprendizado, contribuindo para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. Há empenho dos docentes nos estudos para aprimoramento das ações docentes e discentes que se voltam também para alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista o referencial teórico ora apresentado como pano de fundo e suporte teórico.

10. MARCO CONCEITUAL: PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

10.1 - Filosofia da Escola

A educação no Colégio Estadual “Emílio de Menezes” parte do princípio de que o conhecimento é resultado de um processo humano histórico e social, de caráter teórico-prático, onde o ensino tem a finalidade de explicitar as necessidades históricas que conduzem o homem na busca da compreensão e apropriação das leis que produzem, movimentam e regem os fenômenos naturais e sociais. Da compreensão desse processo de produção de existência humana decorre nossa concepção de homem que concebe o aluno como um ser sócio-histórico, síntese de múltiplas determinações sociais.

É com esse sujeito “real”, produzido no interior das relações sociais, que a Escola organiza sua prática pedagógica, entendendo que o conhecimento científico, na sua abordagem sócio-histórica, é o condutor do processo ensino-aprendizagem. Essa concepção de prática educativa deve desvelar a função social da Escola, enquanto instância da socialização do conhecimento científico via ensino e aprendizagem.

Essa é a atividade fundamental que deve ocorrer no interior da Escola, de modo intencional, planejado, deliberado, no sentido de que a apropriação de tal conhecimento permita ao

aluno a compreensão dos fenômenos e das relações sociais, realizando grande salto de qualidade do conhecimento: do senso comum ao conhecimento científico-filosófico.

Os conhecimentos científico-filosóficos constituem a arma de compreensão do real. O funcionamento da racionalidade humana deve ser explicitado pela racionalidade humana científica que permite avaliar os riscos e os possíveis atrasos na busca de elementos teórico-práticos que reinterpretem o papel significativo do homem no processo de construção de uma sociedade mais humana e justa.

A captação do real pelos sujeitos concretos deve ocorrer aflorando sua vontade individual/social de construir uma prática social transformadora da realidade objetiva, a partir da sua práxis, entendida na sua unidade através de atividades teóricas e práticas.

10.2 - Concepção dos Elementos que Interferem na Educação

10.2.1 - Concepção de Mundo e de Homem

O processo de orientação dos seres no mundo envolve não apenas a associação de imagens sensoriais, como entre os animais, mas, sobretudo, pensamento e linguagem. Envolve desejo, trabalho e ação transformadora sobre o mundo transformado. Esse processo de orientação dos seres humanos no mundo não pode ser compreendido de um ponto de vista puramente subjetivista. A orientação do mundo põe a questão das finalidades da ação ao nível de percepção crítica da realidade.

Estamos vivendo e enfrentando mutações e rupturas, a sociedade está mudando sua própria vida, mas o que virá substituir aquilo que está se desfazendo? Vivemos uma era de medo, de incertezas frente às constantes mudanças, principalmente resultantes do processo de tecnologia e globalização.

A sociedade brasileira está enfrentando essas mudanças e, para isso, há uma necessidade de um novo modelo educacional, pois o país está diante de modelos educacionais que não atendem às necessidades dos avanços tecnológicos de uma política de globalização, de modelos neoliberais, de imensas e injustas diferenças sociais, de cobranças e expectativas dos cidadãos que não encontram na sociedade brasileira a resposta às suas necessidades.

Hoje, o mundo do trabalho exige mais confiabilidade do que destreza, mais visão de conjunto do que força física. O processo de trabalho ficou mais complexo e as interações humanas muito menos lineares e autoritárias. Ao formar trabalhadores e pessoas integrantes da sociedade, o sistema de ensino não deve nunca deixar a cidadania de lado para privilegiar o fazer prático.

Os processos de globalização do mundo e da mundialização da cultura desencadeados pela sociedade tecnológica em que vivemos, recolocam as questões da sociabilidade humana em espaços cada vez mais amplos e trazem questões de identidade pessoal e social cada vez mais complexas que precisam ser enfrentadas.

Surge como imperativo a tentativa de elaboração escolar de sínteses significativas pelos sujeitos do processo educacional que se constituem em instrumentos de compreensão do mundo e da vida, permitindo aos alunos melhor se situarem na realidade pós-moderna, de maneira consciente e construtiva, criando vínculos produtivos e construídos com essa realidade.

Para que os educandos criem vínculos com o processo produtivo da realidade, surgem alguns temas emergentes da sociedade tecnológica que podem ser lembrados, compondo uma lista sugestiva que explicitará a concepção e visão de mundo na elaboração do saber escolar, voltada para o mundo atual.

Entre esses temas emergentes, deve-se lembrar a busca e preservação da paz; a defesa do meio ambiente, a justiça social, as questões de gênero, a problemática das minorias (religiosas, raciais, sexuais etc.), a reordenação dos espaços do mundo atual, a relação entre as gerações, melhor compreensão do mundo do trabalho, o exercício da cidadania nas sociedades tecnológicas. Tudo isso, seja pela observação e estudo de direitos e deveres já existentes e pela identificação de direitos e deveres a serem construídos; seja pela análise e constatação das funções ordenativas do Estado, em reorganização frente a um mundo globalizado e principalmente através da apropriação dos conteúdos historicamente construídos pela humanidade.

Compreender a sociedade atual significa capacitar-nos para nela vivermos melhor, melhorarmos nossos relacionamentos e, juntos, construirmos, com os conhecimentos e recursos de que ela já dispõe, uma vida mais digna, justa e humana para todos.

10.2.2 - Concepção de Sociedade e Cultura

Os administradores escolares não podem mudar a sociedade, eliminar a distância social, embora a boa educação, em longo prazo, possa fazê-lo. A escola, pela necessidade de criar um ambiente de uso exclusivo, não pode estar comprometida demais na comunidade, mas um trabalho comunitário bem conduzido seria uma excelente forma de confrontar o aluno com o mundo real e levá-lo a refletir.

A formação da pessoa, de forma a desenvolver valores e as competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa, traz ao educando uma visão de cultura.

A cultura em suas múltiplas dimensões, a sabedoria popular, a ciência e a arte, a cultura da mídia, a cultura religiosa, a cultura de gênero, das etnias, dos grupos específicos de trabalho, o trânsito entre as diferentes culturas, permeadas pelas tecnologias da comunicação que entrecruzam recursos da ciência e das artes, contemplam o tema “cultura social nas sociedades tecnológicas”, seja, pela observação e estudo das manifestações culturais de diferentes segmentos sociais, seja pela constatação e análise de problemas da sociedade tecnológica e globalizada que carecem de respostas culturais na atitude.

O processo de marginalização social, revelador da face excludente da sociedade tecnológica, globalizada e mundializada, contempla o tema “trabalho e conhecimento na organização das sociedades tecnológicas”, seja pela observação e estudo dos segmentos sociais excluídos, seja pela constatação e análise do papel do conhecimento nos setores organizados da sociedade, seja pela reflexão sobre o papel emergente que o conhecimento e/ou setor cultural poderão ter na reorganização da sociedade tecnológica, que escapa ao poder organizado do trabalho, tal qual está nele posto, no presente.

10.2.3 - Concepção de Adolescência

A adolescência, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 2º, é um período (16 a 18 anos) de transição entre a puberdade e o estado adulto. Período é caracterizado por mudanças significativas de crescimento que promovem alterações no corpo e no papel de enfrentamento ao mundo exterior.

Muitas vezes o adolescente refugia-se no mundo interno e como nos esclarece Aberastury (1981) ocorre “um impulso para o desconhecido e um temor ao desconhecido e acaba ficando confuso.

Knobel (1981) define a adolescência como sendo:

“...a etapa da vida durante a qual o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta, apoiando-se nas primeiras relações objeto-parentais internalizadas e verificando a realidade que o meio social lhe oferece, mediante o uso de elementos biofísicos em desenvolvimento à sua disposição e que por sua vez tendem à estabilidade da personalidade num plano genital, o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil”.

Essa compreensão se faz necessária para os educadores que trabalham com essa faixa etária, principalmente nesse momento histórico que estamos vivendo, no qual a família não se faz presente em casa no dia-a-dia, devido à necessidade de trabalhar.

Assim, apesar de ser papel da família participar efetivamente da vida do adolescente, muitos problemas acabam ficando a cargo da escola e até mesmo interferindo no desempenho escolar.

E se os educadores compreenderem os conflitos pelos quais os adolescentes passam, poderão estar criando estratégias que considerem as características dos alunos reais que nós temos.

10.2.4 - Concepção de Criança

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, criança para efeitos legais é a pessoa até doze anos de idade incompletos. A maioria dos alunos do Ensino Fundamental são crianças e precisam ser consideradas como tal pelos elementos que atuam na escola.

Como entender a infância nos dias atuais?

A partir da década de 1990, a educação infantil passou a ser reconhecida legalmente sua necessidade e importância, tendo como pano de fundo a Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/90, a LDB / 96, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1994 e conseqüentemente nova compreensão de criança. Assim o(a) aluno(a) do Ensino Fundamental, também criança, deve ser compreendido pelos educadores, como tal.

Assim, na atualidade busca-se compreender a infância de direitos que conceba a criança com direito à liberdade de crescer, necessitando de educação e de cuidados e de vivenciar o seu direito de ser criança. Ser criança não pode ser compreendida como sujeito que consome, como nos diz Ghiraldelli Jr. “ser um corpo-que-consome-corpo”, sendo uma “mercadoria de uma época” e que flutua erráticamente entre adultos que não sabem mais o que fazer com ela, talvez pela interferência da mídia que muitas vezes acaba homogeneizando muitos comportamentos infantis.

Se faz necessário estabelecer tempo para brincar, aprender valores, autonomia, a fazer uso da liberdade, dos princípios da democracia e solidariedade fundamentados numa concepção de criança como ser histórico e social que necessita da educação para transformar os saberes da experiência em conhecimento, pois a criança como diz Piaget (1995) “um sujeito epistêmico tem a ação como manifestação inicial da inteligência”.

10.2.5 - Concepção de Gestão

Gestão democrática é o processo que envolve diferentes segmentos na condução dos trabalhos na Escola. Juntos discutem, deliberam, planejam, buscam soluções para os problemas, acompanham e avaliam as ações desencadeadas na instituição escolar.

Nesse processo a administração ocorre coletivamente, permitindo que a comunicação e o diálogo sejam a proposta metodológica adotada. Compete à direção da Escola buscar a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar: alunos, pais, professores, equipe

pedagógica, funcionários e os órgãos colegiados nas tomadas de decisões e na condução dos trabalhos fundamentados no Projeto Político Pedagógico e na Legislação vigente.

A Gestão Democrática abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, exigindo a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica para buscar meios para sua superação. É fundamento para o sucesso do Projeto Político Pedagógico e exige o repensar da estrutura de poder da escola para a socialização das decisões.

Para tanto se faz necessário implantar “a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.” (VEIGA, 1995:18). Só assim haverá uma participação crítica na construção e gestão do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”.

Para tanto se faz necessário:

- Intensificar a atuação dos Conselhos Escolares e do Grêmio Estudantil.
- Redimensionamento dos Conselhos de Classe.
- Revitalização da A. P. M. F.
- Socialização do conhecimento para todos os alunos.
- Criar condições favoráveis à aprendizagem de qualidade.
- Criar mecanismos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

O exercício de uma gestão democrática se caracteriza pela busca de alternativas inovadoras para os problemas, rompendo com o convencional. O papel do diretor de criar condições de participação de toda a comunidade escolar é decisivo para a real efetivação do processo de gestão democrática. O diálogo, como exercício no dia-a-dia, possibilita conhecer e compartilhar novos olhares sobre as diferentes questões e favorecem a integração entre a direção, os docentes, funcionários, órgãos colegiados e a sociedade em geral.

A gestão democrática deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, democráticos, éticos e participativos.

10.2.6 - Concepção de Conhecimento

O termo conhecimento refere-se à produção histórica social da humanidade. Resulta do processo de ação do homem sobre a natureza, a partir de sua problematização, análise e busca de reflexão e fundamentação teórica para explicar os fenômenos observados.

O encontro dos homens entre si e com o meio natural em que se inserem define-se por intermédio das relações sociais que travam para a sobrevivência, o espaço sociocultural de sua existência, decorrente das transformações e criações que promove nesse meio.

Esse delineamento nos possibilita selecionar os conceitos básicos que formam a estrutura do campo do conhecimento, e que são, cada um deles, geradores de outros conhecimentos.

As diferentes áreas do conhecimento são todas fundamentais para que o aluno tenha um entendimento do mundo e viva o seu ensino básico. Todas as disciplinas, todas as áreas trabalham expressão escrita, oral, leitura, interpretação e ainda a lógica da matemática. Portanto, não é uma disciplina que vai segmentar, mas trabalhar conhecimentos interdisciplinarmente. Possibilitar ao aluno, passar pelas diferentes linguagens das artes até o texto escrito convencional e digital de forma consciente e compreensível para que possibilite a apropriação dos conhecimentos.

MORIN (2000) nos alerta para a questão do inesperado, para a incerteza do conhecimento:

O inesperado surpreende-nos (...) E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e idéias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo. (P.30) (...) Necessitamos civilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto-reformular.

10.2.7 - Concepção de Tecnologia

A Tecnologia, na atualidade é um dos grandes desafios para a Escola, pois apesar dela estar em todos os setores da vida, na escola muitas vezes ela não é incorporada pelos seus profissionais.

DEMO (2004) nos alerta sobre a necessidade urgente da familiarização com o mundo das novas tecnologias. Ele destaca o papel do professor, pois tecnologia não é apenas meio, mas alfabetização e outras coisas, além de ser uma das habilidades do século XXI. Nesse processo o educador precisa se adiantar, não só resistir.

As novas tecnologias e as novas formas de se comunicar colocam novos modos de aprender, de construir o conhecimento. A escola precisa considerar isso na condução dos trabalhos na escola.

Recorremos à COSTA(2005) para melhor compreendermos o termo CIBERCULTURA e as suas repercussões:

...um ambiente de relações humanas e de relações com o mundo que nos cerca no qual a tecnologia tem presença cada vez mais acentuada (...) as mídias digitais nos obrigam a encarar a tecnologia e a conviver com ela(...) No computador o enfrentamento homem/máquina é constante e cotidiano. A cibercultura é esse espaço humano povoado cada vez mais por máquinas que completam nossos gestos e acompanham nossa vida, que ampliam nossos horizontes, mas que se inserem irremediavelmente neles. Resta-nos, portanto, o desafio de decifrar os códigos, de decompor as máquinas, de entender seus segredos e de encará-los como parte desse nosso mundo, e, certamente, como parte do mundo dos nossos alunos. (COSTA, 2005, p. 184-185)

10.2.8 - Concepção de Letramento

Freire nos alerta que: letramento pode ser meio para a libertação, como para sua domesticação, dependendo do contexto ideológico em que ocorre.

A questão da alfabetização no momento atual (início do século XXI) é bastante abrangente, pois muitos saberes são necessários para a compreensão das mensagens presentes no contexto da globalização. Além de decodificar a letra, envolve dentre outras alfabetizações, a questão do letramento.

Letramento vai além, é ler, escrever com sentido no dia-a-dia da vida do aluno, requer a aprendizagem da complexa tecnologia envolvida no ato de ler e escrever e utilizar-se de práticas de leitura e escrita decodificando os discursos, além das letras socialmente codificadas. Exige ainda o hábito da leitura freqüente utilizando material escrito de qualidade e variado (jornal, revistas, livros, mapas) em livros e em meios digitais.

Soares (1998) nos explica que letramento vem da palavra inglesa “literacy” que quer dizer pessoa educada, capaz de ler e escrever. A autora ainda nos alerta sobre a questão das dimensões individual e social e que se faz necessário além da posse individual das tecnologias mentais envolvidas no ato de ler e escrever, uma análise social/cultural de como se manifesta na atualidade a questão da leitura e da escrita.

Outros autores, nos alertam sobre a necessidade de pensarmos que existem diferentes “letramentos” além de diferentes níveis de letramento. Inclusive sendo possível que analfabetos sejam de certa forma letrados.

No contexto atual, dentre eles, se faz necessário retomarmos o que é letramento digital, pois as tecnologias estão presentes em todos os setores da vida.

Letramento digital, implica tanto a apropriação de uma tecnologia quanto o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital”. (FRADE, 2007, p.60)

Aos educadores é essencial, neste momento, e nos vindouros com certeza, refletir sobre: Que papel terão na escola a difusão dos diversos conhecimentos nos meios tecnológicos? E ainda, estarem atentos à questão das formas de exclusão presentes na escola, principalmente relacionadas às questões relativas à cultura escrita e à digital, inclusive para aqueles que estão na escola.

Assim sendo, é de suma importância que os educadores compreendam o que é letramento e os efeitos do mesmo, procurando desvelar quais domínios sociais de letramento mais influentes e as formas pelas quais se manifestam e interferem na análise dos discursos .

Apesar das dificuldades para a compreensão do termo letramento, acreditamos que pode ser um meio para tomada de consciência e para agir.

10.2.9 - Concepção de Escola

“Ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que conotam, não se reduzem à condição de um objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (Paulo Freire).

A discussão da educação não se reduz a métodos de ensino. Não basta, para nós, modificar a relação metodológica professor-aluno para a gente poder dar conta das novas necessidades do educando. É preciso mudar as estruturas, a forma de avaliar dentro da escola, a forma de tratar os conteúdos, de planejar o trabalho e da escola se relacionar com o mundo, com a vida, com a comunidade. E ainda a compreensão dos entraves do Sistema Educacional mais amplo.

É importante definir uma concepção de educação, de como é que o indivíduo aprende. Hoje a educação deve ser entendida a partir do interacionismo, de que um ser humano aprende na interação. Tanto ele imprime a sua marca no mundo, quanto o mundo influencia na sua formação.

A aprendizagem ocorre junto com o desenvolvimento do ser humano, portanto, entendemos que a educação tem que ser dialógica, interativa, tem que partir do pressuposto de que o ser humano vem com uma série de conceitos, com uma cultura para dentro da escola, vai dialogar com essa cultura para a construção de novos conhecimentos.

A escola é um espaço de democratização e de inclusão social, para tanto ela deve resgatar e comprometer-se com o aluno real, garantindo-lhe, além de uma permanência na escola, condições para superação de suas dificuldades, dando-lhe condição de aprimorar-se como pessoa humana, além de adquirir conhecimentos científicos, tecnológicos e filosóficos. Sendo essencial resgatar a verdadeira função da escola: trabalhar com o conhecimento.

10.2.10 - Concepção de Currículo

Para que o educando viva o processo educacional, José Luiz Rodrigues (1987), esclarece que:

” O currículo é uma manifestação deliberada da cultura via escola, cuja essência consiste no entrelaçamento do desvelar da história do eu individual com o desvelar da história do eu coletivo. É um ir e vir, do singular para o geral; do fenômeno para a essência; da realidade para a possibilidade, que se estabelece em torno de três eixos: o histórico-social; epistemológico e o cotidiano”.

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, é aquele que contempla conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitam o ser humano para a realização de

atividades que pertencem aos três domínios da ação humana: vida em sociedade, atividade produtiva e experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo do trabalho, da simbolização subjetiva, das relações políticas.

Segundo Torres (1998):

“Os conteúdos curriculares seriam o conjunto de discursos que entram em jogo no processo de ensino-aprendizagem, incluindo: as informações e os conhecimentos prévios que tanto os alunos quanto os professores possuem e aqueles que são construídos ao longo do processo educativo e pela interação entre uns e outros; ao conteúdo dos planos e programa de estudo; assim como o dos materiais curriculares e dos trabalhos de aula; os procedimentos utilizados para ensinar e aprender; a organização do espaço ocupado; o clima gerado; e o conhecimento construído resultante da interação entre todos esses elementos:”

10.2.11 - Concepção de Cidadania

Na sociedade moderna, o processo da cidadania é o envolvimento do cidadão no processo social. Cidadão é aquele que está interessado no que acontece em sua comunidade. Para alunos e professores a escola é a comunidade, sendo necessário interação e participação de todos. Ensinar regras, analisá-las, justificá-las, modificá-las é uma forma de exercitar a cidadania no contexto escolar.

Morin (2001) nos alerta sobre a importância de desafios na formação de sujeitos, desenvolver aptidão para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas ou seja formar sujeitos que possam enfrentar realidades complexas, mediar conflitos e propor soluções criativas em favor da solidariedade humana e do equilíbrio ambiental. A sociedade que queremos é uma sociedade mais justa, solidária, ética, menos violenta, mais digna e capaz de respeitar as diferentes concepções culturais.

Para isso, faz-se necessário que o educando conheça seus direitos, como, por exemplo: direito de ir à escola, direito de ensinar, de aprender para transformá-los em cidadãos conscientes, capazes de defender seus direitos e conhecer seus deveres. E que os educadores e dirigentes compreenda que não basta estar na escola, mas aprender de fato, construir conhecimento.

A cidadania só começa quando ela reside no direito de ir à escola, e só tem sentido quando se aprende nessa escola, quando a escola oferta Educação de Qualidade. Daqui para frente, cada vez mais a escola terá como objetivo formar cidadãos. O educador precisa saber que sua formação é permanente e essencial para uma educação consciente no processo de ensino e de aprendizagem.

A escola, como instituição, deveria praticar a cidadania a todo minuto, em cada detalhe. Todo educador, independentemente da disciplina, deve possibilitar a construção de valores

necessários à cidadania em suas aulas, tendo em mente a questão central da ética: como agir na relação com os outros? E se eu estivesse no lugar do outro? Ives de La Taile sugere trabalhar com os quatro princípios: justiça, solidariedade, respeito mútuo e diálogo.

A capacidade de abstração, o desenvolvimento do pensamento global ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, a criatividade, a curiosidade, a capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade para trabalhar em equipe, a disposição para procurar e aceitar críticas, a disposição para o risco, o desenvolvimento do pensamento crítico, o saber comunicar-se percebendo as intenções de cada discurso, a capacidade de buscar conhecimento são as atitudes que devem estar presentes na esfera social, cultural, nas atividades políticas e sociais como um todo, pois são condições necessárias para o exercício da cidadania.

10.2.12 - Concepção de Trabalho

O trabalho na atualidade exige uma força de trabalho mais complexa com ênfase na dimensão intelectual.

A nova organização flexível do trabalho coloca em questão os pressupostos tradicionais do trabalho. Hoje, início do século XXI, exige-se nova concepção, devido a intensa presença das novas tecnologias de comunicação e trabalho. É necessário pensar a formação do trabalhador com base em pressupostos pós-fordistas, pois é necessário uma base de conhecimentos mais amplos, exigências de capacidade para resolução de problemas, tomada de decisões e comunicação, além de nível de escolaridade maior.

O mundo do trabalho exige mais confiabilidade do que destreza, mais visão do conjunto do que força física. A globalização econômica interliga os países, superando barreiras estáticas, favorecendo o predomínio da ciência, do poder da mídia e a exploração dos menos favorecidos.

Na educação atual, além dos entraves do Sistema Educacional a serem superados, se faz necessário assumir o princípio educativo que estabeleça nova forma de articulação entre educação básica e profissional tendo como eixo do currículo o trabalho compreendido como práxis humana e práxis produtiva.

O trabalho escolar procurar enfrentar o desafio de empreender ações verdadeiramente comprometidas com o desenvolvimento de consciências intelectualmente autônomas e eticamente comprometidas com a superação da exclusão sem a perda da capacidade de pensar teoricamente a realidade e atuar político e produtivamente de modo a transformar a realidade.

Na educação atual deve-se considerar a instrumentalização dos alunos tendo em vista o exercício pleno da cidadania, o que, requer formação política e sociocultural, além do domínio dos fundamentos teóricos das disciplinas.

De acordo com Martins a reestruturação produtiva e as novas formas de gestão e organização do trabalho colocam para os educadores novos desafios: formação mais pluralista, apreensão de diferentes linguagens, sobretudo a matemática.

O que se deve incrementar, agora, é a criatividade, a participação, a solidariedade, etc. diferente, portanto, da ideologia dos anos 60, que encaminhou a escola para um modelo profissionalizante *stricto sensu*, mais próximo de um adestramento específico. (MARTINS, 1997, p.108).

10.2.13- Concepção de Ensino e Aprendizagem

Os profissionais da Educação do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, nesse momento, registram os fundamentos que garantem a linha comum de trabalho e que fornece subsídios à mudança de paradigma e ao método a ser adotado.

O materialismo sócio-histórico apresenta uma visão transformista e é um movimento comprometido com a mudança social e com a formação do cidadão. Assim, o professor, nessa proposta, assume o compromisso incondicional com as classes populares, pois as classes média e alta já estão lutando pela própria cidadania, não precisa de alguém para ajudá-las.

O povo, as classes populares necessitam do envolvimento das escolas e dos professores na luta pelas suas causas. São muitas as barreiras e é necessário dar às massas o que necessitam: o conhecimento científico e tecnológico. Grande desafio para os educadores do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, a formação do cidadão que passa, necessariamente pela apropriação do conhecimento, novo desafio se cobra para criar mecanismos que se concretizem em aprovação. É necessário, portanto, buscar alternativas para promover a interação aluno/objeto de conhecimento, aluno/aluno, aluno/professor.

Demerval Saviani, impulsionador do método histórico-crítico, formulou um método didático com o intuito de superar os métodos tradicionais da escola novista e do tecnicismo que é por muitos denominado de “método de prática social de Saviani”. Outros ainda o denominam de metodologia histórico-crítico dos conteúdos. Esse método oportuniza a passagem da ação para a conceituação.

Propomos, portanto, desenvolver a metodologia histórico-crítica dos conteúdos que nos possibilita realizar um trabalho mais participativo na construção do conhecimento em sala de aula. Tal metodologia se desenvolve através de momentos distintos: prática-teoria-prática. Isso significa partir sempre da prática social empírica atual, contextualizando e passando em seguida à

teoria que ilumina essa prática cotidiana, a fim de chegar a uma nova prática social mais concreta e coerente, é o ver, julgar e agir.

Passos pedagógicos de construção do conhecimento escolar, conforme a metodologia proposta:

1. **Prática Social Inicial** – o que o aluno já sabe, o que gostaria de saber a mais;

2. **Problematização** – conteúdos – transformar o conteúdo em questões, enfatizando as diferentes dimensões: científica, social, econômica, política, religiosa, cultural, entre outras;

3. **Instrumentalização**

a) ações didático pedagógicas do professor e do aluno, construção do conhecimento respondendo às questões da problematização, técnicas de ensino:

b) recursos humanos e materiais;

4. **Catarse**

a) síntese do aluno;

b) avaliação levando em conta as dimensões estudadas.

5. **Prática Social Final**

a) nova postura, nova visão do conteúdo;

b) ações concretas do aluno e comprometimento para a busca de transformação do real.

Todos esses cinco passos se interligam e a avaliação informal ocorre em todos os momentos, uma vez que oportuniza a retomada de postura, tanto do professor quanto do aluno e não apenas no momento de catarse propriamente dita, pois este é o momento próprio em que o aluno tira suas conclusões e faz sua trajetória mental, é a apropriação do conteúdo.

A proposta metodológica histórico-crítica é um caminho de apropriação e de reconstrução do conhecimento sistematizado, buscando evidenciar que todo conteúdo que é trabalhado na escola é uma expressão de necessidades sociais historicamente situadas. Esse conteúdo é reapropriado e reelaborado pelo aluno através do processo pedagógico e retorna agora, de maneira nova e compromissada, para o cotidiano social, a fim de ser nele um instrumento a mais na transformação da realidade.

Ensino é comunicação dialógica com o conhecimento e com o seu objeto. Não meramente reprodutora, mas reelaboradora do conhecimento novo. Aprendizagem é sempre a descoberta do novo ou essa nova elaboração. Enquanto tal, a aprendizagem é, então, produto de uma busca, de uma procura orientada, de uma pesquisa.

Devemos, pois, superar o ensino reprodutivo para alcançar o ensino produtivo, analisando as situações concretas de ensino e refletindo sobre nossas práticas e organização de outras situações. O trabalho escolar deve passar de informativo a formativo, visando a transformar o conhecimento do senso comum de cunho imediatista e não questionador, num conhecimento sustentado pelo saber/fazer pedagógico do professor.

Recorremos a LOMBARDI (2005) na Apresentação do livro *Marxismo e Educação: debates contemporâneos* para reafirmar que:

“como educadores, precisamos lutar para que todos os homens tenham, acesso a uma educação que os prepare para além do capital, que possibilite a todos o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade: e, enfim, que todos os homens possam usufruir de uma educação crítica, voltada ao atendimento de toda a sociedade e centrada nos conteúdos dentro de uma perspectiva política de transformação social.

Nessa perspectiva, acreditamos estar propondo um encaminhamento dos processos de ensino e de aprendizagem que cumpram um papel na construção de uma escola humana e cidadã.

10.2.14 - Concepção de Inclusão Educacional

O desafio da inclusão educacional é enfrentada como uma possibilidade de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, para garantir condições indispensáveis para que todos possam manter-se na escola e aprender.

A política pública vigente prevê a realização de uma escola pública de qualidade, que acolha o educando independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Esta é uma tarefa que depende de um compromisso dos governos, sociedade, profissionais diversos, professores e familiares.

A inclusão é um processo em construção que oferta aos alunos com necessidades educacionais especiais apoio pedagógico, decorrentes de deficiência intelectual, visual, física-neuromotora, surdez, condutas típicas de síndromes neurológicas, psicológicas e psiquiátricas e altas habilidades/ superdotação.

A coordenação de Educação Especial (políticas públicas) tem como objetivo ampliar a oferta dos apoios pedagógicos especializados na rede regular de ensino e isto tem acontecido recentemente através de concursos públicos.

No Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, temos na nossa realidade educacional a inclusão de vários alunos que necessitam de apoio especializado e de maior atenção de todos profissionais da educação. O Colégio abriga alunos com deficiência visual, deficiência auditiva,

surdez, deficiência intelectual nas modalidades de ensino ofertadas: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, no Curso Formação de Docentes.

O Colégio se preocupa em estar auxiliando professores e alunos para que o grande objetivo da educação, que é a aprendizagem seja alcançado. A aluna com deficiência auditiva (surdez) que está matriculada no Curso de Formação de Docentes tem como auxílio a comunicação de interprete de libras para melhoria da compreensão e da aprendizagem. Ao referir-se aos alunos com deficiência intelectual, os professores são orientados a dar um acompanhamento mais individualizado e atencioso para suprir algumas das dificuldades que venha demonstrar em decorrência de sua deficiência.

De acordo com a proposta de Inclusão Educacional, que está em processo de construção, o Colégio Emílio ainda necessita de muito apoio para suprir as necessidades dos alunos e dos profissionais que estão envolvidos no processo. Percebe-se que a equipe pedagógica está empenhada também neste desafio, pois está constantemente em contacto com o Centro de Atendimento Especializado (CAE) do Colégio Estadual Marquês de Caravelas e NRE para dirimir dúvidas sempre com o intuito de que o ensino e a aprendizagem destes alunos realmente se efetive. Mas faz-se necessário o apoio e orientação dos especialistas nas ações junto aos alunos inclusos e cursos aos demais profissionais da escola.

10.2.15 - Concepção Tempo e Espaço

As dimensões de tempo e espaço são categorias básicas da existência humana e temas que demandam pesquisa e estudos pelos profissionais das Instituições escolares. Tempo está relacionado com duração e espaço com localização e sua ênfase e interpretação varia nas diferentes ciências. Estando, portanto, associados ao desenvolvimento e evolução das mesmas.

O progresso tecnológico cria novas noções e conceitos de tempo e de espaço. Nesse novo entendimento, não é mais necessário estar presente fisicamente, pois já é possível estar presente virtualmente. Levy (1996) explica que apesar do distanciamento físico é possível estarmos unidos por interesses comuns, problemas através de uma rede de comunicação eletrônica.

Gestão do tempo e do espaço: O espaço escolar envolve o espaço físico e o ambiente. Espaço físico refere-se aos locais e materiais didáticos, objetos, mobiliário e até mesmo decoração. Ambiente envolve o conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem nele. Envolve quatro dimensões: física, funcional, temporal e relacional.

O espaço utilizado é organizado, limpo e as áreas internas bem iluminadas tendo em vista o bom uso do mesmo, para possibilitar boa convivência e a interação teoria e prática. Possibilitando leituras de livros atuais, manuseio e utilização de diferentes recursos de ensino e de aprendizagem para favorecer o ensino e a aprendizagem. O tempo e o espaço são importantes para o

nosso ensino e devem ser planejados com atenção e antecipação de forma consciente de que estão diretamente relacionados com as tarefas de aprendizagem e o sucesso escolar. Muitas vezes os docentes precisam enfrentar o desafio de criar ambientes de aprendizagem produtivos, e aos dirigentes de adaptá-los as necessidades que surgem tendo em vista o bom desenvolvimento dos trabalhos na Instituição.

O tempo é o recurso mais importante que o professor deve controlar, professores encontram dificuldades para gerir o tempo, principalmente tendo em vista as ementas e programas a serem cumpridas e a apropriação dos conhecimentos pelos alunos. A gestão do tempo é realizada a partir do calendário escolar e as horas aulas disponíveis para cada disciplina da matriz curricular é de responsabilidade de cada docente.

É necessário, encontros, cursos sobre a temática com espaços de aprendizagem e gestão do tempo na instituição escolar.

10.3 - Avaliação da Aprendizagem

Avaliamos através de diversos instrumentos, ficando a critério de cada professor selecionar dentre eles os mais adequados para a sua disciplina, conteúdos trabalhados e métodos de abordagem do assunto, sendo vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade. Entendemos que o aprender implica na mudança de atitudes e comportamentos, tornando o indivíduo um ser capaz de conviver em sociedade e ser um agente transformador do meio em que vive. A periodicidade de registro da avaliação é bimestral.

Como prevê a LDB, nosso sistema de avaliação também prevê a obrigatoriedade dos estudos de recuperação de conteúdos paralelos durante o ano letivo e para os casos de baixo rendimento escolar, a oportunidade de melhoria da nota.. Realmente estamos oportunizando aos alunos que não atingem a nota mínima exigida pela lei, retomar os conteúdos e participar de nova oportunidade de avaliação e conseqüentemente de melhorar a sua nota. Porém, estamos encontrando certa dificuldade em trabalhar com os alunos que possuem dificuldades, em conjunto com aqueles que já aprenderam os conteúdos, às vezes gerando indisciplina e dificultando o aprendizado dos alunos de baixo rendimento.

Apesar dos esforços do corpo docente, alguns alunos apresentam, apesar da retomada dos conteúdos, baixo rendimento e a evasão é preocupante, principalmente no ensino noturno. Sentimos que ainda precisamos alterar algumas de nossas práticas, adequando-as às novas situações que a realidade exige, principalmente no período noturno.

O resultado da avaliação é expresso através de notas, numa escala de zero a dez. Na disciplina Ensino Religioso no Ensino Fundamental, de oferta obrigatória por parte do

Estabelecimento e de opção facultativa ao aluno, a avaliação terá caráter diagnóstico e de acompanhamento, sem a atribuição de notas.

O tema avaliação é pauta de debates e estudos que ocorrem a vários anos pelos pedagogos, docentes e dirigentes deste Estabelecimento de Ensino tendo em vista a melhoria da aprendizagem do aluno e a diminuição do quadro de evasão e repetência.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO EM 2013

O sistema de avaliação bimestral é composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o bimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação bimestral (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os resultados das atividades avaliativas com peso de 5,0 (cinco vírgula zero) serão obtidos por bloco de conteúdos e os instrumentos utilizados para avaliação e reavaliação (recuperação de estudos) deverão considerar a especificidade e o número de aulas de cada disciplina.

A avaliação com peso 5,0 (cinco vírgula zero), cujo instrumento de avaliação ficou definido como uma prova escrita e será resultado de investigação da apreensão ou não do conhecimento dos conteúdos trabalhados no período (bimestre).

A recuperação de estudos (retomada de conteúdos) é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos e ocorrerá a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem ocorrendo de duas formas:

a) com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação utilizados sem atribuição de notas.

b) com a reavaliação dos conteúdos já trabalhados em sala de aula, sendo esta reavaliação, mensurável e com peso proporcional às avaliações já realizadas. A reavaliação dos conteúdos acontecerá em dois momentos, sendo um referente às atividades diversificadas no valor 5,0 (cinco vírgula zero) e o outro através de uma prova escrita a ser realizada no término do bimestre.

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do bimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos bimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ B + 2^\circ B + 3^\circ B + 4^\circ B}{4} \geq 6,0$$

SISTEMA DE AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO PARA 2014

A partir de 2014, o Sistema de Avaliação será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os resultados das atividades avaliativas com peso de 5,0 (cinco vírgula zero) serão obtidos por bloco de conteúdos e os instrumentos utilizados para avaliação e reavaliação (recuperação de estudos) deverão considerar a especificidade e o número de aulas de cada disciplina.

A avaliação com peso 5,0 (cinco vírgula zero), cujo instrumento de avaliação ficou definido como uma prova escrita e será resultado de investigação da apreensão ou não do conhecimento dos conteúdos trabalhados no período (trimestre).

A recuperação de estudos (retomada de conteúdos) é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos e ocorrerá a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem ocorrendo de duas formas:

a) com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação utilizados sem atribuição de notas.

b) com a reavaliação dos conteúdos já trabalhados em sala de aula, sendo esta reavaliação, mensurável e com peso proporcional às avaliações já realizadas. A reavaliação dos conteúdos acontecerá em dois momentos, sendo um referente às atividades diversificadas no valor 5,0 (cinco vírgula zero) e o outro através de uma prova escrita a ser realizada no término do trimestre, também de valor 5,0.

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

10.4 - Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação

Objetivos:

- Proporcionar momentos de reflexão-teórica-metodológica para cada disciplina / área do currículo;
- Promover palestras com profissionais da área da educação, da saúde e cidadania de interesse dos professores e funcionários;
- Incentivar os profissionais do Colégio a participarem de seminários, grupos de estudos e encontros para atualização programados pela SEED / NRE;
- Aprofundar conhecimentos específicos e conhecer / ampliar e/ou desenvolver metodologias alternativas de trabalho tendo em vista a melhoria da educação.

Tendo em vista as mudanças atuais em educação na sociedade como um todo e a constante busca de melhoria da qualidade de ensino, torna-se imprescindível a Educação Permanente do professor, “elemento chave” no processo de ensino.

DEMO (2006) explica que é necessário redefinir o professor para superar o paradigma instrucionista. Para isso propõe que o professor seja um eterno aprendiz, precisa de atualização permanente para inovar, sobretudo inovar-se, de valorização e do direito de estudar:

“(...) o professor precisa ter o “**direito de estudar**”: trata-se de ir muito além da “semana pedagógica” e de outras iniciativas instrucionistas, porque não cabe mais investir nisso; implica pesquisar e elaborar sempre, como atividade cotidiana e que faz parte da alma do professor que sabe aprender; inclui a habilidade de produzir material didático próprio, para não cair na tentação ou na armadilha da “cartilha”, da “apostila”, tornando-se capaz de levar aos alunos também o que sabe construir com autonomia; inclui a elaboração de projeto pedagógico próprio, em primeiro lugar para contribuir para o projeto pedagógico da escola, e, em segundo lugar para oferecer alternativas dotadas de devida argumentação; professor precisa fazer-se autor para tornar-se autor, construindo sua própria autonomia, se quiser colaborar na autonomia do aluno - ninguém mais do que ele deve saber ler autor para tornar-se autor; precisa ler sistematicamente, em especial “*contraler*” (Demo, 1994), no sentido de “ler a realidade” de Paulo freire (1997); há que fazer conhecimento próprio, deixando para trás a tradição instrucionista; quem não estuda, não tem aula para dar; quem não aprende, não faz aluno aprender.

Impõe-se, portanto, a constante atualização do professor no tocante à tecnologia, recursos de ensino e fundamentação teórica referente às novas propostas de ensino, à nova lei de Diretrizes e Bases, à Teoria Crítica, Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e à Metodologia de ensino condizente com momento atual vivido, bem como sua valorização como pessoa humana, pois o papel do professor é fundamental para a melhoria do ensino e requer competência técnica e política e ainda clareza do tipo de homem que a sociedade requer. Para tanto, exige-se modificação do posicionamento e da postura pedagógica, superando a educação que valoriza a mera reprodução do saber registrado em manuais e livros didáticos, passando a assumir, conceber e conduzir projetos de trabalhos coletivos, interdisciplinares e conseqüente adoção de proposta de avaliação que favoreça a

autonomia, realce a função diagnóstica e que tenha como meta a inserção do aluno na sociedade em que vive, como cidadão crítico e atuante.

Necessário faz-se oportunizar cursos, encontros, palestras, reuniões para planejamento conjunto e troca de experiências para subsidiar a prática inovadora e alternativa que valorize a imaginação, a criatividade, a inteligência e o saber do aluno (que deve ser superado).

Um aspecto de fundamental importância é a relação teoria e prática, reflexão e ação. Envolve o grande desafio de construir soluções criativas, mediante a reflexão socialmente contextualizada e teoricamente fundamentada, bem como a ampliação do universo cultural dos profissionais da educação.

Os eventos de maior peso que compõem a formação continuada e a atualização geral ampliada serão organizados e desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. É de suma importância que os encontros e cursos sejam programados de forma continuada a todos os elementos que compõem a equipe que atuam junto aos alunos. E para os docentes cursos específicos sobre os conteúdos das disciplinas que ministram.

Os profissionais do Colégio Estadual “Emílio de Menezes” primam pelo seu aperfeiçoamento e participam de:

- 1- Cursos oferecidos pela Universidade do Professor;
- 2- Cursos oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação;
- 3- Grupos de Estudos, aos sábados, oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação;
- 4- Cursos oferecidos pela Universidade Estadual de Londrina;
- 5- Cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- 6- Cursos oferecidos por outras Universidades e Instituições particulares;
- 7- Reuniões Pedagógicas em nível de escola;
- 8- Palestras promovidas pela Escola;
- 9- Participação em eventos de aprimoramento pessoal, por iniciativa do professor.
- 10- Participação de vários professores no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE - PR)

11. MARCO OPERACIONAL: PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA ESCOLA

11.1 - Linhas de Ação

A gestão democrática exige que as ações, decisões e encaminhamentos a serem adotados partam de decisões tomadas em conjunto pensando sempre na melhoria da qualidade de ensino e na da aprendizagem dos alunos.

Buscando a melhoria da qualidade de ensino, os profissionais do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”, estão envolvidos numa prática pedagógica consciente e responsável, compromissados com a formação de um cidadão crítico e atuante, que se situe como sujeito da história. Para tanto, indispensavelmente o acesso a uma prática escolar que visa a transformação social e à apropriação de conteúdos que constitui o saber socialmente produzido e acumulado e que favoreçam a compreensão dos fatos políticos e culturais que nos rodeiam.

Este Estabelecimento de Ensino prima por uma educação de qualidade, uma convivência sadia que favoreça a construção de identidades capazes de conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente, empenhando-se em garantir a igualdade de oportunidades e a diversidade de tratamentos aos alunos para que tenham uma aprendizagem efetiva.

A educação deve possibilitar ao cidadão a apropriação dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e a aquisição de uma visão globalizada da realidade que possa orientá-lo em sua vida, avaliando criticamente o seu nível de conhecimento e as consequências das ações que pretende realizar. É através do conhecimento que o homem terá condições de agir com maior segurança, mesmo na incerteza.

Os funcionários, docentes, pedagogos e diretores envolvidos conscientemente com seu trabalho e compromissados com a prática pedagógica consciente e responsável estabelecem um **Plano de Ação** tendo como objetivos prioritários:

- 1- Ofertar educação de qualidade que contribua para o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento à diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, além da apropriação dos conteúdos curriculares.
- 2- Aperfeiçoar práticas e ações coletivas, a fim de adotar estratégias de gestão democrática.
- 3- Implementar e ampliar a Educação Profissional.
- 4- Buscar maior sintonia entre os educadores, funcionários e direção do Colégio e Comunidade.
- 5- Procurar concentrar a hora-atividade dos professores, por disciplina.
- 6- Envolver a comunidade escolar em estudos, debates, leituras e discussões sobre problemas e desafios a serem vencidos.
- 7- Aumentar e dinamizar os encontros com pais e responsáveis pelos alunos para incentivar e conscientizar sobre a função deles em relação ao acompanhamento da vida escolar dos filhos.
- 8- Maior empenho da Equipe Pedagógica na realização de trabalhos específicos, buscando a formação e/ou desenvolvimento de valores pessoais, envolvendo professores, alunos, pais e comunidade.
- 9- Implementar o uso do laboratório de Química, Física e Biologia, sob a assistência do Assistente de Execução, pelos docentes e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- 10- Atualizar e implementar o laboratório de informática, dando atendimento principalmente aos alunos do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”.

- 11-Integrar o jovem no esporte, através de treinamentos esportivos, buscando o desenvolvimento técnico e tático.
- 12- Ampliar e implementar o uso da biblioteca e do seu acervo, realizando trabalhos integrados envolvendo alunos, professores e bibliotecários, oportunizando meios para que os alunos se apropriem da cultura geral e que ampliem seus conhecimentos e aprendizagem. Preservar e ampliar o acervo bibliográfico e disponibilizar acesso à Internet.
- 13- Realizar comemorações cívicas, artísticas e esportivas, buscando a formação onilateral do indivíduo, a integração entre professores, alunos, pais e comunidade.
- 14- Promover palestras para docentes, alunos, pais e funcionários voltadas à formação humana, ética e pacífica com objetivo de instituir uma convivência pacífica na escola e na sociedade.
- 15- Incentivar os docentes e funcionários a participar de grupos de estudos, cursos específicos e de relacionamento para aprimorar os conhecimentos e, conseqüentemente, o ensino ofertado pelo estabelecimento.
- 16- Programar reuniões pedagógicas para análise e reflexão dos problemas e necessidades e criar estratégias para superação do constatado.
- 17- Oportunizar momentos para reflexão sobre a práxis, estudar os fundamentos teóricos propostos neste Projeto e assim aprofundar conhecimentos sobre conteúdos, avaliação e assuntos inovadores em Educação.
- 18- Priorizar o pedagógico e a avaliação diagnóstica buscando a melhoria do processo de aprendizagem do aluno, tendo como preocupação constante o grau de assimilação de conhecimentos necessários à inserção dele como cidadão crítico, pensante e atuante, priorizando no processo avaliativo a retomada das avaliações e a sua reformulação pelo aluno para a melhoria de sua aprendizagem.
- 19- Adquirir recursos de ensino necessários ao bom desempenho das atividades docentes e discentes principalmente os de informática e livros na área de educação para professores e alunos do Curso Formação de Docentes.
- 20- Realizar a adequação do espaço físico (sala de vídeo, sala para coordenação do Curso de Formação de Docentes, salas de apoio), para que haja a acomodação necessária ao bom andamento da demanda escolar.
- 21- Possibilitar a aplicação de testes simulados nas turmas finais do Ensino Médio, visando ao seu posterior ingresso na universidade, próxima etapa na vida escolar desses alunos.
- 22-Realizar reuniões bimestrais com pais ou responsáveis pelos alunos para acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem.
- 23- Incentivar a participação da comunidade, inclusive com a abertura da escola nos finais de semana, para que haja possibilidade de os trabalhadores se integrem em atividades diversas como: fanfarra, coral, e/ou eventos esportivos (campo de futebol, quadras esportivas).
- 24- Incentivar e possibilitar a participação efetiva do Grêmio Estudantil.
- 25- Contribuir para a permanência de um caseiro, pessoa idônea, responsável (preferencialmente um soldado), para possibilitar maior segurança e tranquilidade aos alunos, docentes e pais ou responsáveis, amenizando os índices de violência nas proximidades do Colégio Estadual “Emílio de Menezes”.

26- Atender alunos com necessidades educacionais especiais, com apoio e assessoria pedagógica do Núcleo Regional de Educação, bem como contando com o suporte técnico e o fornecimento de recursos de ensino necessários e demais materiais de estudo que possam auxiliar o docente e a equipe pedagógica a superar os desafios encontrados no dia-a-dia e a alcançar o sucesso escolar do aluno incluso.

27- Instituir um Conselho de Segurança, composto pela comunidade e pessoas da escola e, juntos, desenvolver projetos sobre segurança escolar, tendo em vista amenizar os índices de violência que afetam o âmbito escolar.

28- Aperfeiçoar o sistema de catraca para o registro de entrada e saída dos alunos, controlando melhor a permanência deles no espaço escolar.

29- Dar continuidade às parcerias já existentes e ampliá-las, visando a desenvolver ações que possam promover valores relacionados com a educação e a cidadania.

30- Criar condições para a participação de toda a comunidade escolar e assim promover a real efetivação do processo de gestão democrática, priorizando o desenvolvimento de valores éticos essenciais para o bom relacionamento na escola e no contexto social mais amplo. Dentre estes valores destacamos solidariedade, respeito à pessoa humana, responsabilidade e compromisso.

31- Implementar e ampliar a Educação Profissional, principalmente no período noturno, criando novos cursos técnicos.

32- Implantar a biblioteca virtual e disponibilizar o serviço de rede informatizada Internet aos docentes e comunidade escolar de modo geral.

33- Incentivar discentes e docentes a participar dos projetos oferecidos pela SEED: Jogos Escolares, CELEM, Atividades Curriculares Complementares.

34- PLANO DE AÇÃO - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

OBJETIVOS	AÇÃO/ATIVIDADE	RESPONSABILIDADE	EXECUÇÃO CRONOGRAMA
-Implementar e ampliar a Educação Profissional	- Grupos de Estudos: - Discussão da realidade educacional da escola - Planejamento por área/disciplina - Reelaboração do PPP- Ed. Profissional - Elaboração de Projetos	-Coordenação de Curso - Pedagogos - Todos os professores	1º Semestre
- Encaminhar a prática de formação de modo que o aluno adquira uma visão global de ensino de acordo com a legislação vigente	- Articulação entre os processos: educativo, político social, cultural e profissional. - Palestras com diferentes profissionais da Educação atendendo às temáticas da proposta Curricular do Curso. - Grupos de estudos com alunas. - estágios de observação em	- Coordenação de Estágio - Pedagogos - Professores de Estágio Supervisionado - Alunas de 1ª e 2ª séries	Bimestral

	salas especiais/alunos portadores de necessidades educacionais especiais (DA, DV e DM)		
- Observar alunos da Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil e séries iniciais da educação Fundamental.	-Estágios de observação de turmas de Educação de Jovens e Adultos e nas turmas iniciais do Ensino Fundamental. - Projetos: Educação Infantil;	- Coordenação de Estágio - Pedagogos - Professores de Estágio Supervisionado - Alunas da 1ª e 2ª séries - professores da turma	Bimestral
- Promover estudos para analisar, recuperar e implementar a história das brincadeiras, das artes, das músicas, das danças, do teatro e da literatura.	- Inventariar o maior número possível de artes, das brincadeiras, dos brinquedos. - Observações - Docências na Educação Infantil - Projeto de Reforço escolar	- Coordenação de Estágio - Professores de Estágio e de metodologias - Alunas das 3 ^{as} séries	Anual
-Criar as condições necessárias para que o aluno contextualize os conteúdos apreendidos durante o Curso, para vivenciar as práticas pedagógicas através de Estágios Supervisionados	Estágio Supervisionado: - Planejamento - Elaboração de materiais didáticos - Elaboração de atividades Avaliação - Observações e Docências nas séries iniciais do Ensino Fundamental.	- Coordenadores - Professores de Estágio Supervisionado - Alunas das 4 ^{as} séries	Anual

35- Dar continuidade aos programas: CELEM, Atividades Curriculares Complementares, Segundo Tempo, Salas de Apoio à Aprendizagem.

I - CELEM - CENTRO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

No ano de 2013 ofertamos três turmas no período intermediário e duas turmas no período noturno.

A seguir um quadro demonstrativo da matrícula efetiva no ano de 2013:

Série	Turma	Língua Ofertada	Turno	Dia da Semana	Horário	Alunos de Matriculados
1ª	“A”	Espanhol	Intermediário	2ª e 5ª	17h30 min às 19h	26
1ª	“B”	Espanhol	Noturno	2ª e 6ª	19h às 20h 30 min	26
2ª	“A”	Espanhol	Intermediário	3ª e 5ª	17h30 min às 19h	24
2ª	“A”	Espanhol	Noturno	3ª e 5ª	17h30 min às 19h	29
1ª	“A”	Francês	Intermediário	2ª e 4ª	17h30 min às 19h	12

II - Atividades Curriculares Complementares

O Programa de Atividades Complementares Curriculares de Contraturno na Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Paraná, foi instituído através da Resolução Secretarial nº 1690/2011 de 24/04/2011.

Atividades Complementares Curriculares de Contraturno são atividades educativas, integradas ao Currículo Escolar, com ampliação de tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem que visam ampliar a formação do aluno.

Este Programa tem os seguintes objetivos:

- promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas em contraturno, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos
- possibilitar maior integração entre alunos, escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

O Programa compreende 9 Macrocampos: Aprofundamento da Aprendizagem, Experimentação e Iniciação Científica, Cultura e Arte, Esporte e Lazer, Tecnologias da Informação, da Comunicação e uso de Mídias, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Promoção da Saúde, Mundo do Trabalho e Geração de Rendas.

As atividades são desenvolvidas com um número mínimo de 25 participantes; caso haja desistência de alunos inscritos nas atividades, a vaga deverá ser ocupada por outro participante. O participante deve estar regularmente matriculado na Rede Pública Estadual. Devem ser desenvolvidas prioritariamente nos turnos manhã e tarde, ou no período noturno somente para alunos do Ensino Médio.

O Colégio Emílio de Menezes desenvolve, desde o ano letivo de 2011, um projeto do Programa, conforme descrito:

Macrocampo: Tecnologia da Informação e Comunicação - Uso de Mídias: abrangendo principalmente alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio, com aulas às segundas e quartas-feiras, das 19h às 20h30min. através da disciplina de História, o qual apresenta os seguintes objetivos: criar uma página na internet históriaonlinecem; oportunizar aos alunos o acesso ao conhecimento na área de História de uma forma em consonância com o momento atual; fazer uso do Laboratório de Informática para pesquisas e postagens de sínteses, vídeos, sites, etc, na página criada pelos alunos; disponibilizar aos alunos novas fontes de pesquisas para o estudo de História.

III - Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo é mais um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio das atividades esportivas e lazer realizadas no contraturno escolar. Tem a principal finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania.

O programa caracteriza-se pelo acesso de crianças e adolescentes a diversas atividades e modalidades esportivas individuais e coletivas (futebol, futsal, handebol, basquete ou vôlei e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional, sob orientação de professores e estagiários de educação física devidamente habilitados e capacitados para a função.

O Projeto Segundo Tempo tem como objetivo maior utilizar-se do esporte educacional para que todos os envolvidos tenham o direito à prática esportiva como forma de diminuir as desigualdades sociais e econômicas, ocupando o tempo ocioso das crianças e adolescentes em situação de risco social.

Tem como finalidade o desenvolvimento dos valores sociais desenvolvendo a integração da criança e do adolescente de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorando suas capacidades e respeitando suas limitações.

Acreditamos que pelos inúmeros problemas sociais, a prática do esporte, proporciona ao adolescente, não só um meio de interagir com outras pessoas, mas também o tira do ócio, fazendo dele um ser pensante em atitudes boas, coletivas que visam seu bem estar, melhoras no rendimento escolar, maior disponibilidade em praticar atividades que lhe sejam prazerosas, físicas e mentalmente.

Sabemos que há um conjunto de fatores que formam cidadãos, mas quando há falta de alguns, se a ele é ofertado a oportunidade de realizar práticas, e assim compartilhá-las com seus companheiros e professores podemos estar tirando um ser do marasmo das drogas e violência, e o transformando em uma pessoa com metas concretas, e buscando com esperança e autonomia seus projetos e realizações pessoais.

A tarefa do educador consiste em desenvolver não uma única capacidade de pensamento, mas várias capacidades de pensamento em vários campos. Então esperamos de nossos jovens uma maior interação com a escola em conjunto com a prática desportiva para que o rendimento escolar e a vida em sociedade possam melhorar gradativamente.

Durante as atividades, é oferecido reforço alimentar ao público atendido, de acordo com cardápio previamente estabelecido que atenda às recomendações nutricionais adequadas para a faixa etária atendida.

IV - Hora Treinamento:

A disciplina de Educação Física, procurando a integração com o trabalho desenvolvido na escola, coloca o seu programa curricular no mesmo patamar de seriedade e compromisso com a produção de conhecimento que conduz o processo de ensino e aprendizagem. Este processo compreende também a importância de atividades complementares, onde o aluno volta a frequentar a escola, em horário de contraturno, para desenvolver atividades esportivas, enfatizando a sua participação efetiva e do professor como educador.

A Educação Física é a área do conhecimento que propicia ao aluno a cultura corporal do movimento e todas as implicações que essa cultura provoca, como o lado emocional, de lazer, manutenção e melhoria da qualidade de vida, relações interpessoais e sociais de uma forma mais abrangente. Através do esporte, o aluno adquire disciplina, melhora seu relacionamento em grupo, desenvolve liderança, ocupa o tempo ocioso com atividades físicas que ajudam no combate ao sedentarismo e obesidade, proporciona e estimula a busca pela resolução e superação de problemas e dificuldades, promove o relacionamento social.

A Atividade Complementar “Hora Treinamento” do Colégio Estadual Emílio de Menezes, iniciada em 2011 e com continuidade nos anos de 2012 e 2013 trabalha a modalidade de Voleibol. Neste trabalho, são desenvolvidas atividades relacionadas ao aprendizado e aperfeiçoamento da modalidade, como por exemplo: fundamentos do vôlei, regras, posicionamento, sistema tático, condicionamento físico, habilidades motoras, qualidades físicas de base.

A Hora Treinamento tem como objetivo integrar os alunos, através de atividades que visam o seu desenvolvimento pessoal, espírito de liderança, trabalho em equipe assim como também aprimorar o crescimento de suas habilidades motoras no esporte.

Os alunos frequentam a Hora Treinamento em horário de contraturno compreendido entre 8 e 10 h, às terças e sextas-feiras. As aulas começam com aquecimentos e alongamentos, explicação das atividades do dia e execução dos exercícios, proporcionando aos alunos o conhecimento dos sistemas táticos e posicionamento em quadra, o sistema de rodízio e a função de cada jogador. Também são desenvolvidas algumas atividades para aprimorar o condicionamento físico e as habilidades pertinentes à modalidade.

V - Salas de Apoio

A Sala de Apoio é determinante para melhorar o aprendizado. Frequentando a Sala de Apoio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, o aluno de 6º Ano que apresenta dificuldades na aprendizagem tende a melhorar em todas as disciplinas, pois ao dominar conteúdos nos quais tinha dificuldade, ganha auto-confiança, sente-se valorizado e tem mais disposição para estudar. Se o aluno perceber que está dominando os conteúdos, tem mais confiança e mais interesse em aprender.

São aulas com metodologias diferenciadas, materiais mais concretos, uso das mídias, buscando superar as dificuldades que os alunos apresentam.

Os professores preparam aulas dinâmicas, interessantes, partindo muitas vezes da realidade que se encontra o aluno, contribuindo dessa forma para a diminuição dos índices de reprovação.

A sala de apoio é um importante recurso para o desenvolvimento no ensino através de um trabalho individualizado, sanando dificuldades como ortografia, leitura, interpretação e operações.

Desta maneira, o aluno se sente motivado a continuar a série e as seguintes, diminuindo os casos de reprovação e abandono escolar devido ao aluno não se sentir estimulado a estudar por estar em defasagem na relação ano-série.

A equipe pedagógica e a direção precisam estar sempre incentivando estes alunos e devem fazer um trabalho de orientação à família esclarecendo a necessidade de frequência.

A eficiência do resultado depende de todos que estão envolvidos no processo de aprendizagem do aluno.

A sala de apoio é um auxílio a mais, porque são trabalhados conteúdos específicos dos alunos que apresentam dificuldades.

A forma diferenciada de trabalho auxilia no desenvolvimento dos alunos. As aulas são dinâmicas e centradas na oralidade, na interpretação de texto e nas operações básicas, assim como tirar dúvidas em relação à conteúdos que estão sendo estudados no momento.

36- Promover a integração dos alunos do Ensino Médio no mundo do trabalho através do Estágio Profissional não-obrigatório.

ESTÁGIO PROFISSIONAL NÃO-OBRIGATÓRIO

Segundo o art. 1º da Lei 11.788/08 de 25/09/2008, estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de ensino.

De acordo com os dispositivos legais vigentes, podem ser estagiários os estudantes de educação do ensino médio e superior, inclusive alunos da classe especial e da EJA de Ensino Fundamental Fase II, referente ao período de 5ª a 8ª Séries e de Ensino à Distância (EAD).

O estágio não-obrigatório é desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Não há idade mínima para estagiar, mas segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a idade permitida para o início da atividade profissional é aos 16 anos, como consta no “Art. 403 – É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

Para a caracterização do estágio, é obrigatória a participação da instituição de ensino. No Art. 16, temos a seguinte informação: o termo de compromisso deverá ser firmado por três partes: o estagiário, seu representante ou assistente legal, pelos representantes legais da parte concedente e pela instituição de ensino.

O procedimento mais importante que a instituição de ensino deve tomar é a inclusão do estágio não-obrigatório no seu Projeto Político Pedagógico. Caso contrário, o estudante ficará impedido de estagiar.

Além disso, é necessário indicar um professor orientador responsável pelo acompanhamento do estágio, solicitar aos educandos que entreguem o relatório de atividades a cada 6 (seis) meses e comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

12. Ações desenvolvidas em parceria

12.1 - Com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Arapongas

Palestras;

Transporte escolar;

Estágios dos (das) alunos(as) do Curso de Formação de Docentes nas Escolas Municipais

12.2 - Com a Secretaria Municipal de Cultura e Esportes

Jogos Escolares Municipais; Jogos Regionais, Jogos Abertos do Paraná e Jogos da Juventude.

Utilização do Anfiteatro Oduvaldo Viana Filho para apresentações artísticas, eventos e palestras.

12.3 - Com a Universidade Norte do Paraná - (UNOPAR)

Palestras;
Suporte jurídico;

12.4 - Com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Rotary Clube

Doação e plantio de árvores.
Conservação da área de preservação do Córrego do Arlindo.
Palestras com profissionais do Rotary e da Secretaria do meio Ambiente.

12.5- Com a Secretaria Municipal do Trabalho e Serviço Social

Estágios dos(as) alunos(as) do Curso de Formação de Docentes nos CEIs Municipais.

12.6 - Com o Rotary Club Beija-Flor (Arapongas) e Rotary Club Internacional

Fanfarra

13. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação da Escola é realizada por todos os componentes do corpo escolar, principalmente na Avaliação Institucional: Programa de Avaliação Institucional da Rede Pública Estadual de Educação Básica.

Este programa atende aos princípios norteadores da política educacional da atual gestão: construção coletiva, gestão democrática e o direito à educação pública gratuita e de qualidade. Implica na mobilização da escola em processos participativos, fundamenta a avaliação com diferentes dados oriundos da realidade escolar sob diferentes aspectos.

A avaliação da escola é um dos instrumentos de auto-avaliação institucional. O documento permite “olhar” a escola por dentro, utilizando-se da reflexão que possibilita uma gestão democrática comprometida com a realidade social. Nessa avaliação se analisa a escola de forma global, possibilitando articular identidade e globalidade com o contexto social. Os dados coletados servem de subsídio às ações propostas pelo coletivo a serem empreendidos na busca de melhoria da qualidade da Educação Pública.

O objetivo maior é criar uma cultura de avaliação institucional que possibilite a discussão e reflexão coletiva sobre o trabalho da escola, pautada no diálogo coletivo, que respeite diferentes idéias e pontos de vista. Produzindo indicadores, analisando dados, compilando relatos e transformando-os em diagnósticos que possibilitem a implementação de ações inovadoras e de procedimentos que garantam a real efetivação do PPP, contando com a participação permanente da comunidade escolar na Instituição de Ensino, com vistas a melhoria da qualidade da Educação.

13.1- Avaliação Institucional Externa

A Prova Brasil e o SAEB são conduzidos nacionalmente pelo Governo federal, enquanto as avaliações estaduais e municipais podem ter metodologia própria e são concebidas e realizadas pelos governos estaduais e municipais.

No que diz respeito às avaliações externas a escola se apropria dos resultados e para que haja a mudanças são feitas reuniões entre professores, direção e equipe pedagógica onde são analisados e questionados os resultados, e a partir daí são delineadas algumas estratégias (o que nos é muito difícil) como por exemplo: aulas com metodologias diversificadas, reproduzindo o material da avaliação para ser trabalhado em sala, simulados semestrais, aulas interdisciplinares, aulas com todos os alunos para a revisão dos conteúdos em um ambiente diferenciado no caso um auditório, reprodução de apostilas, convênio com escola que oferta aulas de redação para o Enem e questões do Enem e Prova Brasil estão sendo trabalhadas em sala.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB / 2011

O IDEB é um importante indicador de qualidade da Educação Básica da unidade Escolar. O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade educacional: fluxo escolar (taxa de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho das avaliações.

O cálculo é realizado com base nos dados de aprovação, reprovação e abandono escolar, declarados pelas escolas anualmente no Censo escolar, e as médias de desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, a média do SAEB - para o País e unidades da federação - e a média da Prova Brasil - para as escolas e os municípios.

O IDEB é apresentado em resultados de 0 a 10 e permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. Desta forma, ampliam-se possibilidades de mobilização de toda a sociedade em favor da educação.

O IDEB é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita tanto o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas as esferas, como também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

As metas do IDEB para as escolas, municípios e unidades da Federação foram estabelecidas considerando cada estágio de desenvolvimento educacional dessas unidades de referência e, também, a diminuição das desigualdades entre elas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabelece como metas que, até 2022, o IDEB do Brasil para os anos iniciais seja 6,0 e para os anos finais 5,5 - média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Sendo assim, bienalmente até 2022, o IDEB será apresentado de maneira que todos possam verificar se estão atingindo suas metas.

Dessa forma, o índice permite acompanhar se as metas de qualidade propostas pelo PDE para a Educação Básica estão sendo alcançadas.

IDEB - Resultados e Metas - Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3,5	3,8	4,0	4,1	3,5	3,7	3,9	4,4				5,5
Paraná	3,3	4,0	4,1	4,0	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Araçongas	3,9	4,1	4,6	4,2	4,0	4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
CEEM	4,1	4,4	5,3	4,9	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0

Observando os dados da tabela acima constata-se que os índices alcançados são maiores que os previstos nas metas projetadas. É necessário termos como meta mínima anual a média 6,0 (seis vírgula zero) e para tanto empreenderemos esforços e estudos para a melhoria da aprendizagem dos alunos e assim contribuir para a superação dos índices até aqui conseguidos.

O IDEB é uma medida objetiva de avaliação que pode ser comparado ao longo do tempo que retrata a situação do aprendizado de nossos alunos.

Prova Brasil - Apresentação

Realizada desde 2005, a Prova Brasil é aplicada a cada dois anos e avalia o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa, com foco em leitura e em Matemática, com ênfase na resolução de problemas.

As duas disciplinas foram escolhidas por serem consideradas basilares para a compreensão das demais que o compõem o currículo escolar. No entanto, nem todas as competências e habilidades dessas disciplinas que fazem parte dos currículos adotados pelas escolas, são avaliadas pela Prova Brasil. Avaliam-se apenas aquelas que são consideradas comuns entre todas as unidades

da federação e que são consideradas básicas para que os alunos sejam capazes de alcançar o êxito no processo de aprendizagem no decorrer de sua vida escolar.

Para selecionar quais as competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática que seriam avaliadas, o INEP baseou-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos currículos adotados pelas Secretarias Estaduais de Educação e por algumas redes municipais para as séries e disciplinas avaliadas.

Como resultado desse trabalho, foram elaborados dois documentos chamados de Matrizes de Referência (um de Língua Portuguesa e um de Matemática), contendo o conjunto de competências e habilidades comuns para as séries e disciplinas avaliadas em todo o território nacional e que podem ser medidas por meio dos testes utilizados pela Prova Brasil. Estas matrizes constituem um parâmetro de orientação, uma espécie de pauta, segundo a qual se elege o que será avaliado. As questões que compõem a Prova Brasil são elaboradas a partir dessas matrizes.

A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos concluintes dos 5^{os} e 9^{os} anos do Ensino Fundamental e apresenta médias de proficiência por unidade escolar. Tem como objetivo auxiliar os gestores nas decisões e direcionamento de recursos necessários para a melhoria da qualidade de ensino.

Os alunos da 8^a Série (9^o Ano) do Colégio Estadual “Emílio de Menezes” participaram do processo de avaliação externa, através da Prova Brasil, realizando as provas de Língua Portuguesa e Matemática desde o ano de 2005 até 2011 e obtiveram os seguintes resultados:

Prova Brasil 2005

Dependência Administrativa	Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	222,63	237,46
Estado do Paraná	227,09	247,43
Escola - Colégio Emílio	238,90	265,03

Prova Brasil 2007

Dependência Administrativa	Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	228,93	240,56
Estado do Paraná	229,96	241,63
Escola - Colégio Emílio	245,98	261,89

Prova Brasil 2009

Dependência Administrativa	Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	239,74	242,87
Estado do Paraná	246,23	250,74
Escola - Colégio Emilio	268,92	270,51

Prova Brasil 2011

Dependência Administrativa	Anos Finais do Ensino Fundamental	
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	243,00	250,64
Estado do Paraná	243,19	251,73
Escola - Colégio Emilio	273,41	284,31

Observa-se que os alunos do CEEM obtiveram desempenho na Escala de proficiência do SAEB maior que a do Brasil e a do Estado do Paraná, nas duas disciplinas.

A Escala de Língua Portuguesa possui 10 (dez) níveis e a de Matemática possui 13 (treze) níveis.

Língua Portuguesa

Em Língua Portuguesa, o INEP optou em mensurar os conhecimentos linguísticos, que requerem a competência do apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, privilegiando o uso social da língua nas suas mais diversas manifestações. O enfoque dado à leitura não exclui a importância de se avaliar a competência dos alunos na produção de textos escritos na sala de aula.

A proficiência do CEEM em **Língua Portuguesa** foi **273,4**. Isso significa que nossos alunos estão no Nível 6 da escala e, além das habilidades dos níveis anteriores, nossos alunos são capazes de:

- estabelecer relações entre partes de um texto, reconhecendo o sentido de uma expressão que contribui para a continuidade do texto;
- estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.;
- reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos;
- identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa;
- identificar a tese e o argumento que defendem em texto com a linguagem informal;

- inferir informação a partir de um julgamento em textos narrativos longos;
- inferir efeitos de ironia ou humor em narrativas curtas;
- inferir o sentido de uma expressão em texto narrativo longo e de vocabulário complexo.

Matemática

Em Matemática, o eixo norteador da avaliação é a resolução de problemas, que fornece informações ao aluno sobre as competências matemáticas exigidas socialmente. A resolução de problemas possibilita o desenvolvimento de capacidades como observação, estabelecimento de relações, comunicação de diferentes linguagens, argumentação e validação de processos, além de estimular formas de raciocínio como intuição, indução, dedução e estimativa.

A proficiência do CEEM em **Matemática** foi **284,3**. Isso significa que nossos alunos estão no Nível 7 da escala e, além das habilidades dos níveis anteriores, nossos alunos são capazes de:

- identificar a localização/movimentação de objeto em mapas;
- resolver problema com números naturais, inteiros e racionais envolvendo diferentes operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação);
- calcular o valor numérico de uma expressão algébrica, incluindo potenciação;
- interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas;
- identificar um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Foi instituído em 1998 pelo Ministério da Educação. É uma avaliação de caráter voluntário para alunos concluintes e egressos do Ensino Médio. Está inserido no conjunto de ações que pretendem melhorar o acesso e a permanência do estudante e a qualificação da educação superior brasileira.

Tem como objetivos:

- avaliar o desempenho dos alunos concluintes da Educação Básica, principalmente em relação ao desenvolvimento de competências necessárias ao pleno exercício da cidadania;
- possibilitar elementos para processos de seleção em diversos setores do mundo do trabalho e ainda como possibilidade de acesso aos cursos de Educação Superior, além de fornecer dados ao colégio sobre o nível de conhecimentos construídos pelos alunos no decorrer da escolarização.

A finalidade primordial do ENEM é a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio. As informações obtidas a partir dos resultados do ENEM são utilizadas para acompanhamento da qualidade do ensino médio no País, na implementação de políticas públicas, criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio, desenvolvimentos de estudos e indicadores sobre a educação brasileira e estabelecimento de critérios de acesso do participante a programas governamentais. O ENEM serve também para a constituição de parâmetros para a auto-avaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e à inserção no mercado de trabalho.

Em 2008, o Ministério da Educação propôs a utilização do ENEM como instrumento para democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Desde 2009, o ENEM tem se fortalecido como uma prova de acesso às instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Além disso, o ENEM continua a ser critério de seleção de bolsas de estudos no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O ENEM ainda promove a certificação de jovens e adultos no ensino médio.

Resultados Obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio no Contexto Geral

ENEM 2005

	Média Nacional	Média Estadual	Média Municipal	Média do CEEM
Prova Objetiva	36,440	36,849	35,606	36,93
Redação/ Prova Objetiva	43,850	43,968	43,037	45,98

ENEM 2006

	Média Nacional	Média Estadual	Média Municipal	Média do CEEM
Prova Objetiva	35,314	35,741	35,235	33,96
Redação/ Prova Objetiva	42,892	43,993	44,360	44,72

Os resultados obtidos pelo CEEM no ENEM em 2006, foi o seguinte: participaram 163 alunos. A média da Prova Objetiva foi 35,96 e na redação com Prova Objetiva 44,72.

Estes resultados evidenciam que a escola teve um bom desempenho, ficando classificada em primeiro lugar dentre as escolas estaduais de nosso município.

ENEM 2007

	Média Nacional	Média Estadual	Média Municipal	Média do CEEM
Prova Objetiva	44,402	47,210	46,388	50,11
Redação/ Prova Objetiva	48,084	50,200	49,917	52,92

ENEM 2008

	Média Nacional	Média Estadual	Média Municipal	Média do CEEM
Prova Objetiva	37,70	39,46	38,78	39,84
Prova Objetiva com Correção	36,92	38,64	37,97	39,59
Média Geral com Correção	47,07	47,61	47,53	49,25

Resultados obtidos pela Escola nos anos seguintes:

No **ano de 2009**, o CEEM teve 104 alunos participando do ENEM, obtendo como resultados as médias 483,2 na Prova Objetiva e 499,9 na Prova Objetiva com Redação, ficando em 8º lugar na classificação entre as escolas estaduais do município.

No **ano de 2010**, o CEEM teve 80 alunos participando do ENEM, obtendo como resultados as médias 513,0 na Prova Objetiva, 625,32 na Redação e na Prova Objetiva mais Redação obteve a Média Geral de 568,81, ficando novamente em primeiro lugar entre as escolas públicas no município.

Observando os dados obtidos pelos alunos no decorrer dos anos de 2006 a 2009, observamos que houve um pequeno decréscimo e uma posterior melhora nas notas.

Se faz necessário empreender esforços no sentido de continuarmos em processo crescente e quem sabe ultrapassarmos a média de 568,81 obtida no ano de 2010.

Para tanto buscamos a melhoria no processo de ensino e de aprendizagem junto aos nossos docentes e discentes através de estudos que envolvem leituras, cursos e atividades com alunos sobre a temática.

13.2 - AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação ora proposta deve ser realizada com a participação dos diversos setores e elementos envolvidos no processo de desenvolvimento do planejado.

Envolve um processo de análise, reflexão sobre o realizado, contrapondo com aquilo que foi previsto e deve ser entendido como apoio à melhoria da escola, da educação, de modo geral, através da melhoria do trabalho escolar.

Para que a avaliação seja de fato instrumento de aprimoramento do Projeto Político Pedagógico é necessário que se compreenda o Projeto-Político-Pedagógico como um Projeto a ser integrado aos demais que a escola possui: o curricular, os planos de ação dos diferentes segmentos e os planos anuais das diferentes disciplinas. Deve ser concebido como um projeto “para e em ação” como bem complementa Escredero (2004: 162-163) “Um Projeto Vivente”.

Tanto a avaliação do projeto elaborado, ou seja, escrito, como o seu andamento, a sua ação, podem adquirir um caráter de mecanismo conjunto de reflexão, análise, compreensão e apoio a fim de ir melhorando o nosso projeto de partida e a sua própria realização prática na escola e nas aulas. Dessa maneira, o projeto, como desenho, o projeto como desenvolvimento e o projeto como avaliação podem caminhar juntos, de forma a serem entendidos e praticados como um todo integrado, cíclico, progressivo e recursivo.

A avaliação assim concebida dará abertura ao debate: que tipo de escola somos e qual a que queremos? Como a escola atua no presente e como torná-la mais próxima desse ideal? Que novas necessidades vão surgindo e quais permanecem?

A reflexão é de responsabilidade coletiva e deve ser instrumento para garantir o sucesso do projeto, sua real utilização e servir para corrigir e aprimorar os rumos escolares, estudando o ato educativo na sua totalidade.

A avaliação, assim partiria da prática e reverteria a ele como nos aponta Vasconcelos (2005: 73) ao apresentar a concepção de método:

- **Partir da Prática** - ter a prática em que estamos inseridos como referência e desafio para a transformação. Ter clareza de que há uma história, há um movimento do real; não é a reflexão que inaugura o mundo, já que, como vimos, “no princípio era a ação”; qualquer processo de mudança tem como referência experiências anteriores;
- **Refletir sobre a Prática** - através da reflexão crítica e coletiva, buscar subsídios, procurar conhecer como funciona a prática, quais são suas contradições, sua estrutura, suas leis de movimento, captar sua essência, projetar um sentido novo, abrir novas possibilidades; procurar saber como atuar no sentido de sua transformação.
- **Transformar a Prática** - atuar, coletivo e organizadamente, sobre a prática, procurando transformá-la na direção desejada.

Acompanhar sua realização no dia-a-dia da escola, transformando a prática na busca de um ensino mais crítico, significativo que desenvolva o cidadão autônomo e solidário que prime pelo conhecimento e pela sua permanência neste Estabelecimento de Ensino.

O ato operacional do Plano de Avaliação do Projeto-Político-Pedagógico se orienta nas ações e nos momentos de posições quanto às atividades propostas na escola. As ações e proposições convergem para:

- Conhecer a realidade escolar, compreendendo e explicando criticamente os problemas e suas relações no esforço de propor ações alternadas e coletivas;
- Garantir o sucesso do projeto, repensando a sua avaliação, decidindo coletivamente o que deve ser trabalhado, alterado e/ou melhorado;
- Construir e reconstruir o Projeto na responsabilidade coletiva, no seu interior definido, corrigindo e aprimorando os rumos escolares, estudando o ato educativo na sua dimensão real.
- Acompanhar sua realização no dia-a-dia da Escola e sua reformulação sempre que o coletivo sentir necessidade.

14. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

14.1 – Informática ofertada pela SEED

14.2 - Plantio de Árvores

14.3 - Leitura Orientada

14.4 - Treinamento de Modalidades Esportivas

14.5 - Mostra de Trabalhos - Formação de Docentes

14.6 - Mural de Notícias

14.7 - Visitas

14.8 - Palestras

14.9 - Contação de Histórias

14.10- Projetos de Intervenção na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
(Rua de recreio, Recreios dirigidos, Reforço Escolar, Contação de Histórias...)

14.11 - Projetos de Arte e LEM (Inglês) variados

14.12 - Seminários

14.13 - Simulados

14.14 - Cultura Afro-Brasileira

14.15 - Gincana Cultural, Esportiva e Social

14.16 - Dificuldade de Aprendizagem de Física no Ensino Médio: Projeto “De olho na Física”

14.17- dentre outros



Colégio Estadual "Emílio de Menezes" - Ensino Fundamental, Médio e Normal

Rua Quíscalo, 185 - TeleFax: (043) 3252-1374

CEP 86700-445 - Araçongas – Paraná

e-mail: ceem@onda.com.br

15. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

ENSINO MÉDIO

15.1 - MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO					
NRE: Apucarana		CÓDIGO: 01	MUNICÍPIO: Arapongas		CÓDIGO: 0150
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual "Emílio de Menezes" - Ensino Fundamental, Médio e Normal					
CÓDIGO: 0015					
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná					
CURSO: ENSINO MÉDIO					
CÓDIGO: 0009			TURNOS: Manhã e Noite		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010		Simultânea	MÓDULO: 40 semanas		
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS		SÉRIES		
			1ª	2ª	3ª
	ARTE		2	-	2
	BIOLOGIA		2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA		2	2	2
	FILOSOFIA		2	2	2
	FÍSICA		2	2	2
	GEOGRAFIA		2	2	-
	HISTÓRIA		-	2	2
	LÍNGUA PORTUGUESA		4	3	4
	MATEMÁTICA		3	4	3
	QUÍMICA		2	2	2
	SOCIOLOGIA		2	2	2
	SUB TOTAL		23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	DISCIPLINA				
	LEM - INGLÊS		02	02	02
TOTAL GERAL			25	25	25

Nota: Matriz Curricular de acordo com a LDB N. 9394/96

Arapongas, 21 de janeiro de 2010.



15.2 - PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ARTE

ENSINO MÉDIO

1 - APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Arte na Escola brasileira passa por inúmeras mudanças, desde a célebre Missão Artística Francesa em 1816, trazida por Dom João VI, onde o ponto forte dessa escola era o desenho, com a valorização da cópia fiel e a utilização dos modelos europeus. A partir dessa época temos uma história do ensino da arte com ênfase no desenho, centrada na valorização do produto. O desenho deveria servir à ciência e à produção industrial, utilitária.

O ensino da música teve pouca projeção nas escolas até mais ou menos 1950, limitava-se a aulas de solfejo, canto orfeônico e memorização de hinos pátrios.

Entre as décadas de 50 e 60, começou-se a notar nas escolas a influência de um movimento denominado Escola Nova. O papel do professor era dar oportunidades para que o aluno se expressasse de forma espontânea, pessoal, o que vinha a ser a valorização da criatividade como máxima no ensino da arte. Como todo processo artístico deveria “brotar” do aluno o conteúdo dessas aulas era quase exclusivamente um “deixar-fazer” que muito pouco acrescentava ao aluno em termos de aprendizagem de arte.

Em 1971, com a Lei 5.692, foi criado o componente curricular Educação Artística. A lei, determinando que nessa disciplina fossem abordados conteúdos de música, teatro, dança e artes plásticas nos cursos de 1º e 2º graus, acabou criando a figura de um professor único que deveria dominar todas essas linguagens de forma competente.

Porém, ARTE É CONHECIMENTO, surge então a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394) aprovada em 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 26, parágrafo 2º: “ O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Assim, a arte é importante na escola, principalmente porque é importante fora dela. Por ser um conhecimento construído pelo homem através dos tempos, a arte é um patrimônio cultural da humanidade e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber.

Nesse sentido o conhecimento teórico-prático dos fundamentos do teatro, dança, música e artes visuais como elementos essenciais para a formação dos sentidos humanos na familiarização dos bens culturais produzidos na história da humanidade. Enfoque da arte como área de conhecimento nas suas dimensões de criação, apreciação e comunicação como instrumento para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

2 - CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os conteúdos estruturantes, apesar de terem as suas especificidades, são interdependentes e de mútua determinação. Nas aulas, o trabalho com esses conteúdos deve ser feito de modo simultâneo, pois os **elementos formais**, organizados por meio da técnica, do estilo e do conhecimento em arte, constituirão a **composição** que se materializa como obra de arte nos diferentes **movimentos e períodos**.

ÁREAS	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	CONTEÚDOS BÁSICOS		
ARTES VISUAIS	Ponto Linha Superfície Textura Volume Luz Cor Análise Estética	Figura/fundo Bidimensionalidade Tridimensionalidade Profundidade Perspectiva Simetria Proporção Deformação Ritmo e movimento Contrastes Tonalidades e nuances Escalas cromáticas Sensações Relações-complementares Analogia Figurativo Abstrato Significado da obra Produção Contextualização Gêneros: paisagem, retrato, natureza-morta... Técnicas: pintura, gravura, escultura, arquitetura, fotografia, vídeo...	Renascimento Barroco Barroco no Brasil Neoclassicismo Missão Artística Francesa Romantismo Realismo Impressionismo Arte Paranaense Pós-Impressionismo 3 ^{as} séries Expressionismo Cubismo Fauvismo Dadaísmo Abstracionismo Surrealismo Semana de Arte Moderna Op Art Pop Art Vanguarda artística Construtivismo Concretismo Neo concretismo Arte Naif Arte Conceitual
MÚSICA	Altura Duração Timbre	Ritmo Melodia Harmonia Gêneros	Vocal Coral Instrumental Popular Folclórica (Afro-brasileira) Erudita

TEATRO	Expressões Corporais Vocais Gestuais Faciais Espaço Cênico Personagem	Representação Jogos Teatrais Cinema e Tv	Coletiva Monólogo
DANÇA	Movimento Corporal Tempo Espaço	Gêneros	Performance Vanguarda

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino da Arte priorizará a interação da leitura da produção da arte com a familiarização cultural e com o exercício das linguagens artísticas de acordo com a formação do professor.

Desse modo, o aluno percorrerá trajetos de aprendizagem:

- A aprendizagem de fato e conceitos envolverá:
analisar, interpretar, conhecer, explicar, descrever, comparar, relacionar, identificar, situar (tempo/ espaço), reconhecer, classificar, etc..
- A aprendizagem de procedimentos envolverá:
representar, observar, experimentar, elaborar, manejar, compor, confeccionar, utilizar, simular, etc..
- A aprendizagem de atitudes, valores e normas envolverá:
apreciar, valorar (positiva/negativamente), ser consciente de , estar sensibilizado a, sentir, prestar atenção, preferir, etc..
- A organização e participação em projetos sobre assuntos de relevância histórico-social estarão propiciando ao educando espaço para formação ética, autonomia intelectual e desenvolvimento do pensamento crítico.
- A Lei nº 10.639/2003, que trata das relações étnico-raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; os temas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental; e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

4- AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser feita tendo em vista os objetivos de cada assunto, de forma contínua, cumulativa, diagnóstica e somativa.

Deve diagnosticar basicamente a apropriação dos conteúdos, bem como o interesse, a participação, a organização, a habilidade do educando no tratamento dos temas e materiais sugeridos, levando-se em conta o processo.

A avaliação poderá ser individual ou em grupo, utilizando vários instrumentos de verificação, tais como:

- trabalhos artísticos e teóricos;
- registros em forma de relatórios;
- provas teóricas ou práticas;
- registros em forma de relatórios, portfólios, audiovisual e outros.

Todas essas formas de avaliação estão de acordo com a proposta do projeto político da escola.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma paralela e contínua.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTE NOS SÉCULOS.

BARBOSA, A . M. **A imagem no ensino da arte:** anos oitenta e novos tempos. 2 ed. São Paulo. Perspectiva, 1996.

BOZAL, Valeriano et all. **História da arte**. Ediciones del Prado.

BRIOSCHI, Gabriela. **Arte Hoje**. FTD.

CALÁBRIA, Carla Paula Brondi, MARTINS, Raquel Valle. **Arte, História & Produção**. FTD

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar** - 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar** - 2009.

FEITOSA, Charles. **Explicando a filosofia com arte**. Ediouro.

GABRYELLE, Thayayne. **A Conquista da arte**. Editora do Brasil.

GÊNIOS DA PINTURA.

GOMBRICH, E. **A história da arte**. Guanabara. LTC.

GRALHA AZUL, Rosi & Marlise. **Atividades de Educação Artística**. Companhia Editora Nacional.

LEONARDI, Ângela Cantele. **Arte – Linguagem Visual**. IBEP.

MARTINS, Mirian Celeste; et all. **Didática do Ensino de Arte: a língua do mundo: a língua do mundo: poetizar, fluir e conhecer arte**. São Paulo. FTD, 1998.

MUNDO DA ARTE

OSTROWER, Fayga. **Asensibilidade do intelecto**. Rio de Janeiro. Campus, 1998.

OSTROWER, Fayga. **Universos da Arte**. Ed. Campus

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Curitiba: SEED/DEPG, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Médio. **LDP: Livro Didático Público de Arte**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PENTEADO, José de Arruda. **Comunicação visual e Expressão**. Ed. Nacional.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. Ed. Ática. São Paulo, 1995.

PROENÇA, Graça. **Descobrimos a História da Arte**. Ed. Ática.

REVERBEL, O. **Um caminho do teatro na escola**. 2. ed. São Paulo. Scipione, 1997.



15.3 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

BIOLOGIA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da disciplina

É objeto de estudo da Biologia o fenômeno vida e toda a sua diversidade de manifestação.

A Biologia, como parte do processo de construção científica deve ser entendida e compreendida como processo de produção do próprio desenvolvimento humano e determinada pelas necessidades materiais deste em cada momento histórico. Sofrendo a influência das exigências do meio social e das ingerências econômicas dele decorrentes ao mesmo tempo, que nelas interfere.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o ser humano a diferentes concepções de VIDA, de mundo e de seu papel como parte deste. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

No entanto os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo ser humano – seus paradigmas teóricos – que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais.

Para compreender os pensamentos que contribuíram na construção das diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscou-se, na história da ciência, os contextos históricos nos quais influências religiosa, econômicas, políticas e sociais impulsionaram essa construção.

Na idade média, a igreja tornou-se uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso quanto no social, político e econômico. O conhecimento sobre o universo vinculado em um Deus criador, foi oficializado pela igreja católica que o transformou em dogma.

Essa concepção teocêntrica permeou as explicações sobre a natureza e considerava que “para tudo que não podia se explicado, visto ou reproduzido, havia uma razão divina; Deus era o responsável.” (RAW, SANT’ANNA, 2002.p 13).

A necessidade de organizar, sistematizar e agrupar o conhecimento produzido pelo ser humano fez surgir as primeira universidade medievais, nos séculos IX e X , como as de Bolonha e Paris. Nessas universidades, mesmo sob a influência da Igreja, as divergências relativas aos estudos dos fenômenos naturais renunciaram mudanças de pensamentos em relação às concepções, até estão hegemônicas, sobre aqueles fenômenos.

Com o rompimento da visão teocêntrica e da concepção filosófico-teológica medieval, os conceitos sobre o ser humano passaram para o primeiro plano, iniciando uma nova perspectiva para a explicação dos fenômenos naturais.

Os estudos de zoologia desenvolveram-se mais rapidamente a partir dos avanços tecnológicos, posteriores a 1800, com o desenvolvimento das técnicas de conservação dos animais que permitiram estudos anatômicos comparativos.

Neste período surgiram novos conhecimentos biológicos, como por exemplo, a classificação dos seres vivos numa escala hierárquica.

Enquanto a zoologia, a botânica e a medicina trataram de explicar a natureza de forma descritiva, no contexto filosófico discutia-se a proposição de um método científico a ser adotado para compreender a natureza. Em meio às contradições desse período histórico, o pensamento do filósofo Francis Bacon (1561-1626) contribuiu para uma nova visão de ciência, pois recuperou o domínio do ser humano sobre a natureza.

Os debates teóricos tornaram-se mais evidentes com o questionamento sobre a origem da Vida. As idéias sobre a geração espontânea, aceitas pelos naturalistas até o século XIX, começaram a ser contrariadas no século XVII, quando o físico italiano Francesco Redi (1626-1698), entre outros, apresentou estudos sobre a biogênese.

O pensamento mecanicista reafirmou-se com a invenção e aperfeiçoamento de instrumentos que permitiram ampliar a visão anatômica e fisiológica. Para entender o funcionamento da Vida, a Biologia fracionou os organismos vivos em partes cada vez mais especializadas e menores, com o propósito de compreender as relações de causa e efeito no funcionamento de cada uma delas.

Entretanto as modificações nas estruturas sociais, políticas e econômicas, concretizadas no Estado moderno europeu, favoreceram mudanças filosóficas e científicas.

Evidências sobre a extinção de espécies forjaram, no pensamento científico europeu, à luz dos novos achados, proposições para a teoria da evolução em confronto com as idéias anteriores. A idéia de mundo estático, que não admitia a evolução biológica, cada vez mais foi confrontada.

No início do século XIX, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) apresentou suas idéias sobre a evolução das espécies. As espécimes coletadas por ele nas Ilhas Galápagos começaram a lhe oferecer evidências de um mundo mutável. Com Darwin a concepção teológica criacionista, que compreendia as espécies como imutáveis desde sua criação, deu lugar à reorganização temporal dessas espécies, inclusive a humana.

Em 1865, Mendel apresentou sua pesquisa sobre a transmissão de características entre os seres vivos. Ainda não se conheciam os mecanismos de divisão celular e de transmissão de caracteres hereditários. No entanto Mendel, baseado em conhecimentos desenvolvidos por outros pesquisadores, acrescidos de sua formação matemática e com cuidados especiais no planejamento e na execução das experiências realizou diversos cruzamentos utilizando diferentes organismos. Destaque para as ervilhas (*Pisum sativum*).

No século XX, a nova geração de geneticista confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na Biologia que contribui para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos, vinculados ao material genético, sob influencia do pensamento biológico evolutivo.

Organizar os conhecimentos biológicos construídos ao longo da historia da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino requer compreensão dos contextos em que a disciplina de Biologia é contemplada nos currículos escolares.

O sistema de ensino brasileiro sofreu mudanças significativas com a promulgação da Lei n.5.692/71 que reformulou o ensino (básico) estruturando o primeiro e o segundo graus. Essa lei trazia, dentre outras alterações, o estabelecimento de um ensino tecnicista e a formação técnica compulsória para o segundo grau, visando atender o regime vigente, voltado para o ideolgia do nacionalismo desenvolvimentista.

Na década de 1990, as discussões sobre os processos de ensino-aprendizagem em ciências foram “prioritariamente desenvolvidas a partir dos modelos de mudança conceitual. [...] visando a construção de metodologias que (permitiam) a apropriação de conceitos científicos por parte dos alunos, a partir de diferentes enfoques construtivistas” (LOPES, 1999, p.201).

Ao final da década de 1980 e inicio da seguinte, no Estado do Paraná, a Secretaria de estado da Educação propôs o Programa de Reestruturação do Ensino de Segundo Grau sob o referencial teórico da pedagogia histórico-crítica, na qual o conteúdo é visto como produção histórica e social, a educação escolar tem a obrigação de oferecer e o aluno tem o direito de conhecer. A abordagem desses conteúdos deve se dar na interação com a realidade concreta do aluno. Esse novo programa analisava as relações entre escola, trabalho e cidadania.

Em 1998, foram promulgadas as diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM – Resolução CNE/CEB n.03/98), para normatizar a LDB n.9.394/96. O ensino passou a ser organizado por áreas de conhecimento, ficando a Biologia disposta na área de ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

De modo geral, os PCN promoveram um esvaziamento dos conteúdos formais nas disciplinas, o que também ocorreu no ensino de Biologia, com a presença de temas geradores e criação de subsistemas, em que valores, conhecimentos e capacidades, e até mesmo a ciência, estariam continuamente em transformação, mas orientados por uma sociedade aberta e controlados pela competência individual.

O mundo moderno é palco de uma grande revolução científica e tecnológica que está levando o ser humano a repensar sua postura perante o planeta e sua relação com ele, implicando diretamente mudanças no ser, agir, pensar e conviver, cujos reflexos começam a atingir, também, a educação.

Os conhecimentos de Biologia devem servir para que se entenda o mundo vivo, pois só o compreendendo podemos respeitá-lo. Assim, o ensino de Biologia deve ter, antes de qualquer objetivo, a finalidade de tornar o aluno um ser que respeita a vida. Toda forma de vida.

2. Conteúdos Estruturantes / Básicos da disciplina

Conteúdos Estruturantes são os saberes que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar. Cada conteúdo estruturante da disciplina de Biologia permite conceituar VIDA em distintos momentos da história e, dessa forma, dá embasamento para que as grandes problemáticas da contemporaneidade sejam entendidas como uma construção humana.

Conteúdos Básicos são os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do ensino fundamental e para o ensino médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica. Por serem conhecimentos fundamentais para a disciplina de Biologia, os conteúdos básicos não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém, ao construir a proposta pedagógica, o professor poderá seriar/sequenciar esses conteúdos básicos de modo a orientar o trabalho de seleção de conteúdos específicos no Plano de Trabalho Docente.

2.1 - Organização dos seres vivos

Neste conteúdo estruturante deve abordar a classificação dos seres vivos como uma tentativa de conhecer e compreender a diversidade biológica, de maneira a agrupar e categorizar as espécies extintas e existentes.

2.2 - Mecanismos biológicos

Pretende-se neste conteúdo estruturante, partindo da visão mecanicista do pensamento biológico, baseado na visão macroscópica, descritiva e fragmentada da natureza, ampliar a discussão sobre a organização dos seres vivos, analisando o funcionamento dos sistemas orgânicos nos diferentes níveis de organização destes seres – do celular ao sistêmico. Esta análise deve considerar a visão evolutiva, a ser introduzida pelo conteúdo estruturante Biodiversidade, bem como as influências dos demais conteúdos estruturantes.

2.3 - Biodiversidade

O trabalho pedagógico neste conteúdo estruturante, deve abordar a biodiversidade como um sistema complexo de conhecimentos biológicos, interagindo num processo integrado e dinâmico e que envolve a variabilidade genética, a diversidade de seres vivos, as relações ecológicas estabelecidas

entre eles e com a natureza, além dos processos evolutivos pelos quais os seres vivos tem sofrido transformações.

2.4 - A manipulação genética

Neste conteúdo estruturante, o trabalho pedagógico, deve abordar os avanços da biologia molecular; as biotecnologias aplicadas e os aspectos bioéticos dos avanços biotecnológicos que envolvem a manipulação genética, permitindo compreender a interferência do ser humano na diversidade biológica.

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
Organização dos Seres Vivos	Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogênicos. Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.
Mecanismos biológicos	Mecanismo de desenvolvimento embrionário Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos
Biodiversidade	Teorias evolutivas. Transmissão das características hereditárias.
Manipulação genética	Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente. Organismos geneticamente modificado.

3. Metodologia da disciplina

No ensino de Biologia, valoriza-se a construção histórica dos conhecimentos biológicos, articulados à cultura científica, socialmente valorizada a formação do sujeito crítico, reflexivo e analítico, em que o professor compartilha com os alunos a afirmação e a produção de saberes científicos a favor da compreensão do fenômeno VIDA.

Críticos como Michael Apple (2006) e Henry Giroux (1983) propõem como alternativa o fortalecimento de lutas contra-hegemônicas e de currículos que partam das desigualdades e da diversidade, que valorizem e incorporem as culturas vividas pelos alunos, respeitando seus saberes e suas experiências, e que possam desconstruir as tradicionais fronteiras entre a cultura popular, a cultura erudita e a cultura de massa.

Segundo GASPARIN (2002); e SAVIANI (1997); o ensino dos conteúdos específicos de Biologia apontam para os seguintes processos pedagógicos:

Prática social: caracteriza-se por ser o ponto de partida onde se observa o senso comum dos alunos a respeito do conteúdo a ser trabalhado.

- Problematização: fase de detecção e apontamento das questões que precisam ser resolvidas.
- Instrumentalização: e a apresentação sistematizada dos conteúdos.
- Catarse: é a fase em que o aluno confronta o conhecimento adquirido com o problema em questão.
- Retorno à prática social: É o retorno ao ponto de partida, mas agora com um saber concreto e pensado de maior clareza e compreensão voltado para o âmbito social.

Compreendendo a proposta dos Conteúdos Estruturantes o professor em suas aulas pode contemplar os mais variadas estratégias de ensino:

- Exposição oral feita pelo professor, acompanhado de discussões onde o aluno emita opiniões, levante hipóteses e construa novos conhecimentos.
- Pesquisas, entrevistas, relatórios, resolução de atividades que explorem a interpretação de gráficos, mapas e charges.
- Debates em grupos e seminários
- Aulas práticas de laboratório
- Atividades experimentais
- Visitas de estudo para buscar informações em outros ambientes
- Jogos didáticos
- TV multimídia

As aulas de Biologia devem, segundo LIBÂNEO,(1983) propiciar ao educando a compreensão da prática social, pois revelam a realidade concreta de forma crítica e explicitam as possibilidades de atuação dos sujeitos no processo de transformação desta realidade.

Ainda com relação a abordagem metodológica, é importante que o professor de biologia ao elaborar seu plano de trabalho docente, garanta o previsto na Lei n.10.639/03 que torna obrigatório a presença de conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana.igualmente deve ser resguardado o espaço para abordagem da história e cultura dos povos indígenas, em concordância com a Lei n.11.645/08.

Quanto ao trabalho envolvendo a Educação Ambiental, em concordância com a Lei n.9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, este deverá ser uma pratica educativa integrada, contínua e permanente no desenvolvimento dos conteúdos específicos. Portanto é necessário que o professor contextualiza esta abordagem em relação aos conteúdos

estruturantes, de tal forma que os conteúdos sobre as questões ambientais não sejam trabalhados isoladamente na disciplina de Biologia.

Os documentos: Lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; e as temáticas referentes ao **Desenvolvimento Sócioeducacional e Diversidade**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Prevenção ao uso indevido de Drogas; Relações Étnico-Raciais; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação do Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

Dessa forma visa-se a formação de um cidadão crítico, reflexivo e atuante em seu meio.

4. Avaliação

Na disciplina de Biologia, avaliar implica um processo cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de ensino-aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, em que o aluno também tome conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organize-se para as mudanças necessárias.

Destaca-se que este processo deve procurar atender aos critérios para a verificação do rendimento escolar previstos na LDB n. 9394/96 que considera a avaliação como um processo “contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Enfim, adota-se como pressuposto a avaliação como instrumento analítico do processo de ensino aprendizagem que se configura em um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas ao longo do ano letivo, de modo que professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superarem os obstáculos existentes.

A avaliação é indispensável no processo ensino-aprendizagem, uma vez que permite ao professor recolher, analisar e julgar dados sobre a aprendizagem de seus alunos e ao mesmo tempo verificar a qualidade do desempenho de seu trabalho.

A avaliação deve ser diária e contínua. Toda avaliação deve ser registrada, através de instrumentos como: testes objetivos e subjetivos, pesquisas, relatórios, seminários.

A recuperação é feita após a aplicação de cada instrumento de avaliação com retomada de conteúdo.

Espera-se que o aluno:

- Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;
- Estabeleça relações entre as características específicas dos micro-organismos, dos organismos vegetais e animais, e dos vírus;

- Classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);
- Reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutural e molecular) dos seres vivos;
- Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);
- Identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;
- Reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;
- Compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;
- Compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia);
- Reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;
- Reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;
- Compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;
- Identifique os fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre estes;
- Compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;
- Reconheça as relações de interdependência entre os seres vivos e destes com o meio em que vivem;
- Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;
- Compreenda a evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio-ambientais;
- Relacione os conhecimentos biotecnológicos às alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;

5. Referências Bibliográficas

Colégio Estadual Emílio de Menezes. Regimento Escolar. Araçatuba, 2009.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. Projeto Político Pedagógico. Araçatuba, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Biologia**. Curitiba, 2008.



15.4 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO MÉDIO

1. Apresentação da Disciplina

A Educação Física, foi instituída no ano de 1882, após um projeto denominado, reforma do ensino primário. Rui Barbosa emitiu um parecer que entre outras conclusões afirmou a importância da ginástica, elevando-a em categoria e autoridade com as demais disciplinas. Desde então ela vem sofrendo transformações, influências por vários segmentos como instituições médicas, militares, políticas bem como por modelos pedagógicos. Mais recentemente a promulgação da lei 5692/71, tornou-se obrigatória nas escolas e passou a ter uma legislação específica, integrando a mesma como atividade escolar regular e obrigatória no currículo de todos os cursos e sistemas de ensino.

A educação física é a área do conhecimento que propicia ao aluno a cultura corporal do movimento e todas as implicações que essa cultura provoca como o lado emocional, de lazer, manutenção e melhoria da qualidade de vida, relações interpessoais e sociais de uma forma mais abrangente.

Diante dessas considerações a educação física deve possibilitar uma reflexão a respeito da sua prática, levar o educando a uma leitura crítica das relações sociais que se apresentam na sociedade e manifesta-se nas práticas desenvolvidas no fazer pedagógico, interpretando as relações que o cercam e exercitando o respeito humano, bem como os princípios e valores inerentes ao ser humano.

Por ser a Educação Física uma disciplina que tem como objeto de estudo a Cultura Corporal de movimento, como tal, deve provocar nos educandos reflexões sobre o significado do que é “seu corpo” no mundo moderno, através de suas manifestações diferenciadas. Neste sentido, dá-se importância os signos sociais que se expressam por meio do preconceito social, da sexualidade, da diferenciação entre gêneros, da violência, da exacerbação, da vaidade, do excesso de consumo, etc.

Diante destas considerações a Educação Física, possibilita ao educando “um pensar” crítico sobre suas experiências corporais, bem como os princípios e valores inerentes ao ser humano.

2- Objetivos Gerais

- Garantir aos alunos o direito de acesso e reflexão sobre as práticas esportivas, além de adaptá-las à realidades escolar;
- Superar na Educação Física o caráter de mera atividade de “prática pela prática”;
- Possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o as práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social;
- Fazer do educando um cidadão crítico, sujeito às ações e movimentos, consciente que o corpo age, brinca, aperfeiçoa, dança, segue modelos, adoece, socializa-se;

- Trabalhar a Educação Física em interlocução com outras disciplinas que permitam entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratada tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza.

3- Objetivos Específicos

- Possibilitar ao aluno a compreensão que o corpo deve ser entendido em sua totalidade, ou seja, o ser humano é o seu corpo, que sente, pensa e age.
- Conhecer e discutir o papel da “mídia” na vida: saúde, beleza, consumismo, preconceitos, supervalorização do modismo, etc;
- Apresentar a ludicidade como parte integrante do ser humano que se constitui nas interações sociais, sejam elas na infância, na idade adulta ou na velhice;
- Discutir com os alunos as contradições presentes no processo de esportivização das práticas corporais, para que entendam como elas são institucionalizadas internacionalmente com regras próprias e uma estrutura competitiva e comercial;
- Oportunizar momentos de reflexão ao aluno, para que ele perceba que o legado das diferentes práticas corporais, vai muito além dos elementos técnicos e táticos;
- Promover experiências significativas no tempo e no espaço, de modo que o lazer se torne um dos elementos articuladores do trabalho pedagógico;
- Trabalhar com os alunos o conceito de lazer, seus aspectos históricos, proporcionando uma compreensão mais ampla de seu significado;
- Incentivar os alunos a adotar hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, refletindo sobre sua própria saúde e da comunidade;
- Proporcionar atividades ao educando, de modo que ele possa dar continuidade a esta aprendizagem no seu dia a dia.

4. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BASICOS

a) **Jogos e Brincadeiras:** jogos de tabuleiro, jogos dramáticos, jogos cooperativos

b) **Dança:** danças folclóricas, danças de salão, danças de rua

c) **Ginástica:** ginástica artística / olímpica, ginástica de condicionamento físico, ginástica geral

d) **Esporte:** coletivos, individuais, radicais

e) **Luta:** lutas com aproximação, lutas que mantém à distância, lutas com instrumento mediador, capoeira.

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
1ª Série	Jogos e Brincadeiras	- Jogos de tabuleiro - Jogos cooperativos
	Dança	- Danças folclóricas - Danças de rua
	Ginástica	- Ginástica Artística / olímpica - Ginástica de condicionamento físico - Ginástica geral
	Esporte	- Coletivos - Individuais - Radicais
	Luta	- Lutas com aproximação - Lutas com instrumento mediador - Capoeira

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
2ª Série	Jogos e Brincadeiras	- Jogos dramáticos
	Dança	- Danças folclóricas - Danças de rua - Dança de salão
	Ginástica	- Ginástica Artística / olímpica - Ginástica de condicionamento físico - Ginástica geral
	Esporte	- Coletivos - Individuais - Radicais
	Luta	- Lutas com aproximação - Lutas com instrumento mediador - Capoeira

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
3ª Série	Jogos e Brincadeiras	- Jogos de tabuleiro - Jogos cooperativos
	Dança	- Danças folclóricas - Dança de salão
	Ginástica	- Ginástica Artística / olímpica - Ginástica de condicionamento físico - Ginástica geral
		- Coletivos - Individuais

	Esporte	- Radicais
	Luta	- Lutas com aproximação - Lutas com instrumento mediador - Capoeira

5. Metodologia da disciplina

Tanto na aprendizagem quanto no ensino da Educação Física, o método é um processo que associa a dinâmica da sala de aula à intenção prática do aluno para uma maior compreensão da realidade, fazendo-o formular conceitos próprios a partir dos temas apresentados.

Discutir, previamente, sobre o que, como, quando e por que tal ação é importante, provocando no aluno (a), a reflexão, formulando sua opinião, interpretação e explicação sobre o que está acontecendo, com base nos objetivos pautados.

A ação pedagógica da Educação Física, pode ser de variada, tornando os conteúdos mais interessantes e significativos, utilizando recursos dos mais diversos, onde o aluno passa a perceber a inter-relação entre o conhecimento crítico-teórico e volta novamente para a prática social concreta.

Na metodologia crítico-superadora, o conhecimento é transmitido, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que está inserido, seguindo as estratégias das práticas sociais, ou seja, problematização, instrumentalização, catarse e retorno à prática social.

1. A PRÁTICA SOCIAL caracteriza-se como uma preparação (aluno) para a construção do conhecimento escolar.

2. A PROBLEMATIZAÇÃO trata do desafio, é o momento em que a prática social é colocada em questão, analisada e interrogada.

3. A INSTRUMENTALIZAÇÃO é o caminho por meio do qual o conteúdo sistematizado é colocado à disposição dos alunos para que assimilem e o recriem, ao incorpora-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional (Gasparim, 2002,p.53).

4. A CARTASE é a fase em que o educando sistematiza e manifesta o que assimilou.

5. O RETORNO A PRATICA SOCIAL é o ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica.

A Lei nº 10.639/2003, que trata das relações étnico-raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola. A Lei nº 11645/08 – História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e programa Saúde na Escola); Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental; e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual

serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

6- Avaliação

O processo de avaliação estará vinculado à ação educativa que poderá ser individual ou coletiva, contínua, permanente, cumulativa, traduzida em forma de notas que serão registradas no livro de classe (PPP). . No decorrer das aulas, o conteúdo programado pode ser reavaliado e alterado de acordo com as dificuldades encontradas nas avaliações que foram feitas, para melhor aproveitamento do educando.

Será uma avaliação diagnóstica num processo contínuo que servirá para o processo desenvolvido para identificar lacunas na aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas nas diversas manifestações corporais, evidenciadas nas brincadeiras, jogos, ginásticas, esportes e danças.

Essas avaliações se darão através dos seguintes instrumentos:

- Atividades com recursos audiovisuais
- Trabalho em grupo e individual
- Pesquisa de campo
- Avaliações teóricas e práticas
- Relatórios
- Projetos
- Gincanas

O critério de avaliação adotado pelo estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota (5,0) cinco vírgula zero referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente de uma prova bimestral, totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade da aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação do conteúdo.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

7- Referências Bibliográficas

BRACHT, Valter, **A constituição das teorias pedagógicas da educação Física**. Cadernos CEDES, v.19 n.48. Campinas,1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Física para a Educação Básica**. Curitiba - 2008.



15.5 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

FILOSOFIA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da Disciplina

A Filosofia é a aspiração da busca pela verdade em sua totalidade. Trata-se da reflexão abrangente sobre as práticas da vida, cujo objetivo e finalidade são procurar estabelecer relações entre o que nos é dado como “certo e verdadeiro”, com o ato de reflexão sobre estes conceitos.

Em primeiro lugar, o retorno da Filosofia ao Ensino Médio deve ser entendido como o reconhecimento da importância desta disciplina para ampliar o significado e os objetivos sociais e culturais da Educação. Para tanto, é imprescindível a presença, nos programas escolares, de disciplinas que – como a Filosofia – propõem reflexões que permitem compreender melhor as relações histórico-sociais e, ao mesmo tempo, inserir o educando no universo subjetivo das representações simbólicas, elevando a Educação a um nível político-existencial, capaz de superar a mera transmissão e aquisição de conteúdos, feitas de modo mecânico e inconsciente.

Após 1964, o governo da ditadura militar, alegando que a Filosofia servia apenas para a doutrinação política, retirou o ensino de Filosofia da escola por figurar como disciplina perigosa para a manutenção do sistema. No Paraná, assim como nos outros Estados da Federação, a partir de 1971, praticamente desapareceu a Filosofia nas escolas de ensino médio. A principal contribuição da filosofia na escola - a de garantir o pensamento reflexivo e questionador -, sofreu uma ruptura abrupta. Esse fato é claramente sintetizado por Rouanet (1987, p.307), quando afirma que “... com o fim das humanidades acabou também, em grande parte, o pensamento crítico. O fim da Filosofia significou o fim de toda uma prática de reflexão questionadora que, bem ou mal, tinha-se iniciado nos anos 60”.

Entre 2003 e 2006, por iniciativa do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, sob a coordenação, primeiro do professor Carlos Roberto Viana, e depois da professora Mary Lane Hutner, a Filosofia recebeu tratamento como disciplina de tradição curricular e estatuto próprio.

No Estado do Paraná em 1994, foram oportunizados vários encontros de professores sob a coordenação do DEM, para estudos da proposta curricular de filosofia, mas por razões administrativas não foi implementada nas Grades Curriculares das escolas.

A partir de 2002, o ensino de filosofia foi ofertado e aderiram 50% das escolas do Ensino Médio do Paraná, iniciativa que não caracterizou o retorno efetivo da filosofia, por não encontrar suporte necessário.

Entre 2002 e 2005, todos os elementos sistematizaram a elaboração de um novo documento sobre defesa do ensino de Filosofia no Estado do Paraná, com ampliação do espaço destinado à referida disciplina.

Finalmente a Filosofia se torna presente nas Matrizes Curriculares de todos os colégios do Ensino Médio, superando a transversalidade, implementando as orientações curriculares necessárias.

No Ensino Médio a contribuição da Filosofia como campo de conhecimento, é de, proporcionar ao aluno um raciocínio metódico sustentado num repertório cultural humanístico, dependendo somente deste aluno indagar a realidade em que vive refletindo sobre esta realidade, ou seja, refletir (do latim *reflectere*, voltar atrás) sobre diversas questões da vida, já que a Filosofia possibilita esta reflexão, dando possibilidades a este aluno de compreender e, possivelmente, alterar o mundo que o cerca.

Compreender importância do ensino da Filosofia no Ensino Médio é entendê-la como um conhecimento cuja especificidade contribui para a formação do aluno. Cabe a ela indagar a realidade, refletir sobre as questões que são fundamentais para os homens, em cada época.

A Filosofia torna possível ao homem compreender a significação do mundo, da cultura, da história: o sentido das criações humanas nas artes, na ciência, e na política. Possibilita uma compreensão do homem e do mundo que incita o indivíduo a não se deixar levar pela submissão às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos. Permite engendrar o abandono da ingenuidade e dos preconceitos do senso comum.

A reflexão filosófica não é, pois, qualquer reflexão, mas rigorosa, sistemática e deve sempre pensar o problema em relação à totalidade, para alcançar a radicalidade do problema, isto é, ir à sua raiz. Isso é uma resposta à necessidade – apontada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio para a disciplina de Filosofia – de preparar os alunos para ler filosoficamente textos de outras naturezas, levando-os a perceber que as discussões filosóficas não têm interesse restrito e se encontram disseminadas em outras áreas do saber.

Tendo a tarefa de reflexão e de crítica da estrutura social, a partir da tomada de consciência de nossos problemas e das principais questões elaboradas pela história do pensamento filosófico – mediante a linha condutora dos conteúdos estruturantes propostos na Diretriz Curricular de Filosofia do Estado do Paraná – é possível que a Filosofia cumpra seu papel de reflexão teórico-crítica de problemas que são colocados pelas próprias relações humanas com a natureza e com o momento histórico em que nos encontramos.

Esta disciplina deverá levar o educando a um posicionamento crítico perante a realidade. Entender que todas as descobertas surgiram a partir de um pensamento.

Deverá contribuir para a formação de uma sociedade, que se utiliza da inteligência, a modo dos grandes filósofos, para intervir no seu meio e assim construir a sua história, história esta que se

fundamenta em um ver- pensar-agir e julgar. Isto irá facilitar o ingresso e a desenvoltura no mundo do trabalho.

Assim, é necessário deixar claro que a Filosofia enquanto disciplina curricular do Ensino Médio, deve se desenvolver sobre as bases de um conteúdo cuja especificidade não pode ser relegado a segundo plano, a saber, os conceitos e problemas historicamente desenvolvidos no corpo da própria Filosofia, bem como a problematização, a investigação e a criação de conceitos.

2- Objetivos

- Contribuir para a aquisição de conhecimento da própria atividade pensante, que permite contribuir-lhe na forma de valor de julgamento ético-moral.
- Formar o hábito da reflexão sobre a própria experiência possibilitando a formação de juízos de valor autônomos que subsidiem a conduta do sujeito dentro da escola e fora dela.
- Desenvolver o senso de liberdade e responsabilidade na sociedade em que vive, considerando a escola como parte da vida do aluno.
- Desenvolver procedimentos próprios do pensamento crítico, apreensão de conceitos, argumentação e problematização.
- Articular teorias filosóficas e o tratamento de temas e problemas científicos, tecnológicos éticos e políticos, sócio-culturais com as vivências pessoais.
- Trabalhar com textos que incluam termos e conceitos cotidianos que facilitem a interação no contexto social;
- Realizar atividades que levem o aluno a perceber a multiplicidade de pontos de vista e articulações possíveis entre os mesmos; estimular a atitude de respeito mútuo e cidadania participativa;
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros;
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo

3- Conteúdos Estruturantes / Básicos

1ª Série

Mito - Filosofia - Teoria do Conhecimento

- A ação instintiva
- Uma nova sociedade?
- A linguagem humana .
- O trabalho . A cultura

- A inteligência concreta
- O que é conhecimento
- A verdade
- A crítica do conceito tradicional de verdade
- Ceticismo e dogmatismo
- A ideologia em ação Senso comum e bom senso
- Ideologia: sentido amplo ideológico
- O discurso não- A ideologia
- A consciência mítica
- A perspectiva dos “civilizados
- O mito entre os “primitivos”
- Funções do mito
- O “primitivo” e a consciência de si .
- O mito hoje Mito e religião Mito e filosofia: continuidade e ruptura Homero e Hesíodo
- Uma nova ordem humana
- Os primeiros filósofos
- Do mito à razão: o nascimento da filosofia
- Lei 10.639/03 - História e Cultura Afro Brasileira e Africana
- Lei 11.645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas
- Lei 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental

2ª Série

Mito - Teoria do Conhecimento - Filosofia da Ciência

- A consciência mítica
- A perspectiva dos “civilizados
- O mito entre os “primitivos”
- Funções do mito
- O “primitivo” e a consciência de si
- O mito hoje.
- Mito e religião
- Mito e filosofia: continuidade e ruptura Homero e Hesíodo
- Uma nova ordem humana
- Os primeiros filósofos
- Do mito à razão: o nascimento da filosofia
- Texto a Polis e o nascimento da filosofia

- A república de Platão
- O que é Filosofia.
- Mito e Filosofia
- Sócrates e o nascimento da Filosofia
- Platão, Aristóteles
- As ciências
- Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola)
- Prevenção ao uso indevido de Drogas
- Enfrentamento à Violência

3ª Série

1. Teoria do Conhecimento

- Descartes e o racionalismo
- Hume e o empirismo
- Kant e o criticismo

2. Ética

- Introdução
- Liberdade e Responsabilidade (Fenomenologia e Existencialismo)
- Liberdade e Conhecimento (Espinosa)
- Liberdade e Política (Marxismo)
- Liberdade e Linguagem (Habermas)
- Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência
- Educação Escolar Indígena
- Relações de Gênero
- Diversidade Sexual
- Educação do Campo

3. Política

- Platão e Aristóteles

- Maquiavel
- Hobbes e Locke
- Rousseau
- Socialismo

4. Estética

- Introdução
- Arte e Cultura (Benjamin)
- Arte e Indústria (Adorno)

4- Metodologia

Tendo em vista os objetivos propostos para o Ensino Médio, a saber, a contribuição para a formação do caráter, do raciocínio crítico e criativo, cujo resultado é em última instância a cidadania participativa, as práticas pretendidas na disciplina de Filosofia serão no sentido de levar o aluno a questionar sua realidade, analisar, comparar, decidir, planejar e expor idéias, bem como ouvir e respeitar as de outrem.

Dessa forma, as atividades nas aulas ocorrerão conforme o tema a ser tratado exigir: aulas expositivas (com abertura ao debate), estudo e reflexão de textos de caráter filosófico – ou que possam dar margem à reflexão de cunho filosófico – redação e apresentação de trabalhos, bem como atividades de pesquisa. Dessa forma, cremos estar caminhando em direção ao desenvolvimento de valores importantes para a formação do estudante do ensino médio: espírito crítico e criativo, solidariedade, responsabilidade e compromisso pessoal.

A necessidade de combate a desigualdade, a educação figura como uma das formas importantes de mudança da estrutura social dos afrodescendentes.

Ao teorizar, realizando práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação dos afrodescendentes, busca-se romper com os estereótipos possibilitando um processo educacional em direção a igualdade.

Projetos e atividades como filmes, seminários e debates interdisciplinares tendo como meta, leitura, pesquisa, interação e desenvolvimento da criatividade cultural, favorecem a uma construção real de uma identidade nacional, todavia marcada por ideologias equivocadas que nos afastam de nós mesmos criando uma falsa imagem que nos fragiliza e nos esconde do que realmente somos.

Tal processo pretende contribuir para aqueles que acreditam na possibilidade de novas relações entre os seres humanos, tais como: o resgate de sua auto-estima, a capacidade de se comunicar, o respeito às diferenças individuais e culturais, e a constante luta pela cidadania plena.

A Lei nº 10.639/2003, que trata das relações étnico-raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola. A Lei nº 11645/08 – História e Cultura dos Povos Indígenas. Os documentos: Lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; Cidadania e Direitos Humanos, Educação Fiscal, Prevenção ao uso indevido de Drogas e Diversidade Sexual, serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

5- Avaliação

A avaliação ocorrerá no sentido de contribuir tanto para o professor, possibilitando avaliar a própria prática, como para o desenvolvimento do aluno; permitindo-lhe perceber seu próprio crescimento e sua contribuição para a coletividade, mediante a criação de conceitos. Será, portanto, de caráter diagnóstico e somativo (em caráter de zero a dez), conforme o desempenho individual e/ou coletivo. Serão adotados como instrumentos, além da auto-avaliação:

- Textos produzidos pelos alunos;
- Participação em sala de aula;
- Atividades e exercícios realizados em classe ou extraclasse, de pesquisa;
- Testes escritos;
- Apresentação dos temas (oral ou escrita) em estudo;
- Registro das aulas, conforme a necessidade.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre,

mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

6- Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **História da Filosofia**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

Colégio Estadual Emílio de Menezes - **Regimento Escolar**, 2009.

Colégio Estadual Emílio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**, 2011.

BUZZI, Arcângelo. **Filosofia para principiantes: a existência humana no mundo**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHÂTELET, F. **História da Filosofia, idéias e doutrinas – o século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, s/d, 8 vol.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Araçongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Araçongas, 2011.

CORDI, Cassiano et all. **Para Filosofar**. São Paulo: Scipione, 2000.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO. **Diretrizes Curriculares de Filosofia**. Curitiba: 2009.

FOLSCHIED, Dominique; WUNEMBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia Filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NOVA CULTURAL. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Filosofia**. Curitiba, 2008.



15.6 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

FÍSICA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da Disciplina

A Física representa uma produção cultural, construída pelas relações sociais e que está em constante evolução. É a parte da ciência que estuda os fenômenos da natureza, despertando o interesse do educando, levando-o a questionar, refletir e estudar o mundo que o rodeia, preparando-o para o exercício da cidadania.

A Física tem como objeto de estudo o Universo em toda a sua complexidade e, por isso, como disciplina escolar, propõe aos estudantes o estudo da natureza, entendida, segundo Menezes (2005), como realidade material sensível. Ressalte-se que os conhecimentos de Física apresentados aos estudantes do Ensino Médio não são coisas da natureza, ou a própria natureza, mas modelos elaborados pelo Homem no intuito de explicar e entender essa natureza

É uma ciência voltada ao desenvolvimento tecnológico e social, portanto torna-se indispensável a compreensão de suas leis e da sua história, para uma melhor compreensão do meio em que vivemos.

O ensino da Física terá um significado real quando a aprendizagem partir das idéias e fenômenos que façam parte do contexto do aluno, possibilitando analisar o senso comum e fortalecer os conceitos científicos na sua experiência de vida. Também é preciso que o mesmo entenda a relação existente entre o desenvolvimento dessa ciência com o conseqüente progresso tecnológico.

A Física deve estar voltada para a formação do educando, proporcionando-lhe conhecimento para a vida, independente da sua escolaridade futura. Deve possibilitar aos jovens adquirir instrumentos para a vida, para o raciocínio, para a compreensão das causas e razões das coisas, para exercer seus direitos, para cuidar da sua saúde, para participar das discussões em que estão envolvidos, para atuar, para transformar; enfim, para realizar-se, para viver. Sendo assim, uma educação para a cidadania.

Esta disciplina, portanto, atua como um campo estruturado de conhecimentos que permite a compreensão dos fenômenos físicos que cercam o mundo macroscópico e microscópico. O universo em toda a sua complexidade é o objeto de estudo da Física, considerando sua evolução, suas transformações e as interações que se apresentam, devendo ser estudada como construção humana, nos aspectos de sua história e relações nos contextos cultural, social, ambiental, político e econômico.

A Física está relacionado à várias situações da nossa vida. Desde a Grécia Antiga o homem procura entender o funcionamento das coisas e buscou na ciência estas explicações. Hoje em dia, a Física moderna atua em vários ramos da indústria, de tecnologia, de geração de energia entre outros. Esta importante ciência está dividida em várias áreas : mecânica, termologia, óptica, ondas, eletricidade, eletrodinâmica, cinemática e física nuclear. A Física atua em parceria com outras áreas da ciência como, por exemplo, a Matemática, Biologia e a Química. Muitos fenômenos físicos só podem ser explicados através de fórmulas matemáticas ou de reações químicas. Em 1905, Einstein formulou a teoria da relatividade especial, unificando o espaço e tempo em uma única entidade, espaço-tempo. A teoria da relatividade prescreve uma transformação entre referenciais inerciais diferente da mecânica clássica, necessitando o desenvolvimento da mecânica relativística como um substituto para mecânica clássica. No regime de velocidade baixa (relativa), as duas teorias concordam. Em 1915, Einstein ampliou a relatividade restrita para explicar a gravidade com a teoria da relatividade geral, a qual substitui as leis de gravitação de Newton. Em situações de baixas massas e energias, as duas teorias concordam.

2- Conteúdos Estruturantes

O estudo da Física se baseia nas três teorias unificadoras, que estabelecem os conteúdos estruturantes: Movimento, Termodinâmica e Eletromagnetismo.

Desses estruturantes derivam os conteúdos básicos a serem desenvolvidos de forma a garantir uma cultura científica o mais abrangente possível, do ponto de vista da Física.

2.1. Movimento

- Momentum (quantidade de movimento) e inércia;
- Conservação da quantidade de movimento;
- Variação da quantidade de movimento: impulso;
- 2ª Lei de Newton;
- 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio;
- Energia e o Princípio da conservação de energia;
- Gravitação.

2.2. Termodinâmica

- Lei zero da termodinâmica;
- 1ª lei da termodinâmica;
- 2ª lei da termodinâmica.

2.3. Eletromagnetismo

- Carga, corrente elétrica e campo;
- Força eletromagnética;
- Equações de Maxwell: Lei de Coulomb, Lei de Ampère e Lei de Faraday;
- Ondas eletromagnéticas;
- A natureza da luz e suas propriedades.

3- Metodologia

O planejamento do trabalho de sala de aula é a base da construção do processo de ensino-aprendizagem. Pois assim, tem-se a possibilidade de saber exatamente o ponto de partida e o de chegada para cada tema abordado em seu curso. É necessário considerar o mundo vivencial dos alunos, sua realidade próxima ou distante, os objetivos e fenômenos com que movem sua curiosidade. As metodologias de ensino têm sido influenciadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que propõem estratégias didáticas baseadas principalmente nas concepções dos alunos, na experimentação e na contextualização do conhecimento físico.

O processo pedagógico, no ensino de física, parte do conhecimento prévio dos estudantes, no qual se incluem as concepções alternativas ou concepções espontâneas. O estudante desenvolve suas concepções espontâneas sobre os fenômenos físicos no dia-a-dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência e as traz para a escola quando inicia seu processo de aprendizagem.

Cabe, então, ao professor levar o conhecimento científico socialmente construído e sistematizado ao aluno, para que este supere os limites do conhecimento vulgar; destacando que não há conhecimento definitivo. Porém, uma sala de aula é composta de pessoas com diferentes costumes, tradições, pré-conceitos e ideias que dependem de sua origem cultural e social e esse ponto de partida deve ser considerado.

Nos últimos anos, no Brasil, vem se falando muito em qualidade na educação. Impossível falar em qualidade de educação, de ensino, sem falar da prática pedagógica utilizada pelo professor. Na perspectiva de uma educação mais eficaz para todos, organizar e dirigir situações de aprendizagem deixou de ser uma maneira ao mesmo tempo banal e complicada de designar o que fazem espontaneamente todos os professores. Essa linguagem acentua a vontade de conhecer situações didáticas ótimas, inclusive e principalmente para os alunos que não aprendem ouvindo lições. As situações assim concebidas distanciam-se dos exercícios clássicos, que exigem apenas a

operacionalização de um conhecimento. Permanecem úteis, mas não são mais o início e o fim do trabalho em aula, nem tampouco a aula magistral, limitada a funções precisas. O educador no seu ensinar, está em permanente fazer, propondo atividades, encaminhando propostas aos seus alunos.

Por essa razão sua ação tem que ser pensada, refletida para que não caia no praticismo. Esta ação pensante, onde prática, teoria e consciência são gestadas é de fundamental importância em seu processo de formação. Contudo, não é todo educador que tem apropriado seus desejos, seu fazer, seu pensamento na construção consciente de sua prática e teoria. Para que se possa efetivamente alcançar os objetivos da prática docente, torna-se necessário a real valorização do ensino, além de erguer três alicerces sólidos: boa formação inicial, boa formação continuada e boas condições de trabalho, salário e carreira, permitindo maior segurança profissional, de modo que o docente ganhe base para pensar sua prática e aprimore sempre mais a qualidade do seu trabalho (LIBÂNEO, 1994).

A prática docente contribui para melhorar a qualidade do ensino, pois, o professor que só transfere conhecimento está contribuindo muito pouco para a melhoria do ensino. O professor deverá ser um mediador do processo educativo, e assim, propiciar ao aluno uma aquisição de conhecimento ou seja, o aluno participa do processo educativo adquirindo conhecimentos que lhe serão úteis. A prática pedagógica só será completa se houver educação, mas só há educação se houver construção e participação. Diante disso, podemos dizer que a qualidade da educação depende da prática pedagógica e das condições de trabalho. Nesse contexto uma das práticas de ensino a ser utilizada no ensino de física, é o uso da TV pendrive e mais particularmente da internet, que faz parte de uma estratégia de ensino inovadora, mas devemos ter cuidado com esta ferramenta. Não basta apenas incluir a internet no ensino de física ou na proposta pedagógica sem que haja uma orientação e acompanhamento por parte do educador. É fácil para o aluno ter acesso a este conteúdo e reproduzi-lo com apenas alguns toques no teclado e não é o que desejamos. A internet deve ser um espaço para apropriação do conhecimento, conhecimento no mais amplo sentido da palavra. Deve ser uma ferramenta que permita a interação, que seja participativa e faça conexões com o cotidiano do aluno.

No que diz respeito ao ensino de física, deve proporcionar em primeiro lugar acesso ao conhecimento científico tanto do conteúdo programático como também das mais avançadas pesquisas, claro que em uma linguagem de divulgação. Deve também proporcionar a interação entre os vários indivíduos que a utilizam, possibilitando a troca de idéias, conhecimentos e experiências. Deve ser participativa, pois deve possibilitar a produção pessoal intervenção do aluno e do professor numa dimensão crítica do conhecimento abordando o objeto de estudo desta ciência: o Universo, sua evolução, suas transformações e as interações que nele ocorrem. Os recursos que poderão ser utilizados são: aulas expositivas sobre temas centrais; aulas práticas e no laboratório; uso de vídeos;

sites da internet; leituras de jornais com temas abordando notícias científicas e, também com caráter histórico, econômico, político e social; textos de divulgação científica ou literários que abordem questões científicas; interpretação de textos; resolução de situações problema.

4- Avaliação

O resultado, a observância e a concepção do conhecimento devem ser diagnosticados na avaliação. A avaliação deve ser um processo contínuo e acumulativo, levando-se em conta os pressupostos teóricos da disciplina. Deve estar presente tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica e do processo de estudo e de aprendizagem do aluno.

A avaliação se caracteriza como um processo que objetiva explicitar o grau de compreensão da realidade, emergentes na construção do conceito. Isso ocorre com o confronto de textos, trabalhos em grupos, avaliações escritas, experimentações, seminários, debates, etc.

Como prática reflexiva, a avaliação direciona a recuperação de estudos que deverá ser contínua e paralela. A recuperação é o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo. No dicionário Aurélio, o significado da palavra critério está relacionado com aquilo que serve de base para comparação, julgamento ou apreciação; princípio que permite distinguir o erro da verdade; discernimento; modo de apreciar coisas e/ou pessoas. Quando o termo se refere a avaliação ele está diretamente ligado a intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, bem com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos.

Os critérios decorrem dos conteúdos, isto é, uma vez selecionados os conteúdos essenciais que serão sistematizados, cabe ao professor definir os critérios que serão utilizados para avaliar o conhecimento do aluno. Para tanto, eles devem ser pensados no momento da elaboração do plano de trabalho docente e devem acompanhar a prática pedagógica desde os conceitos e os conteúdos que serão trabalhados até a forma metodológica e o momento em que forem valorados (peso) pelo respectivo sistema de avaliação. Ousa-se a defini-lo como o detalhamento do conteúdo, ou seja, a essência do mesmo, que torna imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade (Batista, 2008). Os critérios nesse sentido, também são a via para se acompanhar o processo de

aprendizagem, devem servir de base para o julgamento do nível de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, do ensino do professor. Portanto, o estabelecimento de critérios tem por finalidade auxiliar a prática pedagógica do professor, posto que é necessário uma constante apreciação do processo de ensino/aprendizagem. (Batista, 2008).

Quanto aos critérios de avaliação em Física, deve verificar:

1. A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
2. A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
3. A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos
4. A capacidade de elaborar relatórios tendo como referencia os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da física.

Serão utilizados os seguintes instrumentos: resolução de exercícios, trabalhos escritos, relatórios, pesquisas, provas escritas.

A escola deve oportunizar a construção do conhecimento pelos estudantes e desempenhar seu papel na democratização deste conhecimento. Como ato educativo, a avaliação potencializa o papel da escola quando cria condições reais para a condução do trabalho pedagógico.

O trabalho envolvendo as temáticas referentes ao **Desenvolvimento Sócioeducacional**: Educação Fiscal, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, História e Educação Ambiental, Cidadania e Direitos Humanos, Enfrentamento à Violência, Prevenção ao uso indevido de Drogas; Diversidade: Relações Étnicas Raciais e Afro-descendência; Educação Indígena; Relações de Gênero; Diversidade Sexual e Educação no Campo serão integrados ao trabalho pedagógico, sem perder de foco o conteúdo específico da disciplina, sempre que possível.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior

a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

6- Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos Cesar, Controle Social, notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo-SP em Perspectiva, São Paulo, v 18, n 01, p 168-176, jan/mar.2004

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de out.1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006. Brasília: D.O.U. de 24.08.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato_2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 10 maio 2006.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Araçongas, 2009.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Araçongas, 2011.

GRAF, **Física 1, 2 e 3**. Edusp: 1991.

MÁXIMO Antonio. **Curso de Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

PENTEADO Paulo Cesar M., TORRES Carlos Magno A. **Física - Ciência e Tecnologia**. São Paulo: Moderna, 2005.

ROCHA, J. F. (Org.) **Origens e evolução das idéias da Física**. Salvador: EDUFRA, 2002.
ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. Drogas: uma abordagem educacional. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000. p. 99.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Física. Curitiba**, 2009.

TEXTOS DOS ENCONTROS, Grupo de Estudos, CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM/para os DIREITOS HUMANOS

TOSCANO Carlos, FILHO Aurelio Gonçalves. **Física**. São Paulo, Scipione, 2008.

Revista Eletrônica de Ensino de Ciências.

www.sbfísica.org.br/rbef

www.fsc.ufsc.br/ccef/

www.ufsem.br/cienciaeambiente

www.ifi.unicamp.br/~ghct/

www.scielo.br



15.7 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

GEOGRAFIA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da Disciplina

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1996, p. 51)

A Geografia aponta para uma abordagem humanista das relações entre sociedade e natureza levando os alunos a compreenderem a realidade de forma mais ampla e possibilitando uma interferência consciente e propositiva.

A Geografia pode transformar o espaço pela ação social: interpretar, analisar e avaliar com os educandos e descobrir as transformações naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas no seu “lugar-mundo”, comparando, analisando e sintetizando a densidade das relações e transformações que tornam concreta e vivida a realidade, na construção de uma sociedade justa, e a criação de um meio ambiente que propicie qualidade de vida.

A Geografia, como disciplina escolar, deve contribuir para formação e integração do cidadão que conhece o seu papel no interior da sociedade e que, participa dos movimentos promovidos por esta. Nesse sentido, a Geografia colabora para a formação de um jovem que certamente já possui uma capacidade de abstração maior e, portanto pode realizar generalizações mais elaboradas e consistentes, tornando-se mais consciente dos problemas e situações de vida e enfrentar.

A tecnologia e a ciência sobressaem no mundo atual, e mostram novas maneiras de relacionamentos humanos, ampliando as fronteiras do conhecimento, neste enfoque, o papel da Geografia é construir ou reconstruir as paisagens dos sistemas naturais, obedecendo parâmetros que favoreçam a diversidade de estilos de vida, ou seja, sua identidade cultural.

A Geografia assim como as demais ciências humanas e sociais tem na escola e na comunidade o compromisso para formar o homem inteiro de forma a integrar os diferentes campos do conhecimento para que o aluno conheça o seu papel no interior da sociedade e no mundo em que vive.

A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. [...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. [As ações] conduzem à criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. [...] As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente. [...] O espaço geográfico deve ser

considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido. (SANTOS, 1996, p. 67-70)

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos

Conteúdos básicos são os conhecimentos fundamentais e necessários para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. O acesso a esses conhecimentos em suas respectivas séries é direito do aluno na etapa de escolarização em que se encontra e imprescindível para sua formação. O trabalho pedagógico com tais conteúdos é dever do professor que poderá acrescentar, mas jamais reduzi-los ou suprimi-los, pois eles são básicos e, por isso, não podem ser menos do que se apresentam.

Não se trata de uma lista solta e isolada de conteúdos a serem trabalhados por série. Os quadros indicam como esses conteúdos se articulam com os conteúdos estruturantes da disciplina, que tipo de abordagem teórico-metodológica devem receber e, finalmente, a que expectativas de aprendizagem estão atrelados.

Ressalta-se a importância de se abordar, em todas as séries, a cultura Afro-brasileira e Africana e a Cultura Indígena.

2.1- 1ª Série

Dimensão econômica do espaço geográfico

Formação e transformação das paisagens naturais e culturais

A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção

O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial

As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista

O comércio em suas implicações sócio-espaciais

Dimensão política do espaço geográfico

Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios

A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços e a urbanização recente

As diversas regionalizações do espaço geográfico

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações

A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente

O espaço rural e a modernização da agricultura

Os movimentos migratórios e suas motivações

As manifestações socioespaciais da diversidade cultural

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção

A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais

2.2 - 2ª SÉRIE

Dimensão econômica do espaço geográfico

A distribuição espacial das atividades produtiva, a (re)organização do espaço geográfico.

O espaço rural e a modernização da agricultura.

Dimensão política do espaço geográfico (nacional)

A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território do BRASIL.

As diversas regionalizações do espaço brasileiro.

Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico

A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.

Movimentos migratórios e suas motivações.

As manifestações sócio-espaciais da diversidade cultural.

Dimensão sócio-ambiental do espaço geográfico

A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.

A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.

A formação e transformação das paisagens

A distribuição espacial das atividades produtivas a (re) organização do espaço geográfico.³

3- Metodologia da disciplina

A discussão acerca do ensino de Geografia inicia-se pelas reflexões epistemológicas do seu objeto de estudo. Muitas foram as denominações propostas para esse objeto, hoje entendido como o Espaço Geográfico e sua composição conceitual básica - lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade, entre outros.

Cabe hoje, ao ensino de Geografia, abordar as relações de poder que constituem territórios nas mais variadas escalas, desde as que delimitam os micros espaços urbanos, como os territórios do tráfico, da prostituição ou da segregação sócio-econômica, até os internacionais e globais.

As teorias críticas da Geografia, adotadas nestas diretrizes, procuram entender a sociedade em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos e nas relações que estabelece com a natureza para a produção do espaço geográfico.

A geografia é uma ciência que se ocupa da análise da formação das diversas configurações espaciais, distinguindo-se das demais ciências na medida em que se preocupa com localização de processos espaciais. Realiza, portanto o estudo da sociedade pela organização espacial.

Todo conteúdo, ao ser trabalhado, deve levar em conta sua conexão, ligação com os outros fatos, fenômenos e conteúdos que lhes dizem respeito.

Diante das ações metodológicas, não se deve discutir em que ordem se trabalhará: se primeiro o meio físico e depois o humano ou inverso. Devemos trabalhar, na medida do possível, a sociedade, a economia, a política, a natureza de forma articulada, considerando, que cada conceito geográfico se constitui em diferentes momentos históricos, em função das transformações sociais, políticos e econômicas.

O estudo da Geografia, considerado como método interdisciplinar, pode constituir um elo entre as disciplinas da área das Ciências Humanas e suas tecnologias, para isso, utilizará uma diversidade de métodos, produzindo novos documentos e mentalidades sobre determinado espaço ou fenômeno espacial.

A interação com o meio será questão fundamental para procurar respostas nos elementos visíveis e invisíveis da paisagem, que será buscado através de documentos escritos em representações gráficas, através de pesquisa orientada, onde o estudante tenha condições de realizar, desde que bem assessorado pelo professor, que determinará as bases do trabalho, bem como os métodos e recursos necessários às diferentes formas de trabalhar, para que o aluno obtenha sucesso em seus estudos.

Outras estratégias poderão ser utilizadas na medida do possível de acordo com as necessidades surgidas no decorrer das aulas.

A aula de campo é um rico encaminhamento metodológico para que o aluno analise a área em estudo, partindo de uma realidade local, bem delimitada para uma investigação de sua constituição histórica e das relações que estabelece com outros lugares próximos ou distantes. Ressalta-se que a aula de campo não pode se limitar apenas à visita ao local desejado, pois esta deve ser planejada e contextualizada antes, durante e depois, buscando sempre fortalecer a relação entre teoria e prática na relação professor/aluno e garantindo uma melhor compreensão do tema abordado.

Serão utilizados filmes, trechos de filmes, programas de reportagens e imagens em geral (fotografias, slides, charges, ilustrações) para a contextualização dos conteúdos da Geografia dando dessa forma ao recurso áudio visual, o papel de problematizador, estimulador para pesquisas

mais aprofundadas sobre os assuntos que, podem desvelar preconceitos e leituras rasas, ideológicas ou estereotipadas sobre os lugares e povos.

O uso de imagens não animadas (fotografias, posters, cartões-postais, outdoors) auxiliarão o trabalho com a formação de conceitos geográficos, diferenciando paisagem de espaço e, dependendo da abordagem dada ao conteúdo, desenvolverá os conceitos de região, território e lugar. Para isso a imagem será ponto de partida para as atividades de observação e descrição detalhadas da mesma até abordar os aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, naturais da paisagem em estudo.

O estudo da linguagem cartográfica deverá proporcionar que os estudantes sejam capazes de interpretações, problematizações e análises críticas dos mapas e seus conteúdos, indo além das utilizações dos mesmos como meros instrumentos de localização dos eventos e acidentes geográficos.

Atualmente, depois de três décadas de renovação, com o crescimento de problemas como os conflitos étnicos, a questão ambiental, os movimentos terroristas, as crises financeiras, etc; consolida-se a certeza de que a Geografia é uma disciplina fundamental para compreensão do mundo contemporâneo nas escalas local, nacional e mundial.

Assim a prática de ensino está baseada nos conceitos geográficos de lugar, território, natureza, sociedade, paisagem e região, sendo necessário trabalhar com temas a partir de leituras e estudos de diferentes tipologias textuais, aproveitando o conhecimento intuitivo de maneira a despertar o interesse, utilizando assim estratégias com o propósito de atingir uma meta determinada visando à interdisciplinaridade e à contextualização e colocando estas linguagens em confronto, não apenas as suas formas particulares ou composicionais, mas o próprio conteúdo veiculados nelas. Uso da TV multimídia e laboratório de informática.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas. Os documentos: a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental(Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados, de forma que o aluno participe do processo de construção e reconstrução dos temas abordados impulsionando iniciativas críticas para uma transformação social.

4- Avaliação / Recuperação

A avaliação é uma das etapas mais importantes do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve acompanhar a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico do professor, para que ambos percebam seu grau de envolvimento no processo e o acompanhamento de sua dinâmica.

A avaliação é um processo que deve estar articulado com os conteúdos estruturantes, os conceitos geográficos, o objeto de estudo, as categorias espaço-tempo, a relação sociedade-natureza e as relações de poder, contemplado a escala local e global e vice-versa.

Deve ser diagnóstica e contínua, pois considera-se que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagens diferentes, dessa forma apontará as dificuldades e possibilitará que a intervenção pedagógica aconteça a todo o tempo. Em lugar de avaliar apenas por meio de provas, o professor deverá utilizar instrumentos de avaliação que contemplem diferentes práticas pedagógicas, tais como: leitura e interpretação de fotos, imagens, diferentes tipos de mapas, pesquisas bibliográficas, aulas de campo ou laboratório, construção de maquetes, projeto, debates, vídeos, seminários, etc.

Por tudo que foi exposto, destaca-se ainda, que a proposta avaliativa deve estar bem clara para os alunos, ou seja, que saibam como eles serão avaliados em cada atividade proposta. Além disso, deve ser um processo não-linear de construções e reconstruções, assentando na interação e na relação dialógica que acontece entre os sujeitos do processo professor e alunos.

Para tanto a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de compreensão do nível de aprendizagem dos alunos em relação aos conteúdos estudados. Ação que necessita ser contínua cumulativa e processual, devendo refletir o conhecimento global do aluno, pois o processo de construção de conhecimentos dará muitos subsídios ao educador para perceber os avanços e dificuldades dos educandos e, assim, rever a sua prática e redirecionar as suas ações se for preciso. É a avaliação diagnóstica.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os instrumentos utilizados pelo professor serão definidos de acordo com os critérios pré estabelecidos no plano de trabalho docente, podendo ser, entre outros:

- a. Seminários;
- b. Atividades escritas (provas, relatórios, dissertações, sínteses);
- c. Atividades orais (provas, debates e palestras);
- d. Pesquisas (de campo, bibliográficas);
- d. Trabalho em grupo e/ ou individual.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;

b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

- Cadernos Temáticos História da Cultura Afro- Brasileira e Africana – Lei n. 0639/03.
- Colégio Estadual Emílio de Menezes. Projeto Político Pedagógico. Araçongas, 2011.
- Colégio Estadual Emílio de Menezes. Regimento Escolar. Araçongas, 2009.
- Cadernos Temáticos: Educação do Campo e Educação Ambiental.
<http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/cec/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>
- Magnoli, Demétrio, Regina Araujo. Livro didático: Geografia - A Construção do Mundo - Geografia Geral e do Brasil, 2005.
- Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Geografia para a Educação Básica**. Curitiba, 2008.



15.8 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO

1. Apresentação da Disciplina

Segundo as Diretrizes Curriculares a concepção de História refuta toda e qualquer verdade pronta e definitiva, porque o trabalho pedagógico deve dialogar com outras vertentes e recusar o ensino marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia. Recusam-se também as produções historiográficas que afirmam não existir objetividade possível em História e considerando todas as afirmativas igualmente válidas. Destaca-se que os consensos mínimos construídos nos debates entre as vertentes teóricas que não expressam meras opiniões, mas implicam em fundamentos do conhecimento histórico.

Os critérios de validade do conhecimento histórico têm sido problematizados e organizados por alguns intelectuais, dentre os quais, destaca-se o alemão Jörn Rüsen, que propõem uma matriz curricular em história para que se compreenda a organização do pensamento histórico dos sujeitos. O Professor ao entender como se dá esta organização do pensamento poderá encaminhar suas aulas de maneira que o aprendizado seja significativo para os alunos.

Assim a História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e as relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações do sujeito de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. A investigação histórica voltada para descoberta das relações humanas busca compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

Fenômenos, processos, acontecimentos, relações ou sujeitos podem ser analisados a partir do conhecimento histórico construído. Ao confrontar ou comparar documentos entre si e com o contexto social e histórico que o construíram, a construção do conhecimento propicia validar, refutar ou complementar a produção historiográfica existente. Como resultado pode ainda contribuir para rever teorias, metodologias e técnicas na abordagem do objeto de estudo historiográfico.

A finalidade da história é a busca da superação das carências humanas, fundamentada por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. Estas interpretações são compostas por teorias que diagnosticam as necessidades dos sujeitos históricos e propõem ações no presente e projetos de futuro. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento histórico é provisório configurado pela consciência histórica dos sujeitos.

Esta provisoriedade significa a existência de várias explicações e interpretações para um mesmo fato. Algumas são mais aceitas, outras menos e também podem se modificar temporalmente, a partir de diferentes contextos espaços-temporais das diversas sociedades, que produzem suas próprias concepções de História.

O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, a partir das experiências dos sujeitos e do contexto em que vivem. É o caso das correntes historiográficas que compõem as Diretrizes Curriculares, as quais dialogam entre si e trazem grandes contribuições para a formação de um pensamento histórico pautado em uma nova racionalidade histórica, apresentadas a seguir:

Nova História: sua principal expressão é a história das mentalidades, insere-se no contexto conturbado, da década de 1960, influenciada pelos acontecimentos de maio de 1968, em Paris, da Primavera de Praga, dos movimentos feministas, pelas lutas contra as desigualdades raciais nos Estados Unidos, entre outras.

Nova História Cultural: Despontou no final da década de 1980, a partir dos trabalhos reunidos pela historiadora Lynn Hunt, num livro de mesmo nome, com ensaios originalmente apresentados no seminário História francesa: textos e cultura, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em 1987. Carlo Ginsburg abandonou a noção de mentalidade para propor conceitos de filtro cultural e de cultura popular. Sugere também uma abordagem de micro-análise, ou seja, a micro história, propondo a redução da escala de observação do historiador, com recortes que valorizam sujeitos como indivíduos, famílias, comunidades que sofrem e enfrentam os condicionamentos do processo histórico mais amplo.

Nova Esquerda Inglesa: Surgiu em 1956, com historiadores britânicos vinculados ao Partido Comunista inglês, que descontentes com o regime stalinista romperam com o partido e acabaram por influenciar fortemente a historiografia francesa. Desses movimentos participaram: Raymond Williams, Eric Hobsbaw, Christopher Hill, Perry Anderson, Maurice Dobb e Eduard Thompson, entre outros. Na década de 1950, esses dissidentes do Partido Comunista passaram a reescrever a história britânica, de modo que contribuíram mais especificamente para os estudos da

História Social. Fundaram a Revista *New Left Review*, em 1959, para divulgar suas idéias a partir de uma releitura crítica de vários conceitos marxistas.

Todas estas correntes historiográficas são estruturadas por meio da matriz disciplinar da História proposta por Rüsen. Todas combatem a corrente metódica e a positivista, que constituíram a maneira de pensar historicamente, típica do ocidente no século XIX, cujos principais representantes foram o historiador prussiano Leopold Von Ranke e os franceses Charles Seignobos e Charles Victor Langlois. Estas historiografias tinham por finalidade construir uma identidade nacional relacionada a uma história que apresentava uma temporalidade única e universal, baseada nas idéias de progresso ou de desenvolvimento contínuo da humanidade, possuindo uma racionalidade histórica linear.

2- Conteúdos Estruturantes

- **Relações de Trabalho** (Este conteúdo permite aprofundar a compreensão das relações no mundo contemporâneo, como estas se configuram e como o mundo do trabalho se constitui em diferentes períodos históricos, considerando os conflitos de classe e intra-classes).
 - **Relações de Poder** (Este conteúdo estruturante permite ao aluno aprofundar a compreensão sobre como as relações de poder encontram-se em todos os espaços sociais, e também permite identificar, localizar as arenas decisórias e os mecanismos que a constituíram).
 - **Relações culturais** (Este conteúdo estruturante permite ao aluno reconhecer a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, compreendendo a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. E, ainda, entender como se constituíram as experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo, detectando as permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sócias).

2.1 - Conteúdos Básicos

2ª Série

- Trabalho escravo, servil assalariado e trabalho livre.
- Urbanização e Industrialização.
- O Estado e as relações de Poder.

3ª Série

- Os sujeitos, as revoltas e as guerras.
- Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções.
- Cultura e religiosidade.

3- Conteúdos Específicos

2ª Série

- Introdução ao estudo da História
- África – Berço da Humanidade
- A Pré História e a revolução Agrícola
- Civilizações Teocráticas e de Regadio
- Antiguidade Clássica
- Civilizações asiáticas
- Reinos africanos
- Mundo árabe
- Império Bizantino
- História Medieval
- Grandes Navegações
- A conquista da América pelos europeus - colonização
- Pindorama - Brasil colônia
- Cultura afro-brasileira - escravidão e resistência
- A Europa no século XVII
- A expansão territorial e o ciclo minerador no Brasil
- Revolução Industrial
- Independência dos Estados Unidos
- Conflitos e independência da América Ibérica.

3ª Série

- Revolução Francesa
- Independência da América Ibérica
- Brasil Imperial
- Transição do Império para a República no Brasil

- A formação do proletariado e o pensamento socialista
- Europa no século XIX
- Imperialismo
- Estados Unidos
- Primeira Guerra Mundial
- Revolução Russa
- Brasil: conflitos sociais e crise da República Oligárquica
- Crise de 1929 e o Totalitarismo político
- Período Vargas
- Segunda Guerra Mundial
- Independência da África e da Ásia
- Guerra Fria
- Ditaduras Latino-americanas
- Fim do Estado Novo e o período de normalidade política
- Ditadura Militar
- Fim do Bloco Comunista
- Conflitos no Oriente Médio
- O mundo Globalizado
- Novos rumos para o Brasil e mundo atual

4- Conteúdos Obrigatórios por Lei

- Lei 10.693/03 - História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Lei 11.645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas: valorizando a história e cultura de seus povos;
- Lei 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental;
- Temáticas referentes ao desenvolvimento Sócio-Educacional: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento a violência; Prevenção ao uso de Drogas; e Educação Ambiental (já citada a Lei); e a Diversidade: Relações étnico-Raciais e afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação do Campo.

5- Encaminhamento Metodológico

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná propõem uma metodologia de estudo para aprender história a partir da consciência histórica, a qual pode ser entendida como uma condição da existência do pensamento humano, pois nessa perspectiva os sujeitos históricos se constituem a partir de suas relações sociais, em qualquer período e local do processo histórico, ou seja, a consciência histórica é inerente à condição humana em sua diversidade. Em outras palavras, as experiências históricas dos sujeitos se expressam em suas consciências (THOMPSON, 1978).

Segundo Rüsen, a consciência histórica se caracteriza pela percepção das experiências do passado dos seres humanos, investigado por historiadores ou por professores de história e seus alunos e realiza-se por interpretações feitas no presente a luz de uma expectativa de futuro. Nesse sentido as noções de tempo e espaço devem compor os procedimentos metodológicos, pois, articulados aos conteúdos estruturantes, possibilitam a delimitação e a contextualização das relações humanas a serem problematizadas.

O procedimento metodológico ligado à categoria histórica tempo foi construído historicamente e modificou-se de acordo com o surgimento e a transformação das sociedades. Nas sociedades agrárias o tempo tinha um caráter cíclico e mítico, já nas sociedades industriais, tem uma marca cronológica e disciplinadora.

A articulação entre as dimensões temporais se expressa nas relações de temporalidade, tais como: processos, mudanças, rupturas, permanências, simultaneidade, transformações, descontinuidades, deslocamentos e recorrências.

O procedimento metodológico referente ao espaço também contextualiza e delimita os Conteúdos Estruturantes, pois o local onde os sujeitos históricos atuam definem as possibilidades de ação e compreensão do processo histórico. Os historiadores, os professores e os alunos estabelecem pela problematização o contexto temporal e espacial a ser estudado.

Ainda em relação à metodologia em história, é importante também problematizar o conteúdo a ser trabalhado. Problematizar o conhecimento histórico “significa em primeiro lugar partir do pressuposto de que ensinar História é construir um diálogo entre o presente e o passado, e não reproduzir conhecimentos neutros e acabados sobre fatos que ocorreram em outras sociedades e outras épocas” (CAINELLI & SCHIMIDT, 2004, p. 52).

Algumas questões podem orientar uma abordagem problematizadora, tais como: “por quê?”, “como?”, “quando?”, “onde?”. Entretanto estas questões não são suficientes, pois, além delas, será necessário levantar hipóteses acerca dos conhecimentos do passado, recorrer a fontes históricas,

preferencialmente partindo do cotidiano dos alunos e do professor, ou seja, “trabalhar conteúdos que dizem respeito à vida pública e privada, individual e coletiva” (CAINELLI & SCHIMIDT, 2004, p. 53).

Quanto à questão da periodização, deve se relativizar a importância dada a compartimentação da História em Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, pois esta é uma divisão francesa que tem como marcos somente acontecimentos históricos europeus. O mesmo vale para a classificação periódica em Brasil colônia, Império e República. Para romper esta tradição à construção de um quadro sinótico, por exemplo, poderá levar os alunos a perceberem como se organiza a periodização histórica de outros povos, com marcos referenciais diferentes do europeu, tais como os indígenas africanos. Aborígenes, polinésios e chineses.

Outra possibilidade é o professor construir novas periodizações dos temas históricos para a identificação de mudanças e permanências nos hábitos, costumes, regimes políticos, e sistemas econômicos das sociedades estudadas. Por fim é possível propor o estudo de calendários de diferentes culturas.

Assim a metodologia do Ensino Médio a ser utilizada no ensino da História, tem a finalidade de fazer o educando sentir-se o agente transformador da própria história. Através de questionamento, o professor poderá construir com o educando uma visão diferenciada de cada conteúdo trabalhando, utilizando as técnicas e recursos ofertados, tais como: vídeos, pesquisas em livros didáticos ou não, internet, CD-ROM, visita à biblioteca, jornais, revistas e até mesmos depoimentos a viva voz, como palestras, entrevistas e outras, aulas expositivas com o apoio do professor e aluno. Paralelamente serão desenvolvidos projetos interdisciplinares em conjunto com outros professores.

Os temas relacionados ao **Desenvolvimento Sócio Educacional e Diversidade** serão trabalhados em conjunto com os conteúdos básicos que apresentam afinidades e também através de ações (palestras, vídeos, pesquisa) que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

6- Avaliação

A avaliação da aprendizagem está associada ao Projeto Político Pedagógico de cada escola. No entanto, entende-se como coerente, dentro desta concepção de Diretriz Curricular, que a avaliação seja colocada a serviço da aprendizagem, isto é, que venha a subsidiá-la e não constituí-la como um elemento externo. Em outras palavras, refutam-se aqui avaliações de caráter classificatório, autoritário

e desvinculado dos conteúdos e concepções pedagógicas, em que a mesma venha retratar e consolidar um modelo excludente de escola e de sociedade, que se quer superar.

Para que a avaliação tenha realmente um caráter diagnóstico, seguiremos os seguintes critérios: Verificar se os alunos reconhecem as relações entre a sociedade, à cultura e a natureza, no presente e no passado; constatar e reconhecer as diferenças e semelhanças entre as relações de trabalho construídas no presente e no passado; reconhecer a diversidade de documentos históricos.

O critério de avaliação adotado pelo estabelecimento é bimestral, composto pela nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar e mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente a prova escrita totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Segundo os critérios mencionados, a avaliação não só envolverá provas escritas e orais, mas também, pesquisas, atividades individuais ou em grupo, relatórios, sínteses, seminários, num processo contínuo e permanente, cumulativo e diagnóstico, para que possa retratar com finalidade o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Os instrumentos utilizados pelo professor são definidos de acordo com os critérios pré-estabelecidos no Plano de Trabalho Docente, podendo ser, entre outros:

- seminários;
- atividades escritas (provas, relatórios, dissertações, sínteses)
- atividades orais (provas, debates e palestras);
- pesquisas (de campo e bibliográficas);
- trabalho em grupo e/ou individual.

A LDB assegura ao aluno o direito a Recuperação de Estudos, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, que ocorrerá de duas maneiras:

1ª) com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;

2ª) com a reavaliação do conteúdo já reexplicado em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) após a apreensão de retomadas de conteúdos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre,

mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

7- Referências Bibliográficas

ADAMI, Humberto. **Lei 10.639/03**. Acesso em <26.03.2007> Disponível em <http://www.adami.adv.br/lei>.

BARROS, Marcelo. **África, Brasil, história e futuro**. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 379, ago/2007, p.8.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 47. Ed. [s.l.]: Global, 2003.

FREITAS, Marcos C. **Da Micro-História a História das Idéias**. São Paulo: Cortez, 1999.

GINSBURG, Carlo. **A Micro-História e outros Ensaio**. Rio de Janeiro RJ: DIFEL, 1989.

_____ **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAERTER, Leandro. Fatumbi: renascimento da cultura negra. In: **Jornal Mundo Jovem.** Porto Alegre – RS: PUCRS, ano45, n. 380, set/2007, p. 21.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez 2005.

LEPORACE, Camila. **Lei da cultura africana e afro-brasileira: combate à discriminação ou aumento da segregação?** Acesso em < 26.11.2007> disponível em: < http:// opiniaonoticia.com.br/interna.php.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro – História. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

MAIA, Verônica Lemos de Oliveira. **Ensino da História e Cultura Afro-brasileira.** Acesso em < 30.08.2007>; Dispositivo em: < http:// www.overmundo.com/lei

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - História.** 2008.

PETER, Burke. **O que é História Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003.** Acesso em < 18.12.2007>; Dispositivo em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil/leis.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **A história entre a modernidade e a pós-modernidade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SANTOS, Dionária da Silva. Afirmção negra e humanização de toda sociedade. In: **Jornal Mundo Jovem.** Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 382, nov./2007, p.12-13.

SCHMIDT. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004. (pensamento e ação no magistério)

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATERIAL DIDÁTICO PARA CONSULTA

Apostila **COLÉGIO MAXI** - História do Brasil – I e II.

Apostila **COLÉGIO MAXI** - História Geral I e II.

COTRIM, Gilberto - **História Geral e do Brasil** – Editora Saraiva, 2005

FIGUEIRA, Garcia Divalte. História - **Série Novo Ensino Médio**. Edição Compacta. Editora Ática, 2003.

NICOLINA, Luiza de Petta e Eduardo A. B. Ojeda - **História: Uma abordagem integrada** - Volume único - Editora Moderna, 2ª Edição, 2005.



15.9 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação geral da disciplina

A Língua Portuguesa, enquanto disciplina escolar passou a integrar os currículos brasileiros somente nas últimas décadas do século XIX, depois de há muito organizado o sistema de ensino. Contudo, a preocupação com a formação do professor desta disciplina teve início apenas nos anos 30 do século XX.

Depois de institucionalizada como disciplina as primeiras práticas de ensino moldavam-se ao ensino do Latim, para os poucos que tinham acesso a uma escolarização mais prolongada. Tratava-se de um ensino eloqüente, retórico, imitativo, elitista e ornamental.

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal torna obrigatório o ensino da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. Em 1837, o estudo da Língua Portuguesa foi incluído no currículo sob as formas das disciplinas Gramática, Retórica e Poética, abrangendo esta última, a Literatura. Somente no século XIX, o conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português e, em 1871, foi criado, no Brasil, por decreto imperial o cargo de professor de Português.

O ensino da Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX, quando iniciou-se no Brasil, a partir de 1967, “*um processo democratização do ensino com a ampliação de vagas, eliminação dos chamados de admissão, entre outros fatores[...]*.”

A Lei 5692/71 amplia e aprofunda esta vinculação dispondo que o ensino devia estar voltado a qualificação para o trabalho. Desse vínculo decorreu, para o ensino, a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na Língua Portuguesa, estava pautada nas teorias da comunicação, com um viés mais pragmático e utilitário do que com o aprimoramento das capacidades lingüísticas do falante, passou então a denominar-se Comunicação e Expressão, nas quatro primeiras séries e Comunicação em Língua Portuguesa, nas quatro últimas séries.

Durante a década de 1970 e até os primeiros anos da década de 1980, o ensino de Língua Portuguesa pautava-se então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura.

No que tange ao ensino da Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário.

O ensino da língua visa propiciar ao educando o uso adequado da língua nos mais variados contextos de uso. O processo ensino-aprendizagem deve ter como premissa a ampliação e o aperfeiçoamento da competência comunicativa, levando o educando a comunicação tanto escrita quanto oral, adequando a comunicação ao seu contexto de uso.

O conteúdo básico é composto pelos gêneros discursivos; pelas práticas de leitura, oralidade, escrita e da análise linguísticas.

Os gêneros contemplam uma diversidade de esferas sociais, buscando atender a diferentes realidades. Contudo, caberá ao professor selecionar os gêneros a serem trabalhados, não se prendendo à quantidade, mas sim, preocupando-se com a qualidade do encaminhamento, com a compreensão do uso do gênero e de sua esfera de circulação.

O ensino de Língua Portuguesa e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

Os gêneros precisam ser retomados nas diferentes séries com níveis maiores de complexidade, tendo em vista que a diferença significativa entre as séries está no grau de aprofundamento e da abordagem metodológica. Vale ressaltar que os gêneros indicados não se esgotam, assim como a escolha dos gêneros não deve se ater exclusivamente a uma esfera.

Tendo em vista a concepção de linguagem como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina da língua, busca:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;

- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;

- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se também, da norma padrão.

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos da Disciplina

Conteúdo Estruturante: discurso como prática social.

GÊNEROS TEXTUAIS A SEREM TRABALHADOS NO ENSINO MÉDIO	PRÁTICAS DE LEITURA, ESCRITA, ORALIDADE. - ANÁLISE LINGUÍSTICA
<ul style="list-style-type: none"> ● Contos ● Crônicas 	<ul style="list-style-type: none"> ● Conteúdo temático ● Papel do locutor e interlocutor; ● Intencionalidade do texto;

- Contos de fada contemporâneo
- Textos dramáticos
- Narrativas em Geral
- Romance
- Sinopses de Filmes
- Charge
- Cartum
- Tiras
- Novela Fantástica
- Poemas
- Fábulas
- Textos argumentativos
- Diários
- Testemunhos
- Biografia
- Artigos de opinião
- Carta de leitor
- Carta ao leitor
- Reportagem/Notícia
- Manchete
- Editorial
- Letras de Música
- Paródia
- Propaganda/Slogan
- Carta de emprego
- Carta de reclamação
- Carta de solicitação
- Curriculum Vitae
- Resumo
- Resenha
- Relatório Científico
- Debate regrado
- Diálogo/discussão argumentativa
- Júri simulado
- Telejornal
- Teatro

* A partir de determinados gêneros, o professor irá trabalhar as Escolas Literárias.

- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Referência textual;
- Argumentos do texto;
- Conteúdo de produção;
- Intertextualidade;
- Discurso ideológico no texto;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, expressões facial, corporal e gestual, entre outros;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Contexto de produção do texto literário
- Progressão referencial;
- Léxico;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas, prosódias entre outras)
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Partículas conectivas do texto;
- Progressão referencial do texto;
- Divisão do texto em parágrafo;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica/ortografia;
- Concordância verbal/nominal;
- Sintaxe de regência;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.;
- Semântica
 - operadores argumentativos;
 - modalizadores;
 - polissemia
- Adequação da fala ao contexto (uso de gírias, repetições, conectivos, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito;
- Vícios de linguagem;
- Elementos semânticos.

a) Leitura

O aluno será exposto aos mais variados tipos de textos: os narrativos, os informativos, os dissertativos, os poéticos, os publicitários, etc.

A concepção de leitura das DCE baseia-se na tríade leitor/obra/autor. Isso significa que no momento de leitura o leitor é co-autor do texto, pois a ele atribuem significados de acordo com sua leitura de mundo. No ato de ler, o aluno precisa ser levado a significar o sentido do objeto de leitura em seus múltiplos sentidos. Através da circulação de diferentes textos, será observado os interesses dos alunos, para que a partir disso o educando seja levado a fruição estética, o gosto pela leitura. Quanto maior for envolvimento do aluno com a leitura, tanto maior será a possibilidade de enveredar por outras leituras que exijam um maior aprofundamento e que o torne um leitor crítico e reflexivo.

Será propiciado o contato com os mais diversos tipos de textos, levando o aluno a entabular um diálogo com o texto, percebendo suas intenções implícitas e explícitas, entendendo que nenhum discurso é neutro, traz em seu bojo as ideologias e a tensão existentes nas relações sociais. E que o homem se constitui sujeito em seus discursos.

A literatura será apresentada ao aluno de forma que ele perceba a especificidade do texto literário, seu contexto de produção, mas que um texto literário não está preso num determinado tempo de produção, mas que se refaz, resignifica de acordo com o contexto do leitor, por isso ele se torna co-autor do texto.

Não se deve perder de vista o caráter dialógico da literatura e as demais áreas do conhecimento. Essa intertextualidade ajuda na compreensão e interpretação do texto lido, percebendo a atualidade do texto e sua intrínseca relação com o mundo ficcional e real.

b) Domínio da Escrita

A produção de texto se dará a partir da delimitação do tema, do interlocutor e da finalidade, ampliando a leitura sobre o tema e o gênero propostos.

O aluno terá oportunidade de analisar seu texto observando se está de acordo com o gênero quanto a escolha lexical, adequando-a de acordo a situação comunicativa.

Propiciar a reescrita textual fazendo a revisão dos fatos que melhor direcionem a produção textual.

Na redação do texto será atualizado o emprego dos recursos linguísticos. As questões linguísticas serão trabalhadas dentro do próprio texto. Levando em consideração que a língua escrita e a língua oral são realidades diferentes, deverá ser adequada a situação de uso. A partir do falar informal, cotidiano, o aluno será levado a se aproximar do domínio da norma padrão.

Além disso, será analisado o discurso e sua adequação as diversas situações do discurso como: em programas televisivos, em programas de rádio, em discursos públicos e no discurso privado.

A partir de alguns gêneros o professor irá trabalhar as Escolas Literárias tendo em vista que a literatura é uma arte que transforma / humaniza o homem e a sociedade. Cândido (1972) atribui à literatura três funções: a psicológica, a formadora e a social.

3- Metodologia

O ensino da Língua Portuguesa segue os princípios de interação, baseando-se ns Diretrizes Curriculares apresentando maneiras possíveis de se trabalhar atendendo assim a uma perspectiva sociointeracionista, baseado nas teorias de Bakhtin.

O texto é o ponto de partida no ensino de Língua Portuguesa. É nele que os sujeitos se constituem enquanto produtores e co-produtores de seu sentido. É necessário aprimorar as possibilidades do domínio discursivo na oralidade, na leitura e na escrita. Esses eixos serão contemplados em suas diferentes práticas sociais, em experiências concretas de uso.

As variedades linguísticas serão contempladas para que os alunos tenham voz e vez na sala de aula e compreenda que ele faz parte do processo comunicativo. É necessário levar o aluno a compreensão de que a língua padrão é uma variante linguística nem superior nem melhor que outras existentes, no entanto o domínio da mesma é um instrumento importante de inserção social, visto que os documentos que circulam socialmente estão escrito na língua padrão. E dominá-la é uma forma de entender a trama social e a tensão que ai se estabelece. Dar voz e vez aos diferentes falares é uma forma de compreender as relações de poder que se estabelece nas diferentes meios sociais dos quais os educandos fazem parte.

Dessa forma, busca-se trabalhar a clareza de objetivos dos seus conteúdos estruturantes e encaminhamentos necessários para uma prática contextualizada e significativa para o aluno, considerando que a sala de aula é um laboratório onde muitas coisas podem acontecer.

A prática de ensino está baseada na oralidade, leitura e escrita e análise linguísticas sendo necessário trabalhar com temas a partir de leituras e estudos de diferentes tipologias textuais, aproveitando o conhecimento intuitivo de maneira a despertar o interesse, utilizando assim estratégias com o propósito de atingir uma meta determinada visando à interdisciplinaridade e à contextualização.

Partindo dos pressupostos teóricos apresentados na Estética da Recepção e na Teoria do Efeito, as professoras Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira de Aguiar elaboraram o Método Receptional, o qual é sugerido, nestas Diretrizes, como encaminhamento metodológico para o trabalho com a Literatura.

Essa proposta de trabalho, de acordo com Bordini e Aguiar (1993), tem como objetivos: efetuar leituras compreensivas e críticas; ser receptivo a novos textos e a leitura de outrem; questionar as leituras efetuadas em relação ao seu próprio horizonte cultural; transformar os próprios horizontes de expectativas, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social. Alcançar esses objetivos é essencial para o sucesso das atividades. Esse trabalho divide-se em cinco etapas e cabe ao professor delimitar o tempo de aplicação de cada uma delas, de acordo com o seu plano de trabalho docente e com a sua turma.

A primeira etapa é o momento de *determinação do horizonte de expectativa* do aluno/leitor.

Na segunda, ocorre o *atendimento ao horizonte de expectativas*, o professor apresenta textos que sejam próximos ao conhecimento de mundo e às experiências de leitura dos alunos.

Em seguida, acontece a *ruptura do horizonte de expectativas*. É o momento de mostrar ao leitor que nem sempre determinada leitura é o que ele espera, suas certezas podem ser abaladas.

Após essa ruptura, o sujeito é direcionado a um *questionamento do horizonte de expectativas*. O professor orienta o aluno/leitor a um questionamento e a uma autoavaliação a partir dos textos oferecidos.

A quinta e última etapa do método recepcional é a *ampliação do horizonte de expectativas*. As leituras oferecidas ao aluno e o trabalho efetuado a partir delas possibilitam uma reflexão e uma tomada de consciência das mudanças e das aquisições, levando-o a uma ampliação de seus conhecimentos.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas. Os documentos: a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental(Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnicos-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados, de forma que o aluno participe do processo de construção e reconstrução dos temas abordados impulsionando iniciativas críticas para uma transformação social.

4- Avaliação / Recuperação

A avaliação é uma das etapas mais importantes do processo ensino-aprendizagem. Ela deve acompanhar a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico do professor, para que ambos percebam seu grau de envolvimento no processo e o acompanhamento de sua dinâmica.

O processo de avaliação será contextualizado dentro da realidade sócio-econômica e cultural que cerca, para que esta seja alicerçada na vida do cidadão e suas necessidades que englobam a expressão oral, escrita, leitura e interpretação textual, como as produções orais e escritas, análise linguísticas abrangendo a oralidade, a leitura e a escrita dentro de situações reais e/ou criadas em sala de aula.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A avaliação bimestral está profundamente relacionada com o processo de ensino e, portanto, deve ser entendida como mais um momento em que o aluno aprende. É um elemento de reflexão contínua do professor sobre sua prática educativa e revela aos alunos suas dificuldades, progressos e possibilidades.

A avaliação deve fornecer dados sobre o desenvolvimento das capacidades do educando e o grau de desenvolvimento intelectual, aplicabilidade dos objetivos de conhecimentos ensinados que orientarão os ajustes e intervenções pedagógicas visando à aprendizagem da forma mais adequada para o aluno.

A relevância e a adequação dos conteúdos está atrelada, ainda, às características psicossociais dos alunos, capacidade para estabelecer relações entre os conteúdos, às necessidades de seu dia-a-dia e com o contexto cultural.

Além disso, é importante nesse processo o *feedback* das avaliações aos alunos com os devidos comentários, para que eles possam entender o processo de aprendizagem e, assim, buscar a superação das suas dificuldades.

As informações obtidas através da avaliação devem revelar os resultados da aprendizagem para que essa possa fluir em bases consistentes, apoiando-se em conhecimentos teóricos que necessitam ser solidificados.

O papel da avaliação é diagnosticar o avanço do conhecimento, caracterizando-se como um processo contínuo de comprometimento com o saber científico cultural e social.

O processo de avaliação será contextualizado dentro da realidade sócio-econômica e cultural que cerca, para que esta seja alicerçada na vida do cidadão e suas necessidades que englobam a expressão oral, escrita, leitura e interpretação textual, como as produções orais e escritas, análise

linguísticas abrangendo a oralidade, a leitura e a escrita dentro de situações reais e/ou criadas em sala de aula.

Serão avaliadas as práticas da oralidade, onde se considerará a participação nos diálogos, relatos e discussões e a clareza que o aluno mostrar ao expor suas ideias através da fluência.

Na prática da leitura, o professor avaliará as estratégias que os alunos empregaram no decorrer da mesma, a compreensão do texto lido e o seu posicionamento diante do tema.

Em relação à escrita, será importante ressaltar a qualidade e a adequação de um texto, os elementos linguísticos utilizados nas produções dos alunos e precisam ser avaliados em uma prática reflexiva e contextualizada.

Considerando que se alguns alunos apresentarem dificuldade de aprendizagem acentuada poderão ser utilizados diferentes métodos avaliativos que respeitem seu ritmo e suas limitações.

A Lei n. 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destaca a chamada avaliação formativa (capítulo II, artigo 24, inciso V, item a: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”), vista como mais adequada ao dia-a-dia da sala de aula e como grande avanço em relação à avaliação tradicional, que se restringe tão somente ao somativo ou classificatório.

Realizada geralmente ao final de um programa ou de um determinado período, a avaliação somativa é usada para definir uma nota ou estabelecer um conceito. Não se quer dizer com isso que ela deva ser excluída do sistema escolar, mas que as duas formas de avaliação – a formativa e a somativa – servem para diferentes finalidades. Por isso, em lugar de apenas avaliar por meio de provas, o professor deve usar a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com cada conteúdo e/ou objetivo.

A avaliação formativa considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Informa ao professor e ao aluno acerca do ponto em que se encontram e contribui com a busca de estratégias para que os alunos aprendam e participem mais das aulas.

Sob essa perspectiva, estas Diretrizes recomendam:

- **Oralidade:** será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de ideias, numa entrevista, num relato de história, as exigências de adequação da fala são diferentes e isso deve ser considerado numa análise da produção oral. Assim, o professor verificará a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas ideias, a fluência da sua fala, a argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista. O aluno também deve se posicionar

como avaliador de textos orais com os quais convive, como: noticiários, discursos políticos, programas televisivos, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

- **Leitura:** serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamentos ideológicos no texto, a identificação dos efeitos de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros. É importante avaliar se, ao ler, o aluno ativa os conhecimentos prévios; se compreende o significado das palavras desconhecidas a partir do contexto; se faz inferências corretas; se reconhece o gênero e o suporte textual. Tendo em vista o multiletramento, também é preciso avaliar a capacidade de se colocar diante do texto, seja ele oral, escrito, gráficos, infográficos, imagens, etc. Não é demais lembrar que é importante considerar as diferenças de leituras de mundo e o repertório de experiências dos alunos, avaliando assim a ampliação do horizonte de expectativas. O professor pode propor questões abertas, discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar a reflexão que o aluno faz a partir do texto.

- **Escrita:** é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivo-textuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos. Tal como na oralidade, o aluno deve se posicionar como avaliador tanto dos textos que o rodeiam quanto de seu próprio. No momento da refacção textual, é pertinente observar, por exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, devido às repetições, se é necessário substituir parágrafos, ideias ou conectivos.

- **Análise Linguística:** é no texto – oral e escrito – que a língua se manifesta em todos os seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Por isso, nessa prática pedagógica, os elementos linguísticos usados nos diferentes gêneros precisam ser avaliados sob uma prática reflexiva e contextualizada que lhes possibilitem compreender esses elementos no interior do texto. Dessa forma, o professor poderá avaliar, por exemplo, o uso da linguagem formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentidos causados pelo uso de recursos linguísticos

e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e modalizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto (causa, tempo, comparação, etc.). Uma vez entendidos estes mecanismos, os alunos podem incluí-los em outras operações linguísticas, de reestruturação do texto, inclusive. Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados continuamente em termos desse uso, pois efetuam operações com a linguagem e refletem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua, o que lhes permite o aperfeiçoamento linguístico constante, o letramento.

O trabalho com a língua oral e escrita supõe uma formação inicial e continuada que possibilite ao professor estabelecer as devidas articulações entre teoria e prática, na condição de sujeito que usa o estudo e a reflexão como alicerces para sua ação pedagógica e que, simultaneamente, parte dessa ação para o sempre necessário aprofundamento teórico.

Para que as propostas das Diretrizes de Língua Portuguesa se efetivem na sala de aula, é imprescindível a participação pró-ativa do professor. Engajado com as questões de seu tempo, tal professor respeitará as diferenças e promoverá uma ação pedagógica de qualidade a todos os alunos, tanto para derrubar mitos que sustentam o pensamento único, padrões pré-estabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos, como para construir relações sociais mais generosas e includentes.

De acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, em se tratando do aluno com deficiência auditiva, deve-se respeitar sua primeira língua (LIBRAS) que apresenta uma forma de funcionamento cognitivo diferenciado ou podendo também ser avaliado em LIBRAS, com auxílio de intérprete.

Ao que se refere ao aluno com deficiência visual, a avaliação deverá ser diferenciada quanto ao tempo necessário na realização das atividades, quantidade de exercícios, bem como, oferecer a mesma forma ampliada em Braille ou oralmente.

Sendo assim, buscaremos em todas as oportunidades, instrumentos de avaliação que produzam a interação entre professor e aluno em relações de crescimento e aquisição de conhecimentos que levem nossos educandos a transformar o meio em que vivem. Dessa forma a avaliação será cumulativa, periódica, diagnóstica e concomitante.

RECUPERAÇÃO

A recuperação paralela de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;

b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos.

Dessa forma a avaliação será cumulativa, periódica e diagnóstica.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5. Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**.

BUESCU, Maria Leonor Carvalho. **História da literatura**. 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994.

_____. **História da Literatura**, 2ª ed. Lisboa Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994. Cultrix, 1980

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

KAYSER, WOLFGANG. **Análise e interpretação da obra literária**. 6ª ed. Coimbra: Armênio Amado, 1982.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MEC/SEB/ **Departamento de Políticas de Ensino Médio**.

OSAKABE, Haqira. FREDERICO, Enid Yatsuda. PCNEM – Literatura. Análise Crítica.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica do Estado do Paraná - Língua Portuguesa**. Curitiba: SEED, 2008.

Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal** / Departamento de Educação Profissional.- Curitiba: SEED - Pr., 2006.- 100 p.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Linguagem Códigos e suas tecnologias**. In: MEC/SEB/ Departamento de Políticas de Ensino Médio, Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: 2004.

TERRA, Ernani & Nicola, José de. **Práticas de linguagem - leitura e produção de textos-ensaios**. São Paulo: Scipione, 2001.

ZILBERMMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11ª ed. São Paulo: Global, 2003.



15. 10 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

MATEMÁTICA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da disciplina

A Matemática surgiu da necessidade do homem interferir em sua realidade, seja ela social, econômica, afetiva, cultural entre outras. Isso garantiu uma utilidade prática por muitos anos, seguida por uma fase de grande sistematização.

A ciência Matemática que conhecemos hoje começou a ser desenvolvida por povos das antigas civilizações, como os babilônios, que por volta de 2000 a.C. já tinham registros classificados como Álgebra elementar. Para Ribnikov (1987), esse período marca o nascimento da Matemática. Mas foi na Grécia, séculos mais tarde que os pitagóricos começaram a discutir a importância e o papel da Matemática no ensino e na formação das pessoas.

Por volta do século V a.C. os sofistas foram responsáveis pela popularização da Matemática e no Egito, o grego Euclides influenciou e ainda hoje influencia o ensino e a aprendizagem devido a sistematização do conhecimento matemático com sua obra Elementos.

Entre os séculos V e VII d.C. o ensino da Matemática teve caráter apenas religioso.

Já nos séculos VIII e IX o ensino passou por mudanças significativas com o surgimento das escolas e a organização dos sistemas de ensino.

O avanço das navegações e a intensificação das atividades comerciais e industriais, após o século XV, possibilitaram novas descobertas na Matemática com os conhecimentos e o ensino voltando-se a atividades práticas.

No Brasil, na metade do século XVI, os jesuítas introduziram a Matemática como disciplina nos currículos das escolas brasileiras.

Com as Revoluções Francesa e Industrial no século XVIII a pesquisa Matemática voltou-se para as necessidades do processo de industrialização.

Em 1808 no Brasil, implementou-se o ensino por meio de cursos técnico-militares separando a Matemática em elementar e superior.

No final do século XIX, início do século XX o ensino da Matemática é discutido em encontros internacionais, contribuindo para legitimar a Matemática como disciplina escolar.

Nesse período inicia-se também, uma manifestação para a renovação do ensino da Matemática em diversos países. No Brasil essas discussões chegam por integrantes do corpo docente do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Em 1929 a proposta de Euclides de Medeiros Guimarães Roxo em fazer a junção da aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, numa única denominada Matemática é aceita.

O início da modernização do ensino da matemática no país se deu com o movimento da Escola Nova procurando valorizar os processos de aprendizagem e o envolvimento dos estudantes com diferentes atividades. Essa tendência do escolanovismo orientou a formulação da metodologia de ensino da Matemática na Reforma Francisco Campos em 1931 e influenciou a prática pedagógica de muitos professores de 1940 à 1980.

Outras tendências como: formalista clássica, formalista moderna, tecnicista, construtivista, socioetnocultural e histórico-crítica também influenciaram o ensino da Matemática.

Após a década de 1950, com o Movimento da Matemática Moderna, acreditava-se que o rigor e a precisão da linguagem matemática facilitariam seu ensino, mas essa abordagem não respondeu as propostas de ensino, intensificando as discussões no campo da Educação Matemática.

Porém, antes de se chegar a uma proposta de ensino diferenciada, surge a escola tecnicista no qual o ensino da matemática é marcado por um caráter mecanicista e pragmático.

Nas décadas de 1960 e 1970 surge a tendência construtivista, na qual a Matemática era vista como uma construção formada por estruturas e relações abstratas entre formas e grandezas.

Aspectos socioetnoculturais da Educação Matemática começam a ser valorizados baseados na Etnomatemática, na qual a Matemática deixa de ser vista como um conjunto de conhecimentos universais e teoricamente bem definidos e passando assim, a ser considerado um saber dinâmico, prático e relativo.

Em 1984 surge no Brasil, a tendência histórico-crítica. A Matemática nessa tendência é vista como um saber vivo e dinâmico, e sua aprendizagem consiste em criar estratégias que possibilitem ao aluno atribuir sentido e construir significado às idéias matemáticas de modo a tornar-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar.

Em 1987, a Secretaria Estadual da Educação do Paraná (SEED), inicia discussões coletivas para elaboração de novas propostas curriculares, que foi concluída em 1988. Nela o ensino da Matemática para o Ensino Médio passou a ser visto como “instrumento para a compreensão, a investigação, a inter-relação com o ambiente, e seu papel de agente de modificações do indivíduo, provocando mais que simples acúmulo de conhecimento técnico, o progresso do discernimento político” (PARANÁ, 1993, p. 05). Também no final da década de 1980, o Estado do Paraná produziu coletivamente o Currículo Básico, documento da rede pública para o Ensino Fundamental. Documento esse, que foi o germe da Educação Matemática, cujas ideias começavam a se firmar no Brasil e a compor as propostas apresentadas nas Diretrizes Curriculares.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, no Paraná foram criadas várias disciplinas que abordavam os campos do conhecimento da Matemática, tais como: Geometria, Desenho Geométrico e Álgebra, que fragmentaram o conhecimento matemático e enfraqueceram a

disciplina. Mas, por outro lado as Diretrizes Curriculares resgatam, para o processo de ensino e aprendizagem, a importância do conteúdo matemático e da disciplina Matemática.

Hoje, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, para o ensino e aprendizagem da Matemática, é imprescindível que o aluno se aproprie do conhecimento de forma que, “compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique idéias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança” (LORENZATO e VILA, 1993, P.41). Para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático, e por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórico metodológica.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Números e Álgebra

Propõe-se o estudo dos números, tendo como meta primordial, no campo da aritmética, a resolução de problemas e a investigação de situações concretas relacionadas ao conceito de quantidade e com o cotidiano dos alunos.

Grandezas e Medidas

Propõe-se o uso de medidas como elemento de ligação entre os conteúdos de numeração e os conteúdos de geometria; a idéia principal é a de medir e comparar.

Geometrias

Propõe-se a partir da realidade explorar o espaço para situar-se nele e analisá-lo, percebendo os objetos neste espaço para poder representá-los, através da construção de formas e medições.

Tratamento da Informação

Propõe-se o uso de conceitos e métodos para coletar, organizar, interpretar e analisar dados, que permitem ler e compreender uma realidade, trabalhando temas atuais como a cultura afro e meio ambiente.

ENSINO MÉDIO

1º ANO	2º ANO	3º ANO
Números e Álgebra - Números Reais Funções - Função Afim - Função Quadrática - Função Modular - Função Exponencial	Funções - Sistemas Lineares - Progressão Aritmética - Progressão Geométrica Geometrias - Geometria Plana	Geometrias - Geometria Analítica - Geometria Não-Euclidiana - Geometria Espacial Grandezas e Medidas - Trigonometria

<p>- Função Logarítmica</p> <p>Grandezas e Medidas - Medidas de Informática</p> <p>Tratamento da Informação - Noções de Estatística</p>	<p>Números e Álgebra - Matrizes - Determinantes - Polinômios - Equações e Inequações</p> <p>Grandezas e Medidas Medidas de Área Medidas de Volume Medidas de grandezas Vetoriais</p> <p>Tratamento da Informação - Análise Combinatória - Binômio de Newton - Estudo das Probabilidades</p>	<p>Funções - Circunferência Trigonométrica</p> <p>Tratamento da Informação - Matemática Financeira</p>
---	--	--

3. METODOLOGIA

O homem faz uso da Matemática independente do conhecimento escolar, nas mais diversas atividades humanas, isto é, utiliza-se da matemática não sistematizada. Nem sempre esta “Matemática” permite solucionar e conhecer todos os problemas, sendo em muitas situações, necessários conhecimentos sistematizados.

A construção de um conceito matemático deve ser iniciada valorizando os conhecimentos sincréticos do educando e a partir deste, promover a aquisição do conhecimento científico adquirindo assim o conhecimento sintético. É preciso que o conhecimento matemático selecionado, organizado e transformado em saber escolar, o qual deverá ser expresso pelos conteúdos.

A definição dos conteúdos é considerada fator fundamental para que o conhecimento matemático, anterior/fragmentado seja agora visto em sua totalidade. Daí, a necessidade do desenvolvimento conjunto articulado das questões relativas aos números, operações, geometria, tratamento de informação e o papel que as medidas desempenham ao permitir uma maior aproximação entre Matemática e realidade.

Para que o aluno construa o seu conhecimento, é importante propor situações, questões que levem o aluno a reflexão, questionamento permitindo a compreensão, estabelecendo uma relação entre o conhecimento do aluno e aquele a ser construído.

As aulas de Matemática devem desenvolver através de uma dinâmica reflexiva, estimulando o aluno a questionamento e o professor a busca da melhoria do desenvolvimento dos procedimentos matemáticos desse aluno.

O docente deve partir dos inter-relacionamentos e articulações, entre os conceitos de cada conteúdo específico, garantindo, através das tendências da Modelagem Matemática, Etnomatemática, Resolução de Problemas, Mídias Tecnológicas, História da Matemática e Investigação Matemática, o

crescimento de possibilidades da aprendizagem sem fragmentações, levando a autoconfiança, bem como dar importância a inclusão, seja de caráter cultural, étnico, social, cognitivo, entre outros.

Essas tendências fundamentam a prática docente, onde uma completará a outra, pois todas tem um único fim, aprendizagem.

As atividades no desenvolvimento desse processo de aprendizagem levam o professor a ser um condutor, motivador e nos trabalhos individuais ou de grupos, levando o aluno a compreensão dos vários temas interessantes hoje, buscando suas aplicações na melhoria da vida, na sua valorização e uma compreensão duradoura do saber matemático.

A prática docente, de acordo com cada conteúdo poderá utilizar de diversas abordagens, como:

- **Resolução de Problemas:** Não consiste na resolução automática de exercícios, mas, questões desafiadoras que levem o aluno a buscar várias alternativas que almejam soluções;
- **Etnomatemática:** As manifestações matemáticas são percebidas através de diferentes teorias e práticas que emergem dos ambientes culturais;
- **Modelagem Matemática:** Busca problematização de situações do cotidiano, transformando problemas reais em problemas matemáticos;
- **Mídias Tecnológicas:** Os recursos tecnológicos, sejam eles os softwares, a televisão, as calculadoras, a internet, entre outros, favorecem as experimentações matemáticas, potencializando formas de resolução de problemas;
- **História da Matemática:** Não se trata de apenas retratar curiosidades ou um conjunto de biografias de matemáticos famosos, mas sim, vincular a Matemática aos fatos sociais e políticos e as circunstâncias históricas para melhor compreender seus conceitos;
- **Investigação Matemática:** a investigação é um problema aberto, no qual o aluno não dispõe de um método que permita a resolução imediata, mas é chamado a agir como um matemático, propondo questões e formulando conjecturas a respeito do que está investigando.

Para que os alunos alcancem os objetivos, os recursos didáticos e as estratégias de ensino visam multiplicar as oportunidades para os alunos construírem o conhecimento matemático e reflitam sobre o conhecimento adquirido. Os principais recursos poderão ser utilizados para isso são:

- diálogo e troca de idéias entre alunos e entre estes e o professor;
- atividade de pesquisa;
- jogos em sala de aula;
- livro didático e paradidáticos;
- vídeos, jornais e revistas;
- quadro e giz;
- trabalhos em grupo;
- computador e calculadora;

- TV multimídia

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas. Os documentos: a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental(Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnicos-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de resolução de situações problemas, leitura e interpretação de gráficos, que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação no processo educativo deve se fazer presente tanto como diagnóstico do processo ensino-aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, visando a aprendizagem, ou a verificação da mesma.

A avaliação tem por objetivo oferecer subsídios para a tomada de decisões em relação ao processo educativo e contribuir para a compreensão das dificuldades dos alunos com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize.

As atividades avaliativas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- comunica-se matematicamente oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno deve ser estimulado a:

- partir de situações-problema internas ou externas à matemática;
- pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testa-las;
- perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
- sistematizar o conhecimento construído, a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;

- argumentar a favor ou contra resultados (PAVANELLO & NOGUEIRA, 2006, P. 29)

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os instrumentos utilizados pelo professor serão definidos de acordo com os critérios pré estabelecidos no plano de trabalho docente, podendo ser, entre outros:

- Atividades escritas (tarefas de casa, aproveitamento em sala, provas objetivas e subjetivas);
- Trabalho em grupo e/ ou individual.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

BARRETO, Benigno; Silva, Claudino – São Paulo: FTD.

DANTE, Luis Roberto. **Matemática**. Contexto e Aplicações – Vol. Único – São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Tudo é Matemática**. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

GIOVANNI, José Rui. **Matemática Fundamental**, 2º grau. Vol. Único/ José Rui Giovanni, José Roberto Bonjorno, José Rui Giovanni Jr. São Paulo:FTD, 1994.

GUELLI, Oscar. **Matemática Série Brasil**. 1ª edição – São Paulo: Ática, 2003

LONGEN, Adilson. **Matemática**. Coleção Nova Didática – Ensino Médio – 1ª ed. Curitiba. Positivo, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica**. Curitiba: SEED, 2008.

YOUSSEF, Antonio Nicolau; Soares, Elizabeth; Fernandez, Vicente Paz. **Matemática de olho no mundo do trabalho** – Ensino Médio. Vol. Único – São Paulo: Scipione, 2005.



15. 11 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da disciplina

Química está presente em todo processo de desenvolvimento das civilizações, a partir das primeiras necessidades humanas, tais como: a comunicação, o domínio do fogo e, posteriormente, o domínio do processo de cozimento necessário à sobrevivência, bem como a fermentação, o tingimento e a vitrificação. Na história do conhecimento químico, inicialmente, o ser humano conheceu a extração, produção e o tratamento de metais como o cobre, o bronze, o ferro e o ouro, facilitando a sua maneira de viver.

A ciência química surge no século XVII, a partir dos estudos de alquimia, populares entre muitos dos cientistas da época. Considera que os princípios básicos da Química se recolhem pela primeira vez, na obra do cientista britânico Robert Boyle: *The Sceptical Chymist* (1661). A Química, como tal, começa um século mais tarde, com os trabalhos do francês Antoine Lavoisier e suas descobertas em relação ao oxigênio, à lei da conservação da massa e à refutação da teoria do flogisto como teoria da combustão. Ou seja a Química foi criada no Séc. XVII e aí deu início, e logo após teve a Química Moderna (WIKIPEDIA, 2010).

O conhecimento químico, assim como os demais, não é algo pronto, acabado e inquestionável, mas em constante transformação. Esse processo de elaboração do conhecimento ocorre a partir das necessidades humanas, uma vez que a Ciência é construída pelos homens e mulheres, falível e inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos.

A Química está presente nas necessidades básicas dos seres humanos, como a alimentação, o vestuário, a saúde, e o ser humano como cidadão tem que compreender tudo isso. Ela não é uma coisa ruim que só polui (como alguns pensam devido à alguns acontecimentos divulgados na mídia), ela está presente na procura de novos produtos, sendo cada vez mais solicitada nas novas áreas específicas surgidas nos últimos anos: biotecnologia, química fina, pesquisas direcionadas para a oferta de alimentos e medicamentos.

Ter conhecimento de Química, ainda que no mínimo, faz-se necessário para que um indivíduo possa posicionar-se em relação aos problemas ambientais atuais, exercendo assim sua cidadania. Ter noções básicas de Química e conhecê-la capacita o indivíduo para que ele possa usufruir dos benefícios da aplicação do conhecimento químico para toda a sociedade, bem como, se posicionar em relação aos diversos problemas da vida contemporânea. Por outro lado, saber como se processa o conhecimento químico pode subsidiar o indivíduo de um pensamento histórico-crítico mais fundamentado. Pois, o estudo dessa disciplina permite a compreensão da formulação de hipóteses, do controle de variáveis de um processo, da generalização de fatos por uma lei, da elaboração de uma teoria e da construção de modelos científicos (BELTRAN E CISCATO, 1991, p. 16).

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos

2.1- Matéria e sua Natureza: Constituição da matéria. Estados de Agregação. Substâncias. Misturas. Métodos de separação. Fenômenos físicos e Químicos. Estrutura Atômica. Distribuição eletrônica. Tabela Periódica. Ligações químicas. Funções químicas. Equilíbrio químico. Temperatura e pressão. Densidade. Lei das reações químicas. Reações químicas. Radioatividade. Modelos Atômicos (Rutherford).

Matéria e sua natureza: é o conteúdo estruturante que identifica a disciplina de Química, por se tratar da essência da matéria. É ele que abre caminho para um melhor entendimento dos demais conteúdos estruturantes. A abordagem da história da Química é necessária para a compreensão de teorias e, em especial, dos modelos atômicos. A concepção de átomo é imprescindível para que se possam entender os aspectos macroscópicos dos materiais com que o ser humano está em contato diário e perceber o que ocorre no interior das substâncias, ou seja, o comportamento microscópico.

2.2- Biogeoquímica: Soluções. Termoquímica. Lei de Hess. Entalpia. Entropia. Energia livre. Radioatividade. Cinética química. Equilíbrio químico. pH e pOH. Eletroquímica. Velocidade das reações. Propriedades Coligativas.

Biogeoquímica: este conteúdo estruturante é caracterizado pelas interações existentes entre a hidrosfera, litosfera e atmosfera. Historicamente, constitui-se a partir de uma sobreposição de biologia, Geologia e Química.

2.3- Química Sintética: Equilíbrio Químico: reações químicas reversíveis, concentração, deslocamento de equilíbrio (princípio de L^e Chatelier), equilíbrio químico em meio aquoso. **Gases:** estados físicos da matéria, tabela periódica, propriedades dos gases (densidade / difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume), modelo de partículas para os materiais gasosos, misturas gasosas, diferença entre gás e vapor, leis dos gases. **Funções Químicas:** funções orgânicas, funções inorgânicas, tabela periódica. Isomeria plana. Isomeria Geométrica. Isomeria Óptica. Reações Orgânicas.

3- Metodologia

O processo pedagógico deverá partir do conhecimento prévio dos estudantes, no qual se incluem as idéias preconcebidas sobre o conhecimento da Química, ou as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado o conceito científico.

A concepção espontânea sobre conceitos que o estudante adquire no seu dia-a-dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência, faz-se presente no início do processo ensino-aprendizagem. Por sua vez, a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, que requer metodologias específicas para ser disseminado no ambiente escolar. A escola, é por excelência, o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

Quando os estudantes chegam à escola, não são desprovidos de conhecimento. Uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições, preconceitos e idéias que dependem também dessa origem. Isso torna impossível a adoção de um único encaminhamento metodológico para todos os alunos.

O ensino de Química deve contribuir para que o estudante tenha uma visão mais abrangente do universo.

Os experimentos podem ser o ponto de partida para a compreensão de conceitos e sua relação com as idéias discutidas em sala de aula. Os estudantes, assim, estabelecem relações entre teoria e prática, ao mesmo tempo, expressam ao professor suas dúvidas.

A Química estuda o mundo material e sua constituição. Considera-se importante propor aos alunos leituras que contribuam para a sua formação e identificação cultural, que possam constituir elemento motivador para a aprendizagem da Química e contribuir, eventualmente, para a criação do hábito da leitura.

As aulas serão expositivas e práticas partindo do conhecimento prévio dos alunos, com a utilização do livro didático, bem como, situações vividas na prática e relacionando com o conteúdo científico sistematizado. Serão utilizados os recursos, que através de seu conteúdo possam auxiliar na construção e reconstrução de significados do conhecimento químico.

- Modelos para representação de itens microscópicos
- Experimentação para compreensão dos fenômenos químicos
- Conteúdos através de teorias, debates e práticas.
- Leitura de textos relacionados ao conteúdo
- Resolução de exercícios
- Elaboração de textos com os alunos
- Pesquisa on-line

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental (Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados, de forma que o aluno participe do processo de construção e reconstrução dos temas abordados impulsionando iniciativas críticas para uma transformação social. Será dado destaque a Educação Ambiental tendo em vista a química para produção de alimentos e remédios sempre em maior escala. A disciplina de Química propicia um estudo das fórmulas químicas das drogas, analisando a visão científica dos efeitos no organismo, bem como o reconhecimento da necessidade da Educação Fiscal para uma vida cidadã participativa.

4. Avaliação

A avaliação de uma proposta que tem como princípios o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, exigem a compreensão teórica dos princípios que a embasam.

A avaliação que considera o aluno como sujeito histórico, capaz de estabelecer relações entre o conhecimento aprendido e o mundo do trabalho. Numa perspectiva crítica da educação que desvela para o aluno sua condição de sujeito histórico, capaz de atuar a favor da transformação da sociedade capitalista.

Assumir uma concepção propositiva, incentivando nos alunos a capacidade de pensar criticamente a realidade e construir relações que dê condições de atuar política e produtivamente de modo a transformar a sociedade.

Uma avaliação que priorize a especificidade dos processos formativos dos alunos, sob os condicionantes do diagnóstico e da continuidade, na construção e reconstrução de conceitos, orientar e facilitar a aprendizagem. Que assegure a qualidade do processo educacional coletivo da escola.

A avaliação hoje é uma atividade vinculada ao processo ensino-aprendizagem. Todas as atividades vivenciadas podem tornar atividades de avaliação. Assim deve ser contínua, diagnóstica e diversificada nas suas formas de aplicação.

Os textos podem ser utilizados como forma de avaliação, bem como a participação nas aulas teóricas e práticas, atividades experimentais com relatórios.

Em química, o principal critério de avaliação é a formação de conceitos Trata de um processo de “construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos” (Maldaner, 2003, p.144) que considera os conhecimentos prévios e o contexto social do aluno, para reconstruir os conhecimentos químicos por meio das abordagens históricas, sociológica, ambiental e experimental.

Utilizando várias formas de expressão dos alunos: leitura e interpretação de textos, produção de textos, apresentação de seminários, provas objetivas e subjetivas

Entendemos que avaliação na forma de testes e provas também é necessária para o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem e classificação com notas que ainda é uma norma. . No final do bimestre haverá recuperação de notas no valor dez que substituirá a média anterior se esta for maior.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

CARVALHO, Geraldo Camargo de. **Química de olho no mundo do trabalho**. São Paulo. Editora Scipione 2004.

FELTRE, Ricardo. **Química Geral**. 6 Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MORTIMER, Eduardo Fleury; MACHADO, Andrea Horta. **Química**. 1 Ed. São Paulo: Scipione, 2007

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta Pedagógica Curricular do Curso Normal, em nível médio**. Curitiba, 2008

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Química**. Curitiba, 2008.



15.12 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

SOCIOLOGIA - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação da disciplina

Como Ciência a Sociologia delineou-se no rastro do pensamento positivista, vinculada à ordem das Ciências Naturais. O caráter científico, tão buscado e valorizado na época (século XIX), estava ligado à lógica das ciências ditas “experimentais”. Ou seja, para ascender ao estatuto de ciência, deveria atender a determinados pré-requisitos e seguir métodos “científicos” que pretendiam também a neutralidade e o estabelecimento de regras.

São representantes desse pensamento Augusto Comte (1798-1857), o primeiro a usar o termo Sociologia, relacionando-o com a ciência da sociedade, e Émile Durkheim (1858-1917) que adotou conceitos elaborados por Comte, especialmente o de ordem social, para delinear uma das correntes representativas do pensamento sociológico.

Ambos os pensamentos tiveram em comum a busca de soluções para os graves problemas sociais gerados pelo modo de produção capitalista; isto é, a miséria, o desemprego e as conseqüentes greves e rebeliões operárias. Cada um desses sintomas sociais foram analisados por esses pensadores como desvios ou anomalias da sociedade, que poderiam ser corrigidos ou mesmo solucionados pelo resgate de valores morais - como a solidariedade - os quais restabeleceriam relações estáveis entre as pessoas, independentemente da classe social a que pertencessem.

Um dos mecanismos responsáveis por essa tarefa seria a educação, capaz de adequar devidamente os indivíduos à nova sociedade. Apesar de sua origem conservadora e de sua proposta inicial conformista, a Sociologia desenvolveu também um olhar crítico e questionador sobre a sociedade. De acordo com o pensamento de Marx, não há soluções conciliadoras numa sociedade cujas relações se baseiem na exploração do trabalho e na crescente espoliação da maioria. Para Marx, a teoria apenas tem sentido se transformada em práxis, ou seja, em ação fundamentada politicamente, para transformar as estruturas de poder vigente e construir novas relações sociais, fundadas na igualdade de condições a todos os indivíduos.

Na realidade contemporânea, não há mais espaço para discussões pretensamente neutras, como se fazia no século XIX; pois, no presente, a Sociologia tem a função de ir além da leitura e da interpretação teórica da sociedade. De fato, tornou-se questionável explicar e compreender normas sociais e institucionais, pelo interesse de simplesmente adaptar sujeitos ao meio ou, mesmo, para que eles façam a mera crítica da sociedade. Espera-se da disciplina de Sociologia que ela contribua para que os sujeitos – nesse contexto, os envolvidos no processo pedagógico – tenham recursos para desconstruir e desnaturalizar conceitos tomados historicamente como irrefutáveis, de maneira que

melhorem seu senso crítico e também possam transformar a realidade e conquistar mais participação ativa na sociedade.

Os grandes problemas que vivemos hoje, provenientes do acirramento das forças do capitalismo mundial e do desenvolvimento industrial desenfreado, entre outras causas, exigem sujeitos capazes de refutar a lógica neoliberal da destruição social e planetária. É tarefa inadiável da escola e da Sociologia a formação de novos valores, de uma nova ética e de novas práticas que indiquem a possibilidade de construção de novas relações sociais.

Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre o que é a Sociologia, sua importância, as diferentes formas de explicação de sociedade, suas problemáticas, suas diferentes formas de organizações sociais, políticas, econômicas, culturais, institucionais, etc., vai oportunizar uma melhor compreensão da sociedade atual, para que desenvolva sua capacidade de reflexão, comunicação, observação e posicionamento, tornando-se dessa forma um cidadão consciente, responsável, dinâmico e que respeite as diferenças existentes na sociedade.

2- Conteúdos

ESTRUTURANTES	BÁSICOS
A Sociologia e as Teorias Sociológicas	<ul style="list-style-type: none"> • O homem como ser social e individual; • A sociologia e sua importância; • O surgimento da Sociologia; • As teorias sociológicas na compreensão do presente; • A produção sociológica brasileira
Instituições Sociais na Formação do Indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de socialização; • Definição de instituições sociais; • Instituições familiares; • Instituições escolares; <ul style="list-style-type: none"> - Enfrentando a Violência na Escola - Prevenção ao uso indevido de drogas • Instituições religiosas; • Instituições de reinserção.
Trabalho Produção e Classes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de trabalho; • A questão do trabalho na perspectiva antropológica e histórica; • Desigualdades sociais (castas, estamentos e classes sociais); • O trabalho na sociedade capitalista e suas contradições.
Trabalho Produção e Classes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização e neoliberalismo; • O trabalho no Brasil.

ESTRUTURANTES	BÁSICOS
Poder, Política e Ideologia	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de poder, política e ideologia; • Formação do Estado Moderno; • Democracia, autoritarismo, totalitarismo; • O Estado no Brasil: democrático e autoritário.
Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de Cidadania; • Direitos Cíveis, políticos e sociais; <ul style="list-style-type: none"> - Educação Fiscal • Direitos humanos <ul style="list-style-type: none"> - Cidadania - Educação Especial - Lei 10.436 de 24/04/2002
Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais; • Movimentos sociais no Brasil; • Movimentos ambientalistas; • As ONG's. <ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Educação Ambiental
Cultura e Indústria Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito cultura; • A cultura: etnocentrismo, etnicidade; • Cultura popular e erudita; • A diversidade da cultura brasileira. • A cultura indígena (passado e presente)
Cultura e Indústria Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Preconceitos, hierarquia e desigualdades; • A construção social do gênero; • A cultura afro-brasileira e a construção social da cor; • Identidades e movimentos sociais: dominação, hegemonia e contramovimentos.
Cultura e Indústria Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Indústria cultural • Meios de comunicação de massa e Sociedade de consumo.

3- Metodologia da disciplina

No ensino de Sociologia, é fundamental a adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, os quais devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimento do significado dos conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos, literários), a análise, a discussão, a pesquisa de campo, os recursos áudio visuais, os grupos de estudos, textos suplementares, sistematização por meio de produção de um texto ou de outro meio da produção de um texto ou de outro meio de expressão visual, musical, literário, que compõe a atividade.

O conhecimento sociológico deve ir além da definição, classificação, descrição e estabelecimento de correlações dos fenômenos da realidade social. É tarefa primordial do conhecimento sociológico explicitar e explicar problemáticas sociais concretas e contextualizadas, de

modo a desconstruir pré-noções e preconceitos que quase sempre dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e de ações políticas direcionadas à transformação social.

O ensino de Sociologia pressupõe metodologias que coloquem o aluno como sujeito de se aprendido; não importa que o encaminhamento seja a leitura, o debate, a pesquisa de campo ou a análise de filmes, mas importa que o aluno seja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos e a reconstruir coletivamente novos saberes.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental (Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnicos-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados.

4- Avaliação / Recuperação

A avaliação é uma prática social presente em atitudes cotidianas, informalmente e em ações organizadas, normalizadas pela Instituição Social e Educacional.

A avaliação deve ser diagnosticada e processual e não classificatória. Avaliar para detectar os problemas no processo educacional e para subsidiar a nossa intervenção. Assim deve ser entendida a avaliação, ser considerada como um instrumento auxiliar de aprendizagem. Dessa forma, as atividades de avaliação podem ser processuais, ou seja, a cada conteúdo trabalhado, estabelece-se quais práticas sociais quer se desenvolver no aluno: oralidade, escrita, capacidade de pesquisar, entre outras, podem ser trabalhadas e avaliadas.

Para tanto alguns critérios básicos devem ser observados:

- a) A apreensão dos conceitos básicos da ciência, articulados com a prática social;
- b) a capacidade de argumentação fundamentada teoricamente;
- c) a clareza e a coerência na exposição das idéias sociológicas;
- d) a mudança na forma de olhar e compreender os problemas sociais. (LUCKESI, 2005)

Devem-se diversificar as atividades de avaliação utilizando-s de textos, filmes, letras de música, palestras, provas dissertativas e objetivas entre outras.

As formas de avaliação em Sociologia, portanto, acompanham as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica nos debates, que acompanham os textos ou filmes, seja a participação nas pesquisas de campo, seja a produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática, enfim várias podem ser as formas, desde eu se tenha como perspectiva ao selecioná-las a clareza dos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão e reflexão dos conteúdos pelo aluno. Por fim, entendemos que não só o aluno, mas também professores e a instituição escolar devem constantemente se auto-avaliarem em suas dimensões práticas e discursivas e principalmente em seus princípios políticos com a qualidade e a democracia.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os instrumentos utilizados pelo professor serão definidos de acordo com os critérios pré estabelecidos no plano de trabalho docente, podendo ser, entre outros:

- a. Seminários;
- a. Atividades escritas (provas, relatórios, dissertações, sínteses);
- b. Atividades orais (provas, debates e palestras);
- d. Pesquisas (de campo, bibliográficas);
- c. Trabalho em grupo e/ ou individual.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) com apreensão de retomadas dos conteúdos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre,

mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Araçongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Araçongas, 2009.

Livro Didático Público. **Sociologia**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Curitiba, 2009.

LUCKESI, C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEUCCI, Simoni. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Ed. UNICAMP, Campinas, 2000.

MORAES, Amaury César; GUIMARÃES, Elisabet da Fonseca; TOMAZI, Nelson. **Orientações Curriculares do Ensino Médio/Sociologia**. MEC-SEB-Departamento de Política de Ensino Médio, 2000.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Sociologia**. Curitiba, 2008.



15.13 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

LEM - INGLÊS - ENSINO MÉDIO

1- Apresentação geral da disciplina

O ensino das línguas estrangeiras modernas começa a ser valorizado depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Em 1837, o Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário no Brasil, apresentava em seu currículo sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão. Em 1916, com a publicação de *Cours de Linguistique Générale* por Ferdinand Saussure, inauguram-se os estudos da linguagem em caráter científico, sendo a língua objeto de estudo para a Linguística.

Em 1942, a Reforma Capanema atribui ao ensino secundário um caráter patriótico e as línguas privilegiadas são o francês, o inglês e o espanhol, que é introduzido no lugar do alemão.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dependência econômica e cultural do Brasil, em relação aos Estados Unidos, intensificou-se e, com isso, a necessidade de aprender inglês tornou-se cada vez maior.

Como tentativa de rompimento com a hegemonia de um único idioma ensinado nas escolas, criou-se, em 1982, o Centro de Línguas Estrangeiras, no Colégio Estadual do Paraná que, posteriormente, expandiu-se em todo o Estado.

Em 1996, a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, nº 9394, determinou no Ensino Fundamental a oferta obrigatória de pelo menos de uma Língua Estrangeira Moderna, escolhida pela comunidade escolar. Em relação ao Ensino Médio, a Lei determina que seja incluída uma Língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, e uma segunda, em caráter optativo, dependendo das disponibilidades da instituição.

Uma das argumentações utilizadas para justificar a pluralidade da oferta de Línguas Estrangeiras é que sua aprendizagem propicia um espaço de reflexão sobre a língua como “discurso e prática social”, de forma a refletir os sentidos oferecidos pelas múltiplas culturas inseridas em cada sociedade.

Por outro lado, se considerarmos que a expansão de uma Língua Estrangeira é também a expansão de um conjunto de discursos ideológicos, é fundamental observar se o ensino dessa segunda língua corrobora para a perpetuação de idéias, de dominação ou emancipação. O ensino de língua estrangeira deve garantir que os alunos não se tornem consumidores passíveis de cultura e de conhecimento, e sim, criadores ativos. Assim sendo, a aprendizagem de uma língua estrangeira adquire um caráter político como forma de ação para transformar o mundo. Nessa perspectiva, a responsabilidade do ensino da língua estrangeira amplia-se e exige uma reflexão ampla do educador

sobre o modo como se ensina e para que se está ensinando. Somente assim haverá uma apropriação crítica e histórica do conhecimento para uma maior compreensão da realidade sócio-cultural do aluno, tornando-o um agente transformador e democrático do seu ambiente de convívio.

Toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação. Como princípio social e dinâmico, a língua não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico. Ela é heterogênea, ideológica e opaca.

Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e do outro. Para este filósofo, não há discurso individual, no sentido de que todo discurso se constrói no processo de interação e em função de outro. E é no espaço discursivo criado na relação entre o eu e o outro que os sujeitos se constituem socialmente. É no engajamento discursivo com o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Daí a Língua Estrangeira apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos de construção da realidade.

Em outras palavras, a língua concebida como discurso, não como estrutura ou código a ser decifrado, constrói significados e não apenas os transmite. O sentido da linguagem está no contexto de interação verbal e não no sistema linguístico.

Todo discurso está vinculado à história e ao mundo social. Dessa forma, os sujeitos estão expostos e atuam no mundo por meio do discurso e são afetados por ele.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os professores compreendam o que se pretende com o ensino da Língua.

Estrangeira na Educação Básica, ou seja: ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

As aulas de Língua Estrangeira se configuram como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais-políticas-econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Embora a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna também sirva como meio para progressão no trabalho e estudos posteriores, este componente curricular, obrigatório a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, deve também contribuir para formar alunos críticos e transformadores através do estudo de textos que permitam explorar as práticas da leitura, da escrita e da oralidade, além de incentivar a pesquisa e a reflexão.

Nestas Diretrizes, o ensino de Língua Estrangeira Moderna, na Educação Básica, propõe superar os fins utilitaristas, pragmáticos ou instrumentais que historicamente têm marcado o ensino desta disciplina. Desta forma, espera-se que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo.

O aprendizado de uma língua estrangeira pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. Ao ser exposto às diversas manifestações de uma língua estrangeira e às suas implicações político-ideológicas, o aluno constrói recursos para compará-la à língua materna, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva. Ressalta-se, como requisito, a atenção para o modo como as possibilidades linguísticas definem os significados construídos nas interações sociais. Ainda, deve-se considerar que o aluno traz para a escola determinadas leituras de mundo que constituem sua cultura e, como tal, devem ser respeitadas. Ao estudar uma língua estrangeira, o aluno/sujeito aprende também como atribuir significados para entender melhor a realidade.

A concepção de língua se dá como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes. A unidade privilegiada é o texto, dando-se preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentidos. A partir do confronto com a cultura do outro, torna-se capaz de delinear um contorno para a própria identidade. Assim, atuará sobre os sentidos possíveis e reconstruirá sua identidade como agente social.

O ensino de Língua Estrangeira deve contemplar os discursos sociais que a compõem, ou seja, aqueles manifestados em forma de textos diversos efetivados nas práticas discursivas (BAKHTIN, 1988).

Tal proposta de ensino se concretiza no trabalho com textos, não para extrair deles significados que supostamente estariam latentes em sua estrutura, mas para comunicar-se com eles,

para lhes conferir sentidos e travar batalhas pela significação. É perceber a língua como “arena de conflitos” (BAKHTIN, 1992). Isto envolve a análise e a crítica das relações entre texto, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais. Refere-se às formas de olhar o texto escrito, o visual, o oral e o hipertexto para questionar e desafiar as atitudes, os valores e as crenças a ele subjacentes.

O trabalho com a Língua Estrangeira Moderna fundamenta-se na diversidade de gêneros textuais e busca alargar a compreensão dos diversos usos da linguagem, bem como a ativação de procedimentos interpretativos alternativos no processo de construção de significados possíveis pelo leitor.

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos

2.1 - Conteúdo Estruturante

A língua, entendida como interação verbal e produtora de sentidos, marcada por relações pragmáticas e contextuais de poder, terá como conteúdo estruturante: o “discurso” como “prática social”, realizada por meio das práticas discursivas que envolvem a leitura, escrita e oralidade.

O Conteúdo Estruturante está relacionado com o momento histórico-social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, buscou-se um conteúdo que atendesse a essa perspectiva. Sendo assim, define-se como Conteúdo Estruturante da Língua Estrangeira Moderna o Discurso como prática social. A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso.

A palavra discurso inicialmente significa curso, percurso, correr por, movimento. Isso indica que a postura frente aos conceitos fixos, imutáveis, deve ser diferenciada. O discurso é produzido por um “eu”, um sujeito que é responsável por aquilo que fala e/ou escreve. A localização geográfica, temporal, social, etária também são elementos essenciais na constituição dos discursos.

2.2 - Conteúdos Básicos

Entende-se por conteúdos básicos os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica. O acesso a esses conhecimentos é direito do aluno na fase de escolarização em que se encontra e o trabalho pedagógico com tais conteúdos é responsabilidade do professor.

Os conteúdos básicos apresentados abaixo devem ser tomados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica curricular das escolas. Por serem conhecimentos

fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém, o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos na proposta pedagógica, de modo a enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado.

Os conteúdos serão abordados a partir de um gênero, conforme as esferas sociais de circulação: cotidiana, científica, escolar, imprensa, política, literária, artística, publicitária, mediática, etc.

- | | |
|-------------------------------|--------------------------|
| - carta pessoal | - entrevista |
| - cartão | - sinopses de filmes |
| - música | - tiras |
| - provérbios | - anúncios |
| - receitas | - e-mail |
| - autobiografias / biografias | - declaração de direitos |
| - contos de fadas | - leis |
| - fábulas | - manual técnico |
| - poemas | - blog |
| - debates | - chat |
| - pesquisas | - desenho animado |
| - cartazes | - filmes |
| - discussão argumentativa | - vídeo clip |
| - charge | |

GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS.

Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série.

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;

- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

ORALIDADE

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição.
- Pronúncia.

3- Metodologia

O que sustenta este documento é uma abordagem que valoriza a escola como um espaço social, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e da atuação crítica e democrática para a transformação da realidade. A escolarização tem o compromisso de prover aos alunos meios necessários para que não apenas assimilem o saber enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

Assim, a proposta metodológica a ser trabalhada, possibilita a análise e reflexão sobre os fenômenos Lingüísticos e culturais como realizações discursivas, as quais se revelam na/pela história dos sujeitos que fazem parte deste processo.

As reflexões discursivas e ideológicas dependem de uma interação primeira com o texto. Isto não representa privilegiar a prática da leitura em detrimento às demais no trabalho em sala de aula, visto que na interação com o texto, há uma simultânea utilização de todas as práticas discursivas: leitura, escrita, oralidade e compreensão auditiva. É nesta abordagem que leitura, escrita e oralidade se interagem. Texto e leitura são indissociáveis. Referem-se às estratégias de compreensão, discussão, organização e produção de textos, bem como ao contexto social, aos papéis que leitores e escritores exercem em seus grupos sociais e seus propósitos.

A proposta do Ensino de L.E.M. considera a leitura como interação entre os múltiplos textos e ocorre na relação entre o leitor, texto, autor e outros leitores. A leitura ancorada numa perspectiva crítica promove a construção e a percepção de mundo do sujeito leitor, tornando-o capaz de criar significados e sentidos que contribuam para uma maior compreensão diante do texto. Esse processo de construção de sentido, apoiado na bagagem cultural e com acesso permanente a língua inglesa, são fundamentais para a prática social do cidadão e interpretação dos discursos de sua comunidade.

Os conhecimentos lingüísticos serão trabalhados dependendo do grau de conhecimento dos alunos e estarão voltados para a interação que tenha por finalidade o uso efetivo da linguagem e não a memorização de conceitos. Serão selecionados a partir das necessidades sugeridas com o trabalho com cada gênero textual.

A princípio, é preciso levar em conta o processo de continuidade, ou seja, a “manutenção de uma progressão entre as séries, considerando as especificidades da língua estrangeira ofertadas, as condições de trabalho existentes na escola, o projeto político-pedagógico, a articulação com as demais disciplinas do currículo e o perfil dos alunos” (DCE: 2006, p. 37).

Ao se trabalhar os textos, propõe-se uma análise lingüístico-discursivos dos elementos não só de natureza lingüística, mas, principalmente, os de fins educativos, visando a abordagem de assuntos polêmicos, adequados à faixa etária, conforme os interesses dos alunos. Vale ressaltar a

importância de se trabalhar os diversos tipos gêneros textuais, com diferentes graus de complexidade da estrutura linguística.

Nesta proposta, para cada texto escolhido verbal e/ou não verbal, o professor poderá trabalhar levando em conta os itens abaixo sugeridos:

a) Gênero: explorar o gênero escolhido e suas diferentes aplicabilidades. Cada atividade da sociedade se utiliza de um determinado gênero.

b) Aspecto Cultural / Interdiscurso: influência de outras culturas percebidas no texto, o contexto, quem escreveu, para quem, com que objetivo e quais outras leituras poderão ser feitas a partir do texto apresentado;

c) Variedade Linguística: formal ou informal;

d) Análise Linguística: será realizada de acordo com a série e com as especificidades do gênero;

e) Atividades:

- Pesquisa: será proposta para o aluno, acerca do assunto abordado. Lembrando, aqui, que pesquisa é entendida como uma forma de saber mais sobre o assunto. Isso significa que poderá ser realizada não só nos livros ou na internet. Uma conversa com pessoas mais experientes, uma entrevista, e assim por diante, também serão consideradas pesquisas.

- Discussão: conversar na sala de aula a respeito do assunto, valorizando as pesquisas feitas pelos alunos. Aprofundar e/ou confrontar informações. Essa atividade poderá ser feita em Língua Materna.

- Produção de texto: o aluno irá produzir um texto na Língua Estrangeira, com a ajuda dos recursos disponíveis na sala de aula e a orientação do professor.

Os conteúdos poderão ser retomados em todas as séries, porém em diferentes graus de profundidade, levando em conta o conhecimento do aluno.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas. Os documentos: a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as Temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa de Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas, Educação Ambiental(Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnicos-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e

compreensão dos temas citados, de forma que o aluno participe do processo de construção e reconstrução dos temas abordados impulsionando iniciativas críticas para uma transformação social.

4- Avaliação

A avaliação está profundamente relacionada com o processo de ensino e, portanto, deve ser entendida como mais um momento em que o aluno aprende. É um elemento de reflexão contínua do professor sobre sua prática educativa e revela aos alunos suas dificuldades, progressos e possibilidades.

A avaliação deve fornecer dados sobre o desenvolvimento das capacidades do educando e o grau de desenvolvimento intelectual, aplicabilidade dos objetivos de conhecimentos ensinados que orientarão os ajustes e intervenções pedagógicas visando à aprendizagem da forma mais adequada para o aluno.

A relevância e a adequação dos conteúdos está atrelada, ainda, às características psicossociais dos alunos, capacidade para estabelecer relações entre os conteúdos, às necessidades de seu dia-a-dia e com o contexto cultural.

Além disso, é importante nesse processo o *feedback* das avaliações aos alunos com os devidos comentários, para que eles possam entender o processo de aprendizagem e, assim, buscar a superação das suas dificuldades.

As informações obtidas através da avaliação devem revelar os resultados da aprendizagem para que essa possa fluir em bases consistentes, apoiando-se em conhecimentos teóricos que necessitam ser solidificados.

O papel da avaliação é diagnosticar o avanço do conhecimento, caracterizando-se como um processo contínuo de comprometimento com o saber científico, cultural e social.

Nesse sentido, é necessário que o professor tenha uma visão de conjunto no processo de avaliação levando em conta que:

- Para que um processo de aprendizagem seja efetivo, ele deve contemplar a avaliação diagnóstica, contínua, formativa e reflexiva;
- O processo de ensino-aprendizagem do conteúdo deve contemplar o acompanhamento metodológico e avaliativo;
- Na avaliação contínua, é necessário que o professor e os alunos analisem quanto e como conseguiram aproximar-se dos objetivos propostos;
- O registro e a observação do desempenho do aluno devem ser feitos pelo professor de forma contínua e reflexiva;

- A avaliação pressupõe um clima de cooperação e confiança entre professor e aluno, o que favorece a prática de auto-avaliação entre ambos;
- As aprendizagens dos alunos devem ser consideradas como parâmetros para realimentação dos encaminhamentos adotados.

Nessa proposta avaliativa, a língua é concebida como prática social e discursiva. A avaliação formativa, na sua condição contínua e diagnóstica deve ser privilegiada, a fim de promover a análise e reflexão no encaminhamento das intervenções pedagógicas.

A avaliação de determinado dado de produção em língua estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja, o vê como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. Portanto, na avaliação o erro precisa ser visto como um passo para que a aprendizagem se efetive e não como um entrave no processo. É preciso lembrar que o processo de aprendizagem não é linear, não acontece da mesma forma e, ao mesmo tempo, para diferentes pessoas. Cabe ao professor, avaliar, priorizar o processo de crescimento do aluno e não apenas mensurar o conhecimento por ele alcançado.

A avaliação servirá, além de aferir a aprendizagem do aluno, fazer com que o professor repense a sua metodologia e planeje as suas aulas de acordo com as necessidades de seus alunos. E, através dela, é possível perceber quais são os conhecimentos lingüísticos, discursivos, sócio-pragmáticos ou culturais - e as práticas - leitura, escrita, oralidade - que ainda não foram suficientemente trabalhadas e que precisam ser abordadas mais exaustivamente para garantir a efetiva interação do aluno com os discursos em língua estrangeira.

Assim, para a avaliação serão utilizadas as provas objetivas e discursivas; leitura de textos de diversos gêneros textuais; debates, seminários e interpretações de textos; diálogos orais e escritos; elaboração de narrações, dissertações, resumos, poesias; trabalhos individuais e em grupos; músicas; teatros; filmes, jogos, dentre outros instrumentos.

Para que essa avaliação aconteça com êxito, faz-se necessário que a mesma deixe de ser utilizada, segundo Luckesi (2005, p. 166) como “recurso de autoridade e assumo papel de auxiliadora (grifo nosso) do crescimento”.

Durante cada bimestre o professor estabelecerá as formas de avaliações que utilizará para perfazer os 10,0 (dez) pontos sendo:

5,0 pontos: trabalhos de pesquisa, atividades, testes, dramatizações.

5,0 pontos: avaliação geral enfocando todo o conteúdo do bimestre.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos.

Para cada prática discursiva trabalhada, espera-se do aluno:

Quanto à Leitura

- realização de leitura compreensiva do texto;
- localização de informação implícita e explícita no texto;
- posicionamento argumentativo;
- ampliação do léxico;
- percepção do ambiente no qual circula o gênero;
- identificação da idéia principal do texto;
- análise das intenções do autor;
- identificação do tema.

Quanto à Escrita

- expressão de idéias com clareza;
- uso de recursos textuais, como: coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, etc.
- utilização de recursos lingüísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronomes, substantivo, etc.
- elaboração de textos atendendo às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade.).

Quanto à Oralidade

- utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal / informal)
- apresentação de idéias com clareza;
- compreensão de argumentos no discurso do outro;
- exposição objetiva de argumentos;
- organização da sequência da fala;
- respeito aos turnos de fala;

- participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna, etc.

- utilização consciente de expressões faciais, corporais e gestuais, de pausas e entonações nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de (Org.). **O Professor de Língua Estrangeira em Formação**. Ed Pontes: Campinas - S.P., 2ª Edição, 2005.

AUN, Eliana; MORAES, Maria Clara Prete de; SANSANOVIC, Neuza Bilia. **New English Point**. Editora Saraiva: São Paulo - SP., 1999.

BRASIL. **Lei- nº 10639, 09 de Janeiro de 2003**. Parecer do Conselho Nacional de Educação. Cadernos Temáticos História da Cultura Afro-brasileira e Africana. Ministério da Educação - Ministério Nacional de Educação, 2004.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

DONATO, Hernani. **Coleção Povos do Passado**. São Paulo.: Melhoramentos, 1998.

LEFFA, Vilson J. **O Ensino das Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional**. Universidade Católica de Pelotas – 2004.

_____. **A Interação na Aprendizagem das Línguas**. Ed. Pelotas: Educat, 2006.

_____. **O Professor de Línguas Estrangeiras: construindo a profissão**. Ed. EDUCAT. Pelotas, 2006.

MÜLLER, Simone Sargento Vera (Orgs.). *O Ensino do Inglês como Língua Estrangeira: estudos e reflexões*. Ed Apirs: Porto Alegre, 2004.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de Língua Inglês: reflexões e experiências**. Ed. Campinas, S.P: Pontes.3ª Edição, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica, Secretaria do Estado do Paraná** – Superintendência da Educação, Curitiba-Pr., 2009.

SARMENTO, S. MULLER, V. (orgs.) **O Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: Estudos Reflexões**. Porto Alegre: APIRS, 2004.

WIDDOWSON, H.G. **O Ensino de Línguas para a Comunicação**. Ed. Campinas, S.P: Pontes.2ª ed.



Colégio Estadual "Emílio de Menezes" - Ensino Fundamental, Médio e Normal

Rua Quíscalo, 185 - TeleFax: (043) 3252-1374

CEP 86701-070 - Araçongas - Paraná

e-mail: ceem@onda.com.br

16. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS FINAIS

16.1- Matriz Curricular do Ensino Fundamental - Anos Finais

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL							
NRE: Apucarana		CÓDIGO: 01		MUNICÍPIO: Arapongas			
				CÓDIGO: 0150			
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual "Emílio de Menezes" - Ensino Fundamental, Médio e Normal							
		CÓDIGO: 0015					
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná							
CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL: 6º ao 9º Ano							
		CÓDIGO: 4000		TURNO: Manhã e Tarde			
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2012		Simultânea		MÓDULO: 40 semanas			
BASE NACIONAL COMUM	DISCIPLINAS		SÉRIES				
			6º	7º	8º	9º	
	ARTE		2	2	2	3	
	CIÊNCIAS		3	3	3	3	
	EDUCAÇÃO FÍSICA		3	3	3	2	
	ENSINO RELIGIOSO *		1	1	-	-	
	GEOGRAFIA		3	3	4	3	
	HISTÓRIA		3	3	3	4	
	LINGUA PORTUGUESA		4	4	4	4	
	MATEMÁTICA		4	4	4	4	
		SUB TOTAL		23	23	23	23
PARTE DIVERSIFICADA	DISCIPLINA						
	LEM - INGLÊS		2	2	2	2	
		TOTAL GERAL		25	25	25	25

Nota: Matriz Curricular de acordo com a LDB N. 9394/96

* Disciplina de matrícula facultativa.

Arapongas, 27 de julho de 2011.

Cristiane Cesaria Pablos Rossetti
Diretora
Res. 5909/2008 de 23/12/2008
D.O.E. 24/12/2008



16.2 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

ARTE - ENSINO FUNDAMENTAL

1. Apresentação da Disciplina

A Arte na Escola brasileira passa por inúmeras mudanças, desde a célebre Missão Artística Francesa em 1816, trazida por Dom João VI, onde o ponto forte dessa escola era o desenho, com a valorização da cópia fiel e a utilização dos modelos europeus. A partir dessa época temos uma história do ensino da arte com ênfase no desenho, centrada na valorização do produto. O desenho deveria servir à ciência e à produção industrial, utilitária.

O ensino da música teve pouca projeção nas escolas até mais ou menos 1950, limitava-se a aulas de solfejo, canto orfeônico e memorização de hinos pátrios.

Entre as décadas de 50 e 60, começou-se a notar nas escolas a influência de um movimento denominado Escola Nova. O papel do professor era dar oportunidades para que o aluno se expressasse de forma espontânea, pessoal, o que vinha a ser a valorização da criatividade como máxima no ensino da arte. Como todo processo artístico deveria “brotar” do aluno o conteúdo dessas aulas era quase exclusivamente um “deixar-fazer” que muito pouco acrescentava ao aluno em termos de aprendizagem de arte.

Em 1971, com a Lei 5.692, foi criado o componente curricular Educação Artística. A lei, determinado que nessa disciplina fossem abordados conteúdos de música, teatro, dança e artes plásticas nos cursos de 1º e 2º graus, acabou criando a figura de um professor único que deveria dominar todas essas linguagens de forma competente.

Porém, ARTE É CONHECIMENTO, surge então a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9.394) aprovada em 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 26, parágrafo 2º: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Assim, a arte é importante na escola, principalmente porque é importante fora dela. Por ser um conhecimento construído pelo homem através dos tempos, a arte é um patrimônio cultural da humanidade e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber.

Nesse sentido o conhecimento teórico- prático dos fundamentos do teatro, dança, música e artes visuais como elementos essenciais para a formação dos sentidos humanos na familiarização dos

bens culturais produzidos na história da humanidade. Enfoque da arte como área de conhecimento nas suas dimensões de criação, apreciação e comunicação como instrumento para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS GERAIS

Pretende-se viabilizar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos que possibilitem ao educando a percepção, a leitura e a interpretação de signos verbais e não-verbais presentes na arte e suas diferentes áreas.

Através da cultura identificar sua identidade, herança cultural e diversidade, perceber e interpretar a cultura de massa e indústria cultural, que atende as diferentes intenções de comunicação.

2- Conteúdos Estruturantes e Básicos

6º Ano

ÁREAS	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
ARTES VISUAIS	PONTO LINHA FORMA SUPERFÍCIE COR LUZ TEXTURA VOLUME	BIDIMENSIONAL TRIDIMENSIONAL ABSTRATA FIGURATIVA GEOMÉTRICA TÉCNICAS: desenho, pintura, recorte, dobradura e colagem	- Pré-história - Arte Indígena - Arte Africana - Manifestações Folclóricas. - Origem do Circo - Arte Popular
DANÇA	MOVIMENTO CORPORAL TEMPO ESPAÇO	PONTO DE APOIO MOVIMENTOS ARTICULARES RÁPIDO E LENTO TÉCNICA IMPROVISACÃO	- Pré-história
TEATRO	PERSONAGENS: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais.	ESPAÇO CÊNICO ADEREÇOS TÉCNICA IMPROVISACÃO	- Teatro Popular
MÚSICA	ALTURA DURAÇÃO TIMBRE INTENSIDADE	RITMO MELODIA IMPROVISACÃO	- Popular (Folclore) - Clássica

7º Ano

ÁREAS	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
ARTES VISUAIS	PONTO LINHA FORMA SUPERFÍCIE COR LUZ TEXTURA VOLUME GÊNERO SIMETRIA FIGURA FUNDO	BIDIMENSIONAL TRIDIMENSIONAL ABSTRATA FIGURATIVA GEOMÉTRICA TÉCNICAS: desenho, pintura, recorte, dobradura e colagem	- Arte Indígena -Arte Egípcia - Arte Greco. - Arte Africana - Manifestações Folclóricas.
DANÇA	MOVIMENTO CORPORAL TEMPO ESPAÇO	Coreografia Movimentos: lento, rápido e moderado	-Dança Popular Brasileira
TEATRO	PERSONAGENS: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais.	ESPAÇO CÊNICO ADEREÇOS TÉCNICA IMPROVISACÃO GÊNERO: tragédia e comédia	- Teatro Grego
MÚSICA	ALTURA DURAÇÃO TIMBRE INTENSIDADE	RITMO MELODIA IMPROVISACÃO	- Popular (MPB)

8º Ano

ÁREAS	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
ARTES VISUAIS	PONTO LINHA FORMA SUPERFÍCIE TEXTURA VOLUME COR LUZ	BIDIMENSIONAL TRIDIMENSIONAL ABSTRATA GEOMÉTRICA RITMO VISUAL EQUILÍBRIO SIMETRIA SEMELHANÇAS DEFORMAÇÃO TÉCNICAS: desenho, pintura, colagem,	ARTE POPULAR E ERUDITA ARTE NAIF POP ARTE OP ART MINIMAL ARTE INDÚSTRIA CULTURAL ARTE BIZANTINA ARTE INDÍGENA

		fotografia e montagem CORES: tom e matizes. GÊNERO: Retrato	
MÚSICA	ALTURA INTENSIDADE DURAÇÃO TIMBRE	RITMO MELODIA	MÚSICA BRASILEIRA JOVEM GUARDA MÚSICA BRASILEIRA: Tropicália.
DANÇA	MOVIMENTO CORPORAL	EIXO COREOGRAFIA	DANÇA POPULAR
TEATRO	PERSONAGEM EXPRESSÕES AÇÃO ESPAÇO	REPRESENTAÇÃO CENÁRIO ENREDO FIGURINO MAQUIAGEM	TEATRO POPULAR

9º Ano

ÁREAS	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		
ARTES VISUAIS	LINHA FORMA SUPERFÍCIE LUZ VOLUME TEXTURA COR	BIDIMENSIONAL PERSPECTIVA SIMETRIA FIGURA-FUNDO CONTRASTE TÉCNICA: desenho, pintura, aquarela, afresco, retábulo, iluminura colagem, recorte, caricatura e cartum. Performance, Instalação. GÊNEROS: Paisagem	Museu Galeria de Arte Arte e Sociedade Muralismo Arte Engajada -Arte Moderna no Brasil (Semana de 22). Arte Contemporânea Arte Popular Realismo Arte Medieval
MÚSICA	ALTURA DURAÇÃO TIMBRE INTENSIDADE	RITMO MELODIA HARMONIA	Canto Gregoriano HIP HOP
TEATRO	PERSONAGEM: expressões vocais, corporais, gestuais e faciais	TÉCNICAS: Monólogo, Jogos teatrais. FIGURINO MAQUIAGEM CENOGRAFIA	- Teatro Engajado - Teatro Pobre
DANÇA	MOVIMENTO CORPORAL	COREOGRAFIA DESLOCAMENTO GENERO: performance e moderna.	DANÇA CONTEMPORÂNEA

3- Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o ensino da Arte priorizará a interação da percepção, identificação, do gerir, da forma de organização e interpretação de signos verbais e não-verbais manifestos nos bens culturais materiais e imateriais.

Buscar-se-á formas originais e interdisciplinares de expressar ideias com o grupo, promovendo observações, experimentações, discussões e análises para que se possa entrar em contato, não só com as formas e linguagens técnicas, mas também com ideias e reflexões propostas pelas diferentes linguagens artísticas.

Devemos contemplar na metodologia do ensino da arte, três momentos da organização pedagógica **o sentir e o perceber**, que são as formas de apreciação e apropriação, **o trabalho artístico**, que é a prática criativa, **o conhecimento**, que fundamenta e possibilita ao aluno um sentir / perceber e um trabalho artístico mais sistematizado, direcionando o aluno a formação de conceitos artísticos.

Entende-se que aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística, mas também o que faz e o que os outros fazem pelo desenvolvimento da percepção estética, no contato com o fenômeno artístico, visto como objeto de cultura na história, política e social e com o conjunto das relações.

Sabe-se que ao fazer e conhecer arte, o aluno percorre os trajetos da aprendizagem que proporcionam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo. Tal percepção possibilita leituras da realidade, permitindo uma reflexão mais ampla a respeito da sociedade em que o sujeito está inserido e de outras com as quais ele estabelece relações.

4- Avaliação

A avaliação deve ser feita tendo em vista os objetivos de cada assunto, de forma contínua, cumulativa, diagnóstica, processual e somativa.

Deve diagnosticar basicamente a apropriação dos conteúdos, bem com o interesse, a participação, a organização, a habilidade do educando no tratamento dos temas e materiais sugeridos, levando-se em conta o processo.

A avaliação poderá ser individual ou em grupo, tendo flexibilidade em seus valores, utilizando vários instrumentos de verificação, tais como:

- trabalhos artísticos e teóricos individuais ou em grupos;
- pesquisa bibliográfica e de campo;
- provas teóricas ou práticas;
- registros em forma de relatórios, portfólios, áudio-visual e outros.

Todas essas formas de avaliação estão de acordo com a proposta do projeto político da escola.

Sistema de avaliação do estabelecimento é bimestral, sendo a recuperação de estudos paralela e contínua.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1987.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, editora da USP, 1971.

BENJAMIM, T. Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, Leis, decretos, etc. Lei nº5692/71: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Brasília, 1971.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Enciclopédia – **A arte nos Séculos**. Abril Cultural.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Ed. Campus, 1997.

PENTEADO, José de Arruda. **Comunicação Visual e Expressão**. Ed. Nacional, 1998.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. Ed. Ática, 1995.

SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Arte**. 2008.

PPP, Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Emílio de Menezes, 2011



16.3 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

CIÊNCIAS - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação da disciplina

Os conhecimentos científicos resultantes da investigação da natureza no Ensino de Ciências beneficiam todos os seres humanos. A disciplina de Ciências oferece um amplo e rico material aos estudantes e os impulsiona às descobertas do ambiente que os cercam.

Sabemos da importância de priorizarmos os conhecimentos científicos, mas para que barreiras sejam transpostas no Ensino de Ciências, o conhecimento popular dos alunos necessita de refinamentos, assim, esses gerarão novas concepções de conhecimentos científicos. “Nem sempre o conhecimento cotidiano ou mesmo o alternativo podem ser considerados incoerentes com o conhecimento científico, uma vez que são úteis na vida prática e para desenvolvimento de novas concepções.” (PARANÁ, p.60, 2008).

Cabe ressaltar ainda, que o Ensino de Ciências é uma fonte inesgotável de conhecimento, e o educador deve proporcionar aos estudantes condições de entenderem melhor os conteúdos, garantindo assim a ascensão dos mesmos ao conhecimento sistematizado.

Na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de um Ensino de Ciências mais contextualizado e crítico, faz-se necessário gerar novas possibilidades de focar os assuntos na disciplina de Ciências, objetivando uma aprendizagem significativa e possibilitando ao aluno fazer interconexões com as diferentes disciplinas. Para tal compreensão, considera-se que a elaboração de estratégias diferenciadas constitui-se um fator importante na construção do conhecimento. Dentre elas destacam-se: elaboração de modelos, observações, jogos, experimentos, leitura, interpretação, entre outros. Nesse contexto, o professor deve assumir o papel de organizar, orientar e direcionar a disciplina de Ciências de modo que os cinco conteúdos estruturantes possa ser considerado em todas as séries do ensino fundamental II. A Diretriz Curricular de Ciências contempla os seguintes conteúdos estruturantes: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia e a Biodiversidade.

Tendo em vista que os alunos demonstram grande interesse nas aulas de Astronomia por ser uma ciência que os desafiam constantemente as descobertas dos fenômenos celestes tais como o dia e a noite, os principais movimentos da Terra, o movimento aparente do Sol, as crateras lunares, as fases da Lua, as estações do ano, solstício e equinócio, noções sobre as principais constelações do hemisfério Sul, dentre outros, torna-se imprescindível estudar esse conteúdo. Além de ser uma Ciência milenar que muito contribuiu para diversas civilizações e também uma forte aliada de diversas áreas da ciência.

Segundo a definição científica, matéria é “tudo que tem massa e ocupa lugar no espaço”, toda matéria é formada por átomos. Partindo desse conceito faz-se necessário despertar no aluno o interesse pelo tema abordado e propiciar meios para que ele compreenda que ele também é constituído de matéria e que esta é formada por átomos, fazendo parte assim deste conteúdo, bem como todos os outros tipos de matéria.

Conhecer a espécie humana é um marco importante no mundo científico, sobretudo, no ramo da medicina. Na tentativa de eliminar as doenças e as dores, o homem busca constantemente novos conhecimentos, desenvolve novas tecnologias que muito contribui para entender o funcionamento do nosso corpo. Somente se conhecendo, o adolescente poderá se respeitar, se cuidar e aos seus semelhantes. Este conteúdo justifica por si sua relevância, pois a vida depende do bom funcionamento dos diversos sistemas biológicos bem como suas funções num sistema integrado ampliando-se para discussão de visão evolutiva permitindo a comparação entre os seres vivos.

A pesquisa científica considera a lei da conservação da energia, uma das leis mais importantes da ciência, e os esforços são muitos para buscar novos conhecimentos e tentar compreender o conceito de energia e suas manifestações, conversões e transformações.

Ressalta-se ainda, que o homem através dos séculos ultrapassou a barreira dos limites de convivência com outros seres vivos e o meio ambiente, tendo como consequência o desequilíbrio ambiental. Voltar ao passado é uma atitude que não interessa a sociedade capitalista devido ao conforto gerado pelo desenvolvimento através das tecnologias. Resta-nos conscientizar o aluno o respeito à única “casa” dos seres vivos: o planeta Terra, fazendo com que percebam que são parte do futuro podendo mudar este cenário global caótico.

As questões étnicas raciais, Educação do campo, Educação ambiental e Educação especial, Gênero e Diversidade Sexual, e outros temas contemporâneos serão trabalhadas sempre que o conteúdo abordado fizer menção.

2- Conteúdos Estruturantes

- Astronomia
- Matéria
- Sistemas biológicos
- Energia
- Biodiversidade

3- Conteúdos Básicos

- Astros
- Gravitação universal

- Propriedades da matéria
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos
- Mecanismos de herança genética
- Formas de energia
- Conservação de energia
- Interações ecológicas

4- Conteúdos Específicos

1º Bimestre

Terra e Universo

- Características básicas de diferenciação entre estrelas, planetas, planetas anões.
- Newton e a gravitação.
- Fenômenos terrestres relacionados com a gravidade, como as marés.
- Geocentrismo e Heliocentrismo.
- Leis de Kepler para as órbitas dos planetas.

Introdução à química

- Propriedades da matéria.
- Estados físicos da matéria.
- Substâncias puras e misturas.
- Átomos e moléculas.
- Classificação dos elementos químicos.
- Átomos e moléculas.
- Ligações químicas.

2º Bimestre

- Funções químicas: ácidos, bases, sais e óxidos.
- Reações químicas.
- Ciclos biogeoquímicos: N₂, CO₂ e O₂.

3º Bimestre

Introdução à física

- Tipos de energia.
- Fontes de energia.
- Transformações e transferência de energia.

- Aplicações de energia.
- Temperatura e calor.

4º Bimestre

- Ondas, som e luz.
- Movimento.
- Força.
- Trabalho e máquinas.
- Eletricidade e magnetismo.
- Princípio da dinâmica.

5- Encaminhamento Metodológico

O ensino de Ciências busca instrumentalizar o educando para entender a interação existente entre o mundo físico e social, coordenar informações, posicionar-se diante delas e construir seus conhecimentos. Desta forma, deve possibilitar ao sujeito a capacidade de situar-se no mundo participando de forma ativa na sociedade. Para o desenvolvimento das atividades, os professores poderão utilizar os mais variados recursos pedagógicos.

Os conteúdos específicos serão trabalhados de forma a considerar as relações entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos, a prática social, o mundo natural (ciência), o mundo construído pelo ser humano (tecnologia) e seu cotidiano (sociedade). Os conteúdos abordados na disciplina de Ciências tem como ponto de partida a análise dos conhecimentos prévios, feito através de registros escritos ou orais. Para aprofundamento dos conteúdos, será proposto leitura do livro didático, sites, vídeos, textos, desenhos, entre outros.

As dúvidas dos estudantes servem como parâmetro para criarmos estratégias didáticas diferenciadas. Dentre elas podemos citar: elaboração de modelos, experimentos, desenhos, textos, observações, jogos, entre outros.

Ao término de cada atividade serão feitas discussões e anotações que darão subsídios para confrontarmos os conhecimentos prévios com os adquiridos e superarmos dúvidas que possam ter ocorrido durante as aulas.

A ação didática- pedagógica da história e da Cultura Afro-brasileira, indígena (Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08) será trabalhada através de ações que propiciem o contato com a cultura e história africana e afro-descendente, dentro da Ciência, culminando em documentários, filmes com temáticas sobre o racismo e preconceito, costumes e hábitos, procurando destacar a contribuição da

cultura dos povos negros. Ressalta-se ainda a história e cultura dos povos indígenas por fazer parte da nossa história e da cultura de outros países.

A questão Ambiental (Lei nº 9795/99) deverá ser uma prática educativa integrada, contínua e permanente no desenvolvimento dos conteúdos específicos de Ciências. Sendo assim, serão adotadas metodologias diversificadas, para despertar em todos a consciência de que o ser humano faz parte do meio ambiente, lembrando que os problemas ambientais refletem com a consciência que atingem todos nós.

Os conteúdos específicos serão trabalhados de forma a considerar as relações entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos, a prática social, o mundo natural (ciências), o mundo construído pelo ser humano (tecnologia) e seu cotidiano (sociedade).

A Lei nº 10.639/03, que trata das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola, será trabalhado através de ações que propiciem o contato com a cultura e história africana e afro-descendente, dentro da Ciências, culminando em documentários, filmes com temáticas sobre o racismo e preconceito, costumes e hábitos, procurando destacar a contribuição da cultura dos povos negros.

A Lei nº 9795/99, que afirma “Que a educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.” Sendo assim serão trabalhadas nas diferentes disciplinas através da interdisciplinaridade onde deverá ser uma prática integrada, contínua e permanente no desenvolvimento dos conteúdos específicos. Sendo assim serão adotadas metodologias diversificadas, para despertar em todos a consciência de que o ser humano faz parte do meio ambiente, lembrando que os problemas ambientais refletem com a consciência que atingem todos nós.

A Lei nº 11645/08, que trata da História e Cultura dos Povos Indígenas por fazer parte da nossa história e da cultura de outros países. Além desses temas serão trabalhadas as temáticas referentes ao **Desenvolvimento Sócioeducacional e Diversidade**: Cidadania e Direitos Humanos; Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas; Relações Étnico-Raciais; Relações de Gênero; Diversidade Sexual e Educação do Campo de acordo com a necessidade dos alunos, escola e comunidade.

6- Critérios de Avaliação

A avaliação é um processo contínuo, diagnóstico, sistemático, funcional, orientador e integral.

- Contínua e sistemática, logo deve ser constante e planejada, possibilitando ao professor, por meio de uma interação diária com os alunos, contribuições para verificar em que medida os alunos se apropriaram dos conteúdos específicos, permitindo se necessário a sua recuperação;

- Funcional, porque verifica se os objetivos previstos estão sendo cumpridos;
- Orientadora, pois permite aos alunos conhecer erros e corrigi-los;
- Integral, pois considera o aluno como um todo, ou seja, não apenas os aspectos cognitivos, mas igualmente os comportamentais e as habilidades psicomotoras.

Cada instrumento de avaliação possui suas vantagens e desvantagens, cabendo ao professor a escolha mais adequada. Por meio de cada instrumento avaliativo, o aluno pode expressar os avanços na aprendizagem porque interpreta, produz, discute, relaciona, analisa, posiciona-se e argumenta, defende o próprio ponto de vista.

É imprescindível a coerência entre o planejamento das ações pedagógicas do professor, o encaminhamento metodológico e o processo avaliativo para que os critérios de avaliação estejam ligados aos processos de ensino aprendizagem quanto:

- O aluno, e ou a turma, compreende a necessária relação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos para a explicação dos fenômenos naturais envolvidos neste conteúdo específico;
- De que forma o aluno se apropriou deste conhecimento científico;
- O aluno, e ou a turma, consegue relacionar os aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos e históricos envolvidos.

Dentro dos critérios de avaliação espera-se que os estudantes apropriem-se dos conteúdos estruturantes relacionados:

Astronomia

Identificar as características básicas de diferenciação entre estrelas, planetas e planetas anões.

Analisar as Leis de Newton e associá-la a gravitação.

Diferenciar o Geocentrismo do Heliocentrismo.

Compreender as leis de Kepler para as órbitas dos planetas.

Matéria

Reconhecer a massa e o volume como propriedades gerais da matéria.

Perceber que algumas propriedades específicas das substâncias dependem de seu estado físico.

Verificar que os materiais na natureza podem ser divididos em dois grupos: substâncias puras e misturas.

Ampliar de maneira genérica a percepção espacial do mundo atômico e molecular de algumas substâncias.

Estudar os elementos químicos da tabela periódica e classificá-los.

Compreender como os átomos se ligam para formar substâncias iônicas e substâncias moleculares.

Perceber que a quantidade de energia química se altera durante uma reação química e que esta pode ser influenciada por fatores internos e externos em sua velocidade.

Energia

Perceber a grande diversidade de substâncias na natureza, e que essas sofrem transformações (reações químicas) que originam novas substâncias.

Entender que a energia, em suas diversas manifestações, é necessária para transformar a matéria.

Compreender a diferença entre temperatura e calor.

Compreender e utilizar conhecimentos relativos a processos de propagação do calor.

Compreender que as ondas não transportam matéria e sim, energia.

Conhecer as características e a forma de propagação de ondas sonoras.

Conhecer as características e a forma de propagação de ondas eletromagnéticas.

Perceber os efeitos e as consequências do fenômeno da eletrização dos corpos.

Compreender as relações existentes entre os fenômenos elétricos e magnéticos.

Compreender que a condição de movimento ou repouso de um corpo deve ser aplicada sempre em relação a um referencial.

Compreender a força como ação que age diretamente ou a distância; perceber que essa ação movimenta, para ou deforma os corpos.

Verificar que existe a realização de trabalho quando uma força consegue deslocar um corpo.

Compreender que a inclusão digital é fator essencial para que a população brasileira tenha acesso a informação e, assim, ao conhecimento.

Biodiversidade

Perceber que os ciclos naturais resultam de um contínuo rearranjo de átomos na atmosfera, litosfera e hidrosfera.

Verificar e analisar a participação do ser humano no ambiente, que pela produção de novos materiais, quer pela produção de resíduos.

Sistemas Biológicos

Compreender que as radiações e algumas substâncias químicas podem provocar mutações.

Abaixo segue as recomendações a respeito das avaliações e recuperações segundo PPP da escola e também alguns critérios previamente estabelecidos pelos professores a respeito de trabalhos.

Durante cada bimestre o professor estabelecerá as formas de avaliações que utilizará para perfazer os 10,0 (dez) pontos sendo:

5,0 pontos: trabalhos de pesquisa, atividades, testes, dramatizações.

5,0 pontos: avaliação geral enfocando todo o conteúdo do bimestre.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;

b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

3

7- Instrumentos de Avaliação

- Prova oral e escrita;
- Auto avaliação;
- Trabalhos de pesquisas;
- Painéis;
- Debates;
- Grupos de estudos;
- Feira de ciências;
- Seminários;
- Simpósios;

- Fóruns;
- Trabalho integrado;
- Experimentos;
- Textos diversos.
- Relatórios;
- Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA);
- Apresentação de todas as atividades propostas em sala de aula e como tarefa de casa;
- Exercícios;
- Visitas in loco;
- Entre outros.

OBS.: todas as atividades ao serem entregues pelo aluno deverão obedecer à data previamente estipulada pelo professor impreterivelmente.

8- Recursos Didáticos

Para que o aprendizado de ciências se faça eficaz será necessário os seguintes recursos didáticos:

- Fontes textuais (jornais, revistas, livros);
- Saber vivencial de profissionais especialistas, através de palestras e entrevistas;
- Jogos, debates, fóruns e dramatizações;
- Painéis, seminários e mostras de trabalhos;
- Teatro, música e poesia.
- Recursos audiovisuais: TV pen drive, data show, DVD e internet.
- Planetário.
- Globo.
- Geódromo.
- Mapas.
- Quadro de giz.
- Material xerocopiado.
- Entre outros.

9- Referências Bibliográficas

CANALLE, J. B. G; *et al.* **Provas e Gabaritos da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica.** Disponível em:

<<http://www.oba.org.br/site/index.php?p=conteudo&idcat=9&pag=conteud>>. Acesso em 11 jun. 2011.

CANALLE, J. B. G. **Oficina de astronomia**. Rio de Janeiro, 1994. (Apostila). Disponível em: <http://www.telescopiosnaescola.pro.br/oficina.pdf>. Acesso em 05 abr. 2009.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

CANTO, E. L. **Ciências naturais: aprendendo com o cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - Ciências**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - Educação do Campo**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná - Educação Ambiental**. Curitiba, 2008.



16.4 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação da disciplina

A educação física, foi instituída no ano de 1882, após um projeto denominado, reforma do ensino primário. Rui Barbosa emitiu um parecer que entre outras conclusões afirmou a importância da ginástica, elevando-a em categoria e autoridade com as demais disciplinas. Desde então ela vem sofrendo transformações, influências por vários segmentos como instituições médicas, militares, políticas bem como por modelos pedagógicos. Mais recentemente a promulgação da lei 5692/71, tornou-se obrigatória nas escolas e passou a ter uma legislação específica, integrando a mesma como atividade escolar regular e obrigatória no currículo de todos os cursos e sistemas de ensino.

A Educação Física é a área do conhecimento que propicia ao aluno a cultura corporal do movimento e todas as implicações que essa cultura provoca como o lado emocional, de lazer, manutenção e melhoria da qualidade de vida, relações interpessoais e sociais de uma forma mais abrangente.

Diante dessas considerações a educação física deve possibilitar uma reflexão a respeito da sua prática, levar o educando a uma leitura crítica das relações sociais que se apresentam na sociedade e manifesta-se nas práticas desenvolvidas no fazer pedagógico, interpretando as relações que o cercam e exercitando o respeito humano, bem como os princípios e valores inerentes ao ser humano.

De acordo com as Diretrizes Curriculares desta disciplina, o professor poderá utilizar-se de instrumentos avaliativos, como: dinâmicas em grupo, seminários, debates, júri-simulado, (re)criação de jogos, pesquisa em grupos, expressão corporal, provas, trabalhos e outros, sempre obedecendo o sistema de avaliação proposto no Regimento Escolar do Colégio.

2. Conteúdos Estruturantes / Básicos

- a) Jogos e Brincadeiras**
- b) Dança**
- c) Ginástica**
- d) Esporte**
- e) Lutas**

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
6º Ano	Jogos e Brincadeiras	- Jogos e brincadeiras populares - brincadeiras e cantigas de roda - jogos de tabuleiro - jogos cooperativos
	Dança	- danças folclóricas - danças de rua - danças criativas
	Ginástica	- ginástica rítmica - ginástica circense - ginástica geral
	Esporte	- coletivos - individuais
	Lutas	- lutas de aproximação - capoeira
Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
7º Ano	Jogos e Brincadeiras	- Jogos e brincadeiras populares - brincadeiras e cantigas de roda - jogos de tabuleiro - jogos cooperativos
	Dança	- danças folclóricas - danças de rua - danças criativas - danças circulares
	Ginástica	- ginástica rítmica - ginástica circense - ginástica geral
	Esporte	- coletivos - individuais
	Lutas	- lutas de aproximação - capoeira

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
8º Ano	Jogos e Brincadeiras	- jogos e brincadeiras populares - jogos de tabuleiro - jogos dramáticos - jogos cooperativos
	Dança	- danças criativas - danças circulares
	Ginástica	- ginástica rítmica - ginástica circense - ginástica geral
	Esporte	- coletivos - radicais
	Lutas	- lutas com instrumento mediador - capoeira

Série	Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos
9º Ano	Jogos e Brincadeiras	- jogos de tabuleiro - jogos dramáticos - jogos cooperativos
	Dança	- danças criativas - danças circulares
	Ginástica	- ginástica rítmica - ginástica geral
	Esporte	- coletivos - radicais
	Lutas	- lutas com instrumento mediador - capoeira

3- Objetivos

- Proporcionar ao aluno uma visão crítica do mundo e da sociedade na qual está inserido.
- Expor o campo de intervenção da educação física, para além das abordagens centradas na motricidade.
- Reunir conteúdos elevados no currículo de maneira que sejam relevantes e estejam de acordo com a capacidade cognoscitiva do aluno.
- Adicionar a inclusão.
- Superar da educação física o caráter de mera atividade de “prática pela prática”.
- Conhecer as formas de expressão do corpo:
 - Do contato corporal e o necessário respeito mútuo que este reclama
 - Do grupo em estabelecer critérios que contemplem todos os participantes
 - Do respeito por aqueles que de alguma forma, não conseguem realizar o que foi proposto pelo próprio grupo, levando a reflexão das formas já naturalizadas de preconceitos, sobre a domesticação e violência em relação ao corpo.
 - Utilizar da leitura e da produção de textos que auxiliem o aluno a formar conceitos próprios a partir de seu entendimento da realidade bem como relatá-los com clareza e coerência, relacionando os referenciais trabalhados nas aulas de educação física e associando-os às outras áreas do conhecimento, partindo de análises próximas e suas relações com o mundo globalizado.
 - Aplicar aos alunos o direito e o acesso à prática esportiva que privilegie o coletivo.

4- Metodologia

Tanto na aprendizagem quanto no ensino da Educação Física, o método é um processo que associa a dinâmica da sala de aula à intenção prática do aluno para uma maior compreensão da realidade, fazendo-o formular conceitos próprios a partir dos temas apresentados.

Discutir, previamente, sobre o que, como, quando e por que tal ação é importante, provocando no aluno (a), a reflexão, formulando sua opinião, interpretação e explicação sobre o que está acontecendo, com base nos objetivos pautados.

A ação pedagógica da Educação Física, pode ser de variada, tornando os conteúdos mais interessantes e significativos, utilizando recursos dos mais diversos, onde o aluno passa a perceber a inter-relação entre o conhecimento crítico-teórico e volta novamente para a prática social concreta.

Na metodologia crítico-superadora, o conhecimento é transmitido, levando-se em conta o momento político, histórico, econômico e social em que está inserido, seguindo as estratégias práticas sociais, problematização, instrumentalização, catarse e retorno à prática social.

A PRÁTICA SOCIAL caracteriza-se como uma preparação (aluno) para a construção do conhecimento escolar.

A PROBLEMATIZAÇÃO trata do desafio, é o momento em que a prática social é colocada em questão, analisada e interrogada.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO é o caminho por meio do qual o conteúdo sistematizado é colocado à disposição dos alunos para que assimilem e o recriem, ao incorpora-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional (Gasparim, 2002,p.53).

A CARTASE é a fase em que o educando sistematiza e manifesta o que assimilou.

O RETORNO A PRÁTICA SOCIAL é o ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica.

A Lei nº 10.639/2003, História da Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Lei nº 11645/08 – História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as temáticas referentes ao Desenvolvimento Sócioeducacional: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Prevenção ao uso indevido de Drogas; Educação Ambiental; **Diversidade:** Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação escolar Indígena; Relações de Gênero; Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

5- Avaliação

O processo de avaliação estará vinculado à ação educativa que poderá ser individual ou coletiva, contínua, permanente, cumulativa, traduzida em forma de notas que serão registradas no livro de classe (PPP).

Será uma avaliação diagnóstica num processo contínuo que servirá para o processo desenvolvido para identificar lacunas na aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas nas diversas manifestações corporais, evidenciadas nas brincadeiras, jogos, ginásticas, esportes e danças.

O critério de avaliação adotado pelo estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota (5,0) cinco vírgula zero referente a atividades diversificadas especificadas no

regimento Escolar mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente de uma prova bimestral, totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos CEDES, v.19 n.48. Campinas,1999.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

Colégio Estadual Emílio de Menezes. **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Educação Física**. Curitiba, 2008.



16.5 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

ENSINO RELIGIOSO - ENSINO FUNDAMENTAL

1. Apresentação da disciplina

O Ensino Religioso no Estado do Paraná tem como objeto de Estudo O SAGRADO. Ela é uma disciplina que contribui para o desenvolvimento humano, além de possibilitar o respeito e a compreensão de que nossa sociedade é formada por diversas manifestações culturais e religiosas.

Para a Disciplina de Ensino Religioso, três são os conteúdos estruturantes a saber: Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado. Fundamentando-se nos conteúdos estruturantes, a disciplina de Ensino Religioso tem os conteúdos básicos.

O conhecimento religioso é um patrimônio da humanidade. Refletir sobre esse fenômeno é pensar criticamente sobre a nossa condição existencial, o que não passa, necessariamente, pela prática de uma crença em particular. Antes, esse pensar está marcado pela busca incansável do entendimento das questões ligadas à própria vida, à transcendência e à orientação ética que dá sentido às realizações pessoais e sociais.

A dimensão religiosa, por constituir uma propriedade humana, deve ser abordada com seriedade no espaço escolar, de modo que crianças e jovens estudantes possam estabelecer posições autênticas e referenciadas eticamente diante das expressões e manifestações religiosas. Há muito essa discussão deixou de ser privilégio de poucos esclarecidos e transposição para a escola de dogmas e sacramentos utilizados pela Igreja.

Hoje, a liberdade de crença e de exercício religioso, garantida constitucionalmente, permite a leitura e o debate crítico dos lugares sagrados, dos textos sagrados orais e escritos, das organizações religiosas, do universo simbólico que reúne ritos e festas, danças e músicas, forças sociais que sustentam as tradições religiosas.

As orientações sugeridas neste Caderno Pedagógico *O Sagrado no Ensino Religioso* demonstram claramente, sem proselitismos, que é possível organizar conhecimentos básicos sobre o assunto para ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano. Aqui está o esforço comprometido das equipes pedagógicas da SEED e consultoria das IES com a formação de nossos estudantes do Ensino Fundamental. Trata-se de um trabalho orientado para apresentar didaticamente a riqueza da diversidade do fenômeno religioso, pela via do sagrado, para uma escola laica e pluralista.

2- Conteúdos Estruturantes

Nestas Diretrizes Curriculares, o conhecimento religioso é entendido como um patrimônio por estar presente no desenvolvimento histórico da humanidade.

Legalmente, é instituído como disciplina escolar a fim de promover a oportunidade aos educandos de se tornarem capazes de entender os movimentos específicos das diversas culturas e para que o elemento religioso colabore na constituição do sujeito. Sob tal perspectiva, o Ensino Religioso é uma disciplina que contribui para o desenvolvimento humano, além de possibilitar o respeito e a compreensão de que a nossa sociedade é formada por diversas manifestações culturais e religiosas.

O trabalho pedagógico da disciplina de Ensino Religioso será organizado a partir de seus conteúdos estruturantes. Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude que envolvem conceitos, teorias e práticas de uma disciplina escolar, identificam e organizam seus campos de estudos e se vinculam ao seu objeto de estudo.

Para a disciplina de Ensino Religioso, três são os conteúdos estruturantes, a saber: Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado. Segundo Gil e Alves (2005, p. 51-83) esses conteúdos estruturantes se referem, respectivamente.

2.1- Conteúdos Básicos

Os conteúdos básicos para a disciplina de Ensino Religioso têm como referência os conteúdos estruturantes já apresentados. Ao analisar os conteúdos básicos para a 5.^a e 6.^a séries, pode-se identificar sua proximidade e mesmo sua recorrência em outras disciplinas. Tal constatação não deve constituir um problema; apenas explicita que, na escola, o conhecimento é organizado de modo a favorecer a sua abordagem por meio de diferentes disciplinas, conforme as prioridades de cada uma. No caso do Ensino Religioso, o Sagrado é o objeto de estudo e o tratamento a ser dado aos conteúdos estará sempre a ele relacionado.

A organização dos conteúdos deve partir do estudo de manifestações religiosas menos conhecidas ou desconhecidas, a fim de ampliar o universo cultural dos educandos. Por exemplo, no conteúdo básico da 5.^a série/6o ano, lugares Sagrados, devem ser apresentados e analisados com os alunos a composição e o significado atribuído a esses lugares pelos adeptos da manifestação religiosa que os consideram Sagrados. Depois serão tratados os lugares Sagrados já conhecidos pelos alunos, pela comunidade e manifestações religiosas a eles familiares. Assim, os alunos terão mais elementos para analisar as configurações e significados dos espaços Sagrados tanto desconhecidos quanto conhecidos e próximos.

As organizações religiosas compõem os sistemas religiosos de modo institucionalizado. Serão tratadas como conteúdos, sob a ênfase das principais características, estrutura e dinâmica social dos

sistemas religiosos que expressam as diferentes formas de compreensão e de relações com o Sagrado. Poderão ser destacados:

- os fundadores e/ou líderes religiosos;
- as estruturas hierárquicas.

Ao tratar dos líderes ou fundadores das religiões, o professor enfatizará as implicações da relação que eles estabelecem com o Sagrado, quanto a sua visão de mundo, atitudes, produções escritas, posições político-ideológica, etc. Entre os exemplos de organizações religiosas mundiais e regionais e seus respectivos líderes estão: o budismo (Sidarta Gautama), o cristianismo (Cristo),

CONTEÚDOS BÁSICOS - ENSINO RELIGIOSO

ENSINO FUNDAMENTAL - 6º e 7º Anos

Conteúdos Estruturantes	Conteúdos Básicos	Abordagem Teórico-Metodológico	Avaliação
Paisagem Religiosa Universo Simbólico Religioso Textos Sagrados	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações religiosas; • Lugares Sagrados; • Textos Sagrados orais ou escritos; • Símbolos Religiosos; • temporalidade Sagrada • Festas Religiosas; • Ritos; • Filmes Bíblicos; • Músicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a ótica dos três Conteúdos Estruturantes; • A linguagem utilizada deve ser a científica e não a religiosa a fim de superar as tradicionais aulas de religião; • É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação, entendendo que os conteúdos do Ensino Religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultura. 	<p>Espera-se que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica; • Desenvolva uma cultura de Respeito à diversidade religiosa e cultural; • Reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social; • Desenvolva a sociabilização; • Desenvolva a auto-estima.

3- Metodologia

Conforme orientações das Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso, é importante também o professor ter sempre em vista a correlação entre os conteúdos estruturantes, que são: os Símbolos, a Paisagem Religiosa e o Texto Sagrado. Isto é, apresentar os conteúdos deste tópico mostrando, como em qualquer outro, que este também faz parte do Conteúdo Símbolos e do Conteúdo Paisagem Religiosa; já que, neste caso os Textos Sagrados, em boa medida, explicam os Símbolos e se referem Inicialmente, para este tópico, pode-se propor como encaminhamento metodológico uma pesquisa

bibliográfica sobre os textos sagrados de diferentes tradições religiosas, procurando contemplar o maior número possível de textos sagrados, relacionando os nomes das tradições religiosas aos seus respectivos textos sagrados.

Posteriormente, poderão ser elaborados cartazes, murais, colagens ou outras formas para expor na sala de aula e na escola o resultado da pesquisa. A pesquisa poderá ser elaborada tomando como base os exemplos de textos sagrados mencionados na fundamentação deste conteúdo. Ainda, poder-se-ia relacionar, nesta mesma idéia, algumas frases ou idéias importantes dos textos sagrados que são significativas em sua tradição religiosa e disponibilizá-las para toda escola. O professor pode propor também a leitura das frases dos textos sagrados, pois a oralidade é a base de sua origem, enfatizando-se, com isso, o quanto é importante nas tradições religiosas a expressão oral da mensagem sagrada.

A seguir, apresentam-se frases ou idéias de tradições religiosas que orientam os seus seguidores quanto à forma de se viver, que, fundamentalmente, são frutos do mesmo sentimento, o humano, e, por isso, estas orientações são muito próximas umas das outras.

Observa-se que o conteúdo destas idéias é da esfera da alteridade, da importância do respeito ao próximo, que deve ser a base das inter-relações sociais. Por meio disto se pode dimensionar aos alunos a necessidade do respeito à diversidade de culto (cultural), à diversidade religiosa. em à Paisagem Religiosos Na prática pedagógica, ainda, pode-se organizar um cartaz, no qual os educandos poderão desenhar uma estante com vários livros, sendo que cada um deles constará o nome dos livros sagrados pesquisados pela turma.

Na conclusão do conteúdo, em sala de aula, o professor poderá pedir que os educandos escrevam no quadro negro frases ou palavras relacionadas ao estudo sobre os textos sagrados. Logo após, quando o quadro estiver repleto de frases e palavras, solicitar que produzam, em seus cadernos, textos a partir do que estiver exposto.

4- Avaliação

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir os critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo específico da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas. A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do respeito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social.

A apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões que podem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso:

- o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?

- o aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?
- o aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- o aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

A avaliação é um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Cabe, então, ao professor implementar práticas avaliativas e construir instrumentos de avaliação que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação com a intencionalidade do ensino explicitada nos planos de trabalho docente. O que se busca, em última instância, com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do Sagrado pelos alunos.

Diante da sistematização dos resultados da avaliação, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo pedagógico, bem como para retomar as lacunas identificadas na aprendizagem do aluno. Terá também elementos indicativos dos níveis de aprofundamento a serem adotados em conteúdos que desenvolverá *a posteriori* e da possível necessidade de reorganização do trabalho com o objeto e os conteúdos estruturantes.

Para a avaliação do conhecimento na disciplina de Ensino Religioso, deve-se levar em conta as especificidades de oferta e frequência dos alunos nesta disciplina que todo professor ao ministrá-la deve estar ciente, pois tal disciplina está em processo de implementação nas escolas e, por isso, a avaliação pode contribuir para sua legitimação como componente curricular.

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina. A avaliação permite diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim, ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo do Ensino Religioso, o Sagrado, sua complexidade, pluralidade, amplitude e profundidade.

5- Referências Bibliográficas

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1934.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1967.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL, **Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997.**

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. in: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2003.

CLASTRES, P. **A fala sagrada: mitos e cantos Sagrados dos índios guarani.** Tradução Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papirus, 1990.

COSTELLA, D. O fundamento epistemológico do ensino religioso. In: JUNQUEIRA, S.; WAGNER, R. (Orgs.) **O ensino religioso no Brasil.** Curitiba: Champagnat, 2004.

ELIADE, M. **O Sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Tratado de História das Religiões.** trad N. Nunes & F. Tomaz, Lisboa: Cosmos, 1977.

ESPINOSA, B. **Tratado Teológico-Político.** Brasília: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1988.
FERRATER MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Loyola, 2001.

FEUERBACH, L. **A essência do Cristianismo.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FRANCA, L. **O Método Pedagógico Jesuítico.** O “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, S. F. **Espaço de Representação e Territorialidade do Sagrado:** Notas para uma teoria do fato religioso. Ra'e Ga O Espaço Geográfico em Análise: Curitiba, v. 3 n. 3, p 91-120, 1999.

GIL FILHO, S. F. ; ALVES, Luis Alberto Sousa . **O Sagrado como foco do Fenômeno Religioso.** In: Sergio Rogério Azevedo Junqueira; Lílian Blanck de Oliveira. (Org.). ENSINO RELIGIOSO: MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS. 1 ed. Curitiba: Editora Champagnat, 2005, v. 01, p. 51-83.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant.** Tradução Christian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, I. **A religião nos limites da simples razão.** Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

_____. **Crítica da razão pura.** Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 3 ed. São Paulo Nova Cultural, 1987-88.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** - Introdução. In: Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação de Ensino Religioso para a Educação Básica.** Curitiba, 2008.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (orgs.) **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo: Cortez, 1991.



16.6 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

GEOGRAFIA - ENSINO FUNDAMENTAL

1. Apresentação da disciplina

A geografia enquanto ciência do espaço geográfico, entendida como o espaço produzido e apropriado pela sociedade composta por objetos (naturais, culturais e técnicos) e ações (relações sociais, culturais, políticas e econômicas), abre a possibilidade de pensar o homem, a sociedade e suas interações e inter-relações no mundo que os cerca.

O ensino de Geografia deve levantar questões polêmicas que desenvolvam o raciocínio crítico dos alunos. Estes devem ter clara que as paisagens mostram o que a sociedade construiu. À medida que o aluno entende o papel da Geografia uma série de temas se abre e o ensino de Geografia subsidia aos alunos a pensar e agir criticamente, buscando elementos que permitam compreender e interpretar o espaço geográfico mundial do micro (local) para o macro (global).

A Geografia tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos o que diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente.

O estudo de Geografia proporciona aos alunos a possibilidade de compreender sua própria posição no conjunto de interações entre a sociedade e a natureza.

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação.

A tecnologia e a ciência sobressaem no mundo atual, e mostram novas maneiras de relacionamentos humanos, ampliando as fronteiras do conhecimento, neste enfoque o papel da Geografia é construir ou reconstruir as paisagens dos sistemas naturais, obedecendo a parâmetros que favoreçam a diversidade de estilos de vida, ou seja, sua identidade cultural.

A Geografia assim como as demais ciências humanas e sociais tem na escola e na comunidade o compromisso de contribuir para formar o homem inteiro de forma a integrar os diferentes campos do conhecimento para que o aluno conheça o seu papel no interior da sociedade e no mundo em que vive.

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade (LEFEBVRE, 1974), composto pela inter-relação entre sistemas de objetos – naturais, culturais e técnicos – e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas (SANTOS, 1996).

A partir dessa perspectiva, os objetos geográficos são indissociáveis das ações humanas, mesmo sendo objetos naturais.

Entende-se que para a formação de um aluno consciente das relações socioespaciais de seu tempo, o ensino de geografia deve assumir o quadro conceitual das abordagens críticas dessa disciplina, que propõem a análise dos conflitos e contradições sociais, econômicas, culturais e políticas, constitutivas de um determinado espaço.

2. Conteúdos Estruturantes e Básicos

6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>Formação e transformação das paisagens naturais e culturais.</p> <p>Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>As relações entre campo e cidade na sociedade capitalista.</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>A mobilidade populacional e as manifestações sociospaciais da diversidade cultural.</p> <p>As diversas regionalizações do espaço geográfico.</p>

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.</p> <p>A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>As diversas regionalizações do espaço brasileiro.</p> <p>As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>Movimentos migratórios e suas motivações.</p> <p>O espaço rural e a modernização da agricultura.</p> <p>A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.</p>

8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>As diversas regionalizações do espaço geográfico.</p> <p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano.</p> <p>A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.</p> <p>O comércio em suas implicações socioespaciais.</p> <p>A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.</p> <p>A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.</p> <p>O espaço rural e a modernização da agricultura.</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>Os movimentos migratórios e suas motivações.</p> <p>As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.</p> <p>Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.</p>

9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
<p>Dimensão econômica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão política do espaço geográfico</p> <p>Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico</p> <p>Dimensão socioambiental do espaço geográfico</p>	<p>As diversas regionalizações do espaço geográfico.</p> <p>A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.</p> <p>A revolução técnico-científico-informacional os novos arranjos no espaço da produção.</p> <p>O comércio mundial e as implicações socioespaciais.</p> <p>A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.</p> <p>A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.</p> <p>As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.</p> <p>Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações.</p> <p>A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.</p> <p>A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.</p> <p>O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.</p>

3- Metodologia

A metodologia de ensino permitirá que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Para isso, os conteúdos da Geografia devem ser trabalhados de forma crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos, em coerência com os fundamentos teóricos propostos.

O processo de apropriação e construção dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá a partir da intervenção intencional própria do ato docente, mediante um planejamento que articule a abordagem dos conteúdos com a avaliação (CAVALCANTI, 1998). No ensino de Geografia, tal abordagem deve considerar o conhecimento científico no sentido de superar o senso comum.

Outro pressuposto metodológico para a construção do conhecimento em sala de aula é a contextualização do conteúdo. Na perspectiva teórica destas Diretrizes, contextualizar o conteúdo é mais do que relacioná-lo à realidade vivida do aluno, é, principalmente, situá-lo historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em manifestações espaciais concretas, nas diversas escalas geográficas.

A considerar esses pressupostos metodológicos, o professor organiza o processo de ensino de modo que os alunos ampliem suas capacidades de análise do espaço geográfico e formem os conceitos dessa disciplina de maneira cada vez mais rica e complexa.

Contemplar junto aos conteúdos ministrados em sala de aula a Lei nº. 11.645/08 História e cultura dos Povos Indígenas, Lei nº. 10.639/03 História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Lei nº. 9735/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Também as temáticas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de drogas; Educação Ambiental (lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência, Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo, serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento de valores e compreensão dos temas citados; despertando nos alunos o senso de solidariedade, coragem, dignidade, empatia, respeito à cultura e diferenças de cada um.

Algumas práticas pedagógicas para a disciplina de Geografia atrelada aos fundamentos teóricos destas Diretrizes tornam-se importantes instrumentos para compreensão do espaço geográfico, dos conceitos e das socioespaciais nas diversas escalas geográficas.

- A aula de campo é um importante encaminhamento metodológico para analisar a área em estudo (urbana ou rural), de modo que o aluno poderá diferenciar, por exemplo, paisagem de espaço geográfico.
- Os recursos áudio visuais: filmes, trechos de filmes, programas de reportagem e imagens em geral (fotografias, slides, charges, ilustrações) podem ser utilizados para a problematização dos conteúdos da geografia, desde que sejam explorados à luz de seus fundamentos teórico-conceituais.
- A cartografia será utilizada como instrumento para que os alunos sejam capazes de interpretações, problematizações e análises críticas dos mapas e seus conteúdos, indo além das utilizações dos mesmos como mero instrumento de localização dos eventos e acidentes geográficos.
- O ensino de Geografia também pode ser viabilizada por instrumentos menos convencionais no cotidiano escolar que podem enriquecer o processo de ensino e aprendizagem como, por exemplo, as obras de arte e a literatura.

Dependendo do conteúdo a ser trabalhado o professor criará uma situação problema, instigante e provocativa, constituída de questões que estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, de modo que se torne sujeito do seu processo de aprendizagem.

4- Avaliação

A avaliação é parte do processo pedagógico e, por isso, deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Ela permite a melhoria do processo pedagógico somente quando se constitui numa ação reflexiva sobre o fazer pedagógico. Não deve ser somente a avaliação do aprendizado do aluno, mas também uma reflexão das metodologias do professor, da seleção dos conteúdos, dos objetivos estabelecidos e podem ser um referencial para redimensionamento do trabalho pedagógico.

Para tanto será necessário, então diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação. Pode-se usar técnicas e instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- trabalho em grupo e/ou individual;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre outros.

A avaliação do desempenho do aluno e de seu rendimento escolar será de forma continuada e cumulativa, de acordo com o currículo e objetivos propostos pelo estabelecimento de Ensino, composto pela somatória da nota 5,0 (cinco virgula zero) referente a atividade diversificada especificada no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco virgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez virgula zero)..

A nota do bimestre será da somatória dos valores atribuídos em cada recurso avaliativo, sendo descritos nos instrumentos avaliativos.

A recuperação será ofertada a todos que não alcançaram nota 10,0. Sendo a recuperação de conteúdos dinâmica e desenvolvida de forma concomitante no decorrer do bimestre sempre que for necessária. Dar-se a trabalhos ou pesquisas, exercícios, testes escritos e (ou oral).

Nessa concepção de avaliação, o professor terá como identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos, possibilitando a intervenção pedagógica a todo tempo, procurando caminhos para que todos aprendam e participem das aulas.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5. Referências Bibliográficas

Andrade, M.C. de. **Geografia Ciência da Sociedade**. São Paulo. Atlas. 1997.

ASARI, Alice Y, ANTONELLO.IT TSUKAMOTO Ry (org). **Múltiplas geografias ensino-pesquisa-reflexão**. Londrina. Edições humanidades, 2004

CHESNAY, Françis. **A mundialização do capital**. Xamã - S.P.: 1996.

CHRSITOFOLETTI.A. (org) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo. Difel, 1982.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

CORREA, R.L. Região e organização espacial. São Paulo. Ática,1996

HAVEY, David. **A Condição Pós Moderna**. Edições Loyola, 2ª edição. SP 1993

LIVRO ADOTADO: **Projeto Araribá - Geografia** - Obra coletiva. São Paulo: 2006, Editora Moderna.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Geografia**. Curitiba, Memvavmem editora. 2008.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. O novo mapa do mundo, Fim de Século e Globalização**. Editora Hucitec-Anpur. São Paulo, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.



16.7 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

HISTÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação da disciplina

Segundo as Diretrizes Curriculares a concepção de História refuta toda e qualquer verdade pronta e definitiva, porque o trabalho pedagógico deve dialogar com outras vertentes e recusar o ensino marcado pelo dogmatismo e pela ortodoxia. Recusam-se também as produções historiográficas que afirmam não existir objetividade possível em História e considerando todas as afirmativas igualmente válidas. Destaca-se que os consensos mínimos construídos nos debates entre as vertentes teóricas que não expressam meras opiniões, mas implicam em fundamentos do conhecimento histórico.

Os critérios de validade do conhecimento histórico têm sido problematizados e organizados por alguns intelectuais, dentre os quais, destaca-se o alemão Jörn Rüsen, que propõem uma matriz curricular em história para que se compreenda a organização do pensamento histórico dos sujeitos. O Professor ao entender como se dá esta organização do pensamento poderá encaminhar suas aulas de maneira que o aprendizado seja significativo para os alunos.

Assim a História tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e as relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações do sujeito de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. A investigação histórica voltada para descoberta das relações humanas busca compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

Fenômenos, processos, acontecimentos, relações ou sujeitos podem ser analisados a partir do conhecimento histórico construído. Ao confrontar ou comparar documentos entre si e com o contexto social e histórico que o construíram, a construção do conhecimento propicia validar, refutar ou complementar a produção historiográfica existente. Como resultado pode ainda contribuir para rever teorias, metodologias e técnicas na abordagem do objeto de estudo historiográfico.

A finalidade da história é a busca da superação das carências humanas, fundamentada por meio de um conhecimento constituído por interpretações históricas. Estas interpretações são compostas por teorias que diagnosticam as necessidades dos sujeitos históricos e propõem ações no presente e projetos de futuro. Já a finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento. Esse conhecimento histórico é provisório configurado pela consciência histórica dos sujeitos.

Esta provisoriedade significa a existência de várias explicações e interpretações para um mesmo fato. Algumas são mais aceitas, outras menos e também podem se modificar temporalmente, a partir de diferentes contextos espaços-temporais das diversas sociedades, que produzem suas próprias concepções de História.

O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, a partir das experiências dos sujeitos e do contexto em que vivem. É o caso das correntes historiográficas que compõem as Diretrizes Curriculares, as quais dialogam entre si e trazem grandes contribuições para a formação de um pensamento histórico pautado em uma nova racionalidade histórica.

O objetivo geral da disciplina de História é desenvolver o senso crítico e social do aluno diante dos problemas que envolvem a sociedade atual e seu papel em todo o contexto social com clareza de seus direitos e deveres como cidadão, através dos conteúdos críticos dessa disciplina.

2- Conteúdos Estruturantes

- **Relações de Trabalho** (este conteúdo permite aprofundar a compreensão das relações no mundo contemporâneo, como estas se configuram e como o mundo do trabalho se constitui em diferentes períodos históricos, considerando os conflitos de classe e intra-classes).
- **Relações de Poder** (Este conteúdo estruturante permite ao aluno aprofundar a compreensão sobre como as relações de poder encontram-se em todos os espaços sociais e também permite identificar, localizar as arenas decisórias e os mecanismos que a constituíram).
- **Relações Culturais** (Este conteúdo estruturante permite ao aluno reconhecer a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, compreendendo a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. E, ainda, entender como se constituíram as experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo, detectando as permanências e mudanças nas diversas tradições e costumes sócias).

3- Conteúdos Básicos

6º ANO

- A experiência humana no tempo
- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo
- As culturas locais e a cultura comum
 - História e Cultura dos povos indígenas - Lei nº 11.645/08
 - História e Cultura Afro-brasileira e africana - Lei nº 10.639/2003
- Cultura Paranaense (Lei 13.381/01)

7º ANO

- As relações de propriedade
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade
- Política Nacional de Educação Ambiental --Lei 9.795/99
- Conflitos e resistências e produção cultural campo / cidade
- Conflitos no Paraná

8º ANO

- História das relações da humanidade com o trabalho
- O trabalho e a vida em sociedade
- O trabalho e as condições da modernidade
- Os trabalhadores e as conquistas de direito
 - Cidadania e Direitos Humanos - Lei 9.795/99
 - Educação Especial - Lei nº 10.436 de 24/04/2002
- A questão do trabalho no âmbito do Paraná

9º ANO

- A constituição das instituições sociais
- A formação do Estado
- Sujeitos, guerras e revoluções
 - Enfrentamento da Violência na Escola - Lei nº 9795/99
- O Estado Paranaense
 - Educação Fiscal - Lei 9795/99
- Cultura afro-brasileira e indígena

4- Encaminhamento Metodológico

Para o ensino da história com a finalidade de criar um ser social e cidadão, serão criadas situações de ensino para os alunos estabelecerem relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupo e as articulações sociais, segundo as seguintes ações metodológicas:

- Valorizar o saber assistemático, saber quais suas idéias, opiniões duvidas e/ou hipóteses sobre o tema em debate.

- Através de pesquisas proporem novos questionamentos, obter novas informações, promover trabalhos interdisciplinares.

- Desenvolver atividades com diferentes fontes de informação (livros, jornais, revistas, filmes, fotografias, objetos).

- Ensinar procedimentos de pesquisa, consulta de fontes bibliográficas de documentos.

- Propor aos alunos que organizem suas próprias soluções e estratégias de intervenções na realidade.

- Apresentação de trabalhos através de seminários.

- Solicitar resumos orais e escritos ou em forma de produção de textos, imagens, gráficos, murais, exposições, a fim de estimular a criatividade do aluno.

- Contar com a ajuda da Internet, biblioteca da escola e outras fontes disponíveis no ambiente da escola.

- Elaborar e desenvolver projetos: Folclore ou símbolos Brasil?

Estes procedimentos didáticos e estratégicos serão utilizados no decorrer das atividades escolares, alternadamente, de acordo com a necessidade dos temas propostos em cada aula.

Os temas relacionados ao Desenvolvimento **Sócioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental (Lei 9795/99, Política Nacional de Educação Ambiental); e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena (Lei 11.645/08 – História e cultura dos povos indígenas); Relações de Gênero e Diversidade Sexual; Educação no Campo serão trabalhados em conjunto com os conteúdos básicos que apresentam afinidades e também através de ações (palestras, vídeos, pesquisa) que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

5- Avaliação

A avaliação terá função diagnóstica e não classificatória e deve ser feita a partir de critérios decorrentes da forma pela qual o ser humano aprende a realidade e de como age sobre ela.

No processo de avaliação é importante considerar o conhecimento prévio, as hipóteses e os domínios dos alunos e relacioná-los com as mudanças que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem. A avaliação não deve mensurar simplesmente fatos ou conceitos assimilados.

Para que a avaliação tenha realmente um caráter diagnóstico, seguiremos os seguintes critérios:

- Verificar se os alunos reconhecem as relações entre a sociedade, cultura e a natureza, no presente e no passado.
- Constatar e reconhecer as diferenças e semelhanças entre relações de trabalho construídas no presente e no passado.
- Reconhecer a diversidade de documentos históricos.
- Fazer com que os alunos sintam-se cidadão, participativo do processo histórico e com possibilidade de reinventar a história.

O critério de avaliação adotado pelo estabelecimento é bimestral, composto pela nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar e mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente a prova escrita totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os instrumentos utilizados pelo professor são definidos de acordo com os critérios pré-estabelecidos no Plano de Trabalho Docente, podendo ser, entre outros:

- seminários;
- atividades escritas (provas, relatórios, dissertações, sínteses)
- atividades orais (provas, debates e palestras);
- pesquisas (de campo e bibliográficas);
- trabalho em grupo e/ou individual.

A LDB assegura ao aluno o direito a Recuperação de Estudos, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, que ocorrerá de duas maneiras:

1ª) com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;

2ª) com a reavaliação do conteúdo já reexplicado em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) após a apreensão de retomadas de conteúdos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

6- Referências Bibliográficas

ADAMI, Humberto. **Lei 10.639/03**. Acesso em <26.03.2007> Disponível em <http://www.adami.adv.br/lei>.

BARROS, Marcelo. **África, Brasil, história e futuro**. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 379, ago/2007, p.8.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

DCE. **Lei n ° 13.381/01**. Pg. 75.

FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. **47. Ed. [s.l.]: Global, 2003.**

FREITAS, Marcos C. **Da Micro-História a História das Idéias.** São Paulo: Cortez, 1999.

GINSBURG, Carlo. **A Micro-História e outros Ensaios.** Rio de Janeiro RJ: DIFEL, 1989.

_____ **O Queijo e os Vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAERTER, Leandro. Fatumbi: renascimento da cultura negra. In: **Jornal Mundo Jovem.** Porto Alegre – RS: PUCRS, ano45, n. 380, set/2007, p. 21.

HOBBSAWM, Eric J. Sobre a História. **São Paulo: Companhia das Letras, 1998.**

HOLANDA, Sérgio Buarque de Raízes do Brasil. **26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.**

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez 2005.

LEPORACE, Camila. **Lei da cultura africana e afro-brasileira: combate à discriminação ou aumento da segregação?** Acesso em < 26.11.2007 > disponível em: < http:// opiniaonoticia.com.br/interna. php.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro – História. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992.

MAIA, Verônica Lemos de Oliveira. **Ensino da História e Cultura Afro-brasileira.** Acesso em < 30.08.2007 >; Dispositivo em: < http:// www.overmundo.com/lei

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – História.** 2008.

PETER, Burke. **O que é História Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003.** Acesso em < 18.12.2007 >; Dispositivo em: <http:// www.planalto.gov.br/ccivil/leis.

RÜSEN, Jörn. **História Viva:** teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **A história entre a modernidade e a pós-modernidade.**

São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SANTOS, Dionária da Silva. Afirmação negra e humanização de toda sociedade. In: **Jornal Mundo Jovem**. Porto Alegre-RS: PUCRS, ano 45, n. 382, nov./2007, p.12-13.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004. (pensamento e ação no magistério)

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.



16.8 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação da disciplina

A Língua Portuguesa, enquanto disciplina escolar passou a integrar os currículos brasileiros somente nas últimas décadas do século XIX, depois de há muito organizado o sistema de ensino. Contudo, a preocupação com a formação do professor desta disciplina teve início apenas nos anos 30 do século XX.

Depois de institucionalizada como disciplina as primeiras práticas de ensino moldavam-se ao ensino do Latim, para os poucos que tinham acesso a uma escolarização mais prolongada. Tratava-se de um ensino eloquente, retórico, imitativo, elitista e ornamental.

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal torna obrigatório o ensino da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. Em 1837, o estudo da Língua Portuguesa foi incluído no currículo sob as formas das disciplinas Gramática, Retórica e Poética, abrangendo esta última, a Literatura. Somente no século XIX, o conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português e, em 1871, foi criado, no Brasil, por decreto imperial o cargo de professor de Português.

O ensino da Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX, quando iniciou-se no Brasil, a partir de 1967, “*um processo democratização do ensino com a ampliação de vagas, eliminação dos chamados de admissão, entre outros fatores[...]*.”

A Lei 5692/71 amplia e aprofunda esta vinculação dispondo que o ensino devia estar voltado a qualificação para o trabalho. Desse vínculo decorreu, para o ensino, a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na Língua Portuguesa, estava pautada nas teorias da comunicação, com um viés mais pragmático e utilitário do que com o aprimoramento das capacidades lingüísticas do falante, passou então a denominar-se Comunicação e Expressão, nas quatro primeiras séries e Comunicação em Língua Portuguesa, nas quatro últimas séries.

Durante a década de 1970 e até os primeiros anos da década de 1980, o ensino de Língua Portuguesa pautava-se então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento de habilidades de leitura.

No que tange ao ensino da Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário.

O ensino da língua visa propiciar ao educando o uso adequado da língua nos mais variados contextos de uso. O processo ensino-aprendizagem deve ter como premissa a ampliação e o aperfeiçoamento da competência comunicativa, levando o educando a comunicação tanto escrita quanto oral, adequando a comunicação ao seu contexto de uso.

O conteúdo básico é composto pelos gêneros discursivos; pelas práticas de leitura, oralidade, escrita e da análise linguística.

Os gêneros contemplam uma diversidade de esferas sociais, buscando atender a diferentes realidades. Contudo, caberá ao professor selecionar os gêneros a serem trabalhados, não se prendendo à quantidade, mas sim, preocupando-se com a qualidade do encaminhamento, com a compreensão do uso do gênero e de sua esfera de circulação.

O ensino de Língua Portuguesa e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

Os gêneros precisam ser retomados nas diferentes séries com níveis maiores de complexidade, tendo em vista que a diferença significativa entre as séries está no grau de aprofundamento e da abordagem metodológica. Vale ressaltar que os gêneros indicados não se esgotam, assim como a escolha dos gêneros não deve se ater exclusivamente a uma esfera.

Tendo em vista a concepção de linguagem como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina da língua, busca:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;

- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;

- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se também, da norma padrão.

2- Conteúdos Estruturantes

Conteúdo Estruturante: discurso como prática social.

Conteúdos Básicos

Gêneros Textuais a serem trabalhados 6º Ano	Práticas Discursivas: Escrita, leitura e Oralidade. Análise Linguística.
<ul style="list-style-type: none"> • Adivinhas • Anedotas 	<ul style="list-style-type: none"> • Tema do texto; • Papel do locutor e interlocutor;

<ul style="list-style-type: none"> • Bilhetes • Cantigas de roda • Cartão • Convites • Aviso • Biografias • Autobiografia • Contos de fadas • Tirinhas • Lendas • Cartazes • Músicas • Piadas • Quadrinhas • Receitas • Trava-Língua • Poemas • Cartum • Tiras • Classificados • Regras de jogo • Rótulos/embalagens • Fábulas • História em quadrinho • Narrativas de enigmas 	<ul style="list-style-type: none"> • Finalidade do texto; • Argumentos do texto; • Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos e outros; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; léxico • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações lingüísticas; • Contexto de produção; • Informatividade; • Divisão do texto em parágrafo; • Processo de formação de palavras; • Acentuação Gráfica / ortografia; • Concordância verbal / nominal; • Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.
---	---

Gêneros Textuais a serem trabalhados 7º Ano	Práticas Discursivas: Escrita, leitura e Oralidade. Análise Lingüística.
<ul style="list-style-type: none"> • Narrativa de aventura / fantásticas / míticas • Narrativas de humor • Crônicas de ficção • Fábulas • Músicas / letra de música • Paródias • Lendas • Diário • Exposição oral • Debate • Causas • Comunicado • Provérbios • Notícia • Reportagem • Horóscopo • Manchete • Classificados • Fotos • Placas • Pinturas • Propagandas / slogan • História em quadrinhos • bulas 	<ul style="list-style-type: none"> • Tema do texto; • Papel do locutor e interlocutor; • Finalidade do texto; • Argumentos do texto; • Intertextualidade; • Ambigüidade; • Informações explícitas e implícitas; • Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos e outros; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero • Léxico • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações lingüísticas • Contexto de produção; • Informatividade; • Divisão do texto em parágrafo; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica / ortografia; • Concordância verbal / nominal; • Marcas lingüísticas: coesão, coerência, repetição, gírias, recursos semânticos, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Semântica.

Gêneros Textuais a serem trabalhados 8º Ano	Práticas Discursivas: Escrita, leitura e Oralidade. Análise Lingüística.
<ul style="list-style-type: none"> • Contos populares • Contos • Memórias • Resumo • Debate • Palestras • Pesquisa • Relatório • Exposição oral • Mesa redonda • Abaixo assinado; • Entrevista (oral e escrita) • Seminário • Carta ao leitor • Carta do leitor • Depoimento • Artigo de opinião • Cartum • Charge • Classificados • Anúncios • Crônica jornalística • Diálogo / discussão argumentativa • Cartazes • Comercial para TV • Filmes • Resenha critica • Sinopses de filmes • Vídeo clip • Blog • Chat • Fotoblog 	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo temático; • Papel do locutor e interlocutor; • Finalidade do texto; • Argumentos do texto; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Ambigüidade; • Informações explícitas e implícitas; • Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos e outros; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Léxico; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações lingüísticas • Contexto de produção; • Informatividade; • Divisão do texto em parágrafo; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica / ortografia; • Concordância verbal / nominal; • Marcas lingüísticas: coesão, coerência, repetição, gírias, recursos semânticos, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Papel sintático e estilístico dos pronomes da organização; retomadas e sequenciação do texto; • Semântica. <ul style="list-style-type: none"> - operadores argumentativos - ambigüidade - Sentido figurado - Significado das palavras - Expressões que denotam ironia no texto -

Gêneros Textuais a serem trabalhados 9º Ano	Práticas Discursivas: Escrita, leitura e Oralidade. Análise Lingüística.
<ul style="list-style-type: none"> • Crônicas de ficção • Literatura de cordel • Memórias • Pinturas • Romance • Poesias • Músicas • Resumo • Paródias • Relatório • Cartazes • Resenha • Seminário • Texto de opinião • Diálogo / discussão argumentativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo temático; • Papel do locutor e interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Informatividade; • Argumentos do texto; • Conteúdo de produção; • Intertextualidade; • Discurso ideológico no texto; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos e outros; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero • Léxico; • Adequação do discurso ao gênero;

<ul style="list-style-type: none"> • Carta ao Leitor • Editorial • Entrevista • Notícia / reportagem • E-mail • Carta de recomendação • Carta de solicitação • Depoimentos • Ofício • Procuração • Leis • Requerimento • Telejornal • Telenovela • Teatro 	<ul style="list-style-type: none"> • Turnos de fala; • Variações lingüísticas (lexicais, semânticas, prosódias, entre outras); • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Partículas cognitivas do texto; • Progressão referencial do texto; • Divisão do texto em parágrafo; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica / ortografia; • Sintaxe de regência; • Marcas lingüísticas: coesão, coerência, repetição, gírias, recursos semânticos, função das classes gramaticais, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Semântica. <ul style="list-style-type: none"> - Operadores argumentativos - Modalizadores - Polissemia • Adequação da fala ao contexto (uso de gírias, repetições, etc) • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.
--	--

A análise lingüística será empregada de acordo com os textos estudados e ou produzidos pelos alunos considerando não somente a gramática normativa, mas também a descritiva e a internalizada no processo de Língua Portuguesa.

a) Leitura

O aluno será exposto aos mais variados tipos de textos: os narrativos, os informativos, os dissertativos, os poéticos, os publicitários, etc.

A concepção de leitura das DCEs baseia-se na tríade leitor/obra/autor. Isso significa que no momento de leitura o leitor é co-autor do texto, pois a ele atribuem significados de acordo com sua leitura de mundo. No ato de ler, o aluno precisa ser levado a significar o sentido do objeto de leitura em seus múltiplos sentidos. Através da circulação de diferentes textos, será observado os interesses dos alunos, para que a partir disso o educando seja levado a fruição estética, o gosto pela leitura. Quanto maior for envolvimento do aluno com a leitura, tanto maior será a possibilidade de enveredar por outras leituras que exijam um maior aprofundamento e que o torne um leitor crítico e reflexivo.

Será propiciado o contato com os mais diversos tipos de textos, levando o aluno a entabular um diálogo com o texto, percebendo suas intenções implícitas e explícitas, entendendo que nenhum discurso é neutro, traz em seu bojo as ideologias e a tensão existentes nas relações sociais. E que o homem se constitui sujeito em seus discursos.

A literatura será apresentada ao aluno de forma que ele perceba a especificidade do texto literário, seu contexto de produção, mas que um texto literário não está preso num determinado tempo

de produção, mas que se refaz, resignifica de acordo com o contexto do leitor, por isso ele se torna co-autor do texto.

Não se deve perder de vista o caráter dialógico da literatura e as demais áreas do conhecimento. Essa intertextualidade ajuda na compreensão e interpretação do texto lido, percebendo a atualidade do texto e sua intrínseca relação com o mundo ficcional e real.

b) Domínio da Escrita

A produção de texto se dará a partir da delimitação do tema, do interlocutor e da finalidade, ampliando a leitura sobre o tema e o gênero propostos.

O aluno terá oportunidade de analisar seu texto observando se está de acordo com o gênero quanto a escolha lexical, adequando-a de acordo a situação comunicativa.

Propiciar a reescrita textual fazendo a revisão dos fatos que melhor direcionem a produção textual.

Na redação do texto será atualizado o emprego dos recursos linguísticos. As questões linguísticas serão trabalhadas dentro do próprio texto. Levando em consideração que a língua escrita e a língua oral são realidades diferentes, deverá ser adequada a situação de uso. A partir do falar informal, cotidiano, o aluno será levado a se aproximar do domínio da norma padrão.

Além disso, será analisado o discurso e sua adequação as diversas situações do discurso como: em programas televisivos, em programas de rádio, em discursos públicos e no discurso privado.

A partir de alguns gêneros o professor irá trabalhar as Escolas Literárias tendo em vista que a literatura é uma arte que transforma / humaniza o homem e a sociedade. Cândido (1972) atribui à literatura três funções: a psicológica, a formadora e a social.

Tendo em vista a concepção de linguagem como discurso que se efetiva nas diferentes práticas sociais, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de língua, busca:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;
- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, além do contexto de produção;
- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguístico-discursivos;
- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;
- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para

adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também, da norma padrão.

É importante ressaltar que tais objetivos e as práticas deles decorrentes supõem um processo longitudinal de ensino e aprendizagem que se inicia na alfabetização, consolida-se no decurso da vida acadêmica e não se esgota no período escolar, mas se estende por toda a vida.

3- Metodologia da disciplina

O ensino da Língua Portuguesa segue os princípios de interação, baseando-se ns Diretrizes Curriculares apresentando maneiras possíveis de se trabalhar atendendo assim a uma perspectiva sociointeracionista, baseado nas teorias de Bakhtin.

O texto é o ponto de partida no ensino de Língua Portuguesa. É nele que os sujeitos se constituem enquanto produtores e co-produtores de seu sentido. É necessário aprimorar as possibilidades do domínio discursivo na oralidade, na leitura e na escrita. Esses eixos serão contemplados em suas diferentes práticas sociais, em experiências concretas de uso.

As variedades linguísticas serão contempladas para que os alunos tenham voz e vez na sala de aula e compreenda que ele faz parte do processo comunicativo. É necessário levar o aluno a compreensão de que a língua padrão é uma variante linguística nem superior nem melhor que outras existentes, no entanto o domínio da mesma é um instrumento importante de inserção social, visto que os documentos que circulam socialmente estão escrito na língua padrão. E dominá-la é uma forma de entender a trama social e a tensão que ai se estabelece. Dar voz e vez aos diferentes falares é uma forma de compreender as relações de poder que se estabelece nas diferentes meios sociais dos quais os educandos fazem parte.

Dessa forma, busca-se trabalhar a clareza de objetivos dos seus conteúdos estruturantes e encaminhamentos necessários para uma prática contextualizada e significativa para o aluno, considerando que a sala de aula é um laboratório onde muitas coisas podem acontecer.

A prática de ensino está baseada na oralidade, leitura e escrita e análise linguísticas sendo necessário trabalhar com temas a partir de leituras e estudos de diferentes tipologias textuais, aproveitando o conhecimento intuitivo de maneira a despertar o interesse, utilizando assim estratégias com o propósito de atingir uma meta determinada visando à interdisciplinaridade e à contextualização.

Partindo dos pressupostos teóricos apresentados na Estética da Recepção e na Teoria do Efeito, as professoras Maria da Glória Bordini e Vera Teixeira de Aguiar elaboraram o Método Recepcional, o qual é sugerido, nestas Diretrizes, como encaminhamento metodológico para o trabalho com a Literatura.

Essa proposta de trabalho, de acordo com Bordini e Aguiar (1993), tem como objetivos: efetuar leituras compreensivas e críticas; ser receptivo a novos textos e a leitura de outrem; questionar as leituras efetuadas em relação ao seu próprio horizonte cultural; transformar os próprios horizontes de expectativas, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social. Alcançar esses objetivos é essencial para o sucesso das atividades. Esse trabalho divide-se em cinco etapas e cabe ao professor delimitar o tempo de aplicação de cada uma delas, de acordo com o seu plano de trabalho docente e com a sua turma.

A primeira etapa é o momento de *determinação do horizonte de expectativa* do aluno/leitor.

Na segunda, ocorre o *atendimento ao horizonte de expectativas*, o professor apresenta textos que sejam próximos ao conhecimento de mundo e às experiências de leitura dos alunos.

Em seguida, acontece a *ruptura do horizonte de expectativas*. É o momento de mostrar ao leitor que nem sempre determinada leitura é o que ele espera, suas certezas podem ser abaladas.

Após essa ruptura, o sujeito é direcionado a um *questionamento do horizonte de expectativas*. O professor orienta o aluno/leitor a um questionamento e a uma autoavaliação a partir dos textos oferecidos.

A quinta e última etapa do método recepcional é a *ampliação do horizonte de expectativas*. As leituras oferecidas ao aluno e o trabalho efetuado a partir delas possibilitam uma reflexão e uma tomada de consciência das mudanças e das aquisições, levando-o a uma ampliação de seus conhecimentos.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; os temas relacionados ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas; Educação Ambiental (Lei já citada); Educação Especial - Lei 10.436 de 24/04/2002; e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual; Educação do Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados.

4- Avaliação / Recuperação

A avaliação é uma das etapas mais importantes do processo ensino-aprendizagem. Ela deve acompanhar a aprendizagem dos alunos e o trabalho pedagógico do professor, para que ambos percebam seu grau de envolvimento no processo e o acompanhamento de sua dinâmica.

O processo de avaliação será contextualizado dentro da realidade sócio-econômica e cultural que cerca, para que esta seja alicerçada na vida do cidadão e suas necessidades que englobam a

expressão oral, escrita, leitura e interpretação textual, como as produções orais e escritas, análise linguísticas abrangendo a oralidade, a leitura e a escrita dentro de situações reais e/ou criadas em sala de aula.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A avaliação bimestral está profundamente relacionada com o processo de ensino e, portanto, deve ser entendida como mais um momento em que o aluno aprende. É um elemento de reflexão contínua do professor sobre sua prática educativa e revela aos alunos suas dificuldades, progressos e possibilidades.

A avaliação deve fornecer dados sobre o desenvolvimento das capacidades do educando e o grau de desenvolvimento intelectual, aplicabilidade dos objetivos de conhecimentos ensinados que orientarão os ajustes e intervenções pedagógicas visando à aprendizagem da forma mais adequada para o aluno.

A relevância e a adequação dos conteúdos está atrelada, ainda, às características psicossociais dos alunos, capacidade para estabelecer relações entre os conteúdos, às necessidades de seu dia-a-dia e com o contexto cultural.

Além disso, é importante nesse processo o *feedback* das avaliações aos alunos com os devidos comentários, para que eles possam entender o processo de aprendizagem e, assim, buscar a superação das suas dificuldades.

As informações obtidas através da avaliação devem revelar os resultados da aprendizagem para que essa possa fluir em bases consistentes, apoiando-se em conhecimentos teóricos que necessitam ser solidificados.

O papel da avaliação é diagnosticar o avanço do conhecimento, caracterizando-se como um processo contínuo de comprometimento com o saber científico cultural e social.

O processo de avaliação será contextualizado dentro da realidade sócio-econômica e cultural que cerca, para que esta seja alicerçada na vida do cidadão e suas necessidades que englobam a expressão oral, escrita, leitura e interpretação textual, como as produções orais e escritas, análise linguísticas abrangendo a oralidade, a leitura e a escrita dentro de situações reais e/ou criadas em sala de aula.

Serão avaliadas as práticas da oralidade, onde se considerará a participação nos diálogos, relatos e discussões e a clareza que o aluno mostrar ao expor suas ideias através da fluência.

Na prática da leitura, o professor avaliará as estratégias que os alunos empregaram no decorrer da mesma, a compreensão do texto lido e o seu posicionamento diante do tema.

Em relação à escrita, será importante ressaltar a qualidade e a adequação de um texto, os elementos linguísticos utilizados nas produções dos alunos e precisam ser avaliados em uma prática reflexiva e contextualizada.

Considerando que se alguns alunos apresentarem dificuldade de aprendizagem acentuada poderão ser utilizados diferentes métodos avaliativos que respeitem seu ritmo e suas limitações.

A Lei n. 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destaca a chamada avaliação formativa (capítulo II, artigo 24, inciso V, item a: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”), vista como mais adequada ao dia-a-dia da sala de aula e como grande avanço em relação à avaliação tradicional, que se restringe tão somente ao somativo ou classificatório.

Realizada geralmente ao final de um programa ou de um determinado período, a avaliação somativa é usada para definir uma nota ou estabelecer um conceito. Não se quer dizer com isso que ela deva ser excluída do sistema escolar, mas que as duas formas de avaliação – a formativa e a somativa - servem para diferentes finalidades. Por isso, em lugar de apenas avaliar por meio de provas, o professor deve usar a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com cada conteúdo e/ou objetivo.

A avaliação formativa considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Informa ao professor e ao aluno acerca do ponto em que se encontram e contribui com a busca de estratégias para que os alunos aprendam e participem mais das aulas.

Sob essa perspectiva, estas Diretrizes recomendam:

- **Oralidade:** será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de ideias, numa entrevista, num relato de história, as exigências de adequação da fala são diferentes e isso deve ser considerado numa análise da produção oral. Assim, o professor verificará a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas ideias, a fluência da sua fala, a argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista. O aluno também deve se posicionar como avaliador de textos orais com os quais convive, como: noticiários, discursos políticos, programas televisivos, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

- **Leitura:** serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamentos ideológicos no texto, a identificação

dos efeitos de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros. É importante avaliar se, ao ler, o aluno ativa os conhecimentos prévios; se compreende o significado das palavras desconhecidas a partir do contexto; se faz inferências corretas; se reconhece o gênero e o suporte textual. Tendo em vista o multiletramento, também é preciso avaliar a capacidade de se colocar diante do texto, seja ele oral, escrito, gráficos, infográficos, imagens, etc. Não é demais lembrar que é importante considerar as diferenças de leituras de mundo e o repertório de experiências dos alunos, avaliando assim a ampliação do horizonte de expectativas. O professor pode propor questões abertas, discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar a reflexão que o aluno faz a partir do texto.

• **Escrita:** é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivo-textuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos. Tal como na oralidade, o aluno deve se posicionar como avaliador tanto dos textos que o rodeiam quanto de seu próprio. No momento da refação textual, é pertinente observar, por exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, devido às repetições, se é necessário substituir parágrafos, ideias ou conectivos.

• **Análise Linguística:** é no texto - oral e escrito - que a língua se manifesta em todos os seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Por isso, nessa prática pedagógica, os elementos linguísticos usados nos diferentes gêneros precisam ser avaliados sob uma prática reflexiva e contextualizada que lhes possibilitem compreender esses elementos no interior do texto. Dessa forma, o professor poderá avaliar, por exemplo, o uso da linguagem formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentidos causados pelo uso de recursos linguísticos e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e modalizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto (causa, tempo, comparação, etc.). Uma vez entendidos estes mecanismos, os alunos podem incluí-los em outras operações linguísticas, de reestruturação do texto, inclusive.

Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados continuamente em termos desse uso, pois efetuam operações com a linguagem e refletem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua, o que lhes permite o aperfeiçoamento linguístico constante, o letramento.

O trabalho com a língua oral e escrita supõe uma formação inicial e continuada que possibilite ao professor estabelecer as devidas articulações entre teoria e prática, na condição de sujeito que usa o estudo e a reflexão como alicerces para sua ação pedagógica e que, simultaneamente, parte dessa ação para o sempre necessário aprofundamento teórico.

Para que as propostas das Diretrizes de Língua Portuguesa se efetivem na sala de aula, é imprescindível a participação pró-ativa do professor. Engajado com as questões de seu tempo, tal professor respeitará as diferenças e promoverá uma ação pedagógica de qualidade a todos os alunos, tanto para derrubar mitos que sustentam o pensamento único, padrões pré-estabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos, como para construir relações sociais mais generosas e incluídas.

De acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, em se tratando do aluno com deficiência auditiva, deve-se respeitar sua primeira língua (LIBRAS) que apresenta uma forma de funcionamento cognitivo diferenciado ou podendo também ser avaliado em LIBRAS, com auxílio de intérprete.

Ao que se refere ao aluno com deficiência visual, a avaliação deverá ser diferenciada quanto ao tempo necessário na realização das atividades, quantidade de exercícios, bem como, oferecer a mesma forma ampliada em Braille ou oralmente.

Sendo assim, buscaremos em todas as oportunidades, instrumentos de avaliação que produzam a interação entre professor e aluno em relações de crescimento e aquisição de conhecimentos que levem nossos educandos a transformar o meio em que vivem. Dessa forma a avaliação será cumulativa, periódica, diagnóstica e concomitante.

RECUPERAÇÃO

A recuperação paralela de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos.

Dessa forma a avaliação será cumulativa, periódica e diagnóstica.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior

a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMARAL, Emilia, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antonio. **Novas Palavras - Ensino Médio**.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.

BAKHTIN, Michail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. De Michel Lahud e Yara Frateschi. 9 ed. São Paulo: Hucitec. 1999.

BARBOSA, Jaqueline Peixoto. **Trabalhando com os gêneros do discurso: uma perspectiva enunciativa para o ensino da Língua Portuguesa**. Tese (doutorado em Lingüística) aplicada ao Ensino de Línguas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BUESCU, Maria Leonor Carvalho. **História da literatura**. 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994.

_____. **História da Literatura**, 2ª ed. Lisboa Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1994. Cultrix, 1980

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

FARACO, Carlos Alberto e TEZA, Cristóvão. **Oficina de Texto**. Petrópolis RJ, Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

KAYSER, WOLFGANG. **Análise e interpretação da obra literária**. 6ª ed. Coimbra: Armênio Amado, 1982.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

OSAKABE, Haqira. FREDERICO, Enid Yatsuda. PCNEM - Literatura. Análise Crítica.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação de Língua Portuguesa para a Educação Básica**. Curitiba, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Cadernos Temáticos: inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares / Paraná**. Curitiba, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal** / Departamento de Educação Profissional.- Curitiba: SEED – Pr., 2006.- 100 p.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Linguagem Códigos e suas tecnologias**. In: MEC/SEB/ Departamento de Políticas de Ensino Médio, Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília: 2004.

TERRA, Ernani & Nicola, José de. **Práticas de linguagem - leitura e produção de textos-ensaios**. São Paulo: Scipione, 2001.

ZILBERMMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11^a ed. São Paulo: Global, 2003.



16.9 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação geral da disciplina

Nestas Diretrizes Curriculares é necessário compreender a Matemática desde suas origens até sua constituição como campo científico e como disciplina no currículo escolar brasileiro. Os mais antigos registros matemáticos de que se tem conhecimento datam de 2400 a.C. progressivamente, o homem foi refletindo acerca do que se sabia e do que se queria saber. Algumas tribos apenas conheciam o “um”, “dois” e “muitos”. Os seus problemas do cotidiano, como a contagem e a medida de comprimentos e de áreas, sugeriram a invenção de conceitos cada vez mais perfeitos. Os “Elementos” do grego Euclides (séc. IV a.C.) foram dos primeiros livros de matemática que apresentaram de forma sistemática a construção dos teoremas da geometria e foram utilizados no ensino em todo o mundo até ao século XVII. Mesmo a antiquíssima Astrologia proporcionou o desenvolvimento da matemática, ao exigir a construção de definições e o rigor no cálculo das posições dos astros.

Até o século XVI apenas as pessoas com dinheiro ou os sacerdotes poderiam despende tempo no estudo da matemática. De quatrocentos anos para cá, a monarquia e o clero deixaram de serem os únicos que financiaram a matemática, passando este papel a ser desempenhado pelas universidades e pelas empresas. Ao contrário do que muitos pensam a matemática não consiste apenas em demonstrar teoremas ou em fazer contas, ela é um autêntico tesouro para a civilização devido aos diversos conhecimentos envolvidos. A matemática é a ciência dos números e dos cálculos. Desde a antiguidade, o homem utiliza a matemática para facilitar a vida e organizar a sociedade. A matemática foi usada pelos egípcios nas construções nas construções de pirâmides, diques, canais de irrigação e estudos de astronomia. Os gregos antigos também desenvolveram vários conceitos matemáticos. Atualmente, esta ciência está presente em várias áreas da sociedade, como, por exemplo, arquitetura, informática, medicina, física, química, etc. podemos dizer que em tudo que olhamos existe a matemática.

Por outro lado, esse texto de Diretriz Curricular resgata, para o processo de ensino e aprendizagem, a importância do conteúdo matemático e da disciplina Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento de forma que “compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique idéias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança” (LORENZATO e VILA, 1993, p.41). para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático e, por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórica e metodológica.

A partir de 2003, a SEED iniciou um processo de discussão coletiva com professores que atuam em salas de aula, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com educadores dos Núcleos Regionais e das equipes pedagógicas da Secretaria de Estado da Educação. o resultado desse longo trabalho conjunto passa a constituir as Diretrizes Curriculares, as quais resgatam importantes considerações teórico-metodológicas para o ensino da Matemática.

O objeto de estudo desse conhecimento ainda está em construção, porém, está centrado na prática pedagógica e engloba as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático (FIORENTINI & LORENZATO, 2001) e envolve o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria Matemática “concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc”. (MIGUEL & MIORIM, 2004, p.70).

Nesse encaminhamento, é importante que o professor reflita sobre a sua concepção de Matemática enquanto campo de conhecimento levando em consideração dois aspectos:

- pode-se conceber a Matemática como ela vem exposta na maioria dos livros didáticos, como algo pronto e acabado, em que os capítulos se encadeiam de forma linear, seqüencial e sem contradições;
- pode-se acompanhar a Matemática em seu desenvolvimento progressivo de elaboração, de modo a descobrir-se suas hesitações, dúvidas, contradições, as quais um longo trabalho de reflexão e apuramento consegue eliminar, para que logo surjam outras hesitações, outras dúvidas, outras contradições no fazer matemático. Isto é, sempre haverá novos problemas por resolver (CARAÇA, 2002, p. XXIII).

Nessa ação reflexiva, abre-se espaço para um discurso matemático voltado para aspectos cognitivos como para a relevância social do ensino da Matemática. Isso implica olhar tanto do ponto de vista do ensinar e do aprender Matemática, quanto do seu fazer, do seu pensar e da sua construção histórica, buscando compreendê-los (MEDEIROS, 1987).

Nas Diretrizes assume-se a Educação matemática como campo de estudos que possibilita ao professor balizar sua ação docente, fundamentado numa ação crítica que conceba a Matemática como atividade humana em construção.

O objetivo dessa área do conhecimento é contribuir para que o estudante tenha condições de constatar regularidades, generalizações e apropriação de linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos matemáticos e de outras áreas do conhecimento. Formando, assim, sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico, de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos

ENSINO FUNDAMENTAL

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
6º ANO	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de numeração; • Números Naturais; • Múltiplos e divisores; • Potenciação e radiciação; • Números fracionários; • Números decimais.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de comprimento; • Medidas de massa; • Medidas de área; • Medidas de volume; • Medidas de tempo; • Medidas de ângulos; • Sistema monetário
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria Plana; • Geometria Espacial.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dados, tabelas e gráficos; • Porcentagem.

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
7º ANO	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> • Números Inteiros; • Números Racionais; • Equação e Inequação do 1º grau; • Razão e proporção; • Regra de três simples.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de temperatura; • Medidas de ângulos
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometrias não-euclidianas.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Estatística; • Média Aritmética; • Moda e mediana; • Juros simples.

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
8º ANO	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> • Números Racionais e Irracionais; • Sistemas de Equações do 1º grau; • Potências; • Monômios e Polinômios; • Produtos Notáveis.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de comprimento; • Medidas de área; - Medidas de volume; - Medidas de ângulos.
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometria Analítica; • Geometrias não-euclidianas.
	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Gráfico e Informação; • População e amostra.

SÉRIE/ANO	CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
9º ANO	NÚMEROS E ÁLGEBRA	<ul style="list-style-type: none"> • Números Reais; • Propriedades dos radicais; • Equação do 2º grau; • Teorema de Pitágoras; • Equações Irracionais; • Equações Biquadradas; • Regra de Três Composta.
	GRANDEZAS E MEDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Métricas no Triângulo Retângulo; • Trigonometria no Triângulo Retângulo.
	FUNÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Noção intuitiva de Função Afim. • Noção intuitiva de Função Quadrática
	GEOMETRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria Plana; • Geometria Espacial; • Geometria Analítica; • Geometrias não-euclidianas.

	TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Noções de Análise Combinatória; • Noções de Probabilidade; • Estatística; • Juros Compostos.
--	--------------------------	---

3- Metodologia da disciplina

Os procedimentos metodológicos recomendados devem propiciar a apropriação de conhecimentos matemáticos que expressam articulações entre os conteúdos específicos do mesmo conteúdo estruturante e entre conteúdos específicos de conteúdos estruturantes diferentes, de forma que suas significações sejam reforçadas, refinadas e intercomunicadas. Os recursos tecnológicos, como o software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da Internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas e potencializado formas de resolução de problemas.

Os conteúdos específicos articulam-se entre si e os conteúdos estruturantes transitam em outros conteúdos estruturantes, de modo que nenhum deles deve ser abordado isoladamente.

Os conteúdos que propostos na PPC devem ser abordados por meio de tendências metodológicas da Educação matemática que fundamentam a prática docente, das quais destacamos:

- Resolução de problemas;
- Modelagem matemática;
- Uso de mídias tecnológicas;
- Etnomatemática;
- História da matemática;
- Investigações matemáticas.

Nenhuma das tendências metodológicas apresentadas nestas Diretrizes esgota todas as possibilidades para realizar com eficácia o complexo processo de ensinar e aprender Matemática, por isso, sempre que possível, o ideal é promover a articulação entre elas, portanto, pela Educação matemática, almeja-se um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

É necessário que o processo pedagógico em Matemática contribua para que o estudante tenha condições de constatar regularidades, generalizações e apropriação de linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos matemáticos e de outras áreas do conhecimento.

A Lei n.º 10.639/2003, que trata das Relações Étnico-Raciais e a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola; a Lei Nº 11645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; a Lei Nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental; as temáticas relacionadas ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola) Enfrentamento à Violência; Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e Educação Ambiental (Lei já citada) e a **Diversidade**: Relações Étnico-Raciais e a Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação do Campo serão trabalhados através de resolução de situações problemas, leitura e interpretação de gráficos, que propiciam a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e cultura dos povos africanos e indígenas e compreensão dos temas citados.

Serão utilizados, como recursos pedagógicos, no desenvolvimento dos conteúdos:

- aulas expositivas;
- diálogo e troca de idéias entre professor e alunos, e entre alunos e alunos;
- livro didático e paradidático;
- quadro e giz;
- jogos;
- calculadora;
- Laboratório de Informática;
- TV pendrive;
- Material concreto: sólidos geométricos, material dourado, régua de frações)
- Instrumentos e materiais (régua, transferidor, tesoura, cola, barbante, canudinhos, palitos, etc.

4- Avaliação

A avaliação é concebida como um processo contínuo, diagnóstico e processual, logo deve ser constante e planejada, possibilitando ao professor, por meio de uma interação diária com os alunos, contribuições para verificar em que medida os alunos se apropriaram dos conteúdos específicos, permitindo se necessário a sua recuperação.

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino-aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica, sempre com uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Nas Diretrizes Curriculares para Educação Básica, propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos

e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

Para que isso aconteça, é preciso que o professor estabeleça critérios de avaliação claros e que os resultados sirvam para intervenções no processo ensino-aprendizagem, quando necessárias. Assim, a finalidade da avaliação é proporcionar aos alunos novas oportunidades para aprender e possibilitar ao professor refletir sobre seu próprio trabalho, bem como fornecer dados sobre as dificuldades de cada aluno (ABRANTES, 1994, p.15).

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestação escrita, oral e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador e calculadora.

Alguns critérios devem orientar as atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno deve ser estimulado a:

- partir de situações-problema internas ou externas à matemática;
- pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- perseverar na busca de soluções, mesmo diante das dificuldades;
- sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- argumentar a favor ou contra os resultados (PAVANELLO, NOGUEIRA, 2006, p.29).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de matemática e na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades.

O critério de avaliação adotado pelo Estabelecimento é bimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas especificadas no Regimento Escolar, mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) proveniente à prova escrita, totalizando nota final 10,0 (dez vírgula zero).

Os instrumentos utilizados pelo professor serão definidos de acordo com os critérios pré estabelecidos no plano de trabalho docente, podendo ser, entre outros:

- a. Atividades escritas (tarefas de casa, aproveitamento em sala, provas objetivas e subjetivas);
- b. Trabalhos, individuais, em duplas ou em grupos;
- c. Realização de atividades em classe e em casa;
- d. Prova escrita individual;
- e. Simulados.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- a) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- b) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula.

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

ANDRINI, Álvaro. **Novo Praticando a Matemática**. São Paulo: Editora do Brasil, 2002

DANTE, Luiz Roberto. **Tudo é Matemática** – 1ª Edição – São Paulo: Ed. Ática, 2004.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

GIOVANNI, José Rui, Benedito Castruci, José Rui Giovanni Junior. **A conquista da matemática**: Ed. Renovada: São Paulo: FTD, 2009.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MACHADO, Antonio. **Matemática e realidade**. São Paulo: Atual Editora, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação para a Educação Básica - Matemática**. Curitiba, 2008.



16.10 - PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

L. E. M. INGLÊS - ENSINO FUNDAMENTAL

1- Apresentação geral da disciplina

O ensino das línguas estrangeiras modernas começa a ser valorizado depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Em 1837, o Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário no Brasil, apresentava em seu currículo sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão. Em 1916, com a publicação de Cours de Linguistic Générale por Ferdinand Saussure, inauguram-se os estudos da linguagem em caráter científico, sendo a língua objeto de estudo para a Linguística.

Em 1942, a Reforma Capanema atribui ao ensino secundário um caráter patriótico e as línguas privilegiadas são o francês, o inglês e o espanhol, que é introduzido no lugar do alemão.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dependência econômica e cultural do Brasil, em relação aos Estados Unidos, intensificou-se e, com isso, a necessidade de aprender inglês tornou-se cada vez maior.

Como tentativa de rompimento com a hegemonia de um único idioma ensinado nas escolas, criou-se, em 1982, o Centro de Línguas Estrangeiras, no Colégio Estadual do Paraná que, posteriormente, expandiu-se em todo o Estado.

Em 1996, a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, nº 9394, determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma Língua Estrangeira Moderna, escolhida pela comunidade escolar, no Ensino Fundamental. Com relação ao Ensino Médio, a Lei determina que seja incluída uma Língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, e uma segunda, em caráter optativo, dependendo das disponibilidades da instituição.

Uma das argumentações utilizadas para justificar a pluralidade da oferta de Línguas Estrangeiras é que sua aprendizagem propicia um espaço de reflexão sobre a língua como “discurso e prática social”, de forma a refletir os sentidos oferecidos pelas múltiplas culturas inseridas em cada sociedade.

Por outro lado, se considerarmos que a expansão de uma Língua Estrangeira é também a expansão de um conjunto de discursos ideológicos, é fundamental observar se o ensino dessa segunda língua corrobora para a perpetuação de ideias, de dominação ou emancipação. O ensino de língua estrangeira deve garantir que os alunos não se tornem consumidores passíveis de cultura e de conhecimento, e sim, criadores ativos.

Assim sendo, a aprendizagem de uma língua estrangeira adquire um caráter político como forma de ação para transformar o mundo. Nessa perspectiva, a responsabilidade do ensino da língua

estrangeira amplia-se e exige uma reflexão ampla do educador sobre o modo como se ensina e para que se está ensinando. Somente assim haverá uma apropriação crítica e histórica do conhecimento para uma maior compreensão da realidade sócio-cultural do aluno, tornando-o um agente transformador e democrático do seu ambiente de convívio.

Toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação. Como princípio social e dinâmico, a língua não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico. Ela é heterogênea, ideológica e opaca.

Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e do outro. Para este filósofo, não há discurso individual, no sentido de que todo discurso se constrói no processo de interação e em função de outro. É no espaço discursivo criado na relação entre o eu e o outro que os sujeitos se constituem socialmente. É no engajamento discursivo com o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Daí a Língua Estrangeira apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, com outros procedimentos interpretativos de construção da realidade.

Em outras palavras, a língua concebida como discurso, não como estrutura ou código a ser decifrado, constrói significados e não apenas os transmite. O sentido da linguagem está no contexto de interação verbal e não no sistema linguístico.

Todo discurso está vinculado à história e ao mundo social. Dessa forma, os sujeitos estão expostos e atuam no mundo por meio do discurso e são afetados por ele.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Torna-se fundamental que os professores compreendam o que se pretende com o ensino da Língua.

Estrangeira na Educação Básica, ou seja: ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido.

As aulas de Língua Estrangeira se configuram como espaços de interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões sociais-políticas-econômicas da nova ordem mundial, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

Embora a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna também sirva como meio para progressão no trabalho e estudos posteriores, este componente curricular, obrigatório a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, deve também contribuir para formar alunos críticos e transformadores através do estudo de textos que permitam explorar as práticas da leitura, da escrita e da oralidade, além de incentivar a pesquisa e a reflexão.

Nestas Diretrizes, o ensino de Língua Estrangeira Moderna, na Educação Básica, propõe superar os fins utilitaristas, pragmáticos ou instrumentais que historicamente têm marcado o ensino desta disciplina. Desta forma, espera-se que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Um dos objetivos da disciplina de Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo.

O aprendizado de uma língua estrangeira pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. Ao ser exposto às diversas manifestações de uma língua estrangeira e às suas implicações político-ideológicas, o aluno constrói recursos para compará-la à língua materna, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva. Ressalta-se, como requisito, a atenção para o modo como as possibilidades linguísticas definem os significados construídos nas interações sociais. Ainda, deve-se considerar que o aluno traz para a escola determinadas leituras de mundo que constituem sua cultura e, como tal, devem ser respeitadas. Ao estudar uma língua estrangeira, o aluno/sujeito aprende também como atribuir significados para entender melhor a realidade.

A concepção de língua se dá como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes. A unidade privilegiada é o texto, dando-se preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentidos. A partir do confronto com a cultura do outro, torna-se capaz de delinear um contorno para a própria identidade. Assim, atuará sobre os sentidos possíveis e reconstruirá sua identidade como agente social.

O ensino de Língua Estrangeira deve contemplar os discursos sociais que a compõem, ou seja, aqueles manifestados em forma de textos diversos efetivados nas práticas discursivas (BAKHTIN, 1988).

Tal proposta de ensino se concretiza no trabalho com textos, não para extrair deles significados que supostamente estariam latentes em sua estrutura, mas para comunicar-se com eles,

para lhes conferir sentidos e travar batalhas pela significação. É perceber a língua como “arena de conflitos” (BAKHTIN, 1992). Isto envolve a análise e a crítica das relações entre texto, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais. Refere-se às formas de olhar o texto escrito, o visual, o oral e o hipertexto para questionar e desafiar as atitudes, os valores e as crenças a ele subjacentes.

O trabalho com a Língua Estrangeira Moderna fundamenta-se na diversidade de gêneros textuais e busca alargar a compreensão dos diversos usos da linguagem, bem como a ativação de procedimentos interpretativos alternativos no processo de construção de significados possíveis pelo leitor.

2- Conteúdos Estruturantes / Básicos

2.1 Conteúdos Estruturantes

A língua, entendida como interação verbal e produtora de sentidos, marcada por relações pragmáticas e contextuais de poder, terá como conteúdo estruturante: o “discurso” como “prática social”, realizada por meio das práticas discursivas que envolvem, a oralidade, a leitura de mundo, a escrita nas múltiplas formas.

O Conteúdo Estruturante está relacionado com o momento histórico-social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, buscou-se um conteúdo que atendesse a essa perspectiva. Sendo assim, define-se como Conteúdo Estruturante da Língua Estrangeira Moderna o Discurso como prática social. A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso.

A palavra discurso inicialmente significa curso, percurso, correr por, movimento. Isso indica que a postura frente aos conceitos fixos, imutáveis, deve ser diferenciada. O discurso é produzido por um “eu”, um sujeito que é responsável por aquilo que fala e/ou escreve. A localização geográfica, temporal, social, etária também são elementos essenciais na constituição dos discursos.

2.2- Conteúdos básicos

Entende-se por conteúdos básicos os conhecimentos fundamentais para cada série da etapa final do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica. O acesso a esses conhecimentos é direito do aluno na fase de escolarização em que se encontra e o trabalho pedagógico com tais conteúdos é responsabilidade do professor.

Os conteúdos básicos apresentados abaixo devem ser tomados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica curricular das escolas. Por serem conhecimentos

fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém, o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos na proposta pedagógica, de modo a enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado.

Os conteúdos serão abordados a partir de um gênero, conforme as esferas sociais de circulação: cotidiana, científica, escolar, imprensa, política, literária, artística, publicitária, mediática.

São eles:

- | | | |
|---------------------------|--------------|-------------------------------|
| - cartão resposta | - cartão | - música |
| - provérbio | - receitas | - autobiografias - biografias |
| - contos de fadas | - fábulas | - poemas |
| - debates | - pesquisas | - cartazes |
| - discussão argumentativa | - charge | - entrevista |
| - sinopses de filmes | - tiras | - anúncios |
| - e-mail | - leis | - manual técnico |
| - blog | - chat | - desenho animado |
| - filmes | - vídeo clip | - declaração de direitos |

GÊNEROS DISCURSIVOS E SEUS ELEMENTOS COMPOSICIONAIS.

Caberá ao professor a seleção de gêneros, nas diferentes esferas sociais de circulação, de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular e com o Plano de Trabalho Docente, adequando o nível de complexidade a cada série.

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística.
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;
- Acentuação gráfica.

ORALIDADE

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc ...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição.
- Pronúncia.

3- Metodologia

O que sustenta este documento é uma abordagem que valoriza a escola como um espaço social, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e da atuação crítica e democrática para a transformação da realidade. A escolarização tem o compromisso de prover aos alunos meios necessários para que não apenas assimilem o saber enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação.

Assim, a proposta metodológica a ser trabalhada, possibilita a análise e reflexão sobre os fenômenos Lingüísticos e culturais como realizações discursivas, as quais se revelam na/pela história dos sujeitos que fazem parte deste processo.

As reflexões discursivas e ideológicas dependem de uma interação primeira com o texto. Isto não representa privilegiar a prática da leitura em detrimento às demais no trabalho em sala de aula, visto que na interação com o texto, há uma simultânea utilização de todas as práticas discursivas: leitura, escrita, oralidade e compreensão auditiva. É nesta abordagem que leitura, escrita e oralidade se interagem. Texto e leitura são indissociáveis. Referem-se às estratégias de compreensão, discussão, organização e produção de textos, bem como ao contexto social, aos papéis que leitores e escritores exercem em seus grupos sociais e seus propósitos.

A proposta do L.E.M no Ensino Fundamental considera a leitura como interação entre os múltiplos textos e ocorre na relação entre o leitor, texto, autor e outros leitores. A leitura ancorada numa perspectiva crítica promove a construção e a percepção de mundo do sujeito leitor, tornando-o capaz de criar significados e sentidos que contribuam para uma maior compreensão diante do texto. Esse processo de construção de sentido, apoiado na bagagem cultural e com acesso permanente a língua inglesa, são fundamentais para a prática social do cidadão e interpretação dos discursos de sua comunidade.

Os conhecimentos lingüísticos serão trabalhados dependendo do grau de conhecimento dos alunos e estarão voltados para a interação que tenha por finalidade o uso efetivo da linguagem e não a memorização de conceitos. Serão selecionados a partir dos erros resultantes das atividades e da dificuldade dos alunos. Ao trabalhar com as diferentes culturas, é importante que o aluno, ao contrastar a sua cultura com a do outro, perceba-se como sujeito histórico-crítico e socialmente constituído e, assim, elabore a consciência da própria identidade. Em relação à escrita, não podemos esquecer que ela deve ser vista como uma atividade interacional e significativa..

Os tipos de textos publicitários, jornalísticos, literários, informativos, de opinião, etc serão abordados pelo professor, visando não só a compreensão lingüística, mas a prática discursiva. Aprendemos a moldar nossa fala às formas textuais. Os textos literários serão apresentados aos alunos de modo que provoquem reflexão e façam com que os percebam como uma prática social de um determinado contexto socio-cultural particular. Se não existissem as múltiplas linguagens e se não as dominássemos, tendo que criá-los pela primeira vez no processo da fala, a comunicação verbal seria quase impossível (Bakhtin, 1998).

O objetivo da Língua Inglesa será o de proporcionar ao aluno a possibilidade de interagir com a infinita variedade discursiva presente nas diversas práticas sociais. O ensino de língua estará articulado com as demais disciplinas do currículo, objetivando relacionar os vários conhecimentos.

Os temas referentes ao **Desenvolvimento Socioeducacional**: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental (Lei 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental); a Lei 10.639/03 - História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Lei 11.645/08 - História e Cultura dos Povos Indígenas; e a **Diversidade**: Relações Étnico Raciais e Afrodescendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação no Campo serão trabalhados através de ações que propiciem a informação adequada ao aluno para o conhecimento dos valores e compreensão dos temas citados.

3.1- Abordagem teórico metodológica

LEITURA

É importante que o professor:

- Propicie práticas de leitura de textos de diferentes gêneros;
- Considere os conhecimentos prévios dos alunos;
- Formule questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto;
- Encaminhe discussões sobre: tema, intenções, intertextualidade;
- Contextualize a produção: suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época;
- Relacione o tema com o contexto atual;
- Oportunize a socialização das ideias dos alunos sobre o texto.

ESCRITA

É importante que o professor:

- Planeje a produção textual a partir da delimitação do tema, do interlocutor, do gênero, da finalidade;
- Estimule a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero proposto;
- Acompanhe a produção do texto;
- Encaminhe e acompanhe a reescrita textual: revisão dos argumentos das ideias, dos elementos que compõe o gênero;
- Analise se a produção textual está coerente e coesa, se há continuidade temática, se atende à finalidade, se a linguagem está adequada ao contexto;
- Conduza a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

ORALIDADE

É importante que o professor:

- Organize apresentações de textos produzidos pelos alunos;
- Oriente sobre o contexto social de uso do gênero oral selecionado;

- Prepare apresentações que explorem as marcas linguísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal;
- Selecione discursos de outros para análise dos recursos da oralidade, como cenas de desenhos, etc.

4- Avaliação

A avaliação está profundamente relacionada com o processo de ensino e, portanto, deve ser entendida como mais um momento em que o aluno aprende. É um elemento de reflexão contínua do professor sobre sua prática educativa e revela aos alunos suas dificuldades, progressos e possibilidades.

A avaliação deve fornecer dados sobre o desenvolvimento das capacidades do educando e o grau de desenvolvimento intelectual, aplicabilidade dos objetivos de conhecimentos ensinados que orientarão os ajustes e intervenções pedagógicas visando à aprendizagem da forma mais adequada para o aluno.

A relevância e a adequação dos conteúdos está atrelada, ainda, às características psicossociais dos alunos, capacidade para estabelecer relações entre os conteúdos, às necessidades de seu dia-a-dia e com o contexto cultural.

Além disso, é importante nesse processo o *feedback* das avaliações aos alunos com os devidos comentários, para que eles possam entender o processo de aprendizagem e, assim, buscar a superação das suas dificuldades.

As informações obtidas através da avaliação devem revelar os resultados da aprendizagem para que essa possa fluir em bases consistentes, apoiando-se em conhecimentos teóricos que necessitam ser solidificados.

O papel da avaliação é diagnosticar o avanço do conhecimento, caracterizando-se como um processo contínuo de comprometimento com o saber científico, cultural e social.

Nesse sentido, é necessário que o professor tenha uma visão de conjunto no processo de avaliação levando em conta que:

- Para que um processo de aprendizagem seja efetivo, ele deve contemplar a avaliação diagnóstica, contínua, formativa e reflexiva;
- O processo de ensino-aprendizagem do conteúdo deve contemplar o acompanhamento metodológico e avaliativo;
- Na avaliação contínua, é necessário que o professor e os alunos analisem quanto e como conseguiram aproximar-se dos objetivos propostos;

- O registro e a observação do desempenho do aluno devem ser feitos pelo professor de forma contínua e reflexiva;
- A avaliação pressupõe um clima de cooperação e confiança entre professor e aluno, o que favorece a prática de auto-avaliação entre ambos;
- As aprendizagens dos alunos devem ser consideradas como parâmetros para realimentação dos encaminhamentos adotados.

Nessa proposta avaliativa, a língua é concebida como prática social e discursiva. A avaliação formativa, na sua condição contínua e diagnóstica deve ser privilegiada, a fim de promover a análise e reflexão no encaminhamento das intervenções pedagógicas.

A avaliação de determinado dado de produção em língua estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja, o vê como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. Portanto, na avaliação o erro precisa ser visto como um passo para que a aprendizagem se efetive e não como um entrave no processo. É preciso lembrar que o processo de aprendizagem não é linear, não acontece da mesma forma e, ao mesmo tempo, para diferentes pessoas. Cabe ao professor, avaliar, priorizar o processo de crescimento do aluno e não apenas mensurar o conhecimento por ele alcançado.

A avaliação servirá, além de aferir a aprendizagem do aluno, fazer com que o professor repense a sua metodologia e planeje as suas aulas de acordo com as necessidades de seus alunos. E, através dela, é possível perceber quais são os conhecimentos linguísticos, discursivos, sócio-pragmáticos ou culturais – e as práticas – leitura, escrita e oralidade – que ainda não foram suficientemente trabalhadas e que precisam ser abordadas mais exaustivamente para garantir a efetiva interação do aluno com os discursos em língua estrangeira.

Assim, para a avaliação serão utilizadas as provas objetivas e discursivas; leitura de textos de diversos gêneros textuais; debates, seminários e interpretações de textos; diálogos orais e escritos; elaboração de narrações, dissertações, resumos, poesias; trabalhos individuais e em grupos; músicas; teatros; filmes, jogos dentre outros instrumentos.

Para que essa avaliação aconteça com êxito, faz-se necessário que a mesma deixe de ser utilizada, segundo Luckesi (2005, p. 166) como “recurso de autoridade e assumo papel de auxiliadora (grifo nosso) do crescimento”.

Durante cada bimestre o professor estabelecerá as formas de avaliações que utilizará para perfazer os 10,0 (dez) pontos sendo:

5,0 pontos: trabalhos de pesquisa, atividades, testes, dramatizações.

5,0 pontos: avaliação geral enfocando todo o conteúdo do bimestre.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Ela ocorrerá de duas formas:

- c) Com retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- d) Com a reavaliação do conteúdo já “re-explicado” em sala de aula

O peso da recuperação de estudos deverá ser proporcional às avaliações como um todo, ou seja, equivalerá de zero (0) a cem (100%) apreensão de retomadas dos conteúdos.

4.1 Avaliação pode abranger os seguintes itens:

LEITURA

Espera-se que o aluno:

- Identifique o tema;
- Realize leitura compreensiva do texto;
- Localize informações explícitas no texto;
- Amplie seu horizonte de expectativas;
- Amplie seu léxico;
- Identifique a idéia principal do texto.

ESCRITA

Espera-se que o aluno:

- Expresse as ideias com clareza;
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor, atendendo:
- às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- à continuidade temática;
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- Use recursos textuais como coesão e coerência, informatividade, etc;
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como pontuação, uso e função do artigo,

pronome, numeral, substantivo, etc.

ORALIDADE

- Espera-se que o aluno:
- Utilize o discurso conforme a situação de produção (formal/ informal);
- Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna.
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos,
- Respeite os turnos de fala.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de Almeida (Org.) **O Professor de Língua Estrangeira em Formação**. Ed. Campinas, S.P: Pontes. 2ª Edição. 2005.

CASSELLA, Figueiredo L.-, **Let's Speak English**. Ed. Ática, 1995

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Regimento Escolar**. Arapongas, 2009.

Colégio Estadual Emilio de Menezes - **Projeto Político Pedagógico**. Arapongas, 2011.

BRASIL. Lei- nº 10639, 09 de Janeiro de 2003. Parecer do Conselho Nacional de Educação. **Cadernos Temáticos História da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação – Ministério Nacional de Educação, 2004.

KELLER, Vitória. *Steps*. Ibep, 1997.

LEFFA. Vilson J. **A Interação na Aprendizagem das Línguas**. Ed. Pelotas: Educat 2006.

LEFFA. Vilson J. **O Professor de Línguas Estrangeiras: construindo a profissão**. Ed. EDUCAT. Pelotas. 2006.

MARQUES, Amadeu; **Read, Read Practical English**. Ed. Ática, 1997.

MÜLLER, Simone Sargento Vera (Orgs.). **O Ensino do Inglês como Língua Estrangeira: estudos e reflexões**. Ed Apirs: Porto Alegre. 2004.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de Língua Inglês: reflexões e experiências**. 3ª Edição. Ed. Campinas, S.P: Pontes, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica**. Secretaria do Estado do Paraná – Superintendência da Educação, Curitiba-Pr., 2008.

ROCHA, Ana Luiza; **Take your time.** Rocha, Ed.Moderna, 1996.

ROLIN, Mirian- *Insights Into English*. FTD, 1998.

SARMENTO, S. MULLER, V. (orgs.) **O Ensino de Inglês como Língua Estrangeira: Estudos Reflexões.** Porto Alegre: APIRS, 2004.

WIDDOWSON,H.G. **O Ensino de Línguas para a Comunicação.** 2ª Edição. Ed. Campinas, S.P: Pontes, 2005.



Colégio Estadual “Emílio de Menezes” - Ensino Fundamental, Médio e Normal

Rua Quíscalo, 185 - TeleFax: (043) 3252-1374

CEP 86701-070 - Araçongas – Paraná

e-mail: ceem@onda.com.br

17. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

CELEM



17.1- PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

LEM - ESPANHOL

1- Apresentação da disciplina

O ensino de Línguas no Brasil passou a ter uma maior valorização com a chegada da família Real no Brasil em 1808, quando foram necessárias transformações na infra-estrutura cultural para que a mesma se instalasse. Com a abertura dos portos, e o fato dos países europeus estarem estudando as línguas modernas francês e inglês, estas foram acrescentadas ao currículo escolar, justificadas pelo promissor comércio estrangeiro, através do Decreto de 13 de abril de 1808.

A Reforma Capanema, de 1942, foi a grande responsável pela introdução do ensino do espanhol no currículo da escola pública brasileira. Pela lei, todos os alunos, desde o ginásio até o científico ou clássico, deveriam estudar latim, inglês, ou espanhol.

Com a LDB de 1961, houve uma diminuição visível das ofertas de Espanhol e Latim, compensada pelo surgimento de outras línguas – como o Italiano, o Alemão e até o Japonês, de inegável importância cultural.

Já nos anos 90, houve um substancial aumento na demanda pelo ensino da língua espanhola, fazendo com que ela passasse de uma língua que não necessitava ser estudada a um idioma de estudo necessário e imprescindível. A principal causa para essa mudança repentina no status da língua espanhola costuma ser atribuída à criação do MERCOSUL, embora haja uma série de fatores que tenham influenciado na demanda pelo ensino da língua. Também seriam fatores importantes nesse processo, o crescimento do poder econômico da Espanha e o crescente aumento do espanhol nos Estados Unidos. Esses fatos teriam influenciado na posição desse idioma como “língua veículo de comunicação”.

De fato, o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que abre as portas para a constituição de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e seus posteriores Protocolos mudaram não só as relações econômicas entre os países membros do acordo, mas também a valorização do espanhol e do ensino dessa língua. Nesse cenário, a chegada de grandes empresas espanholas com fortes investimentos no Brasil contribuiu para essa supervalorização da língua espanhola. Fatores como o retorno latino-americano às formas democráticas e o aumento de circulação dos cidadãos e das migrações continentais, apontados por também teriam contribuído para uma maior aproximação entre Brasil e os povos de língua espanhola.

Em 23 de março de 1991, Brasil juntamente com Paraguai, Uruguai e Argentina assinam o Tratado Trienal da Educação, ressaltando a importância do ensino do ensino das Línguas Portuguesa e Espanhola.

Em 1996, a nova LDB apenas menciona que seria “incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição”. Sendo o inglês uma língua de grande prestígio internacional, manteve garantida sua ocupação do primeiro posto e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de seu ensino.

O segundo posto poderia ter sido ocupado pelo espanhol em função de sua importância para o país, uma vez que o MERCOSUL já se encontrava em plena atividade. A possibilidade não se concretizou pelo seu “caráter optativo” e também pelas “disponibilidades da instituição”, para quem já custava muito oferecer uma única língua estrangeira.

No dia 08 de agosto de 2005, depois de um longo processo que teve início em 1991, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva transforma na Lei nº 11.161 o Projeto de Lei 3.987, de 2000, de autoria do Deputado Átila Lira, a qual torna obrigatória a presença da língua espanhola no currículo de nível secundário das escolas públicas brasileiras, sendo-lhes facultado aos seus alunos fazer ou não a matrícula.

A implantação se dará de forma gradual desde o ano 2005 até 2010, tendo o Governo um prazo de exatamente cinco anos para fazê-lo. Atribuiu-se aos Conselhos Estaduais de Educação a responsabilidade pelas normas que possibilitem sua execução, de acordo com as condições e peculiaridades de cada região.

A justificativa de leis, Tratados e Reformas que se fizeram em prol da necessidade e obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira, e mais especificamente do espanhol, é que, o aluno, ao estudar outra língua, é conseqüentemente exposto a visões diferentes de sua própria cultura, ampliando o seu conhecimento de mundo e tendo a oportunidade de interpretar o mundo de diferentes formas; é uma forma de ampliar o conhecimento do aluno no que se refere aos aspectos geográficos e históricos social.

A partir da aprendizagem de outra língua, o aluno terá condições de interagir com pessoas diferentes, lugares distantes, culturas diferenciadas, tendo assim possibilidades de enriquecer seus conhecimentos e conseguir valorizar outras formas de vida e de cultura.

1. JUSTIFICATIVA

A aprendizagem de Línguas é importante para o desenvolvimento psicopedagógico do ser humano, bem como para compreensão de valores sociais e aquisição de conhecimentos sobre outras culturas.

A partir da aquisição de outra língua o aluno será capaz de analisar e valorizar outros modos de vida e de cultura, criando novos conceitos e novas perspectivas.

Por outro lado, Arapongas é um Pólo Moveleiro de grande destaque nacional e de outros tipos de indústrias como alimentos e doces, fazendo desta cidade um campo de trabalho muito amplo para nossos alunos. Devido à integração das nossas indústrias com o MERCOSUL, existe uma grande necessidade de que nossos alunos enriqueçam seus currículos e adquiram condições de conquistarem melhores empregos, e assim obterem melhores condições de vida.

Com a implantação do CELEM – Centro Estrangeiro de Línguas Modernas, poderemos viabilizar aos nossos alunos condições para conquistarem oportunidades de crescimento pessoal e profissional através de um ensino gratuito e de qualidade, e assim se auto-afirmarem como profissionais no mundo globalizado em que estamos inseridos.

2. Objetivos

2.1 - Objetivo Geral

- Oferecer aos alunos um ensino gratuito e de qualidade, que lhes possibilitem apropriar-se de uma língua estrangeira, levando-os a terem condições de valorizarem outras culturas, outras formas de vida, interagir com pessoas distantes, apropriarem-se de novos conhecimentos para progredirem em seus estudos atuais e posteriores e enriquecerem os seus currículos, para terem condições de serem inseridos num mundo profissional competitivo e seletivo.

2.2 – Objetivos Específicos

- Possibilitar ao aluno condições para que seja capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita.
- Tornar acessível ao aluno da escola pública a aquisição de outros idiomas objetivando auxiliar a construção da cidadania inclusive a globalizada;
- Viabilizar o acesso ao mundo de trabalho;
- Vislumbrar a aquisição de novos conhecimentos;
- Compreender que os significados de outras línguas são historicamente construídos e passíveis de transformação;
- Intermediar a aprendizagem do discente no tocante aos processos comunicativos, gramaticais e interpretativos dos idiomas a partir de atividades que explorem a conversação, a escrita e a leitura de diversos tipos de textos;
- Abordar aspectos culturais de outros países.
- Conscientizar sobre o papel das línguas na sociedade, possibilitando o acesso à informação e ao conhecimento;
- Compreender a diversidade lingüística cultural e mundial.

3- Conteúdo Estruturante

O ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil sofreu várias mudanças para acompanhar a organização social, política e econômica ao longo da história.

Devido a isto, as propostas curriculares e as metodologias de ensino, são instigadas a atender às expectativas e demandas sociais contemporâneas e a propiciar às novas gerações a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos.

A pedagogia crítica é o referencial teórico que sustenta o documento de Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná de Língua Estrangeira Moderna, por ser esta, uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade.

Propõe-se então, que a aula de Língua Estrangeira constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural.

A proposta adotada nas Diretrizes de LEM se baseia na corrente sociológica e nas teorias do Círculo de Bakhtin, que concebem a língua como discurso.

Partindo desses princípios, o conteúdo estruturante que sustenta as Diretrizes de LEM é o discurso como prática social, que tratará a língua de forma dinâmica por meio das práticas de leitura, de oralidade e de escrita.

4- CONTEÚDOS BÁSICOS

Inicialmente, é preciso levar em conta o princípio da continuidade, ou seja, a manutenção de uma progressão entre as séries considerando as especificidades da Língua Estrangeira ofertada, as condições de trabalho existentes na escola, o projeto político-pedagógico, a articulação com as demais disciplinas do currículo e o perfil dos alunos. Será considerada a diversidade de gêneros existentes e a especificidade do tratamento da língua estrangeira na prática pedagógica.

Os conteúdos devem ser, portanto, abordados a partir de um gênero, conforme as esferas sociais de circulação: cotidiana, científica, escolar, imprensa, política, literário-artística, produção e consumo, publicitária, midiática, jurídica.

Caberá ao professor selecionar um texto significativo pertencente a um gênero, que deve ser compreendido em sua esfera de circulação. Importa menos a quantidade de gêneros trabalhados e mais a qualidade do trabalho pedagógico com aqueles selecionados pelo professor.

Os gêneros textuais, dentro das esferas de circulação, seguirão as seguintes indicações:

1º ANO**A - Gêneros Discursivos**

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação . Segue uma possível relação de gêneros a serem trabalhados:

a) Esfera Cotidiana:

Exposição oral
Álbum de família
Fotos
Cartão pessoal
Carta pessoal
Cartão de felicitações
Cartão postal
Bilhetes
Convites
Músicas/cantigas
Quadrinhas
Provérbios
Receitas
Relatos de experiências vividas
Trava-línguas

b) Esfera Literária/artística

Autobiografia
Biografias
Histórias em quadrinhos
Lendas
Letras de músicas
Narrativas básicas
Poemas

c) Esfera escolar

Exposição oral
Cartazes
Diálogo/discussão
Mapas
Resumo

d) Esfera da imprensa

Artigo de opinião
Caricatura
Cartum
Charge
Classificados
Entrevista (oral e escrita)
Fotos
Horóscopo

Infográfico
Manchete
Notícia
Reportagens
Sinopses de filmes
Tiras

e) Esfera publicitária

Anúncios
Cartazes
Comercial para TV
E-mail
Folder
Fotos
Slogan
Músicas
Paródia
Placas
Publicidade comercial

f) Esfera de produção e consumo

Bulas
Regras de jogos
Placas
Rótulos/embalagens

g) Esfera midiática

Chat
Desenho animado
E-mail
Entrevista
Filmes
Telejornal
Telenovelas
Torpedos
Video Clip

B - Leitura

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;

- Polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem);
- Léxico.

C - Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Processo de formação de palavras;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbal/nominal.

D - Oralidade

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

2º ANO

A - Gêneros Discursivos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Segue um possível relação de gêneros a serem trabalhados:

a) Esfera Cotidiana

Exposição oral
Cartão pessoal
Carta pessoal
Cartão social
Convites
Adivinhas, anedotas
Diário
Canções culturais
Curriculum Vitae
Lista de compras

b) Esfera Literária/artística

Biografias
Contos de fadas/ contemporâneos
Histórias em quadrinhos
Letras de músicas
Narrativas (aventura, ficção)
Romances
Textos dramáticos
Poemas/ paródias

c) Esfera escolar

Exposição oral
Resenha
Diálogo/discussão argumentativa
Mapas
Resumo
Relatos
Texto de opinião
Verbetes de enciclopédias

d) Esfera da imprensa

Artigo de opinião
Caricatura
Cartum
Charge
Classificados
Entrevista (oral e escrita)
Fotos
Horóscopo
Infográfico
Manchete
Notícia
Reportagens
Sinopses de filmes
Tiras
Carta ao leitor e do leitor
Crônica jornalística

e) Esfera publicitária

Anúncios
 Caricaturas
 Comercial para TV
 E-mail
 Folder
 Fotos
 Slogan
 Músicas
 Paródia
 Placas
 Publicidade comercial, institucional, oficial
 Texto político

f) Esfera de produção e consumo

Bulas
 Regras de jogos
 Placas
 Rótulos/embalagens

g) Esfera midiática

Blog
 Fotoblog
 Home page
 Reality show, Talk show
 Jornais on line
 Chat
 Desenho animado
 E-mail
 Entrevista
 Filmes
 Telejornal
 Telenovelas
 Torpedos
 Video Clip

B - Leitura

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Referência textual;
- Partículas conectivas do texto;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;

- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Palavras e/ou expressões que detonam ironia e humor no texto;
- Polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
- Léxico.

C - Escrita

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade;
- Referência textual;
- Partículas conectivas do texto;
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Palavras e/ou expressões que detonam ironia e humor no texto;
- Polissemia.
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito).

D - Oralidade

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.

A análise linguística acontecerá tendo em vista a necessidade que cada texto apresenta, e acompanha todo o trabalho pautado pelos gêneros textuais. Não acontece de forma isolada, mas ocorre naturalmente conforme os textos trabalhados.

Não existe uma escolha formal da gramática, mas ela deve estar subordinada ao conhecimento discursivo, ou seja, reflexões gramaticais devem ser decorrentes de necessidades específicas dos alunos, a fim de que se expressem ou construam sentidos com os textos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A língua estrangeira moderna deve ser trabalhada a partir do entendimento de que ela não é apenas um instrumento de comunicação, mas que através dela é possível entender o mundo, construir significados e transformá-los.

De acordo com o conteúdo estruturante “Discurso como prática social”, o ponto inicial da aula de Língua Estrangeira Moderna será o texto verbal e não verbal.

Os textos em suas formas mais diversas devem ser analisados em todos os seus componentes: sua função, distribuição e grau de informações, recursos coesivos, intertextualidade, coerência, e por último a gramática em sua forma real. A gramática não pode ser abandonada, mas não deve ser priorizada.

É importante diversificar textos e analisar os diversos gêneros, como cita Bakhtin (1997, p. 279) “... gêneros de discurso são os enunciados dos integrantes de uma ou doutra esfera da atividade humana e estas esferas de utilização da língua, elaboram seus tipos relativamente através de enunciado”. São os gêneros do discurso que organiza as falas, por isso o aluno deve ter acesso a vários gêneros de textos: publicitários, jornalísticos, literários, informativos, se opinião, etc.

O objetivo principal deve ser o de interagir de forma crítica com textos verbais e não verbais, a fim de que explore os mesmos e os vincule com tudo o que o cerca.

O trabalho com os textos deverá ser feito de forma problematizadora, para que os alunos ampliem seus conhecimentos e percebam através da análise e da crítica, todas as implicações sociais, históricas e ideológicas impressas nele.

Os conteúdos específicos contemplam diversos gêneros discursivos, além de elementos lingüístico-discursivos, tais como: unidades lingüísticas que se configuram como as unidades de linguagem, derivadas da posição que o locutor exerce no enunciado; temáticas que se referem ao objeto ou finalidade discursiva.

No ato da seleção de textos, propõe-se analisar os elementos lingüístico-discursivos neles presentes, na medida em que apresentem possibilidades de tratamento de assuntos diversos, adequados à faixa etária e que contemplem os interesses dos alunos. É importante também que os textos abordem os diversos gêneros textuais e que apresentem diferentes graus de complexidade da estrutura lingüística.

Será dada sempre que possível aos alunos a oportunidade para participar da escolha das temáticas dos textos, uma vez que um dos objetivos é justamente possibilitar formas de participação que permitam o estabelecimento de relações entre ações individuais e coletivas. Por meio dessa experiência, os alunos poderão compreender a vinculação entre auto-interesse e interesses do grupo. Além disso, esta iniciativa poderá levar a escolhas de conteúdos mais significativos porque resultam da participação de todos.

Outro ponto a ser destacado é a atenção, no momento da escolha de textos, para que os mesmos não reforcem uma visão monolítica de cultura, muitas vezes abordada de forma estereotipada. Os conteúdos dos textos devem viabilizar os resultados pretendidos nas diferentes séries de acordo com os objetivos específicos propostos no planejamento do professor.

Os conteúdos básicos estão divididos em duas partes: os gêneros discursivos e os conteúdos das práticas de leitura, oralidade, escrita e da análise lingüística. Como o curso terá a duração de dois anos, com carga horária equivalente a 320 h, o professor elaborará seu Plano de Trabalho Docente, dosando os conteúdos conforme o ano sempre articulados com o conteúdo estruturante.

É importante destacar que será efetivado o currículo no plano de trabalho docente (PTD) onde os conteúdos básicos serão desdobrados em conteúdos específicos, esse, de fato trabalhados em sala de aula. O plano é, portanto, o lugar da criação individual de cada professor. Nele serão construídas as abordagens contextualizada histórica, social e politicamente, de modo que os conteúdos façam sentido para seus alunos nas diversas realidades regionais, culturais e econômicas, contribuindo com sua formação cidadã. O plano de trabalho docente é, portanto, o currículo em ação, é a expressão singular e de autoria (de cada professor) da concepção curricular construída nas discussões coletivas.

O papel do professor na problematização dos textos é fundamental, pois pela maneira que ele encaminha a leitura em sala de aula, é que se abrirão aos alunos, possibilidades de questionamentos, de oposição ou de submissão em relação às idéias propostas nestes textos.

Conforme Coracini (2003, p.280)”...a criticidade nada tem a ver com o tipo de texto,mas com a atitude problematizadora daquele que lê e que se envolve”.

É importante que os alunos percebam que os textos são construções sociais, os quais ele deve aceitar, rejeitar ou reconstruir, a partir de suas próprias conclusões.

Mas para que haja essa interação com o texto, é imprescindível o conhecimento lingüístico, para que se possa fazer uma relação com os conhecimentos já adquiridos. E nesse momento, o conhecimento gramatical torna-se importante, na medida em que lhe permite o entendimento dos significados possíveis das estruturas apresentadas.

O professor deve valorizar o conhecimento de mundo e as experiências dos alunos, por meio de discussões dos temas abordados. Recomenda-se explorar seus pressupostos, formular hipóteses, criar situações que ajudem os alunos a construir expectativas quanto ao sentido possível dos textos estudados.

O aluno, agente do processo pedagógico, deve ser instigado pelo professor a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios relativos à aprendizagem.

Além do livro didático, será disponibilizado aos alunos, dicionários, livros paradidáticos, vídeos, DVDs, fitas de áudio, CDs, internet, etc.

Tendo, portanto, como Conteúdo Estruturante o Discurso como Prática Social, as práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita serão trabalhadas seguindo a abordagem teórico-metodológica apresentada nas DCEs, as quais são aqui adaptadas à realidade da comunidade escolar a que esta Proposta Pedagógica Curricular se destina.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de se destacar os pontos a serem observados no que diz respeito a cada uma das práticas discursivas já elencadas nos Conteúdos Básicos:

Leitura:

- Serão propiciadas práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, considerando os conhecimentos prévios dos alunos.
- O trabalho com os textos escolhidos serão encaminhados a partir de discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia.

Escrita:

- A produção textual será planejada a partir da delimitação do tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia, estimulando a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos.
- A produção do texto terá as orientações do professor de modo a auxiliar o aluno, não só na escrita como na reescrita textual, fazendo a revisão dos argumentos das idéias, dos elementos que compõem o gênero; além de conduzir o educando a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.
- Será estimulada a produção escrita em diferentes gêneros.

Oralidade:

- Serão organizadas formas de apresentar os textos produzidos pelos alunos, observando-se o contexto social de uso do gênero oral selecionado.
- Serão preparadas apresentações orais de modo a explorar as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal.
- Será estimulada a contação de histórias de diferentes gêneros.

Análise Lingüística:

- A análise lingüística não se dará de forma isolada, nem tão pouco será o ponto de partida das aulas de Língua Espanhola do CELEM. Ela acontecerá tendo em vista a necessidade de cada texto apresentado ao aluno, acompanhando todo o trabalho pautado pelos gêneros textuais.

- Diante de tudo isso, podemos entender que à medida que o aluno se aproxima de outra língua e de outra cultura, ele compreenderá a língua como algo que se constrói e é construído por uma determinada comunidade. Dessa forma, o conhecimento de outra cultura colabora para elaboração da consciência da própria identidade, pois o aluno consegue perceber-se também como sujeito histórico e socialmente constituído.

6. AVALIAÇÃO

A Avaliação não pode se resumir apenas ao conceito formal e estatístico; atribuição de notas que servirão para tomadas de decisões, avanço ou retenção em determinadas disciplinas, acabando por ser o guia de ação do professor. E muito menos ser confundida como disciplinadora, como cita Freitas:

A Avaliação não se restringe a instrumentos de medição, mas acaba sendo configurada como instrumento de controle disciplinar, de aferição de atitudes e valores dos alunos (1995, p.63)

A Avaliação deve subsidiar o diagnóstico da situação em que se encontra o indivíduo, oferecendo recursos para reorientá-lo a uma aprendizagem satisfatória, pois como cita Luckesi (1996, p.165) "Avaliar significa identificar impasses e buscar soluções".

Avaliar é refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações, e emitir um julgamento que possibilite uma tomada de decisão. Não é o mesmo que medir, pois medir é apenas descrever uma realidade, ou seja, obter dados e informações sobre ela.

É a Avaliação que vai permitir que façamos sugestões, encaminhamentos e também a tomada de decisões coerentes.

Segundo Vasconcelos:

A Avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento (1998, p.43)

A medida limita-se a constatar uma realidade, a obter dados e informações. Para se fazer uma Avaliação, dados e informações são importantes. Para obtê-los necessitamos de instrumentos de Avaliação que são recursos e meios que utilizamos para alcançar determinados objetivos.

A escolha e a construção desses meios devem ser orientadas pelos objetivos que determinamos.

A avaliação da aprendizagem em Língua Estrangeira Moderna deve superar a concepção de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos, visto que se configura como processual e, como tal, objetiva subsidiar discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir de suas produções.

De fato, o envolvimento dos alunos na construção do significado nas práticas discursivas será a base para o planejamento das avaliações de aprendizagem.

Caberá ao professor avaliar todo o envolvimento do aluno em sala de aula, sua interação verbal a partir dos textos, com os outros alunos, com o professor, suas considerações, críticas e análises.

A partir das construções dos alunos, o processo avaliativo deve considerar que os erros dos mesmos são inerentes ao processo de construção do conhecimento. Detectando as dificuldades, o professor poderá planejar e propor outros encaminhamentos necessários à melhoria da aprendizagem do aluno.

De acordo com a Lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando trata da Avaliação na Educação Básica no Artigo 24, inciso V diz: “A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais...(LDB ,1996 , p.11)

Dentro de todo o processo ensino e aprendizagem, a Avaliação pode ter a função Diagnóstica, Formativa ou Somativa:

- Avaliação Diagnóstica: antecede a elaboração de um projeto, de uma unidade ou de uma aula. Ela fornecerá dados sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá se realizar, bem como sobre os sujeitos que participarão desse trabalho e em que nível está o acontecimento dos mesmos.
- Avaliação Formativa: ajuda a captar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providências para afastar as dificuldades percebidas. Sua função é a de informar sempre o que está acontecendo. Os resultados desse tipo de Avaliação nos mostram a necessidade de rever nossos planos, de fazer mudanças em algumas decisões tomadas anteriormente.
- Avaliação Somativa: acontece ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre...). A Avaliação Somativa preocupa-se com o resultado final, o produto alcançado.

As três funções da Avaliação são interdependentes, dependem uma das outras e se completam entre si, porém cada uma é usada no momento certo com mais ou menos ênfase que a outra, de acordo com a necessidade.

Na realidade, acaba-se por usar os três tipos de Avaliação, pois, pesquisa-se os alunos, em que medida está o conhecimento, a escola (Diagnóstica); acompanha-se todo o processo para se evitar que falhas prejudiquem o sucesso de todo o trabalho (Formativa); e verifica-se o resultado final obtido após toda a realização do trabalho, e as notas ou mensurações que foram atribuídas ao mesmo (Somativa).

De acordo com a instrução 019/2008 – SUED/SEED, a Avaliação e Recuperação de Estudos observarão os seguintes itens:

- 6.1- Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.
- 6.2- A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.
- 6.3- A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados anotados em Livro Registro de Classe.
- 6.4- A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).
- 6.5- Os resultados das avaliações dos alunos deverão ser registrados em campo próprio no SERE/WEB, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar. (As escolas que ainda não estiverem integradas ao SERE/WEB deverão registrá-los em livro próprio).
- 6.6- A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.
- 6.7- Nos cursos do CELEM a promoção será ao final de cada ano letivo.
- 6.8 Na promoção e certificação de conclusão a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), conforme o disposto na Resolução 3794/2004.
- 6.9- Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo.
- 6.10- Serão considerados retidos ao final do ano letivo os alunos que apresentarem:
 - frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;
 - II. frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero).
- 6.11- Nos cursos do CELEM serão registradas médias por idioma cursado, que corresponderão às avaliações individuais realizadas através de diversos instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á, respeitando o sistema de avaliação adotado pelo estabelecimento de ensino.

Ao se observar que a Avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer trabalho pedagógico, e tem-se nesse entremeio todo um caminho a ser percorrido, constata-se que não há como se prender a apenas a uma função da Avaliação.

O Colégio Estadual Emílio de Menezes, com base na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental e ainda nas Diretrizes Curriculares do Paraná, vê a educação como um processo contínuo e formativo, que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, na sociedade e na escola. Por isso quer proporcionar a seus alunos uma educação que tem por objetivo formar um cidadão consciente e responsável, capaz de atuar em todos os segmentos da sociedade.

Para que isto aconteça com sucesso, a participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos filhos é indispensável, bem como a orientação e acompanhamento dos professores. Durante cada bimestre, o professor estabelecerá as formas de avaliação que utilizará para perfazer os 10,0 (dez) pontos.

A avaliação é realizada, atribuindo 5,0 pontos relativos a testes, atividades, trabalhos...e 5,0 pontos de uma avaliação bimestral, e a recuperação é feita no valor de 10,0 de acordo com o que consta no PPP do Colégio.

É imprescindível os professores terem clara a definição de Avaliação, os tipos que precisam utilizar em cada situação, a finalidade real das mesmas, o que desejam através delas e a necessidade de retomada. A função da Avaliação deve ser a de promover o desenvolvimento do aluno, diagnosticar suas dificuldades através das Avaliações.

A Avaliação da Aprendizagem oferece suporte para a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, através da análise das ações em desenvolvimento e a necessidade de mudanças constantes.

Avaliação: 1º Ano Módulo Básico

De acordo com a abordagem teórico-metodológica, a avaliação se dará em cada uma das práticas discursivas, procurando observar os itens abaixo, levando-se em consideração o grau de profundidade a ser exigido em cada um deles, de acordo com a realidade da turma

- **Leitura**

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto
- Identifique o tema
- Identifique a idéia principal do texto
- Localize informações implícitas e explícitas no texto
- Deduza o sentido das palavras e/ou expressões a partir do contexto
- Perceba o ambiente e o argumento no qual circula o gênero
- Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto
- Compreenda as diferenças ocorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo
- Analise as intenções do autor
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto
- Posicione-se argumentativamente
- Amplie seu léxico

- **Escrita**

Espera-se que o aluno:

- Expresse as idéias com clareza
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal
- Use recursos textuais como: coesão, coerência, informatividade etc

- Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo etc
- Use apropriadamente os elementos discursivos textuais, estruturais e normativos

- **Oralidade**

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção(formal/informal)
- Apresente suas idéias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos etc
- Organize a seqüência de sua fala
- Exponha argumentos
- Compreenda os argumentos no discurso do outro
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário na língua materna
- Utilize conscientemente expressões faciais, corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

Avaliação: 2º Ano Módulo Básico

De acordo com a abordagem teórico-metodológica, a avaliação se dará em cada uma das práticas discursivas, procurando observar os itens abaixo, levando-se em consideração o grau de profundidade a ser exigido em cada um deles, de acordo com a realidade da turma.

Leitura

Espera-se que o aluno:

- Realize leitura compreensiva do texto
- Identifique o tema
- Identifique a idéia principal do texto
- Localize informações implícitas e explícitas no texto
- Deduza o sentido das palavras e/ou expressões a partir do contexto
- Perceba o ambiente e o argumento no qual circula o gênero
- Reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto
- Compreenda as diferenças ocorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo
- Analise as intenções do autor
- Identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto
- Posicione-se argumentativamente
- Amplie seu léxico

Escrita

Espera-se que o aluno:

- Expresse as idéias com clareza
- Elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor
- Diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal
- Use recursos textuais como: coesão, coerência, informatividade etc
- Utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo etc
- Use apropriadamente os elementos discursivos textuais, estruturais e normativos

Oralidade

Espera-se que o aluno:

- Utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal/informal)
- Apresente suas ideias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna
- Utilize adequadamente entonação, pausas, gestos etc
- Organize a sequência de sua fala
- Exponha argumentos
- Compreenda os argumentos no discurso do outro
- Participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário na língua materna
- Utilize conscientemente expressões faciais, corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^{\circ} T + 2^{\circ} T + 3^{\circ} T}{3} \geq 6,0$$

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. 2 ed. S.P.: Martins, Fontes, 1997.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Saraiva, 1996
- CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (org.) O desejo da teoria e contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula. Campinas: Mercado de letras, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho pedagógico e da Didática. 7ª Ed. Campinas – SP, Papirus Editora, 1995.
- LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo, Cortez, 1995
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica.** Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 019/2008.** Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 22p. Disponível em: http://diaadia.pr.gov/sued/arquivos/File/Instrução_2008_019_CELEM.pdf acesso em 23 de março de 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Livro Didático Público. **Língua Estrangeira Moderna: Espanhol e Inglês.** 2 ed. Curitiba: SEED-PR, 2006. 256p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº 3904/2008.** Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 01 p.

VASCONCELOS, Celso dos S. *Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar.* São Paulo, Libertad, 1994.



17.2- PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

LEM - FRANCÊS

1- Apresentação da disciplina

A educação pública no Brasil vem cada vez mais recebendo um grande número de alunos de diversas classes sociais, o que não é diferente em nosso município.

Como também nos alerta a Resolução nº 3904/2008 de 27 de agosto de 2008, acerca da

“importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas (SUED/SEE#D, 2008).

Para isto foi analisado o CELEM - que desde 1986, pela Resolução nº 3546 da Secretaria de Estado da Educação, vem atendendo aluno da rede estadual em todo o estado, porém em seu primeiro momento atendia somente nos municípios sede dos Núcleos Regionais de Educação, assim se reunia discentes de diversas escolas num só lugar em turma da mesma faixa etária para se realizar o curso da Língua Estrangeira escolhida pelo aluno, sendo este reconhecido pela Secretaria de Estado da Educação. Assim, as escolas que já estivessem ofertando uma Língua Estrangeira na grade curricular, os alunos da mesma poderiam optar por outra no CELEM e enriquecendo seu currículo escolar.

O ensino de Língua Estrangeira se justifica pelo objetivo de desenvolver as práticas de oralidade, leitura e escrita, com isso o desenvolvimento deve ser entendido como a progressiva capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação, porém sabendo que a comunicação ocorre por meio de textos, pode-se dizer que o objetivo da Língua Estrangeira corresponde ao desenvolvimento da capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação, desse modo os alunos deverão receber um bom domínio de competência sociolingüística, de competência discursiva e de competência estratégica, elementos básicas da meta de trabalho. Sendo assim

“um dos objetivos da Língua Estrangeira Moderna é que os envolvidos no processo pedagógico façam o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes, isto é, que não se limitem ao exercício de uma mera prática de formas lingüísticas descontextualizadas. Trata-se da inclusão social do aluno numa sociedade reconhecidamente diversa e complexa através do comprometimento mútuo.” (DCEs - 2009)

Tendo base nesses itens anteriores ofertaremos o Curso de francês, com o intuito de ajudar os alunos a se desenvolverem, adquirirem mais conhecimentos e aprenderem sobre culturas, história, entre outros assuntos, mantendo a interação com outras disciplinas.

Em 2005, atendendo a interesses político-econômicos, foi sancionada a Lei 11.161 de 05 de agosto de 2005, que decreta a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola nos estabelecimentos da rede pública que ofertam ensino médio. A língua inglesa, considerada universal, e portanto necessária já está inserida na matriz curricular do ensino fundamental e médio, sendo por essa razão, estudada ao longo da formação do aluno. Porém observa-se hoje que apenas essa língua já não é o suficiente, pois limita, de certa forma, a formação do indivíduo, tanto no âmbito cultural quanto profissional.

O Curso de Língua Francesa é, hoje, procurado por diversas razões, sejam elas profissionais ou pessoais. Por ser de origem latina como o Português, quando estudada, permite uma melhor compreensão da língua materna. Ela é falada em vários países e para quem quer ter um diferencial em seu currículo ou enveredar-se pelo mercado da hotelaria e turismo, o idioma torna-se indispensável.

Precisa-se, portanto, pensar no ensino e na aprendizagem das Línguas Estrangeiras Modernas em termos de formação mais abrangentes, uma vez que uma língua é o veículo de comunicação de um povo por excelência e são através de sua forma de expressar-se que esse povo transmite sua cultura, suas tradições, seus conhecimentos. É necessário entender a comunicação como uma ferramenta imprescindível no mundo moderno, com vistas à formação profissional, acadêmica ou pessoal, devendo essa ser a grande meta do ensino de Línguas Estrangeiras Modernas.

Destacam-se alguns princípios educacionais que orientam esta escolha:

- o atendimento às necessidades da sociedade contemporânea brasileira e a garantia da equidade no tratamento da disciplina de Língua Estrangeira Moderna em relação às demais obrigatórias no currículo;

- o resgate da função social e educacional do ensino de Língua Estrangeira no currículo da Educação Básica;

- “o respeito à diversidade (cultural, identitária, lingüística), pautado no ensino de línguas que não priorize a manutenção da hegemonia cultural.” (DCEs, 2009)

Partindo desses princípios, a pedagogia crítica é o referencial teórico que sustenta as Diretrizes Curriculares de LEM, e por conseguinte esta Proposta pedagógica Curricular, por ser esta a tônica de uma abordagem que valoriza a escola como espaço social democrático, responsável pela apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para a transformação da realidade, sabendo que a aprendizagem de uma língua estrangeira, assim como a materna é um direito de todos os cidadãos, assim sendo, da escola a obrigação de desenvolver o aprendizado.

A proliferação de cursos particulares é evidência clara, comprovando que a aprendizagem de uma segunda língua deve garantir ao aluno a capacidade de desenvolver processos

sociais, criando significados por intermediários de utilização de habilidades comunicativas. Sendo na escola tratado por meio de conteúdos a seleção do conhecimento através dos regimes sócio-político, religião, família, trabalho, quanto às características sociais e culturais do público escolar, além dos fatores específicos do sistema como os níveis de ensino, entre outros. “Além desses fatores, estão os saberes acadêmicos, trazidos para os currículos escolares e neles tomando diferentes formas e abordagens em função de suas permanências e transformações.” (DCEs - 2009) Então o

“fato de se identificarem condicionamentos históricos e culturais, presentes no formato disciplinar de nosso sistema educativo, não impede a perspectiva interdisciplinar. Tal perspectiva se constitui, também, como concepção crítica de educação e, portanto, está necessariamente condicionada ao formato disciplinar, ou seja, à forma como o conhecimento é produzido, selecionado, difundido e apropriado em áreas que dialogam, mas que constituem-se em suas especificidades.” (DCEs,2009)

Busca-se, dessa forma, estabelecer Língua estrangeira Moderna e resgatar a função social e educacional desta disciplina na Educação Básica, através de um ensino de língua pautado pelo interacionismo sócio-discursivo que concebe a língua como discurso.

2- Conteúdos Estruturantes e Conteúdos Básicos

2.1 - Conteúdos Estruturantes

O conteúdo estruturante da Língua Estrangeira é o discurso como prática social de leitura, escrita e oralidade, permeados pela análise linguística.

2.2 - Conteúdos Básicos

Incluimos no ensino de Língua Francesa, em todas as séries, os conteúdos relacionados aos aspectos da história e da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas de acordo com a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, ampliando estes estudos as contribuições culturais, sociais e econômicas desses dois grupos étnicos e sua influência e contribuições na formação da língua francesa.

1º ANO

A - Gêneros Discursivos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Segue-se a relação de gêneros a serem trabalhados:

a) Esfera Cotidiana:

- exposição oral e trava-língua;
- álbum de família, fotos;
- cartão pessoal e postal;
- lista de compra e receitas.
- bilhetes e convites;
- músicas / cantigas;
- quadrinhas e provérbios;

b) Esfera Literária / Artística:

- biografias e autobiografia; - narrativas básicas e poemas;
- histórias em quadrinhos e letras de músicas.

c) Esfera Escolar:

- exposição oral, diálogo/discussão;
- cartazes, mapas e resumo.

d) Esfera da imprensa:

- artigos de opinião; - fotos, horóscopo, infográfico;
- caricatura, cartum, charge, tiras; - manchete, notícias, reportagens;
- classificados e entrevistas (oral e escrita); - sinopses de filmes.

e) Esfera publicitária:

- e-mail; - folder, slogans, fotos;
- músicas, paródia; - placas, publicidade comercial;
- anúncios, cartazes, comercial para TV.

f) Esfera de produção e consumo:

- bulas, placas, rótulos / embalagens.

g) Esfera midiática:

- chat, e-mail, torpedos; - telejornal, entrevista;
- desenho animado; - telenovelas, filmes, vídeo clipe.

B - Leitura

- tema do texto; - situacionalidade;
- interlocutor; - intertextualidade;
- finalidade do texto; - temporalidade;
- aceitabilidade do texto; - discurso direto e indireto;
- informatividade; - elementos composicionais do gênero;
- emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- polissemia;
- marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito, figuras de linguagem);
- léxico.

C - Escrita

- tema do texto; - situacionalidade;
- interlocutor; - intertextualidade;
- finalidade do texto; - temporalidade;
- aceitabilidade do texto; - discurso direto e indireto;
- informatividade; - elementos composicionais do gênero;
- emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- polissemia;

- marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito, figuras de linguagem);
- processo de formação de palavras;
- acentuação gráfica;
- ortografia;
- concordância verbal/nominal.

D- Oralidade

- conteúdo temático;
- finalidade;
- papel do locutor e do interlocutor;
- elementos extralingüísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- adequação do discurso ao gênero;
- turnos de fala;
- variações lingüísticas;
- marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- semântica;
- adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)
- diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

2º ANO

A - Gêneros Discursivos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise lingüística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Segue-se a relação de gêneros a serem trabalhados:

a) Esfera Cotidiana:

- exposição oral;
- cartão pessoal, carta pessoal e cartão social;
- convites, adivinhas, anedotas;
- diário, canções culturais, curriculum vitae.

b) Esfera Literária / Artística:

- biografias;
- conto de fadas / contemporâneos / histórias em quadrinhos;
- letras de músicas, narrativas (aventura, ficção), romances;
- textos dramáticos, poemas / paródias.

c) Esfera Escolar:

- exposição oral, diálogo/discussão argumentativa;
- resenha, resumo, relatos, texto de opinião;
- verbetes de enciclopédias.

d) Esfera da imprensa:

- artigos de opinião;
- caricatura, cartum, charge, tiras;
- classificados, entrevista (oral e escrita);
- infográfico, manchete, notícias, reportagens;
- carta ao leitor e do leitor, crônica jornalística;

e) Esfera publicitária:

- anúncios e caricaturas;
- comercial para TV, e-mail;
- folder, fotos, slogan;
- músicas, paródias;
- placas, publicidade comercial, institucional, oficial;
- texto político.

f) Esfera de produção e consumo:

- regras de jogos e placas.

g) Esfera midiática:

- blog, fotoblog, home page;
- reality show, talk show;
- jornais on line, chat, e-mail;
- entrevista, filmes, video clipe.

B - Leitura

- tema do texto;
- interlocutor;
- finalidade do texto;
- aceitabilidade do texto;
- informatividade;
- discurso direto e indireto;
- emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- polissemia;
- marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito, figuras de linguagem);
- léxico.
- situacionalidade;
- intertextualidade;
- temporalidade;
- referência textual;
- partículas conectivas do texto;
- elementos composicionais do gênero;

C - Escrita

- tema do texto;
- interlocutor;
- finalidade do texto;
- aceitabilidade do texto;
- informatividade;
- discurso direto e indireto;
- emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- polissemia;
- marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- situacionalidade;
- intertextualidade;
- temporalidade;
- referência textual;
- partículas conectivas do texto;
- elementos composicionais do gênero;

D- Oralidade

- conteúdo temático;
- finalidade;
- papel do locutor e do interlocutor;
- aceitabilidade do texto;
- informatividade;

- elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
- adequação do discurso ao gênero;
- turnos de fala;
- variações linguísticas;
- marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- semântica;
- adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)
- diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

3- Metodologia da disciplina

De acordo com DCE de 2009, acredita-se que

“o trabalho com a Língua Estrangeira em sala de aula parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais do que meros instrumentos de acesso a informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados”.

Nas aulas de Língua estrangeira Moderna temos como ponto de partida o texto verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso, pois o texto é a única forma e necessária de se aprender, porque a “gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua, culmina com a exploração das atividades discursivas” (Antunes, 2007 apud DCEs, 2009).

Um aspecto importante em relação ao ensino de Língua Estrangeira Moderna é articulação com as demais disciplinas do currículo para relacionar os vários conhecimentos. Não significa ter de desenvolver projetos com inúmeras disciplinas, mas fazer o aluno perceber que alguns conteúdos de disciplinas diferentes podem estar relacionados com a Língua Estrangeira. Tendo como exemplo a disciplina de Geografia que pode esclarecer a localização e compreensão de textos literários. As atividades serão trabalhadas a partir de textos e envolverão práticas e conhecimentos mencionados, de modo a proporcionar ao aluno condições para assumir uma atitude crítica e transformadora com relação ao discurso apresentado.

Conforme o conteúdo estruturante o discurso como prática social, as práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita serão trabalhadas seguindo a abordagem teórico-metodológica apresentada nas DCEs, as quais são aqui adaptadas à realidade da nossa comunidade escolar.

Sendo assim, para cada texto escolhido verbal ou não-verbal, percebe-se a necessidade de se destacar os pontos a serem observados no que dizem respeito a cada uma das práticas discursivas já elencadas nos Conteúdos Básicos.

3.1- Leitura

Serão propiciadas práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, considerando os conhecimentos prévios dos alunos. O trabalho com os textos escolhidos será encaminhado a partir de discussões e reflexões sobre: tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia.

Proporcionando sempre análise para estabelecer a referência textual, conduzindo a leitura para compreensão das partículas conectivas e estimulando a leitura que suscite no reconhecimento do estilo, próprio de diferentes gêneros.

Verificando sempre o entendimento e reflexão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressão que denote ironia e humor.

Utilizarão sempre textos não-verbais diversos entre outros textos, fazendo com que relacione o tema com o contexto e contextualize a produção (suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época).

3.2- Escrita

A produção textual será planejada a partir da delimitação do tema, do interlocutor, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade e ideologia, estimulando a ampliação de leituras sobre o tema e o gênero propostos.

A produção do texto terá as orientações do professor de modo a auxiliar o aluno, não só na escrita como na reescrita textual, fazendo a revisão dos argumentos das idéias, dos elementos que compõem o gênero; além de conduzir o educando a uma reflexão dos elementos discursivos, textuais, estruturais e normativos.

Proporcionar o uso adequado de palavras e expressões para estabelecer a referência textual e será estimulada a produção escrita em diferentes gêneros.

3.3- Oralidade

Serão organizadas formas de apresentar os textos produzidos pelos alunos, observando-se o contexto social de uso do gênero oral selecionado.

Serão preparadas apresentações orais de modo a explorar as marcas lingüísticas típicas da oralidade em seu uso formal e informal.

Será estimulada a contação de histórias de diferentes gêneros, utilizando-se dos recursos extralingüísticos, como: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas e outros.

3.3- Análise Linguística

A análise linguística não se dará de forma isolada, nem tão pouco será o ponto de partida das aulas de Língua Francesa do CELEM. Ela acontecerá tendo em vista a necessidade de cada texto apresentado ao aluno, acompanhando todo o trabalho pautado pelos gêneros textuais.

4- Avaliação

A avaliação do rendimento escolar deve cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida, sendo ampla e contínua no sentido de apresentar o aproveitamento e o grau de desenvolvimento do aluno e não de decidir sobre o aluno, assim assumindo o papel de auxiliar o crescimento. E também servindo de apuração para fins de aprovação, sempre respeitando o acordado no PP da escola em relação às demais disciplinas, assim possibilitando através de registro de dados, controle e a identificação das dificuldades e deficiências do aluno no processo aprendizagem.

Conforme a abordagem teórico-metodológica, a avaliação se dará em cada uma das práticas discursivas, procurando observar os itens abaixo, levando em consideração o grau de profundidade a ser exigido em cada um deles, de acordo com a realidade da turma.

4.1- Leitura

Espera-se que o aluno:

- realize leitura compreensiva do texto;
- identifique o tema;
- identifique a idéia principal do texto;
- localize informações implícitas e explícitas no texto;
- deduza o sentido das palavras e/ou expressões a partir do contexto;
- perceba o ambiente e o argumento no qual circula o gênero;
- reconheça palavras e/ou expressões que denotem ironia e humor no texto;
- compreenda as diferenças ocorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo;
- analise as intenções do autor;
- identifique e reflita sobre as vozes sociais presentes no texto;
- posicione-se argumentativamente;
- amplie seu léxico.

4.2- Escrita

Espera-se que o aluno:

- expresse as idéias com clareza;
- elabore/reelabore textos de acordo com o encaminhamento do professor;

- diferencie o contexto de uso da linguagem formal e informal;
- use recursos textuais, como: coesão, coerência, informatividade, etc;
- utilize adequadamente recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, numeral, substantivo, etc;
- use apropriadamente os elementos discursivos textuais, estruturais e normativos.

4.3- Oralidade

Espera-se que o aluno:

- utilize o discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal);
- apresente suas idéias com clareza, coerência, mesmo que na língua materna;
- utilize adequadamente entonação, pausas, gestos, etc;
- organize a sequência de sua fala;
- exponha argumentos;
- compreenda os argumentos no discurso do outro;
- participe ativamente dos diálogos, relatos, discussões, quando necessário, na língua materna;
- utilize conscientemente expressões faciais, corporais e gestuais, pausas e entonação nas exposições orais, entre outros elementos extralinguísticos.

4.4- Análise Linguística

Espera-se que o aluno:

- aproprie-se dos conhecimentos linguísticos estudados de modo a ajudá-lo a compreender e produzir os textos que lhe forem apresentados.

De acordo com a Lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando trata da Avaliação na Educação Básica no Artigo 24, inciso V diz: “A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais...(LDB ,1996 , p.11)

Dentro de todo o processo ensino e aprendizagem, a Avaliação pode ter a função Diagnóstica, Formativa ou Somativa:

- Avaliação Diagnóstica: antecede a elaboração de um projeto, de uma unidade ou de uma aula. Ela fornecerá dados sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá se realizar, bem como sobre os sujeitos que participarão desse trabalho e em que nível está os acontecimentos dos mesmos.
- Avaliação Formativa: ajuda a captar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo, ainda em tempo de tomar providências para afastar as dificuldades percebidas. Sua função é a de informar sempre o que está acontecendo. Os resultados desse tipo de Avaliação nos mostram a necessidade de rever nossos planos, de fazer mudanças em algumas decisões tomadas anteriormente.
- Avaliação Somativa: acontece ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre...). A Avaliação Somativa preocupa-se com o resultado final, o produto alcançado.

As três funções da Avaliação são interdependentes, dependem uma das outras e se completam entre si, porém cada uma é usada no momento certo com mais ou menos ênfase que a outra, de acordo com a necessidade.

Na realidade, acaba-se por usar os três tipos de Avaliação, pois, pesquisa-se os alunos, em que medida está o conhecimento, a escola (Diagnóstica); acompanha-se todo o processo para se evitar que falhas prejudiquem o sucesso de todo o trabalho (Formativa); e verifica-se o resultado final obtido após toda a realização do trabalho, e as notas ou mensurações que foram atribuídas ao mesmo (Somativa).

De acordo com a instrução 019/2008 – SUED/SEED, a Avaliação e Recuperação de Estudos observarão os seguintes itens:

- 6.1- Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.
- 6.2- A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos e dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.
- 6.3- A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados anotados em Livro Registro de Classe.
- 6.4- A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).
- 6.5- Os resultados das avaliações dos alunos deverão ser registrados em campo próprio no SERE/WEB, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar. (As escolas que ainda não estiverem integradas ao SERE/WEB deverão registrá-los em livro próprio).
- 6.6- A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.
- 6.7- Nos cursos do CELEM a promoção será ao final de cada ano letivo.
- 6.8 Na promoção e certificação de conclusão a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), conforme o disposto na Resolução 3794/2004.
- 6.9- Os alunos do CELEM que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e a média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) serão considerados aprovados ao final do ano letivo.
- 6.10- Serão considerados retidos ao final do ano letivo os alunos que apresentarem:
 - frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;
 - II. frequência igual ou superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero).
- 6.11- Nos cursos do CELEM serão registradas médias por idioma cursado, que corresponderão às avaliações individuais realizadas através de diversos instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á, respeitando o sistema de avaliação adotado pelo estabelecimento de ensino.

Ao se observar que a Avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer trabalho pedagógico, e tem-se nesse entremeio todo um caminho a ser percorrido, constata-se que não há como se prender a apenas a uma função da Avaliação.

O Colégio Estadual Emílio de Menezes, com base na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental e ainda nas Diretrizes Curriculares do Paraná, vê a educação como um processo contínuo e formativo, que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, na sociedade e na escola. Por isso quer proporcionar a seus alunos uma educação que tem por objetivo formar um cidadão consciente e responsável, capaz de atuar em todos os segmentos da sociedade.

Para que isto aconteça com sucesso, a participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos filhos é indispensável, bem como a orientação e acompanhamento dos professores. Durante cada bimestre, o professor estabelecerá as formas de avaliação que utilizará para perfazer os 10,0 (dez) pontos.

A avaliação é realizada, atribuindo 5,0 pontos relativos a testes, atividades, trabalhos...e 5,0 pontos de uma avaliação bimestral, e a recuperação é feita no valor de 10,0 de acordo com o que consta no PPP do Colégio.

É imprescindível os professores terem clara a definição de Avaliação, os tipos que precisam utilizar em cada situação, a finalidade real das mesmas, o que desejam através delas e a necessidade de retomada. A função da Avaliação deve ser a de promover o desenvolvimento do aluno, diagnosticar suas dificuldades através das Avaliações.

A Avaliação da Aprendizagem oferece suporte para a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino, através da análise das ações em desenvolvimento e a necessidade de mudanças constantes.

OBS: A partir de 2014, o Sistema de Avaliação do CEEM será trimestral, composto pela somatória de 5,0 (cinco vírgula zero) referente as atividades avaliativas realizadas durante o trimestre, mais a nota 5,0 resultante de uma avaliação escrita (prova), totalizando a nota final 10,0 (dez vírgula zero).

A recuperação de conteúdos será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados, no decorrer do trimestre.

Será considerado aprovado o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres nas respectivas disciplinas, como segue:

$$MA = \frac{1^\circ T + 2^\circ T + 3^\circ T}{3} \geq 6,0$$

5- Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: pontes, 2ª Ed., 2005

ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRAHIM, A.C.S.M. **Pedagogia crítica, letramento crítico e leitura crítica**. Texto e interação: subsídios para uma pedagogia crítica de leitura de língua inglesa. Campinas: UNICAMP, 2001. Dissertação (Mestrado).

BRASIL. **Lei 10.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm- 22/03/2011

CAVALCANTI, M & MOTA LOPES., L. “Implementação de Pesquisa em sala de aula de Línguas no Contexto Brasileiro”. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, número 17, Campinas: Unicamp, 1991.

FARACO, C.A. (org.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001.

LEFFA, Wilson J. **A interação na aprendizagem das línguas**. Pelotas: Educat, 2006.

_____. **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

Colégio Estadual Emilio de Menezes. **Projeto Político Pedagógico**. Araçongas, 2011.

Colégio Estadual Emilio de Menezes. **Regimento Escolar**. Araçongas, 2009.

MEURER, J. L. **O trabalho de leitura crítica: recompondo representações, relações e identidades sociais**. Florianópolis: UFSC, 2000. P. 155-171.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica**. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa Nº 019/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 22p. Disponível em:

http://diaadia.pr.gov.br/sued/arquivos/File/Instrucao2008/Instrucao_019_CELEM.pdf Acesso em 23 de março de 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Resolução nº 3904/2008**. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). Curitiba, 2008. 01 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Livro Público. **Língua Estrangeira Moderna: Espanhol e Inglês**. 2 ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

SOUZA, L.M. T. M. O conflito de vozes na sala de aula. In CORACINI, M.J. (org). **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**, 1995.

STAM, R. Bakhtin: **Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

18. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABERASTURY, Arminda. O adolescente e a liberdade. In: ABERASTURY, Arminda & Knobel, Mauricio. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. Cap. 1. p.13-23.

ÁLVAREZ, Manuel et al.. O projeto educativo da escola - trad. Daniel Angel Etcheverry Burguño. Porto Alegre: Artmed, 2004.

AQUINO, Julio Groppa. Indisciplina: O contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARNALDO, Niskier. LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional: uma visão crítica. 8. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Parecer 04/98. MEC / NEC / CEB - Brasília / DF. 1998.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer nº 15/98 MEC / NEC / CEB - Brasília / DF. 1998.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. D.O. de 26/09/2008.

BUSATO, Zelir Salette Lago. Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CANDAU, Vera Maria (Org.) et al. Magistério: construção cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias. São Paulo: Cortez, 2005.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anamaria da Costa. Apresentação de trabalhos Científicos: guia para alunos de cursos de especialização. Maringá: Dental Press, 2000.

DAL RI, Neusa Maria; MARRACH, Sonia Alem. Desafios da Educação do Fim do Século. Marília: Unesp-Marília-publicações, 2000.

DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1993.

_____. Ser professor é cuidar que o aluno aprenda. Porto Alegre: Mediação 2004.

FERRETTI, Celso João. I et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar/ organizadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva Frade. Alfabetização Digital: problematização do Conceito e Possíveis Relações com a Pedagogia e com Aprendizagem inicial do Sistema de Escrita. In Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas. Campinas, São Paulo: Átomo, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

_____. P. et al. Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.

KNOBEL, Mauricio. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTRY, Arminda & Knobel, Mauricio. Adolescência Normal: Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. Cap. 2. p.24-59.

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica/ As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

LEVY, Pierre. O que é virtual? Trd. de Paulo Neves. São Paulo: Loyola, 1996.

MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANZOCHI, Solange Yara Schmidt et al. (Relatores). Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná – Comissão Temporária – Portaria CEE n^{os} 020 e 027/99. Deliberação n. 014/99. aprovada em 08 out. 1999, Curitiba – PR.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. O Jovem no mercado de trabalho. In Revista Brasileira de Educação : _____ ANPED. Número Especial: Juventude e contemporaneidade, 1997. p.96 -109, Mai/Jun/Jul/Ago.

MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

MATUI, Jiron. Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MÜLLER, Mary Stela. CORNELSEN, Julce Mary. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. 5. ed. Londrina: Eduel, 2003.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. SEED / DEB. Curitiba - 2008.

_____. Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal / Secretaria de Estado

da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Profissional. - Curitiba: SEED - PR, 2006. - 100 p.

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Trad. De Maria Alice Magalhães D Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1995.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. 6ª ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

ROSA, Clóvis. Gestão estratégica escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinabilidade: o Currículo Integrado. Trad. de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, Naura Nanci Muniz; BACHA FILHO, Teófilo Bacha (Relatores). Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná – Câmara de Legislação e Normas. Deliberação n. 004/99, aprovada em 05 mar. 1999, Curitiba.

SAUL, Ana Maria. Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez.

SAVIANE, Nereide. Saber escolar, Currículo e Didática. São Paulo: ed. Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, ideologia e contra-ideologia. São Paulo: EPU, 1986.

SIMPÓSIO. Formação de Professores: Tendências Atuais. PPGE - DEME - Universidade Estadual de São Carlos, 1995.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TURRA, Clódia M.G et al. Planejamento e Avaliação. Porto Alegre: PUC – Emma, 1995.

VALERIEN, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. 2. ed. São Paulo: Cortez; {Paris}: UNESCO; {Brasília}: Ministério da educação e Cultura, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 14. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1)

VEIGA, Ilma Passos. (org.) Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

Arapongas, dezembro de 2013